



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO – PPGE

**A educação católica no ensino público em Santa Catarina: discursos  
e acordos entre os poderes religioso e laico (1930- 1937)**

Divino Flávio de Souza Nascimento

Florianópolis  
2010





DIVINO FLÁVIO DE SOUZA NASCIMENTO

**A educação católica no ensino público em Santa Catarina: discursos  
e acordos entre os poderes religioso e laico (1930- 1937)**

Dissertação apresentada ao Programa  
de Pós-Graduação em Educação do  
Centro de Ciências da Educação da  
Universidade Federal de Santa  
Catarina como requisito parcial para  
a obtenção do título de Mestre em  
Educação.

Linha de Pesquisa: Sociologia e  
História da Educação

Mestrando: Divino Flávio de Souza  
Nascimento

Orientadora: Clarícia Otto

Florianópolis  
2010



# **A educação católica no ensino público em Santa Catarina: discursos e acordos entre os poderes religioso e laico (1930 - 1937)**

Divino Flávio de Souza Nascimento

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Florianópolis, 19 de outubro de 2010.

---

Dra. Célia Regina Vendramini  
Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Educação da  
Universidade Federal de Santa Catarina

## **Banca Examinadora**

---

Dra. Clarícia Otto (CED/UFSC – Orientadora)

---

Dra. Gizele Zanotto (UPF – Examinadora)

---

Dra. Rosângela Wosiack Zulian (UEPG – Examinadora)

---

Dra. Patrícia Carla de Melo Martins – (UNESP/CBM –  
Suplente)

## AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente à minha mãe Dona Alexandrina Vieira que aprendeu a enganar o tempo e a morte aos 82 anos; aos meus irmãos Andrea, Valéria e Fábio Tadeu que tomavam o cafezinho e o pão de queijo de manhã comigo, mas nem sonhavam que eu andava cinco Km todos os dias para chegar a universidade e trançava as pernas todas as sextas-feiras no caminho de volta para casa.

À Professora Clarícia Otto por ter assumido o compromisso de orientação dessa dissertação com grandíssimo senso moral e de responsabilidade.

Ao apoio financeiro da Bolsa de Estudos da CAPES que me permitiu ter tempo para ler e reler livros inteiros e retirou-me da senzala pedagógica do ensino público do Estado de Santa Catarina por um ano e meio.

À minha esposa Ivanir Ribeiro por incutir em mim a importância de terminar o que se começa.

Aos amigos de trabalho e de devaneio pedagógico: os professores Cléber Rudy, Ana Cláudia Ribas, Geraldo Altair, Sônia Santos, Cássia e Ester, Elisângela Turnes, dentre outros.

À Simone A. Rengel por ter ressuscitado o historiador da juventude que ainda existe em mim, mas que se portava de modo cético quando se deparava com o grande restaurante de *self service* teórico.

E por último, dedico essa dissertação ao meu pai que filtrou toda a desilusão (de moço pobre que deu certo) no fígado e no amargo da bÍlis.





## RESUMO

Esta pesquisa versa sobre a constituição de discursos e de acordos entre os poderes religioso e laico acerca da educação católica no ensino público em Santa Catarina, entre 1930 e 1937. Especificamente, a investigação se situa na relação de D. Joaquim Domingues de Oliveira com os próceres da elite política catarinense e com as entidades representativas que integravam o Centro Dom Vital (CDV) e a Coligação Católica Brasileira (CCB). Esses discursos e acordos são analisados tendo-se como aporte teórico-metodológico a discussão em torno do “poder simbólico” de Pierre Bourdieu e do conceito de “representação” de Roger Chartier. A pesquisa apresenta-se organizada em três capítulos. Os dois primeiros abrangem os discursos de mobilização e os discursos sobre a educação católica. Considera-se como discurso de mobilização, as correspondências de D. Joaquim às entidades católicas e os discursos emitidos pelas colunas do Jornal “O Apóstolo”, cuja finalidade consistia em organizar a militância católica para o debate acerca da regulamentação do ensino religioso nas escolas públicas e instituir o modelo de ordem social cristã no Brasil. Os discursos sobre a educação católica expuseram a extensão das concepções de D. Joaquim sobre o modelo de ensino religioso que deveria ser implantado nas escolas públicas na década de 1930. O terceiro capítulo aborda os acordos políticos entre D. Joaquim e lideranças políticas e indicam uma série de favorecimentos destes últimos ao clero catarinense durante a aprovação dos dispositivos constitucionais sobre o ensino religioso na Assembléia Nacional Constituinte (ANC). Tais acordos se intensificaram quando Nereu Ramos assumiu o comando do poder executivo catarinense.

**Palavras-chave:** educação católica, acordos políticos, poder simbólico, representação.



## RESUMÉ

La présente étude est de proposer, en tant que réflexion et d'analyse, les paramètres de la formation des discours et des accords politiques entre le pouvoir laïque et religieux sur l'enseignement catholique dans les écoles publiques à Santa Catarina dans 1930 et 1937. L'objectif de cette recherche est située par rapport à D. Joaquim Domingues de Oliveira avec les héros de l'élite politique de Santa Catarina et les institutions représentatives qui faisaient partie de Centro Dom (CDV) et la Coligação Católica Brasileira (CCB). Ces discours et les accords sont analysés en prenant pour la discussion théorique et méthodologique autour de la "puissance symbolique" de Pierre Bourdieu et la notion de "representation" de Roger Chartier. Compte tenu de la méthodologie disponible, la recherche a été divisée en trois étapes. Les deux premiers couvrent les discours de mobilisation et de discours sur l'éducation catholique. Nous considérons comme discours de mobilisation, la correspondance de D. Joaquim avec les entités catholiques et les discours émis par les colonnes du journal "O Apóstolo", dont le but est d'organiser le militantisme catholique au débat sur la réglementation de l'enseignement religieux dans les écoles publiques et d'établir le modèle de l'ordre social chrétien au Brésil, en ayant comme Annexe du système scolaire public; discours sur l'éducation catholique exposés dans la mesure où les concepts de D. Joaquin sur le modèle de l'enseignement religieux catholique devrait être mis en œuvre dans les écoles publiques à Santa Catarina dans les années 1930. La troisième partie des accords politiques entre D. Joaquim et Nereu Ramos, a révélé une série de faveurs politiques au clergé de Santa Catarina lors de l'adoption de dispositions constitutionnelles sur l'éducation religieuse dans les écoles publiques dans "Assemblée Nacional Constituante (ANC) et par la suite avec Nereu Ramos à la tête de l'exécutif de Santa Catarina .

**Mots-clés:** l'éducation catholique, l'enseignement public, les accords, puissance symbolique, representation.



## LISTA DE SIGLAS

ABC	Associação de Bibliotecas Católicas
ACB	Ação Católica Brasileira
AEC	Assembléia Estadual Constituinte
AHESC	Arquivo Histórico Eclesiástico De Santa Catarina
AL	Aliança Liberal
ALESC	Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina
ANC	Assembléia Nacional Constituinte
ANL	Aliança Nacional Libertadora
AO	Apostolado da Oração
AR	Associações Religiosas
AS	Apostolado Secular
AS	Apostolado Social
AUC	Ação Universitária Católica
CCB	Coligação Católica Brasileira
CD	Câmara dos Deputados
CDV	Centro Dom Vital
CEOR	Coleção Especial de Obras Raras
CF	Constituição Federal
CIC	Confederação da Imprensa Católica
CMALSC	Centro de Memória da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina
CNPEL	Coligação Nacional Pró Estado Leigo
DAER	Diretoria Arquidiocesana de Ensino Religioso
DCM	Departamento Catequístico Metropolitano
FIC	Federação da Imprensa Católica
FOC	Federação dos Operários Católicos
ICC	Igreja Católica Catarinense
ICES	Instituto Católico de Estudos Superiores
LCPEL	Liga Catarinense Pró Estado Leigo
LEC	Liga Eleitoral Católica
LNSP	Liga Nacional de São Paulo
LRC	Legião Republicana Catarinense
OE	Organismos Episcopais
PCCDF	Primeiro Congresso Católico Diocesano de Florianópolis
PD	Partido Democrático
ENEM	Exame Nacional de Ensino Médio
PESC	Poder Executivo de Santa Catarina

PLC	Partido Liberal Catarinense
PRC	Partido Republicano Catarinense
PSE	Partido Social Evolucionista
RERAF	Regulamentação do Ensino Religioso na Arquidiocese de Florianópolis
SCC	Sagrada Congregação do Concílio
SC	Santa Catarina
UCB	União Cívica Brasileira
UCN	União Cívica Nacional
UPB	União Popular do Brasil

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
CAPÍTULO 1	
<b>“A CONSTITUIÇÃO SEM DEUS, A ESCOLA SEM DEUS”: DESAFIOS À ORDEM SOCIAL CRISTÃ NO BRASIL (1930- 1934).....</b>	<b>26</b>
1.1 A Ordem Social Cristã no Brasil.....	36
1.2 Jornal “O Apóstolo”: O novo lugar da catequese.....	47
1.2.1 A coluna “O catecismo do cidadão católico”.....	53
1.2.2 A coluna “Política Católica”.....	63
1.2.3 A coluna “Ensino Religioso”.....	66
CAPITULO 2	
<b>A EDUCAÇÃO CATÓLICA NAS ESCOLAS PÚBLICAS EM SC.....</b>	<b>76</b>
2.1 Formar nos moldes da Igreja Católica.....	79
2.1.1 A Carta Pastoral “O problema da instrução”.....	87
2.1.2 O Departamento Catequístico Metropolitano.....	95
CAPÍTULO 3	
<b>ARTICULAÇÕES ENTRE D. JOAQUIM E LIDERANÇAS POLÍTICAS (1930-1937).....</b>	<b>111</b>
3.1 “Beijo-lhe respeitosamente o anel”: a troca de missivas entre D. Joaquim e Nereu Ramos.....	117
3.2 A eleição dos representantes catarinenses para a Assembléia Nacional Constituinte.....	124
3.2.1 Parcialidades no pleito eleitoral e interesses da Arquidiocese de Florianópolis.....	132
3.2.2 Pela vitória do Partido Liberal Catarinense.....	141
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	153
FONTES.....	156
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	162





## INTRODUÇÃO

Os discursos e acordos sobre a educação católica nas escolas públicas de Santa Catarina (SC) se configuram como questões basilares para entender como ocorreram as estratégias e as articulações que possibilitaram a arquidiocese de Florianópolis, representada pelo Arcebispo D. Joaquim Domingues de Oliveira<sup>1</sup>, conduzir as reivindicações institucionais da Igreja Católica por meio das articulações políticas empreendidas por Nereu de Oliveira Ramos<sup>2</sup> no período entre 1930-1937.

As reflexões desenvolvidas, no presente trabalho, têm como objetivo analisar os discursos e acordos sobre o ensino religioso nas escolas públicas de SC. A escolha do recorte temporal contempla, inicialmente, os quatro primeiros anos da década de 1930 por entender que, nesse período, a Igreja Católica organizou-se através de suas entidades representativas para o encaminhamento das questões sociais e educacionais pela via parlamentar, uma vez que o Decreto 19.459 de 06/12/1930<sup>3</sup> instituiu uma comissão para a reforma da legislação e, após dois anos, o Decreto 21.402 de 14/05/1932<sup>4</sup> criou a comissão para a elaboração do anteprojeto para a constituição e fixara a data das eleições para a Assembléia Nacional Constituinte (ANC) para maio de 1933.

Contempla também o relacionamento da Igreja Católica com o poder executivo nacional e regional, já que o Governo Provisório, por

---

<sup>1</sup> D. Joaquim Domingues de Oliveira assumiu efetivamente a então Diocese de Florianópolis em 1914, permanecendo à frente da Arquidiocese até 1965, vindo a falecer em 1967.

<sup>2</sup> Nereu Ramos nasceu em Lages (SC), em 03/09/1888. Advogado de formação. Atuou inicialmente na política como deputado estadual (1911-1912; 1919-1921). Fundou o Partido Liberal catarinense (PLC) em 1927 e elegeu-se deputado Federal em 1930. Em 1934 participou da Assembléia Nacional Constituinte (ANC) representando Santa Catarina. Entre 1935 e 1937 assumiu o governo de Santa Catarina através de eleições indiretas e, a partir do estabelecimento do Estado Novo em 1937, tornou-se por nomeação o Interventor Federal até 1945. No período que compreende 1946-1951 ajudou a fundar o Partido Social Democrático (PSD), elegendo-se por essa sigla para o mandato de Deputado Federal em 1951 até 1955, mas no ano de 1951 teve que assumir por pouco tempo a Presidência da República do Brasil em substituição a Café Filho. Em 1956, assumiu o Ministério da Justiça e Negócios Interiores. Pediu exoneração em 1957 e retornou ao Senado. Morreu em um desastre aéreo em Curitiba, em 16 de junho de 1958. CORREA, Carlos Humberto P. **Nereu Ramos**. Santa Catarina: FCC, 1988, pp. 8-15.

<sup>3</sup> BONAVIDES, Paulo; AMARAL, Roberto. **Textos políticos da História do Brasil**. Vol. 4, Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 1996, p.263.

<sup>4</sup> *Ibidem*, 1996, p.414.

meio da reforma administrativa de Francisco Campos<sup>5</sup>, havia concedido através do Decreto 19.941 de 30/04/1931, a regulamentação da instrução religiosa nos cursos primário, secundário e normal, tornando facultativo e confessional o ensino religioso nas escolas públicas, que na visão de Alceu Amoroso Lima, mesmo sendo mal redigido o referido Decreto e apesar de ter encontrado uma série de críticas e a reprovação de liberais, de positivistas e de luteranos e protestantes, deveria se constituir como uma bandeira de luta dos católicos nos debates parlamentares na ANC.<sup>6</sup>

No período que compreende os anos posteriores aos trabalhos e aos debates da Constituição Federal (CF) de 1934 até o advento do Estado Novo em 1937, a análise recobre uma aproximação maior entre D. Joaquim e Nereu Ramos considerando que, embora o Decreto n. 64 de 09/08/1935 generalizasse a liberdade religiosa aos alunos das escolas oficiais em SC, em uma mensagem anual apresentada à Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina em 16/07/1936, Nereu Ramos define o Ginásio Catarinense como um estabelecimento modelar de ensino desde o Governo de Vidal Ramos e, portanto, merecedor de subvenções do governo federal.<sup>7</sup>

---

<sup>5</sup> Sobre esse assunto, Wahrlich (1983) considera a reforma administrativa do período do Governo Provisório como “uma fase experimental fecunda, embora tumultuada, de reorganização administrativa, ainda sem uma doutrina própria, coerente, que lhe definisse com alguma precisão os rumos a seguir. Redefiniram-se finalidades, a nível ministerial e departamental, criavam-se e extinguíam-se órgãos, cargos e funções, modificavam-se estruturas de organização, através de uma série incessante de atos legislativos que às vezes, pela sua fugacidade, nem chegavam a passar de meros atos formais, com vida apenas no papel em que se imprimiam”. WAHRLICH, Beatriz M. de Souza. **Reforma administrativa na era Vargas**. Rio de Janeiro: FGV, 1983, p. 63. Horta (1994) acrescenta que, no aspecto político e referente ao papel moralizador da escola, Vargas defendia o postulado de que deveria a educação do povo ser relacionada à glorificação da pátria. Nesse sentido, Francisco Campos atendeu tanto os católicos quanto os liberais, uma vez que o grupo católico contentou-se com a introdução do ensino religioso nas escolas, na mesma medida em que os liberais concordaram com a justificativa pedagógica da não inclusão da educação moral e cívica no ensino secundário. Essa explicação se estende ao ponto do referido autor afirmar que: “sem negar a educação moral, que ele coloca nas mãos da Igreja pela introdução do ensino religioso nas escolas, Campos elimina a instrução cívica cujo conteúdo, na forma como era ensinada, não se coadunava com sua proposta antiliberal e autoritária nem se enquadrava no projeto político de Getúlio. HORTA, José Silvério Baia. **O hino, o sermão e a ordem do dia**: regime autoritário e a educação no Brasil. Rio de Janeiro: UFRJ, 1994, p.142.

<sup>6</sup> ATHAYDE, Tristão de. **Debates pedagógicos**. Rio de Janeiro: Graphica Ypiranga, 1931, pp.85-93.

<sup>7</sup> São apresentados com a mesma qualificação “modelar”, além do Ginásio Catarinense de Florianópolis, os colégios Bom Jesus em Joinville, o Diocesano em Lages, o Lagunense em Laguna, o Coração de Jesus (feminino) também em Florianópolis e o Santo Antônio em Blumenau. Nesse mesmo documento, há um quadro estatístico com o número de matrícula e frequência dos alunos. Esses números estatísticos demonstram a hegemonia das instituições religiosas de ensino em relação ao ensino secundário em SC e a necessidade de o Estado

Em razão de tais prioridades concedidas à Igreja Católica, tanto as ações quanto os interesses do clero catarinense em relação à política educacional do Estado, a partir de 1936, direcionaram-se ao estabelecimento da Diretoria Arquidiocesana do Ensino Religioso (DAER). Nesse período fora instituído o Departamento Catequístico Metropolitano (DCM) para superintender a catequese e o ensino geral da doutrina cristã no sentido de “atender aos interesses mais vitais do Estado”.<sup>8</sup> Da parte do Estado, os favorecimentos às instituições escolares da Igreja Católica, seriam necessários e providenciais, justamente pelo fato de que Nereu Ramos considerava “a escola leiga como incompatível com o sentimento cristão do povo”.<sup>9</sup> Ademais, o Estado Novo e Nereu Ramos como interventor pelo Estado de SC, passaram a ver a educação católica como útil na reprodução de valores tradicionais e na integração dos brasileiros e estrangeiros na cultura nacional.<sup>10</sup>

Nos discursos sobre a educação católica (Capítulo 2), são apresentadas as concepções do clero catarinense e, em especial, o pensamento defendido por D. Joaquim e o seu trabalho para instituir a educação católica nas escolas públicas em SC. Do mesmo modo, os discursos proferidos nas décadas de 1930 e 1940 por Nereu Ramos, permitem comparar as suas concepções educacionais com as do clero catarinense.

Considera-se relevante o fato que, antes mesmo da década de 1930, D. Joaquim e o clero catarinense se voltaram para o problema da instrução religiosa. A preocupação com a expansão das escolas paroquiais pelo interior de Santa Catarina a partir desse período se tornou recorrente. Contudo, foi em 1936, com a publicação do documento que passou a regulamentar o Ensino Religioso na arquidiocese de Florianópolis, que essa preocupação do clero catarinense se desloca para o ensino religioso de cunho catequético que deveria ser introduzido nas escolas públicas do Estado.

---

mantê-los como escolas equiparadas. Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina pelo Governador do Estado, Dr. Nereu de Oliveira Ramos em 16/07/1936, p.51. (CENTRO DE MEMÓRIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA – CMALSC).

<sup>8</sup> Regulamentação do Ensino Religioso na Arquidiocese de Florianópolis. Florianópolis: Artes Gráficas da Escola de Artífices, 1936, p.8.

<sup>9</sup> Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa do Estado pelo Governo do Estado, Dr. Nereu Ramos de Oliveira em 16/07/1936, pp. 45-46 (CMALSC).

<sup>10</sup> Discurso do Interventor Nereu Ramos: “Nacionalização do Ensino”. Florianópolis: Imprensa Oficial, 1938, pp.5-12.

Seguiu-se à veiculação dos discursos que versavam sobre a necessidade da presença do ensino católico no sistema público de ensino, as estratégias do clero em difundir a doutrina religiosa por meio da formação de um corpo docente<sup>11</sup> que fosse capacitado para o ensino da moral cristã e do catecismo nas escolas públicas.<sup>12</sup>

A construção desses discursos apontava para um domínio específico de produção simbólica, ligado à ordem escolar estabelecida, pois, entende-se que é no domínio da produção simbólica que se fez sentir a influência do Estado e da Igreja Católica no campo educacional catarinense nessa época. No caso do clero, todos os esforços foram direcionados para a naturalização de suas premissas pedagógicas. A atenção da Igreja Católica estava centrada, de acordo com Bourdieu (2008), numa ação sobre o mundo objetivo por meio do monopólio do que teria que ser, estrategicamente naturalizado e aceito e no estabelecimento de critérios doutrinários sobre a subjetividade dos educandos, fazendo com que os esquemas de percepção e de estruturação do pensamento a ser difundido atendessem a um campo teológico e a uma moral particular específicos.<sup>13</sup>

Para que tais condições beneficiassem os interesses da Igreja Católica, os discursos de mobilização (Capítulo 1), funcionaram como uma ação conjunta entre os intelectuais católicos e a hierarquia da Igreja Católica no sentido de promover uma ação unitária em defesa das proposições católicas sobre temas cruciais para o estabelecimento da ordem social cristã no país. Tomando como base a definição de espaço social e de espaço simbólico em Bourdieu (2008), os discursos de mobilização da Igreja Católica organizaram, de tal modo, as práticas e as representações da militância católica, tornando-as homogêneas. Assim, na estruturação do espaço simbólico, a luta empreendida acerca das classificações possibilitou a Igreja Católica, no Brasil, legitimar a

---

<sup>11</sup> Os integrantes do corpo docente, formados para a finalidade de ministrar os cursos de catequese no sistema público de ensino foram denominados como “professores legítimos”, e tinham a missão de introduzir os valores morais e éticos cristãos aos alunos, antecipando os conteúdos científicos da escola. Tal termo consta no Decreto Eclesiástico: “*Sane Concilio*” da Sagrada congregação do Concílio e a Organização Catequística. In: **Regulamentação do Ensino religioso na Arquidiocese de Florianópolis**. Florianópolis: Artes Gráficas da Escola de Artífices, 1936, p.23.

<sup>12</sup> Para o referido documento era importante “que a iniciação e o ensino católico das crianças e dos jovens envolvam o bem do Estado é patente. Muito importa ao Estado, como à religião, que os cidadãos ao lado de conhecimentos meramente humanos e dos preceitos da educação civil, adquiram sentimentos cristãos”. Ibidem, 1936, p.24.

<sup>13</sup> BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas**: sobre a teoria da ação. Campinas: Papirus, 2008, pp.91-136.

ação de grupos mobilizados, distinguindo os seus agentes institucionais, dando-lhes um caráter unitário e coeso, mas entendendo também que,

se o mundo social, com suas divisões, é algo que os agentes sociais têm a fazer, a construir, individual e, sobretudo, coletivamente, na cooperação e no conflito, resta que essas construções não se dão no vazio social, como parecem acreditar alguns etnometodólogos: a posição ocupada no espaço social, isto é, na estrutura de distribuição de diferentes tipos de capital, que também são armas, comanda as representações desse espaço e as tomadas de posição nas lutas para conservá-lo ou transformá-lo.<sup>14</sup>

Nessa perspectiva, o trabalho de mobilização, resulta da luta de classificações como luta propriamente simbólica, porque ocorrem disputas quanto ao modo de impor uma visão do mundo social com o fito de interferir significativamente na percepção e na realidade dos indivíduos e dos grupos sociais.<sup>15</sup> Especificamente, os discursos de mobilização a favor da educação católica incidiram sobre a construção da ordem social cristã pretendida pela Igreja Católica, em especial, sobre os desafios impostos a esse modelo de ordem social, que consistia em restaurar a idéia de Deus às instituições públicas e à consciência dos brasileiros.

Por meio da mobilização da militância católica em Santa Catarina, mais detidamente em Florianópolis e, por meio das articulações de D. Joaquim com o conjunto de entidades sócio-representativas da Igreja Católica, congregadas à Ação Católica Brasileira (ACB) por intermédio do Centro Dom Vital (CDV) e da Coligação Católica Brasileira (CCB)<sup>16</sup>, observou-se o engajamento de D. Joaquim com os intelectuais católicos ligados ao CDV e a sua integração no debate sobre as questões sociais da Igreja Católica em

---

<sup>14</sup> Ibidem, 2008, p.26.

<sup>15</sup> Ibidem, 2008, p.27.

<sup>16</sup> A CCB organizou-se no Rio de Janeiro através do CDV, sob a iniciativa de entidades como a Ação Universitária Católica (AUC), a Liga Eleitoral Católica (LEC), a Associação de Bibliotecas Católicas (ABC) e a Federação da Imprensa Católica (FIC). O seu principal propósito era congregar as entidades representativas da militância católica na década de 1930. A CCB constituiu, junto com os intelectuais católicos, uma unidade institucional a favor das questões do clero nacional. Cada uma dessas entidades que fazia parte de sua composição tinha uma finalidade específica na luta política da Igreja Católica. A CCB atuou intensamente na arregimentação de católicos e na formação da opinião pública quanto às reivindicações da Igreja Católica na ANC.

torno das proposições constitucionais que seriam intensamente defendidas, em âmbito nacional, nos primeiros cinco anos da década de 1930.

Observa-se também que, em diversos diálogos de D. Joaquim, presentes nas cartas formais e informais, documentos pastorais e em sua participação em jornais católicos locais, há a indicação da existência de um discurso de mobilização da militância católica em Santa Catarina em razão das vinculações políticas locais da Arquidiocese de Florianópolis com o processo de escolha política dos representantes catarinenses para a ANC.

Nesse sentido, a atenção se volta para os partidos políticos que se coadunavam com as proposições do clero catarinense acerca da regulamentação constitucional do ensino religioso nas escolas públicas em âmbito nacional e, em especial, em SC. Embora sejam escassos os estudos sobre os bastidores políticos acerca da composição das convenções partidárias em SC nos anos que antecederam a escolha dos nomes dos deputados constituintes que representariam o Estado na ANC e sobre a ação mobilizadora da igreja no processo de eleição desses representantes mediante a influência de suas entidades representativas, há um conjunto de documentos (cartas, mensagens e telegramas de D. Joaquim a Nereu Ramos e aos partidos políticos catarinenses da época) que possibilitam detalhar os interesses em comum que os conduziram a uma finalidade política recíproca.<sup>17</sup>

Em relação a essas aproximações políticas, acrescenta-se ao período de escolha dos representantes catarinenses para a ANC, que nas convenções regionais dos partidos, a Igreja Católica, mesmo seguindo a orientação nacional de preservar-se em uma postura neutra e imparcial nos embates políticos, em SC, a sua ação foi determinante para a vitória do Partido Liberal Catarinense (PLC).<sup>18</sup> O apoio dado a Nereu Ramos

---

<sup>17</sup> A política deve ser vista como um jogo em que modifica o conteúdo da outra parte do jogo que é a dominação social. Assim, entenda-se por finalidade política recíproca, esses momentos de aproximação entre a administração eclesiástica e a administração pública em função de determinados assuntos afins. Nesse sentido, a implantação de dispositivos educacionais mais eficientes se constituía como uma preocupação mútua de ambas as partes, até porque importava aos administradores públicos e eclesiásticos o fato de que o povo deveria ser educado com os instrumentos de coerção adequados que permitissem a organização de uma esfera pública afeita aos valores corporativos em detrimento ao sufrágio universal e, sobretudo, que a “educação pública deveria produzir um sentimento de Estado semelhante ao sentimento patriarcal já instalado em nossa cultura”. FREITAS, Marcos Cezar de; BICCAS, Maurilane de Souza. **História Social da Educação no Brasil (1926-1996)**. São Paulo: Cortez, 2009, p.125.

<sup>18</sup> Em carta a D. Joaquim, Fulvio Aducci, Roberto Paulo Wenderhausen, Cid Campos, Acácio Moreira, Carlos Napoleão Poeta exigem do Bispo que lide com o processo eleitoral com

tinha como finalidade a possibilidade de regulamentação constitucional do ensino religioso nas escolas públicas.

Dentro dos limites da arquidiocese de Florianópolis, a Imprensa Católica teve um papel fundamental na divulgação da retórica católica acerca das discussões sobre a educação católica no ensino público. Com base na consecução de uma pretensa cidadania aos moldes da Igreja Católica, o jornal “O Apóstolo” publicou entre 1930 e 1935 as colunas “O catecismo do cidadão católico”, “Política católica” e “Ensino religioso”.

Reunidas por um mesmo objetivo, essas colunas auxiliavam na formação política do católico, informando-o sobre o papel da Igreja Católica na sociedade. Diante do Estado republicano elas também indicavam os procedimentos que deveriam ser observados quanto às propostas dos partidos políticos e quanto ao histórico das personalidades políticas, buscando alinhá-las às pretensões do clero catarinense.

Há também os acordos que indicam que D. Joaquim não hesitara em adotar um comportamento parcial e preferencial no pleito eleitoral que constituiu os representantes de SC para o parlamento nacional. Esses acordos políticos em questão, assim definidos, deveriam consolidar as influências institucionais da Igreja Católica na ANC, sobretudo, no incremento das teses católicas nas discussões e na aprovação dos dispositivos constitucionais sobre o ensino religioso nas escolas públicas.

Esses acordos destacam-se pela importância de um estudo sobre o trabalho de bastidores de Nereu Ramos a favor da aprovação de temas cruciais para a doutrina social da Igreja Católica, sobretudo, aqueles relacionados com os assuntos a serem considerados nos pré-projetos que foram apresentados na ANC e que faziam parte dos interesses católicos.

Dispondo de capital político e religioso para se instituírem como autoridades reconhecidas dentro de uma ordem simbólica consensual e, mesmo procedendo de acordo com as particularidades de capitais simbólicos distintos, tanto D. Joaquim quanto Nereu Ramos, ao firmarem alguns acordos políticos sobre a relação entre a educação católica e a educação pública laica, não hesitaram na montagem de sua

consagração como porta-vozes autorizados no campo educacional em SC.<sup>19</sup>

Para alcançarem as suas respectivas finalidades, o Estado e a Igreja Católica, investiram na proximidade dos discursos e no estabelecimento de semelhanças que os aproximavam como aliados, fazendo-se reconhecer mútua e publicamente.<sup>20</sup> Por outro lado, fizeram-se reconhecer como “instrumentos por excelência de integração social, enquanto instrumentos de conhecimento e de comunicação”<sup>21</sup>, unificando-se adequadamente com vistas a um projeto compartilhado de legitimação institucional por intermédio da condução de ações parlamentares que beneficiasse a ambos.

Assim, a escolha implica analisar a ação do Estado no que se refere à concentração e à redistribuição da informação sobre e através da educação pública, vista como oficial e autorizada, cuja pretensão era a de homogeneizar as diversas formas de comunicação cultural e política (burocracia, pedagogia, jurisprudência, identidades lingüísticas e regionais), tendo como propósito principal unificar os códigos e moldar as estruturas mentais a favor de uma realidade unificada por obrigações equânimes que pretendessem submeter a todos.<sup>22</sup> Por outro lado, isso não inviabiliza que se aponte o papel da religião na socialização do homem<sup>23</sup>, garantindo-lhe a continuidade social em prol de uma totalidade inteligível, simpáticas ao prevalecimento das instituições, dos papéis desempenhados em seu interior e da formação de identidades.<sup>24</sup>

---

<sup>19</sup> Considera-se para os propósitos da presente análise o fato de que o porta-voz autorizado se define por quem se apresenta como detentor de uma maneira peculiar de falar, de se gesticular, de agir (garantido pela instituição e materializado pelos títulos e símbolos que o definem) que, nesse caso específico em que a análise recai, evidencia-se a luta que define os parâmetros de representação, os limites dos ritos institucionais que constroem o consenso, para fundamentar a significação que está envolta à posição social, todavia, quando se pensa que tudo isso é parte de estratégias que põe em jogo as diferenças e as distinções. BOURDIEU, op.cit., 2008, pp.25-38.

<sup>20</sup> FOUCAULT, Michel. **Isto não é um cachimbo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, 17-23.

<sup>21</sup> BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 12. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009, pp.42-61.

<sup>22</sup> BOURDIEU, op.cit., 2008, pp.97-107.

<sup>23</sup> Essa continuidade social se define pela relação entre o mundo objetivo e a subjetividade ou através do conceito de conversação que, em síntese, faz com que as manifestações introspectivas do sujeito acabem por estabelecer um diálogo com o mundo exterior em que se descobre um valor nomotético estruturante, já que existem e transitam no aspecto mais íntimo da individualidade, ou seja, dos significados institucionais internalizados, legitimados por uma prática e por modalidades de pensamento que lhe servem de orientação religiosa. BERGER, Peter L. **O Dossel Sagrado**: elementos para uma teoria sociológica da religião. São Paulo: Paulus, 1985, pp.65-70.

<sup>24</sup> *Ibidem*, 1985, p. 64.



Com isso, o problema apresentado exige a identificação das tramas que legitimaram essas instituições e serviram para a dignificação de determinados representantes autorizados. Nessas instituições opera o princípio de que quanto mais ignorado for o funcionamento dos mecanismos que dão sustentação ao poder em um campo simbólico específico, há mais reconhecimento da autoridade constituída, sendo que a invisibilidade de seu exercício condiciona-se à cumplicidade daqueles que o aceitam e ratificam a sua legitimação.<sup>25</sup>

Nesse sentido, o que estava em jogo para o clero catarinense e para o conjunto da militância católica no Brasil era o receio de que fosse promulgada uma nova constituição que não levasse a doutrina católica em consideração e, sobretudo, considerasse a educação católica nas escolas públicas como algo diminuto. Quanto às duas instituições mais relevantes para a consolidação do projeto social da igreja Católica, o parlamento e a escola podem, nesse caso, ser considerados como os lugares-chave para o restabelecimento da “presença de Deus” e dos valores católicos na sociedade brasileira.

No âmbito parlamentar, a intenção dos católicos era que permanecessem todos os avanços obtidos com a Reforma de Francisco Campos, em 1931, legitimando-os pela equiparação ocorrida entre as escolas públicas e as escolas privadas e pelo papel atribuído ao Estado como regulamentador e fiscalizador, e não propriamente como financiador e responsável direto pelos aspectos técnicos em relação ao sistema de ensino público, como queriam os defensores do modelo de educação laica.<sup>26</sup> E também, pelo fato de que a Constituição de 1934, não deveria segundo Alceu Amoroso Lima (Tristão de Athayde), repetir os erros cometidos na primeira constituição republicana de 1891 que, por quarenta anos, havia excluído Deus da formação dos brasileiros,

---

<sup>25</sup> BOURDIEU, op.cit., 2009.

<sup>26</sup> Para Rocha (1996) “O resultado na constituição, frente ao posicionamento tático dos renovadores, não poderia ser outro senão a aprovação do ensino religioso nas escolas públicas, de caráter facultativo, de acordo com os princípios da confissão religiosa da família do aluno, e constituindo matéria regular nos horários do ensino primário, profissional e normal [...] o fundamental é a questão da definição política de a quem é dado educar: ao Estado ou à família? Segundo os termos da polaridade expressa pelo agente católico. Será a família, com subsidiamento estatal às classes menos favorecidas, do ponto de vista católico àquele tempo; será ao Estado, para os renovadores, concedendo-se também à família o direito de ministrá-la, favorecendo assim a interferência desta no interior da escola pública”. ROCHA, Marlos Bessa Mendes da. Tradição e Modernidade na educação: o processo constituinte de 1933-34. In: FÁVERO, Osmar (org.). **A educação nas constituintes brasileiras: 1823-1988**. Campinas: Autores Associados, 1996, pp.131-132.

além de ter seccionado o ensino público do privado e separado a escola e a família.<sup>27</sup>

Associando todas essas informações a D. Joaquim, a escola para ele, tinha o mesmo valor que a mais “suntuosa catedral”. Em outras palavras, o que ele queria dizer era que sem Deus, tornaria precário o estado das melhores instituições escolares. Nesse sentido, tornaram-se indispensáveis, nessa lógica, a presença da Igreja Católica na sociedade e a inserção do ensino religioso nos estabelecimentos públicos de ensino, dada a importância dos princípios da moral cristã para a formação do homem moderno e para a marcha progressiva e civilizadora das nações.<sup>28</sup>

No entanto, a escola concebida para tal finalidade deveria ocupar um lugar privilegiado e central. Por meio dela, a instituição religiosa se resguardaria de ações que pudessem evitar que o interesse pessoal não tomasse o lugar da crença ou se deslocasse para atitudes mundanas da política ao invés da fé como o principal critério de ordem.<sup>29</sup>

Em termos metodológicos, as missivas de D. Joaquim a diversas personalidades, secretários de governo, líderes de partidos e representantes políticos de SC, indicam que o clero catarinense exercia uma forte influência sobre o poder executivo e, quanto ao legislativo, D. Joaquim buscava a legitimação de suas reivindicações, por meio de representantes parlamentares afinados com suas concepções. Essa troca e ilações políticas reforça a percepção de que existia um intenso convívio de reciprocidade e cumplicidade entre D. Joaquim com diversos políticos catarinenses.<sup>30</sup>

---

<sup>27</sup> ATHAYDE, op.cit., 1931, p.85.

<sup>28</sup> Carta Pastoral “O problema da instrução”. Florianópolis: Cysne, 1920, p.15.

<sup>29</sup> Fundamenta-se, assim, conforme a análise de Certeau a luta pela primazia e gerenciamento das convicções, das opiniões e singularidades religiosas e civis, em que se evita os “efeitos de uma individualização das crenças (os quadros de referência comuns se fragmentando em opiniões sociais ou em convicções singulares) e a sua mobilidade numa rede sempre mais diversificada de objetos possíveis”. CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 1994, p. 283.

<sup>30</sup> Em alguns lotes de cartas destinadas às instituições governamentais, há as que remontam os anos 20, 30,40 do século XX. Cada carta marca o nível de relacionamento e envolvimento de D. Joaquim com os governos que esses políticos representaram. Nelas, pode-se reconhecer uma infinidade de articulações de acordo com as preferências do Arcebispo e estratégias pontuais quanto aos projetos da igreja para a educação, assim como, a outros assuntos da diocese. Essas cartas se destinavam as seguintes personalidades políticas: Aristiliano Ramos, Nereu Ramos, Ivens de Araújo, José Boiteux, Oscar de Oliveira Ramos, Bulcão Vianna, Adolpho Horn, Hercílio Pedro da Luz, Adolpho Konder. AHESC.

De acordo com Chartier (1998) as percepções que estruturam o mundo social, não são neutras quando são apresentadas como discursos, pois “produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade [...] colocadas num campo de concorrências e de competições”.<sup>31</sup>

Nessa perspectiva e tendo como empiria os ofícios, recortes de jornais, convites formais/informais e telegramas trocados entre D. Joaquim e Nereu Ramos, é possível estudar facetas dos interesses institucionais em jogo, a proximidade ética e valorativa dos que atuavam, influenciavam e mobilizavam os grupos humanos para uma finalidade específica.<sup>32</sup>

Ao estudar o conjunto de cartas, a maior dificuldade que se apresentou, dizia respeito aos saltos temporais que os documentos indicavam. Uma primeira medida foi separar os documentos por seções. Ofícios se misturavam às cartas manuscritas; pedidos singelos de favores, de conselhos e de aprovação pessoal do arcebispo, encontravam-se em meio a deliberações oficiais com selo da entidade remetente e suas respectivas logomarcas.

Segundo Gomes (2004) as práticas culturais que envolvem a escrita, a troca de cartas, permitem constituir uma identidade para si, cujo sentido passa a ser alargado como objeto de estudo e fonte de pesquisa.<sup>33</sup> Nessa direção, o critério adotado de seleção consistiu em separar algumas cartas, ofícios que portavam mensagem deliberativa, de outras que propunham intervenções políticas nos diversos assuntos da arquidiocese de Florianópolis.

Ao definir o que estaria sintetizado na composição dos documentos, abriu-se o caminho para o entendimento sobre a posição social ocupada tanto por quem os escrevia, quanto por quem os recebia.

Após separar pastas e documentos por datas, por temas e personalidades, constatou-se que, em relação aos ofícios, memorandos, circulares, havia sempre um recorte da legislação ou da imprensa que servia como pedra angular para a comprovação das proposições presentes na mensagem do documento oficial. Alguns Decretos-Lei apresentavam-se recortados com o propósito de especificar a

---

<sup>31</sup> CHARTIER, Roger. **A ordem dos livros: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII**. 2. ed. Brasília. UNB, 1998, p.17.

<sup>32</sup> Segundo Bourdieu, “as pessoas inscritas em um setor restrito do espaço serão ao mesmo tempo mais próximas (por suas propriedades e suas disposições, seus gestos)

<sup>33</sup> GOMES, Ângela de Castro (org.). **Escrita de si, escrita da história**. Rio de Janeiro: FGV, 2004, pp.11-30.

reivindicação ou a determinação de D. Joaquim sobre os assuntos que permeavam a estratégia de atuação da igreja em um momento específico de sua administração.

Existem também alguns recortes e colunas completas de jornais locais que constam na documentação pesquisada. Neles, encontram-se discursos em defesa de acólitos políticos e de idéias que representavam as entidades católicas. A disposição das notícias pressupõe a existência de debates que diziam respeito aos assuntos cruciais ao modelo de sociedade pretendido pela Igreja Católica. Constatou-se, dessa forma, que esses documentos oriundos da imprensa local serviram, para D. Joaquim, como veículos de informação que o integrava aos debates fundamentados nas reivindicações do clero nacional e auxiliavam na divulgação dos empreendimentos das entidades católicas em SC.

As disputas políticas regionais, o encaminhamento de orientações e recomendações acerca de determinadas trivialidades burocráticas a serem resolvidas diante do poder público ou voltados à orientação prática da militância católica, constituíam o cerne das informações dos documentos. A divisão desse material expõe como referência os seguintes temas:

a) os que se relacionam com as entidades diversas cobriam diálogos com as mais díspares instituições. Dentre elas destacam-se as entidades católicas que se incumbiam em organizar os jovens sob a orientação da ACB<sup>34</sup>; entidades de representação política: a Assembléia Legislativa do Estado de SC (ALESC), órgãos deliberativos do Poder Executivo de SC (PESC), a Câmara dos Deputados (CD) sediada na capital federal (Rio de Janeiro), partidos políticos e entidades de representação civil; as associações religiosas, os organismos episcopais e a Sé Romana;

b) os que dizem respeito ao ensino, reuniam o material concernente ao serviço protocolar, constando pedidos e determinações concernentes às instituições de ensino da igreja e a legislação que a regulamentava; comunicações sobre procedimentos burocráticos e administrativos ordinários;

c) e as pastas numeradas, que indicam as personalidades políticas, intelectuais, religiosas da época, que se posicionavam

---

<sup>34</sup> A principal missão da ACB, fundada pelo cardeal Leme em 1935, consistia em formar o laicato católico para colaborar com a missão da Igreja Católica. Fazia parte de seu contingente militante a juventude, os estudantes e os operários que tinham representação própria dentro de sua estrutura organizacional.

simpaticamente ou não aos projetos católicos relacionados à educação e a outros assuntos estratégicos da diocese quanto ao seu posicionamento institucional diante das exigências governamentais.

Para um maior detalhamento sobre a composição do espaço social e religioso em questão, segue-se a indicação de Bourdieu (2008), os agentes que atuam em determinado espaço social devem ser distribuídos de acordo com o volume global de capital que dispõem a sociedade e conforme a estrutura de seu capital específico (político, religioso, cultural).<sup>35</sup>

De acordo com o exposto, este trabalho divide-se em três capítulos. No primeiro capítulo, “A constituição sem deus, a escola sem deus”: desafios à ordem social cristã no Brasil (1930-1934) apresenta-se um balanço sobre as iniciativas de mobilização das entidades católicas que tinham o propósito de se fazerem representadas em suas reivindicações institucionais entre 1930-1934. O aprofundamento sobre as estratégias das entidades que representavam o pensamento católico dessa época revela algumas condições que permitem verificar a tentativa de implantação de uma ordem social cristã no Brasil. Como reação à possibilidade de se conceber uma constituição sem Deus, o receio quanto à redução da presença corporativa da Igreja Católica no país e, somando-se a isso, as limitações estabelecidas ao processo de inserção do ensino religioso nas escolas públicas, a CCB, sob orientação do CDV, estabeleceu um amplo debate com diversos setores da sociedade e do governo. A idéia principal era convencer as forças sociais da época, fazendo uso dos veículos de informação e da composição da militância no interior de suas entidades representativas, para que se comprometessem diretamente com os planos institucionais da igreja, tendo como prioritário, a continuidade de sua rede de serviços assistenciais e educacionais. Essas entidades congregadas partiam da convicção de que seria inconcebível aos católicos concordar com um modelo de escola laica que não atendesse às necessidades religiosas da maioria católica no país. Uma vez feito o levantamento sobre o contexto em que ocorrera a organização das entidades católicas, busca-se encontrar a regularidade e a coerência de suas estratégias, ligando-as a uma perspectiva conceitual, na qual, dimensiona-se a pertinência e a penetração do discurso institucional da Igreja Católica em SC, por meio do Jornal “O Apóstolo”, para a formação da opinião pública e dos

---

<sup>35</sup> BOURDIEU, op.cit., 2008, p.19-21.

católicos acerca dos conteúdos da matéria constitucional referente ao ensino religioso na ANC.

No segundo capítulo, “A educação católica nas escolas públicas em Santa Catarina”, a análise proposta recobre as duas principais iniciativas da administração episcopal de D. Joaquim sobre o ensino religioso: a Carta Pastoral “Sobre a instrução” (1920) e o estabelecimento do DCM (1936). A partir dessas duas investidas do clero catarinense e, durante os anos que separaram o aparecimento desses documentos no processo de implantação do ensino religioso nas escolas públicas do Estado, há a necessidade de examinar as ações de D. Joaquim inseridas em uma rede de relacionamentos com a política local. Busca-se, porém, entender o equilíbrio das tensões políticas entre os grupos e a constituição das cadeias de interdependências entre os indivíduos,<sup>36</sup> seja no aspecto dos favorecimentos políticos à igreja, seja na reprodução de interesses institucionais mútuos (entre o clero catarinense e o Estado) sobre a educação pública.<sup>37</sup> Cada um desses documentos estudados se ajusta, portanto, ao domínio da produção simbólica do clero catarinense, condicionando-se às representações específicas do seu discurso sobre a importância do ensino religioso na escola pública em SC.

No terceiro capítulo, “Articulações entre D. Joaquim e lideranças políticas (1930-1937)”, delimita-se quais foram os acordos existentes entre a Igreja Católica e os postulantes ao cargo de representante do Estado na ANC. A simpatia do clero catarinense era direcionada àqueles que se comprometessem em fazer avançar determinados dispositivos da legislação vigente na época e que viessem interferir incisivamente na reinserção do ensino religioso no ensino público. São apresentados os partidos que disputavam as eleições locais e o seu relacionamento com o clero em SC. Assim, ao analisar o processo de diálogo dos representantes das entidades políticas locais com o clero catarinense, procura-se compreender como ocorreu o

---

<sup>36</sup> CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990, pp.91-119.

<sup>37</sup> Na criação da identidade nacional, o Estado tem interesse na generalização da educação primária, como ocorrera durante o século XIX em diversos países em que se exerceu “a ação unificadora do Estado na questão da cultura, elemento fundamental da construção do Estado-nação. A criação da sociedade nacional acompanha a afirmação da possibilidade da educação universal: todos os indivíduos são iguais perante a lei, o Estado tem o dever de fazer deles cidadãos, dotados dos meios culturais de exercer ativamente seus direitos civis”. BOURDIEU, op.cit., 2008, pp.105-106.

encaminhamento das diretrizes legais na ANC, visando a regulamentação do ensino religioso nas escolas públicas de SC.

## CAPÍTULO 1

### **“A CONSTITUIÇÃO SEM DEUS, A ESCOLA SEM DEUS”:<sup>38</sup> DESAFIOS À ORDEM SOCIAL CRISTÃ NO BRASIL (1930-1934)**

No período entre 1930 e 1934, a presença da Igreja Católica no Brasil foi incisiva em diversos setores da vida pública. A sua influência se estendia a diversos núcleos de representação institucional, sendo que as suas atividades organizacionais alcançaram notoriedade com a adesão de intelectuais, de segmentos de determinadas classes de profissionais liberais, de operários e de estudantes.

Nesse período, o contingente católico que tomou forma no interior das entidades de representação social submetida à Igreja Católica, congregando-se na CCB teve como meta específica a ampliação do alcance da doutrina católica à todas as regiões do país. O principal intuito era fazer com que a classe política reconhecesse a dimensão institucional da Igreja Católica na formação educacional, social e cultural do povo e, por isso, que se reconhecesse como primordial a questão do ensino religioso nas escolas públicas como pauta de discussão na ANC.

No sentido de que a República brasileira entrasse no caminho da ordem social cristã, foram identificadas, pela hierarquia e laicato católico, algumas medidas que deveriam ser incorporadas ao novo estatuto político do país: a) que a constituição fosse promulgada em nome de Deus e cessasse o ateísmo oficial; b) que o ensino religioso voltasse a ser novamente incorporado ao ensino primário e secundário oficial, reconhecendo assim, o direito e as garantias relacionadas aos católicos. Além de tais premissas, estabelecia-se que o CDV e as entidades associadas a CCB tivessem a função primeira de disseminar a Revolução espiritual ao tentar recristianizar os intelectuais e outros segmentos sociais no Brasil.<sup>39</sup>

Nesse sentido, D. Joaquim reconhecia como pertinente se aproximar das propostas dos intelectuais católicos, mas resguardando ostensivamente o capital de autoridade religiosa que dispunha. Do mesmo modo, ele se convenceu acerca da necessidade de fazer valer, na estruturação do campo religioso, o peso da força material e simbólica dos grupos ou classes que podiam ser mobilizados pelas entidades

---

<sup>38</sup> LIMA, Alceu Amoroso. **Indicações Políticas:** da Revolução à Constituição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1936, pp.30-38.

<sup>39</sup> *Ibidem*, 1936, pp.32-35.



representativas da Igreja Católica. Uma vez convencido da extensão de seu capital de autoridade religiosa, consentiu que os discursos oriundos dos intelectuais do CDV mediassem, na qualidade de instância produtora da estrutura dos campos religioso e educacional<sup>40</sup>, a fundamentação teórica adequada às reivindicações empreendidas pela Igreja Católica.

Há que se ressaltar a ideia de que um sistema simbólico como a religião atua, em primeiro lugar, como um veículo de poder porque controla e administra o modo como devem ser apresentados os bens religiosos. Em segundo lugar, posiciona-se como um veículo de política, porque opera o consenso por meio de uma via simbólica estruturada. Assim, o que aparece como uma atitude consensual e como uma delimitação do campo de discussão a partir da religião e das demandas dos católicos sobre diversos assuntos no campo social no Brasil e em SC, encobre os pormenores que estão envolvidos na construção da experiência e na sua problemática implícita. Dessa forma, as condições ampliadas de atuação social e religiosa da Igreja Católica evidenciam uma série de sanções e deliberações. Elas se constituíam como estratégias, cujo intuito, destinava-se ao estabelecimento de um campo simbólico que pudesse convergir as aspirações individuais e a subjetividade da experiência religiosa ao engajamento político empreendido pelas entidades católicas.<sup>41</sup>

Divididas em duas modalidades, o exercício do efeito de consagração teorizado por Bourdieu (2007) oportuniza uma determinada aproximação com a problemática proposta, ou seja, que diz respeito à análise empreendida sobre a construção da referida ordem social cristã no Brasil na década de 1930. A primeira diz respeito às sanções santificantes que tem uma função de ajustar o desejo individual às oportunidades objetivas presentes na estrutura social. A segunda expõe o *modus operandi* de inculcação de um sistema de práticas e de representações em uma formação social específica.<sup>42</sup>

---

<sup>40</sup> BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2007, p.58.

<sup>41</sup> O efeito de consagração, aludido por Bourdieu, tendo por finalidade delimitar as condições de existência dos indivíduos, converte o *ethos* (sistema de esquemas implícitos de ação e de apreciação) em ética (vista como um conjunto sistematizado e racionalizado de normas explícitas). BOURDIEU, op.cit., 2007, p.46.

<sup>42</sup> A explicação de Bourdieu é a seguinte: “a estrutura (estruturada) reproduz sob uma forma transfigurada, e portanto irreconhecível, a estrutura das relações econômicas e sociais vigentes em uma determinada formação social e que só consegue produzir a objetividade que produz (enquanto estrutura estruturante) ao produzir o desconhecimento dos limites do conhecimento que torna possível, e ao contribuir para o reforço simbólico de suas sanções aos limites e às

Nesse sentido, em conformidade com os critérios que fundamentavam a ordem social cristã pretendida pelos bispos, arcebispos e a intelectualidade católica, liderada por Alceu Amoroso Lima, nos cinco anos que antecederam a ANC, as “verdades” religiosas deveriam ser difundidas como representação unitária e inculcadas na prática militante, segundo a seguinte orientação: “sob as luzes da mais elevada inteligência, no diálogo constante com a cultura, alçando o nível consciente da fé”.<sup>43</sup>

Nos primeiros anos da década de 1930, todo o corpo clerical, os intelectuais e o laicato católicos se voltaram, então, a uma linha única de ação em razão de que havia, diante das vicissitudes políticas e sociais da época, uma forte indicação de que a desagregação do compromisso selado entre as forças políticas que lideraram o processo revolucionário em 1930, culminariam num possível recrudescimento do sentimento constitucional. Essa seria a oportunidade de introduzir, nos trabalhos da constituinte, realizada em 1933, as prerrogativas católicas sobre o ensino religioso nas escolas públicas e legitimá-las como lei na carta constitucional de 1934.

Assim, o soerguimento dos valores católicos em todo o país conjuminou para o prevalecimento de uma unidade doutrinal coesa. Essa unidade baseada em valores coesos se deve ao trabalho realizado pelos intelectuais na composição das hostes católicas. A presença da intelectualidade católica representou um significativo incremento para a formulação das idéias e dos princípios que nortearam as disputas políticas empreendidas pela Igreja Católica. A influência dos intelectuais católicos recaiu sobre o campo das consciências ao divulgar somente as doutrinas autorizadas. E conforme essa mesma lógica, a participação efetiva dos grupos organizados, tinha como propósito, fazer a mediação entre as elites e o povo.

Diversos diálogos foram promovidos entre os intelectuais e as entidades da Igreja Católica com a classe política. De acordo com essa perspectiva, Dias (1996) defende a idéia de que se priorizou a conciliação dos conceitos republicanos aos princípios da obra restauradora católica que, assumidamente, ambas consentiam no pleno

---

barreiras lógicas e gnosiológicas imposta por um tipo determinado de condições materiais de existência (efeito de conhecimento-desconhecimento)”. BOURDIEU, op.cit., 2007, p.46.

<sup>43</sup> MONTENEGRO, João Alfredo de Sousa. **A evolução do catolicismo no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1972, p.174.

estabelecimento da ordem, pautando-se “pela obediência ao governo, pelo respeito à lei e pela subordinação à autoridade”.<sup>44</sup>

No entanto, todas as iniciativas das organizações católicas, para Horta (1994), voltaram-se, então, para a interferência do pensamento católico nos movimentos sociais surgidos com o advento da Revolução de 1930 e no decorrer do governo provisório.<sup>45</sup> A Revolução Constitucionalista de 1932 em São Paulo, os preparativos para a constituinte em 1933, a Criação da Aliança Nacional Libertadora (ANL) e a Intentona Comunista em 1935, constituíam-se como eventos deslocados da ordem social cristã pretendida pelos católicos. Estes colocavam os preceitos políticos em primeiro lugar em detrimento das demandas institucionais estabelecidas pelas entidades católicas. O alcance dessas proposições faria com que a emancipação dos trabalhadores acontecesse de acordo com a estruturação das ligas e dos círculos católicos locais<sup>46</sup>, sendo que a formação da juventude ocorreria sob a influência das organizações do ensino religioso, encampadas pela Igreja Católica. No caso, a militância católica se incumbiu da missão de convergir os riscos de possíveis convulsões sociais ao leito do cristianismo social, tal como pensava Alceu Amoroso Lima e conforme o direcionamento dado pelo CDV, principalmente às entidades estudantis e às organizações operárias.

A observação empreendida, no presente estudo, sobre o conjunto de obras de Alceu Amoroso Lima entre 1930 e 1937<sup>47</sup> indica que havia forte interesse em legitimar as premissas dos católicos junto aos diversos setores da sociedade e da política na capital federal e no país. Assim, a intenção do CDV e do CCB, junto com as lideranças católicas regionais e, especificamente, com os representantes católicos

---

<sup>44</sup> DIAS, Romualdo. **Imagens de Ordem**: a doutrina católica sobre autoridade no Brasil 1922-1935. São Paulo: EDUSP, 1996, p.150.

<sup>45</sup> De acordo com a análise empreendida por Horta sobre esse assunto, o sentimento da militância católica era a de que a Revolução de 1930, tal como acontecera, não poderia ser considerada como negativa, justamente porque não era consequência de políticos nefastos ou oriunda do pensamento radical das oposições extremadas. HORTA, José Silvério Baia. **O hino, o sermão e a ordem do dia**: regime autoritário e a educação no Brasil. Rio de Janeiro: UFRJ, 1994, pp.93-135.

<sup>46</sup> RENGEL, Simone Aparecida. Proletários de todos os países, uni-vos em Cristo: trabalhadores católicos e o Círculo Operário em Florianópolis (1937-1945). Florianópolis, UFSC, 2009 (Dissertação).

<sup>47</sup> Dentre as principais obras que versam sobre crítica literária, política, educação e organização da sociedade, destacam-se: Debates pedagógicos (1931); Preparação à Sociologia (1931); As repercussões do catolicismo (1932); Política (1932); Introdução ao Direito Moderno (1933); Pela reforma social (1933); Contra-revolução espiritual (1933); Da tribuna e da imprensa (1935); No limiar da Idade Nova (1935); O espírito e o mundo (1936).

de SC, foi a de promover a articulação de todas as entidades representativas da Igreja Católica para atuar em defesa dos propósitos educacionais católicos que deveriam ser legitimados na CF de 1934. Assim, essas mobilizações tinham o fito de restabelecer a defasagem da educação moral em relação às ciências positivas e dos conhecimentos sistemáticos no que dizia respeito às gerações formadas nas escolas públicas no período da Primeira República (1889-1930).<sup>48</sup>

Para Alceu Amoroso Lima, todos os problemas surgidos com a República resultavam de um modelo de carta constitucional que não levava em consideração a existência de Deus. E nas instituições escolares, do mesmo modo, a presença de Deus era dispensada. Decorria dessas situações não confessionais ou não religiosas, de acordo com o sentido católico do termo, o receio de que a formação das novas gerações no Brasil estaria comprometida pelo simples fato de que poderia haver a obliteração de Deus na consciência da juventude. Caso não houvesse uma reação contundente dos católicos, todos esses vaticínios negativos, sob o ponto de vista do episcopado e da militância católica, resultariam em uma derrota consumada da revolução espiritual no Brasil pretendida pelo CDV.

Alceu Amoroso Lima, então, lançou-se contra, o que era na opinião dele, uma minoria sectária formada de acordo com uma mentalidade laicista e alertou para a indolência da maioria católica adormecida. Ele também esclareceu que os avanços obtidos com o Decreto 19.941/1931 já eram significativos para a revolução espiritual. Conforme os interesses católicos, o governo, deu o primeiro passo no caminho da única revolução que poderia salvar a nacionalidade brasileira, nesse caso, a revolução espiritual. Nessa mesma lógica, para ele, o Decreto que facultava o ensino religioso nas escolas públicas não era certamente aquilo a que tinha direito a consciência católica brasileira, nem mesmo o que exigia a formação de uma civilização moral brasileira. O mal congênito do Estado liberal burguês, segundo o seu parecer, a partir do que fora denominado por ele como um agnosticismo oficial, não permitia que o Estado compreendesse todo o seu dever para com o ideal cristão de uma nacionalidade formada espiritualmente pelo catolicismo.<sup>49</sup>

---

<sup>48</sup> ATHAYDE, Tristão de. **Debates pedagógicos**. Rio de Janeiro: Ypiranga, 1931, pp.84-87.

<sup>49</sup> O Decreto que foi apresentado na Reforma Francisco Campos representava, para Alceu Amoroso Lima, um primeiro passo no sentido de reparar não só o erro laicista de 1891, mas, sobretudo, a falsa interpretação que se dava ao postulado da neutralidade pública em matéria religiosa. *Ibidem*, 1931, pp.67-68.

Contudo, urgia aos católicos a pronta restituição da lei de Deus, de Cristo e da Igreja Católica a todas as instituições públicas e privadas para que “os princípios básicos da ordem social cristã, voltassem a orientar a Constituição política do país”.<sup>50</sup> Para que isso ocorresse, as organizações católicas deveriam proceder de modo que cada peça de sua composição desempenhasse funções específicas e teria atribuições concernentes às atividades institucionais dos participantes.

As estratégias que, então, foram estabelecidas teriam que dar conta da articulação de todos os militantes: estudantes, intelectuais engajados, operários, trabalhadores liberais, empresários e o corpo eclesiástico que se congregariam numa sólida e centralizada unidade de ação. Nesse sentido, reuniões, encontros e palestras eram os expedientes usados para que se processasse a assimilação da linha de pensamento e de ação da igreja que deveria ser executada pelos seus partícipes.

Ao recompor esse cenário de disputas políticas e ideológicas que os católicos encamparam para o reconhecimento público do ensino religioso nas escolas públicas, a imprensa católica teve um papel fundamental. As entidades católicas voltaram os seus veículos de comunicação para a defesa dos princípios básicos, defendidos pelo CDV. A principal e permanente reivindicação que figurava como princípio básico para os católicos na década de 1930, condizia com a possibilidade de que o ensino religioso funcionaria como substituto da educação moral para o conjunto da sociedade brasileira. Essas proposições referiam-se à possibilidade da ação pedagógica da Igreja Católica atingir

as classes mais populares no quadro da educação primária; ação esta tão crucial para a conduta moral e intelectual da sociedade. Sem isto, a Igreja corria o risco daquela fratura fatal entre uma religião de intelectuais e uma outra para o povo. A educação das massas era tão importante quanto a conquista espiritual e cultural das elites. A luta no campo político podia dar à Igreja acesso ao Estado e à legislação, mas seria um erro se descuidasse do acesso direto à população através da educação.<sup>51</sup>

Como orientação para as organizações e entidades católicas, a composição de uma ordem social cristã incidira, especialmente, sobre o tema da educação do povo e, imprescindivelmente, sobre a presença do

---

<sup>50</sup> HORTA, op. cit., 1994, p.98.

<sup>51</sup> LIMA Apud HORTA, op.cit., 1994, p.99.

ensino religioso nas escolas públicas. Essas preocupações eram recorrentes na imprensa católica catarinense. Todavia, a defesa da educação católica era tida, do mesmo modo, como prioritária nas negociações de D. Joaquim com os partidos políticos locais<sup>52</sup> e, necessariamente, deveria ser priorizada nos programas dos partidos que requeriam o apoio político da LEC e das entidades ligadas à CCB.<sup>53</sup>

Quanto à estratégia de apoio da LEC aos partidos políticos catarinenses, há uma carta de 07/03/1933 de D. Joaquim, destinada aos representantes da Legião Republicana Catarinense (LRC) e do Partido Republicano Catarinense (PRC), ao Sr. Antonio Carlos de Bittencourt e ao Dr. Bulcão Vianna. Nela, D. Joaquim comunica acerca das exigências para o devido apoio da LEC aos referidos partidos políticos. D. Joaquim, portanto, orientou tais dirigentes políticos para que os programas e estatutos das respectivas entidades políticas fossem revistos com o fito de estabelecerem disposições harmônicas com as ideias adotadas pela LEC. Essas modificações, incluindo o tema do ensino religioso, seriam atendidas de acordo com o Art. 15 da LEC que estabelecia o seguinte critério: “os candidatos aos votos do eleitorado da Liga se comprometerão por escrito a defender, no decorrer de todo o seu mandato, o programa apresentado pela mesma”. E na ocasião, D. Joaquim os instigou sobre a adesão dos republicanos, pois a ele, “folgaria em saber se seria possível qualquer declaração oficial da Legião nesse sentido”.<sup>54</sup>

Por um lado o plano político D. Joaquim dispunha de dispositivos institucionais eficientes e afinados com a sistemática nacional das entidades católicas, como o programa da LEC, para conseguir o maior número de adesões político-partidárias aos projetos da Igreja Católica. Por outro lado, o controle sobre a circulação de idéias e dos debates locais sobre a educação católica em jornais, revistas e outras modalidades de publicação deveriam se estender a algumas localidades de SC.

A tática imposta sobre o controle da circulação das informações pertinentes ao ideário católico nos jornais locais foi marcada pela via dupla da escritura e da oralidade que, conforme a

---

<sup>52</sup> Carta do Partido Republicano Catarinense a D. Joaquim Domingues de Oliveira. Florianópolis, 16/03/1933 (AHESC).

<sup>53</sup> Carta de D. Joaquim Domingues de Oliveira a Sr. Antonio Carlos de Bittencourt. Florianópolis, 07/08/1933 (AHESC).

<sup>54</sup> Carta de D. Joaquim Domingues de Oliveira a Sr. Antonio Carlos de Bittencourt. Florianópolis, 07/08/1933 (AHESC).

argumentação de Certeau (1999), ao serem instauradas, as antinomias que surgem, postulam o princípio de uma origem única, tendo como referência uma arqueologia fundadora, ou de uma conciliação final, baseada em um conceito teleológico específico. Para o referido autor, essas condições que sustentam tais antinomias, ao tomarem a forma de discursos, devem apontar para uma unidade referencial que está presente no jogo escriturístico, por se tratar de produzir um sistema, um espaço de formalização que busca como sentido, remeter a realidade a uma mudança e a uma eficácia social que possa atuar sobre a sua própria exterioridade.<sup>55</sup>

Nesse sentido, dentre os periódicos católicos catarinenses circulou o *Tolle lege Buletim* da Diocese de Joinville a partir de 1933. As colunas desse periódico eram dedicadas a expor e debater questões religiosas, arregimentar os católicos para os atos de fé, versava sobre assuntos que diziam respeito à defesa do modelo cristão-católico de educação, além de temas políticos diretamente relacionados ao clero catarinense. Em Lages havia o jornal “Santelmo” que, desde 1922, intitulava-se um jornal quinzenal com matérias independentes de artes, letras, ciências e sociologia, mas que dedicava uma página (em todas as edições) para reverenciar e fazer a defesa das proposições católicas em diversas frentes sócio-culturais e políticas.<sup>56</sup>

Quanto à penetração e abrangência das informações, os órgãos que compunham a imprensa católica agiam diretamente na formação da opinião pública e na mobilização de seus agentes sócio-culturais, tanto que em SC, o Jornal “O Apóstolo” mencionara em um de seus editoriais que deveria ser dado todo o auxílio à imprensa católica, porque “o povo acredita plenamente na letra de fôrma; tudo que o jornal disser adquire foros de sagrado [...] urge que a sociedade seja orientada por roteiros decididamente católicos”.<sup>57</sup>

Em meio aos assuntos que circulavam no Jornal “O Apóstolo”, cruzavam-se diversas informações que se adequavam ao

---

<sup>55</sup> Para Michel de Certeau, de acordo com as regras do jogo escriturístico, tal estratégia se relaciona ao fato de fazer com que “uma informação recebida da tradição ou de fora se encontre aí coligida, classificada, imbricada num sistema e, assim transformada; ou fazer que as regras e os modelos elaborados neste lugar excepcional permitam agir sobre o meio e transformá-lo [...] no final das contas, a empresa escriturística transforma ou conserva dentro de si aquilo que recebe do seu meio circunstancial e cria dentro de si os instrumentos de uma apropriação do espaço exterior”. CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 1999, p.226.

<sup>56</sup> Alguns volumes dos periódicos citados podem ser encontrados no setor CEOR da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

<sup>57</sup> Jornal “O Apóstolo”, Ano VIII, n.160, fev. 1937, p. 1.

discurso institucional das entidades católicas. Observando esse contexto, sob o prisma de um “sistema de formação conceitual”<sup>58</sup> específico, o apostolado secular<sup>59</sup> estabeleceu uma série de estratégias que deu lugar a um modo peculiar de coexistência das concepções da Igreja Católica em SC.

Todavia, é preciso delimitar o seu alcance na propagação das idéias católicas. Em seguida, localizar as especificidades de sua influência nas formas de enunciação do discurso católico sobre o ensino religioso nas escolas públicas, analisando o lugar institucional das entidades católicas e dos órgãos de divulgação das mensagens católicas. Assim, torna-se fundamental identificar a situação e os modos de inserção dos sujeitos que falam a partir dessas entidades e, na mesma medida, articulam discursos a favor delas.<sup>60</sup>

Na elaboração intelectual dos enunciados: “A Constituição sem Deus, a escola sem Deus”, evidencia-se uma estratégia operacional da Igreja Católica, destinando-se à racionalização e à normatização das atividades da militância católica com vistas ao “processo de sistematização e moralização das práticas e das representações religiosas”<sup>61</sup>, que incidem sobre a necessidade de restituir o ensino religioso nas escolas públicas.

Assim, as mobilizações católicas que culminaram na tentativa de implantação de uma ordem social cristã no Brasil, e a identificação dos seus desdobramentos para a questão do ensino religioso nas escolas públicas em SC, exigiram das organizações e entidades ligadas à Igreja

---

<sup>58</sup> Foucault demonstra que a existência de alguns esquemas (de seriação, de grupamentos simultâneos, de modificação linear ou recíproca), os enunciados podem se ligar uns aos outros, tipificando assim um discurso, uma vez que “os elementos recorrentes dos enunciados podem reaparecer, dissociar-se, recompor-se, ganhar em extensão ou em determinação, ser retomados no interior de novas estruturas lógicas, adquirir, em compensação, novos conteúdos semânticos, construir entre si organizações parciais”. Foucault, Michel. **Arqueologia do Saber**. 5. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997, p.67.

<sup>59</sup> O jornal “O Apóstolo” ressaltava na primeira página de sua segunda edição, em 1929, que o “apostolado secular”, seguindo as orientações das encíclicas papais, seria concebido dentro dos seguintes parâmetros: a) a participação dos seculares deveria ser organizada sob a direção das autoridades eclesásticas em sua ação externa (na sociedade) para que Cristo reinasse nos indivíduos, nas famílias, nas sociedades particulares e públicas; b) o princípio ativo do apostolado secular deveria ser o mesmo do apostolado sacerdotal, ou seja, a irradiação da doutrina cristã, mas em diversos meios de atuação e por distintos modos de aplicação dos ensinamentos católicos. Jornal “O Apóstolo”, Ano I, n.02, Agosto. 1929, p.01.

<sup>60</sup> Considera-se que o discurso religioso elabora estratégias relacionadas a uma prática esclarecida, pois através dela, o espaço religioso é construído de modo que coincida com o espaço social no nível da consciência individual. Foucault, Michel. **O nascimento da Clínica**. 4. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1994, p.33.

<sup>61</sup> BOURDIEU, op. cit., 2007, p.37.



Católica, a utilização de determinados instrumentos sociais e de mecanismos institucionais que permitissem produzir, reproduzir e difundir os bens religiosos, dando-lhes coerência intelectual e pertinência ética e dogmática.<sup>62</sup>

A existência de um cenário de disputas políticas sobre o modelo educacional mais viável ao governo provisório acarretou o equilíbrio de forças travado entre os defensores de uma política educacional laica e os partidários de um modelo católico de educação. Nesse sentido, D. Joaquim, por sua vez, articulou-se com as forças políticas locais como garantia de assegurar alguns direitos constitucionais ou publicados em Decretos, como também, confirmar a sua influência nas deliberações do poder executivo catarinense.

Essas intervenções da Igreja Católica em SC faziam parte de um projeto da Igreja Católica, que consistia em instruir o povo quanto aos deveres sociais, procedente do desenvolvimento que ia tomando a vida moderna. Outras intervenções consistiam, principalmente, em refutar os ataques dirigidos contra as verdades religiosas no terreno social.<sup>63</sup>

Os discursos de mobilização foram destinados a todos os católicos, contudo, voltaram-se também à unidade do clero catarinense e, em especial, à formação da militância laica em Florianópolis. Tais discursos passaram a ter uma maior importância na medida que permitiram dimensionar as relações de D. Joaquim com a estratégia das entidades católicas em âmbito nacional, principalmente com os intelectuais católicos que atuavam no CDV e com as orientações mais prementes do clero nacional. Através deles, é possível identificar as etapas de implantação do projeto educacional e os acordos políticos entre D. Joaquim e Nereu Ramos sobre a inserção da educação religiosa no sistema público de ensino em SC.

Portanto, são analisadas a relação de D. Joaquim com os partidos políticos catarinenses e seus representantes durante a definição da composição de quem iria representar SC na Constituinte de 1933 e

---

<sup>62</sup> Ibidem, 2007, pp.34-39.

<sup>63</sup> A ortodoxia católica não estava sozinha na cruzada a favor de estabelecer o programa de ação educativa católica. Tinha como apoiadores as diversas entidades sociais da época. A União Popular do Brasil (UPB) e a Liga Nacionalista de São Paulo (LBSP), ambas intercambiavam informações com a cúpula da igreja, tal como consta nos documentos que foram enviados a D. Joaquim. A LNSP endereçou em anos posteriores diversas mensagens ao arcebispo relatando o teor de suas reuniões e as inclinações filosóficas de suas palestras e doutrinações. Carta da Liga Nacionalista de São Paulo a D. Joaquim Domingues de Oliveira. São Paulo, 06/09/1921 ((AHESC).

com as entidades católicas que atuaram no processo de antecipação das proposições que seriam apresentadas e encaminhadas pelos católicos nos três anos que antecederam a convocação da ANC.

### 1.1 A Ordem Social Cristã no Brasil

A reestruturação do papel social e político da Igreja Católica a partir da Primeira República até a consolidação do Estado Novo abrangeu a ação restauradora da Igreja Católica no Brasil, que se caracterizou pelo processo de romanização do clero nacional e regional. Durante os quarenta e três anos que separaram a proclamação da República e a ANC, a Igreja Católica promoveu diversos diálogos com os governos republicanos a favor da implantação de uma ordem social na qual, ela pudesse desenvolver um papel de destaque na formação das pessoas. Em razão disso, em algumas situações, a Igreja Católica promoveu ilações políticas convenientes aos seus propósitos institucionais, mesmo sob intenso debate com alguns representantes políticos que defendiam algumas teses e concepções de cunho liberal e/ou positivista; em outras oportunidades, ela sustentou uma posição interveniente nos assuntos do Estado com críticas que se direcionavam aos paradigmas econômicos, políticos e sócio-culturais da época, restringindo o conteúdo de seus embates aos temas cruciais para a expansão de sua doutrina. De acordo com Mainwaring (2004),

a identificação da Igreja com o país era comum através das décadas de 20, 30, 40. Na visão da Igreja, o Estado deveria seguir sua doutrina social e proteger seus interesses, o sistema educacional, e os meios de comunicação, deveriam refletir os princípios e a doutrina católicos. Qualquer instituição que promovesse a secularização ou deixasse de seguir as determinações da Igreja era por ela atacada. O rádio, a imprensa, o cinema – todos considerados como vozes do mundo moderno – recebiam condenações ocasionais.<sup>64</sup>

Já o lugar que os católicos pretendiam ocupar na República, dependeria, necessariamente, de uma estratégia que proporcionasse maior visibilidade a doutrina social criada. Nesse sentido, um ano após a proclamação da República, a Igreja Católica organizou o primeiro congresso católico brasileiro em Salvador. Em 1908 realizou um segundo congresso no Rio de Janeiro. Tais eventos se notabilizaram como espaço de celebração pública da fé e do poder da Igreja Católica,

---

<sup>64</sup>MAINWARING, Scott. *A igreja Católica e a política no Brasil (1916-1985)*. São Paulo: Brasiliense, 2004, p.48.

ao mesmo tempo em que desempenharam a função de instrumento de articulação das forças católicas que estavam dispersas. Segundo Melo (2006),

a organização dos congressos católicos, no Brasil, representará o esforço efetivo de busca da unidade de ação necessária tanto ao aperfeiçoamento da ação evangelística, quanto, também, do reforço da ortodoxia doutrinária e da hierarquia no interior da estrutura eclesiástica. Neste sentido, os congressos católicos assumirão um importante papel na definição de uma rede de sociabilidade que, ultrapassando os limites da igreja, aos interesses da instituição religiosa, os membros leigos das elites políticas e intelectuais brasileiras e as associações leigas – integrando-as, dessa forma, à política romanizadora em curso. Espaços de produção e veiculação de uma crítica social católica, tendo em vista a busca de soluções religiosas para os problemas enfrentados pela nação.<sup>65</sup>

Assim, a Igreja Católica adotou uma postura de popularização de sua linha de ação e de sua ritualística como demonstração de força para congregar os católicos para ter condições de barganhar com o Estado algumas questões cruciais aos seus interesses. Ela contava com a possibilidade de que os Congressos Eucarísticos Nacionais de 1922 e 1933, recuperassem o espaço público das cidades e delinhassem novas abordagens de cunho religioso e político contra as forças que acuavam os católicos no âmbito privado. Outros eventos de grande porte, como a inauguração do Cristo Redentor e a consagração de Nossa Senhora da Aparecida<sup>66</sup> em 1931, corroboraram para a consolidação da autoridade

<sup>65</sup> MELO, Carlos Wellington Marins de. **A nação é católica**: educação e cidadania nas primeiras décadas republicanas (1890-1930). Franca: UNESP, 2006, p.75.

<sup>66</sup> Segundo José Murilo de Carvalho, usar um símbolo católico no sentido de representar a República, soaria como profanação, tal como ocorreu na experiência francesa do Segundo Império. Na experiência republicana brasileira, como Maria foi utilizada como uma arma anti-republicana na Primeira República, a Igreja Católica para incentivar o culto mariano, fez uso da imagem de Nossa Senhora da Aparecida: “a partir do início do século, começaram as romarias oficiais. Em 08 de setembro de 1904, Nossa Senhora da Aparecida foi coroada rainha do Brasil [...] não havia como ocultar a competição entre a igreja e o novo regime pela representação da nação. O processo culminou na década de 1930. Em 1930, Pio IX declarou Nossa Senhora da Aparecida padroeira do Brasil. no ano seguinte, D. Sebastião Leme, perante uma multidão congregada no Rio de Janeiro, a consagrou rainha e padroeira do país. CARVALHO, José Murilo de. **A formação da alma**: o imaginário da república no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, pp.93-94.

da Igreja Católica, como promotora da ordem, da submissão e da disciplina no interior das consciências e para o revigoramento do discurso conservador católico, no momento em que se apropriara de recursos de imagem, característicos da cultura moderna, embutindo-os em sua ação de mobilização dos indivíduos e de ordenação da sociedade.<sup>67</sup> Dias (1996), ainda indica o seguinte:

Autoridade e ordem foram se constituindo em um esforço mútuo à medida que vários elementos se articulavam: uma doutrina de referência, um processo de articulação entre o episcopado brasileiro, a formação de uma elite intelectual, a organização de grupos intermediando as relações entre hierarquia e fiéis e a promoção de grandes movimentos religiosos massivos. Toda a obra de restauração católica orientava-se por uma imagem determinada de sociedade: idealizava-se um ordenamento social cuja autoria era sempre atribuída a Deus. Toda argumentação sobre a ordem culminava invariavelmente, como vimos, na proposta da autoridade, na tentativa de convencer os interlocutores quanto à necessidade e ao valor da existência de alguém, dotado de amplos poderes, para zelar pela própria ordem.<sup>68</sup>

Nesse contexto, tanto a Igreja Católica quanto o Estado preocupavam-se em se inserir como protagonistas da “ordem pública”. Esse período, pautado por significativas transformações políticas na Europa<sup>69</sup> e, principalmente no Brasil e na América do Sul<sup>70</sup>, exigiu da Igreja Católica algumas reformas. Nesse período, a formação do quadro

---

<sup>67</sup> DIAS, op. cit., 1996, pp. 107-145.

<sup>68</sup> Ibidem, 1996, p.133.

<sup>69</sup> Segundo Beired, baseando-se em Hobsbawn, a velha ordem liberal constituída ao longo do século XIX, ao desabar, abriram-se precedentes para um “cenário de dúvidas quanto à nova ordem que substituiria os destroços da era do liberalismo, cuja ideologia servira até então para configurar o sistema de relações internacionais e a política interior dos Estados Nacionais. Por meio da Revolução Russa e da ascensão do Facismo, a extrema-esquerda e a extrema-direita transformaram-se nas grandes forças emergentes que se propuseram como tarefa disputar o caráter de nova ordem mundial e os destinos da humanidade. A partir de então, uma vigorosa direita política estendeu seus tentáculos pela Europa, com um programa nacionalista, antiliberal, antiigualitário, xenófobo e por vezes, anti-semita e imperialista”. BEIRED, José Luis B. **Sob o signo da nova ordem: intelectuais autoritários no Brasil e na Argentina (1914-1945)**. São Paulo: Loyola, 1999, pp.12-24.

<sup>70</sup> Em decorrência do cenário político europeu, desenvolveu-se na Argentina e no Brasil, foco da pesquisa de Beired: “um modelo de Estado intervencionista que fundou sua legitimidade na defesa do desenvolvimento econômico, da integração territorial, dos direitos sociais, tudo isso em nome do interesse nacional”. Ibidem, 1999, p19.

organizacional do clero, com base na disciplina e na hierarquia, constituiu-se como prioritários a partir das determinações de Roma.

Como extensão dessas novas diretrizes estabelecidas por Roma, houve o reposicionamento estratégico da Igreja Católica no Brasil para atender as estratégias políticas dos grupos oligárquicos nas diversas regiões do país.<sup>71</sup> Certamente, algumas dessas transformações foram estruturando as concepções de D. Joaquim sobre a relação da Igreja Católica com a sociedade e com o Estado.<sup>72</sup>

Com a transferência de D. Becker para a Arquidiocese de Porto Alegre (1912) e a renúncia ao cargo por parte do padre João Borges, D. Joaquim foi nomeado de modo urgente para assumir, como bispo, a recém criada Diocese de Florianópolis.<sup>73</sup>

Os passos iniciais do apostolado de D. Joaquim, caracterizaram-se pelo acompanhamento à família, às instituições-chave para a difusão de uma axiologia cristã que tivesse penetração nos lugares estratégicos da administração pública como a escola, as forças armadas, as organizações sociais de trabalhadores, a imprensa e os meios de divulgação cultural.

---

<sup>71</sup> MICELI, Sérgio. **A elite eclesíastica brasileira**. Rio de Janeiro: B. Brasil, 1988, pp.15-35.

<sup>72</sup> Nascido em 1878 na cidade de Vila Nova de Gaia em Portugal, D. Joaquim viera ainda criança com a família para residir em São Paulo. Destinado pelo pai a seguir a carreira Jurídica, estudara em escolas públicas e depois no Liceu Sagrado Coração de Jesus da congregação dos Salesianos que lhes despertaram os primeiros germes da vocação. Em seguida, ao terminar os estudos secundários no Ginásio Paulista, matriculara-se na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, mas fizera a opção espontânea de se inserir no Seminário Episcopal de São Paulo em 1889. Quatro anos passados de sua ordenação como padre, dirigiu-se a Roma em 1905 com o intuito de complementar os estudos que vinha realizando sobre o Direito Canônico, sendo que dois anos depois recebera o título de *Doctor sive magister*. BESEN, José Artulino. **Dom Joaquim Domingues de Oliveira**. Florianópolis: IOESC, 1979, pp.06-10.

<sup>73</sup> Em um discurso proferido em 1964, como parte das comemorações do Áureo Jubileu Episcopal, D. Joaquim relata tais momentos que definiram a sua indicação ao cargo de Bispo de Florianópolis: “Desconcertante, porém, o que estava reservado a nós, mesmo no dia 26 de março, quinta-feira, às 8 horas da noite menos dez minutos, na Estação da Luz, chegada de D. Duarte, que regressava do Rio, depois de alguma demora em Mogi das Cruzes, o qual, com desusada formalidade, recebidos os cumprimentos de estilo, nos confia o telegrama que lhe passara de Petrópolis para aquela metrópole o Sr. Nuncio Apostólico, ao tempo de D. José Bavona, e que aqui citamos textualmente, pois ainda o conservamos em nosso poder: Petrópolis, 26 de março, às 14 horas e 50 minutos. – Peço comunicar Côn. Domingues nomeação Bispo Florianópolis pt segue carta pt (A) Nuncio. A carta, com efeito, não demorou, e trazia a mesma data de 26 de março. Como? Tantas dúvidas, tantas demoras, tantas medidas, para que afinal a bomba viesse rebentar em nossas mãos? Nós que nem sequer havíamos pensado numa simples possibilidade? Que, pelo contrário, na melhor das intenções nos esforçávamos em prol dos outros? Só nos coube volver os olhares para a nossa pequenez, sem poder desvendar os desígnios ocultos da providência” (BESSEN, 1979, p. 8).

Na década de 1920, a mensagem pastoral de D. Joaquim se concentrava na literatura normativa da Igreja Católica que, à medida que alcançou uma dimensão prática, precisou se legitimar por determinados valores axiológicos<sup>74</sup> e por disputas efetivas nos campos político e educacional. Tal literatura cria para si questões teórico-explicativas sobre a sociedade moderna e estratégias no sentido de legitimar a crença na harmonização das classes sociais pelo consenso entre as partes (ricos e pobres, patrões e empregados), balizada por instituições públicas que deveriam agir como mediadoras do equilíbrio social.<sup>75</sup>

Na década de 1930, as intervenções de D. Joaquim se concentraram em duas frentes de atuação: a) A primeira, seguiu a lógica de que cada Arquidiocese deveria dispor, segundo Miceli (1988), de determinadas estratégias de acordo com a importância política e conforme o nível de contribuição econômica da unidade federativa em que a Arquidiocese estivesse atuando. Essas condições se tornaram fundamentais para a manutenção do pacto oligárquico. A consolidação dessa política de expansão da influência da Igreja Católica tivera como fator comum, recrutar os seus componentes dentro da própria oligarquia local, destacando-se a origem da maioria dos representantes eclesiásticos pelas diversas regiões do Brasil.<sup>76</sup> No caso de SC, região com um destaque menor no cenário federativo, estabelecido pela República, D. Joaquim foi assegurando, gradativamente, a sua presença como autoridade eclesiástica. Desde as demandas iniciais de sua diocese fizeram com que ele declinasse a favor da idéia de que a sua relação com a autoridade civil e com os administradores públicos deveria

---

<sup>74</sup> Axiologia: “a teoria dos valores”, reconhecida como parte importante da filosofia ou mesmo como a totalidade da chamada filosofia dos valores e por tendências congêneres. Recentemente introduziu-se um novo termo (axiocêntrico) para afirmar a prioridade do valor sobre a realidade, do dever ser sobre o ser, no sentido de que também o juízo existencial implica a distinção de valor entre verdade e falsidade ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de filosofia**. 2. ed. São Paulo: M. Fontes, 1998, pp.100-101.

<sup>75</sup> “É com toda a confiança que nós abordamos este assunto, e em toda a plenitude do Nosso direito; porque a questão de que se trata é de tal natureza, que, se não apelamos para a religião e para a Igreja, é impossível encontrar-lhe uma solução eficaz. Ora, como é principalmente a nós que estão confiadas a salvaguarda da religião e a dispensação do que é do domínio da Igreja, calarmo-nos seria aos olhos de todos trair o Nosso dever. Certamente uma questão desta gravidade demanda ainda de outros a sua parte de actividade e de esforços; isto é, dos governantes, dos senhores e dos ricos, e dos próprios operários, de cuja sorte se trata. Mas, o que Nós afirmamos sem hesitação, é a inanidade da sua acção fora da Igreja. E a Igreja, efectivamente, que haure no Evangelho doutrinas capazes de pôr termo ao conflito ou ao menos de o suavizar, expurgando-o de tudo o que ele tenha de severo e áspero” Carta Encíclica *Rerum Novarum*. **Documentos Pontifícios**. Rio de Janeiro: Vozes, 1956, p.68.

<sup>76</sup> MICELI, op cit., 1988, pp.67-74.

atender a um modelo de convivência política conformada à harmonia entre os poderes para prover a tranqüilidade e o progresso de todos.<sup>77</sup> b) A segunda, pode ser observada no diálogo registrado em cartas de D. Joaquim com os intelectuais católicos e com as entidades representativas da Igreja Católica. Nesse sentido, na organização de uma militância católica em SC, a imprensa católica teve uma participação fundamental, seja na difusão de idéias e nos procedimentos práticos, voltados à manutenção de núcleos de ação política, seja na ampliação das mensagens de cunho evangelizador e moralizador dos costumes.

No diálogo de Alceu Amoroso Lima com D. Joaquim, torna-se nítida a preocupação de ambos com uma postura mais ativa da militância católica em Santa Catarina nos cinco primeiros anos da década de 1930. Em uma dessas cartas, D. Joaquim é alertado para o fato de que existia uma fonte de erro que perpassava toda a sociedade e que se apresentava permanentemente aberta, senão com a cumplicidade ativa, mas pelo menos com a cumplicidade passiva dos governos, que, por ignorância ou displicência, relegavam para um plano secundário os graves interesses da alma humana.

A referida carta fazia alusão à idéia de que, aos católicos, somente restaria a esperança de cristianizar as instituições republicanas, despertando nas almas dos dirigentes políticos, um pouco do espírito de renúncia e uma noção mais clara de seus deveres. Em relação ao êxito que foi obtido pelos católicos no texto constitucional de 1934, afirmava-se que os católicos deram um grande passo já que a constituição recém promulgada abria novos horizontes à ação saneadora em relação aos bons costumes.<sup>78</sup>

Um ano antes do envio da referida carta, Alceu Amoroso Lima já havia exposto o novo plano de ação do CDV a D. Joaquim.<sup>79</sup> As orientações principais deste plano conduziriam os católicos ao estabelecimento de uma unidade com todas as associações pertencentes

---

<sup>77</sup>Dom Joaquim Domingues de Oliveira. Primeira Carta Pastoral. Saudando aos seus diocesanos, São Paulo: Tip. Escolas Profissionais Salesianas, 1914, PP.01-14..

<sup>78</sup>Carta de Alceu Amoroso Lima a D. Joaquim Domingues de Oliveira. Rio de Janeiro, 18/07/1934 (AHESC).

<sup>79</sup>Os primeiros contatos de D. Joaquim com o CDV reportam-se ao mês de novembro de 1923, em carta enviada à prelazia catarinense com o fim de angariar fundos para a construção da sede desta instituição no Rio de Janeiro. Carta de Jackson de Figueiredo a D. Joaquim. Rio de Janeiro, 27/11/1923 (AHESC); e outra de dezembro de 1928 na forma de anúncio da morte de Jackson de Figueiredo, ocorrida em novembro do mesmo ano. Na ocasião, Alceu Amoroso Lima fora anunciado o novo presidente do CDV. Carta de Périclo Gomes a D. Joaquim. Rio de Janeiro, 14/12/1928 (AHESC).

à CCB. Alceu Amoroso Lima defendia uma ação em torno dos princípios católicos.

Para ele, o mais importante seria impedir o triunfo do mal e lutar para o prevailecimento do corpo político que estivesse afinado com a ética e a moral católicas.<sup>80</sup>

Quanto à organização dos católicos militantes, eles deveriam evitar os protestos isolados e teriam que buscar a unanimidade entre eles. Assim, a CCB tinha como missão congregar algumas entidades católicas para que pudessem representar o pensamento de toda a coletividade católica brasileira, nos terrenos eleitoral, cultural e sindical. Ao clero catarinense foi solicitado, como conteúdo dessa mesma carta a D. Joaquim, que indicasse uma pessoa para cada área de atuação organizacional dessas entidades. O sentido dado a essa iniciativa era o de que o representante escolhido se responsabilizasse em propagar as idéias e os ideais dessa coligação de entidades representativas.

A escolha dos representantes catarinenses foi prontamente atendida em uma carta-resposta com a indicação de todos os cargos solicitados.<sup>81</sup> O plano da ACB em relação às regiões do Brasil era que, para cada setor da sociedade, houvesse um representante autorizado e adequadamente qualificado.

Embora oriundos de áreas de atividades distintas, os representantes dessas entidades eram integrados dentro da unidade de ação pretendida pelo CDV. Assim, para representar o CDV deveria ser enviado um intelectual católico para atuar junto às dioceses. Uma pessoa da máxima confiança do arcebispo e articulado com diversas atividades da arquidiocese local.<sup>82</sup> Na AUC, os representantes deveriam atuar nos lugares em que houvesse escolas superiores em que, somente poderia ser escolhido um moço acadêmico, que se vinculasse plenamente com o espírito do apostolado e do sacrifício e que não recuasse nos momentos de dificuldades em relação aos embates políticos.<sup>83</sup>

---

<sup>80</sup> Carta de Alceu Amoroso Lima a D. Joaquim Domingues de Oliveira. Rio de Janeiro, 10/02/1933. (AHESC).

<sup>81</sup> Como representantes foram selecionados o Dr. Antonio Bottini (Centro D. Vital); o Sr. Emanuel Fontes (AUC); Sr. Pedro Evaristo Dias – Federação dos Operários Católicos (FOC); Sr. Oscar de Oliveira Ramos – Confederação da Imprensa Católica (CIC). Carta de D. Joaquim Domingues de Oliveira a Alceu Amoroso Lima. Rio de Janeiro, 24/05/1933 (AHESC).

<sup>82</sup> Carta de Alceu Amoroso Lima a D. Joaquim Domingues de Oliveira. Rio de Janeiro, 10/02/1933 (AHESC).

<sup>83</sup> Carta de Alceu Amoroso Lima a D. Joaquim Domingues de Oliveira. Rio de Janeiro, 10/02/1933 (AHESC).



Na LEC, o escolhido deveria estar preparado para atuar junto à classe política e arregimentar os eleitores. Partia-se da idéia de que, enquanto os dirigentes e legisladores fossem escolhidos por meio de escrutínios e pela força numérica dos plebiscitos, os católicos não poderiam fugir do direito do voto. A recomendação era a de que o representante escolhido deveria estar plenamente convicto de que os guias da nação sairiam das urnas. A constatação do CDV era a de que, caso não conseguissem os seus intentos políticos, a culpa seria das organizações e entidades ligadas à ACB pelo fato de não esclarecerem o eleitorado católico. Assim, a LEC teria a incumbência de solucionar esse problema, sendo que os seus representantes deveriam ser pessoas que estivessem dispostas e prontas para se sacrificarem em prol das causas católicas.<sup>84</sup>

Conforme o entendimento que Alceu Amoroso Lima emite a partir dos informes da FOC, a mobilização dos operários era de suma importância, dado ao fato de que, conforme suas constatações, a situação do país estava confusa e indistinta sob o ponto de vista político. Como discurso de mobilização, indicava-se a possibilidade de o governo provisório adotar uma postura, diante dos “males do país”, que permitiria a implantação de um regime socialista moderado. Incontestemente, o socialismo representaria uma ameaça aos postulados da Igreja Católica que o via como impróprio ao Brasil.<sup>85</sup>

Alceu Amoroso Lima informa a D. Joaquim que seria imprescindível que houvesse uma movimentação junto ao operariado católico para que o mesmo também falasse alto e impusesse a sua vontade. Como a legislação em vigor exigia a sindicalização operária a fim de a mesma poder manifestar-se como entidade de classe, foi necessário que se realizasse a sindicalização dos operários católicos antes que os supostos inimigos da Igreja Católica cuidassem de obtê-la para si.<sup>86</sup>

---

<sup>84</sup> Carta de Alceu Amoroso Lima a D. Joaquim Domingues de Oliveira. Rio de Janeiro, 10/02/1933 (AHESC).

<sup>85</sup> Carta de Alceu Amoroso Lima a D. Joaquim Domingues de Oliveira. Rio de Janeiro, 10/02/1933 (AHESC).

<sup>86</sup> A lei de sindicalização impedia a manifestação religiosa ou política dos sindicatos. Mas, astutamente, a AC se dizia dispor de um recurso para anular esse dispositivo que consistia na sindicalização dos operários de acordo com a lei, tendo como hipótese, reuni-los em círculos que poderiam agir dentro dos princípios da igreja, sob a forma estatutária de uma entidade civil. Carta de Alceu Amoroso Lima a D. Joaquim Domingues de Oliveira. Rio de Janeiro, 10/02/1933 (AHESC).

A ABC teria como meta aglutinar os católicos em torno do incentivo e da prática da boa leitura.<sup>87</sup> Não era muito diferente a missão da CIC nesse projeto do CDV, cujo ideal se centrava em possibilitar a existência de um diário católico no Rio de Janeiro que atingisse todas as regiões uma vez que a pretensão era centralizar o serviço de toda imprensa católica na capital federal.<sup>88</sup>

Seguia-se a orientação de D. Sebastião Leme que era a de não permitir que a imprensa caísse nas mãos dos inimigos, já que ela representava uma ótima tática moderna para a difusão do pensamento católico no Brasil.<sup>89</sup> O plano de estabelecer um núcleo centralizado de imprensa no Rio de Janeiro satisfazia aos imperativos organizacionais e administrativos da ACB, embora não fosse benéfico para as articulações locais entre a igreja e as oligarquias regionais.

Contudo, em SC, as principais dioceses já vinham divulgando as suas considerações e avaliações sociais e políticas sobre os assuntos que as interessavam, através dos seus órgãos locais de imprensa. O posicionamento estratégico da Igreja Católica em SC, em torno da necessidade de comunicação com a sociedade catarinense e florianopolitana, centrou-se na estruturação e disposição de seu apostolado secular.<sup>90</sup> Para viabilizar tal mobilização, foi necessário contar com o envolvimento dos intelectuais e políticos católicos locais na divulgação dos parâmetros norteadores da ação social da Igreja Católica. O propósito dessa ação social consistia em ampliar a capacidade de influência do clero por meio da circulação de informações

---

<sup>87</sup> Carta de Alceu Amoroso Lima a D. Joaquim Domingues de Oliveira. Rio de Janeiro, 10/02/1933 (AHESC).

<sup>88</sup> Carta de Alceu Amoroso Lima a D. Joaquim Domingues de Oliveira. Rio de Janeiro, 10/02/1933 (AHESC).

<sup>89</sup> Todas essas estratégias se inseriam numa lógica em que, através da aplicação incisiva de uma linguagem religiosa específica, essas organizações pretendiam determinar os critérios de organização da realidade, assim como, conduzir-se por um conceito de mundo que integrasse e interpretasse os eventos de modo peculiar. Considera-se, todavia, que essas entidades que compunham a unidade da igreja, interagiram continuamente com as mudanças, reestruturando-se conforme a capacidade de interpretação da sociedade e acomodando-se, estrategicamente, a um sistema de símbolos incorporados na cultura brasileira. BISSON, Mauro Polacow. Brincando nos campos do senhor: religiosidade, pós-modernismo e interpretação. IN: RAGO, Margareth; GIMENEZ, Renato Aloizio de Oliveira (orgs.). **Narrar o passado, repensar a história**. Campinas: Unicamp, 2000, pp. 203-214.

<sup>90</sup> Nesse sentido, a hierarquia da Igreja Católica, as entidades e os órgãos de imprensa católicos tinham a convicção de que “Os principais diretivos do apostolado secular, não devem ser meramente negativos, mas construtivos, quer dizer, que os apóstolos seculares não só devem contentar em evitar o mal e desterrar o erro, mas deve levantar o edifício das instituições católicas e cooperar para a difusão e desenvolvimento das idéias católicas. *Jornal “O Apóstolo”*, Ano I, n.2, ago. 1929, p.01.

nos jornais ligados à arquidiocese de Florianópolis e às dioceses regionais (Joinville e Lages).

A principal estratégia era fazer com que os leitores dos jornais católicos, mas principalmente os leitores do jornal “O Apóstolo”, adotassem uma postura de propagandistas das idéias veiculadas em suas páginas. O entendimento que se passou a ter entre os católicos era o de que o verdadeiro apóstolo secular deveria difundir os princípios sociais católicos e promover o estreitamento de determinados laços pessoais e institucionais, numa cadeia de comunicação de idéias e de afetos cristãos.<sup>91</sup>

Todo o destaque era dado à maneira como estava sendo conduzida a discussão sobre o ensino religioso nas escolas públicas. O recorrente aparecimento deste tema nos meios de divulgação católicos, nos anos que antecederam a constituinte de 1933, determinou a sua relevância como matéria constitucional e mobilizou, em sua defesa, os políticos e os intelectuais engajados nas hostes católicas.

Os discursos sobre a educação católica nas escolas públicas, divulgados na imprensa católica de SC, condicionaram-se a uma série de cruzamentos em que a necessidade de estabelecer uma forma de mensagem unitária, tornou possível perceber que tais divulgações, obedeciam a determinada ordem descritiva, composta por esquemas de distribuição, de generalização ou de especificação progressiva sobre os enunciados. Nesse sentido, a recorrência de determinados enunciados permitia que distintas considerações sobre a educação fossem retomadas no interior de novas estruturas lógicas.<sup>92</sup>

A estratégia do jornal “O Apóstolo” era complementar as suas informações principais remetendo o leitor a uma leitura sobre como educar as novas gerações na mesma medida em que fomentava valores concernentes à moral cristã de modo abrangente.

Nessas narrativas, transitavam personagens bíblicos, santos, mártires, educadores católicos e personalidades da sociedade que eram lidos sob a condição de propagadores de princípios gerais, cujas premissas deveriam ser aceitas, visando a instalação de um modelo de raciocínio cristão-católico exemplar. Observou-se que o tema de

---

<sup>91</sup> Jornal “O Apóstolo”, Ano I, n.1, jul. 1929, 01.

<sup>92</sup> Tomando por base a compreensão de Foucault sobre a recorrência dos enunciados, eles reaparecem, dissociam-se, recompõem-se e são retomados no interior de novas estruturas lógicas. Podem em decorrência disso, adquirir “novos conteúdos semânticos, construir entre si organizações parciais; essa análise refere-se a um nível de certa forma pré-conceitual, ao campo em que os conceitos podem coexistir e às regras às quais esse campo está submetido”. FOUCAULT, op.cit., 1997, p.67.

algumas matérias presentes nas colunas de “O apóstolo”, conciliava-se com as preocupações das entidades católicas no Brasil e em SC sobre a formação do povo, especificamente, sobre a necessidade de assegurar a consolidação do ensino religioso nas escolas públicas.

O exame realizado sobre o conjunto de informações que eram veiculadas nas colunas do jornal “O Apóstolo”, possibilitou recompor as estratégias de adesão dos católicos que tinham em vista a elaboração de um plano de atuação conjunta e sistemática, cujo desejo da militância católica era o de formar um modelo de cidadania que estivesse vinculado à ética e à moral católicas. Tais condições possibilitaram a reformulação do método e da forma de aplicação da catequese que se dinamizou em função de novas demandas impostas à Igreja Católica. Assim, a catequese se deslocou de seu lugar tradicional e original de formação religiosa e passou a atender aos interesses políticos do clero catarinense, formando politicamente o leitor do jornal “O Apóstolo” nos três anos que antecederam a ANC.<sup>93</sup>

Dentro de um contexto de eleições partidárias para a composição da representação parlamentar catarinense que seria eleita para atuar na ANC, a coluna “O catecismo do cidadão católico”<sup>94</sup> significou para a Igreja Católica em SC, um novo lugar, como também, uma nova metodologia de aplicação dessa modalidade de catecismo aos católicos adultos, justamente ao tentar conduzir a escolha política e partidária desses indivíduos a favor dos representantes políticos afeitos às propostas do clero sobre o ensino religioso nas escolas públicas.

Conforme as estratégias do clero catarinense, necessariamente, a formação de valores voltada para a cidadania perpassaria uma forma peculiar de educar própria da ordem moral religiosa. Lançando mão de conceitos políticos como o de “cidadão”, o jornal “O apóstolo” buscou transferi-lo e ajustá-lo tal qual uma norma ética voltada a uma visão de mundo cristã e condicionando-o aos interesses e valores próprios da hierarquia da Igreja Católica e dos intelectuais católicos.

---

<sup>93</sup> Nas leituras realizadas no Jornal “O Apóstolo”, foi possível identificar que a catequese adotou como doutrina: a profissão da fé batismal, que funciona como uma redefinição simbólica da individualidade, vertida a um estatuto ético cristão; os sacramentos da fé como a revelação de Deus, por meio de uma linguagem litúrgica apropriada e ritualizada em que o homem busca em Deus as respostas fundamentais à vida cristã; e a oração, que recobre o aspecto mais íntimo da revelação de Deus ao homem.

<sup>94</sup> A coluna “O catecismo do Cidadão Católico” foi veiculada com regularidade semanal até 1932.

No processo moralizador das noções religiosas<sup>95</sup>, uma série de valores referentes à ética política: conceitos de cidadania, democracia, igualdade, liberdade, fraternidade atribuídos à ação do Estado, foram reelaborados e convencionados ao “Apostolado Secular” da Igreja Católica. Os novos instrumentos de comunicação como a imprensa e as editoras católicas corroboraram para ampliar a divulgação das ideias católicas.

O novo lugar da catequese não retirou da catequese tradicional a sua essência e a sua finalidade moral. Ao contrário, o redimensionamento da catequese ao seu novo lugar, transferiu relativamente a sua função religiosa para finalidades voltadas à formação política. Assim, a Igreja Católica objetivou com a sua veiculação na imprensa católica, atender aos procedimentos de interlocução das entidades católicas com a sociedade civil e com os diversos setores da política.

## 1.2 Jornal “O Apóstolo”: O novo lugar da catequese

O Jornal “O Apóstolo”, inicialmente editado mensalmente, órgão de imprensa do Apostolado da Oração, teve sua primeira edição em 1929. Conforme Ribas (2009), o referido jornal foi concebido, como representante da boa imprensa em SC. A partir de 1931 passou a ser editado quinzenalmente e foi transferido para a Congregação Mariana de Florianópolis. Em todos esses estágios de existência do jornal “O Apóstolo”, a sua finalidade maior, era a de emitir mensagens e discursos normatizadores para a sociedade catarinense.<sup>96</sup>

Não menos importantes foram, também, as tentativas da Congregação Mariana Nossa Senhora do Desterro, de posicionar o jornal “O Apóstolo” como um instrumento de formação política durante o período de discussão acerca dos temas da nova constituição que teve o seu desfecho em 1934.

O que se denomina como um novo lugar ocupado pela catequese na coluna “O catecismo do cidadão católico” (item 1.2.1), presente no jornal “O Apóstolo”, evidencia a existência de novas

---

<sup>95</sup> No processo moralizador das noções religiosas, Bourdieu (2007) percebe que algumas noções menos sistematizadas, tidas como mágicas, são transferidas para noções mais estruturadas em que sistemas objetivamente sistemáticos de crenças tornam-se ideologias religiosas. BOURDIEU, op. cit., 2007, pp.38-39.

<sup>96</sup> RIBAS, Ana Cláudia. A “Boa Imprensa” e a “Sagrada Família”: sexualidade, casamento e moral nos discursos da imprensa católica em Florianópolis – 1929/1959. Florianópolis, UFSC, 2009, p.13. (Dissertação)

destinações ao conteúdo doutrinário que integravam o catecismo católico. Destinava-se, sobretudo, a atender à organização política da militância católica nos quatro primeiros anos da década de 1930.

Aplicando novos instrumentos de apresentação e de veiculação-divulgação de sua mensagem cristã e, diferenciando-se em relação ao conteúdo que estruturava os aspectos tradicionais da catequese, os órgãos católicos de imprensa em SC insistiram na reeducação dos católicos para a vida pública, voltando-os para a necessidade de a doutrina religiosa ser legitimada como fundamento de disciplina social.<sup>97</sup>

Contudo, ressalva-se que as entidades católicas se inclinaram para o soerguimento da cidadania católica inserida nesse contexto político, no qual, a Igreja Católica ao pretender auxiliar o Estado na resolução das contradições sociais e ao antecipar a formação do cidadão católico pelo ingresso de sua individualidade na coletividade cívica e cristã, propiciou ao Estado a “domesticação das consciências em proveito da burocracia laica”.<sup>98</sup> Outrossim, tanto a igreja quanto o Estado esperavam arrefecer os excessos políticos que sedimentavam as lutas de classe, como também, corrigir possíveis equívocos liberais na condução da administração pública no país, ao tentar restaurar a ordem econômica capitalista evitando o uso da violência estatal. Segundo Romano,

para cumprir eficazmente esta missão, o catolicismo reformulou sua própria estrutura e buscou afirmar-se imaginariamente acima das várias classes [...] possuidora da revelação da ordem, a Igreja ofereceu ao Estado, não

---

<sup>97</sup> Mesmo antes da década de 1930, a moral religiosa ocupou lugar de destaque, sobretudo como instrumento de disciplina social. Versando sobre a questão do ensino religioso e a sua relação com a educação cívica e com a instrução moral na década de 1920, Horta indica que havia a preocupação do presidente Artur Bernardes com a educação moral e cívica da mocidade, já que o ensino religioso havia sido retirado das escolas, no início da república. Posteriormente, com Francisco Campos, a doutrina católica torna-se “não apenas uma doutrina religiosa, mas uma doutrina de Estado [...] e a doutrina católica seria para o Estado não apenas um instrumento capaz de garantir a preservação da hierarquia e da autoridade, mas também um instrumento de luta ideológica [...] tratava-se da utilização da doutrina católica como instrumento de luta contra as ideologias internacionalistas, de legitimação do autoritarismo e de afirmação do nacional”. HORTA, José Silvério Baía. A Constituinte de 1934: comentários. In: FÁVERO, Osmar (org.). **A educação nas constituintes brasileiras: 1823-1988**. Campinas: Autores Associados, 1996, pp.149-150.

<sup>98</sup> ROMANO, Roberto. **Brasil: Igreja contra Estado**. São Paulo: Kairós, 1979, p.149.

sem condições, uma formidável máquina burocrática de controle dos dominados.<sup>99</sup>

Em meio ao processo de hierarquização da organização eclesiástica e à movimentação dos grupos católicos organizados, a Igreja Católica deparou-se com um conjunto de novas exigências advindas do diálogo com a sociedade e com o Estado, admitindo em sua estrutura religiosa o reconhecimento das mudanças sociais produzidas nos fiéis, em suas ideias e em seus desejos individuais. Julia (1988) afirma o seguinte:

Há uma continuidade de ida e volta, uma infinidade de reações entre os fenômenos religiosos, a posição dos indivíduos no interior da sociedade e os sentimentos religiosos desses indivíduos. A densidade de população, as comunicações mais ou menos extensas, a mistura de raças, as oposições de textos, de gerações, de classes.<sup>100</sup>

Assim, a formação do católico, desde 1930, não se restringiu a mera participação nos sacramentos, mas teve que se concatenar com outros afazeres de ordem propagandista. As novas prerrogativas do catecismo ficaram a cargo de especialistas que, diferentemente dos consumidores, articularam estratégias em um domínio reservado. De acordo com Bourdieu, na distribuição do capital religioso correspondem,

os tipos opostos de relações objetivas (e vividas) com os bens religiosos e, em particular, tipos opostos de competência religiosa, a saber, de um lado, o domínio prático de um conjunto de esquemas de pensamento e de ação objetivamente sistemáticos, adquiridos em estado implícito por simples familiarização, e portanto comuns a todos os membros do grupo e praticados segundo a modalidade pré-reflexiva e, de outro lado, o domínio erudito, de um corpus de normas e conhecimentos explícitos, explícita e deliberadamente sistematizados por especialistas pertencentes a um instituição socialmente

---

<sup>99</sup>Ibidem, 1979, pp. 145-146.

<sup>100</sup>JULIA, Dominique. A religião: história religiosa. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre (orgs.). **Historia**: novas abordagens. Rio de Janeiro: F. Alves, 1988, p.106.

incumbida de reproduzir o capital religioso por uma ação pedagógica expressa”<sup>101</sup>

Assim, a igreja promoveu a reelaboração de determinadas concepções acerca do indivíduo católico e de sua atuação na sociedade brasileira. A Coluna “O catecismo do cidadão católico” do Jornal “O Apóstolo”, recrudescer a necessidade inicial de formação política das hostes católicas em exercício em SC, nos quatro anos que antecederam a promulgação da Constituição de 1934 e possibilitou o surgimento de uma modalidade diferente de pôr em prática o modo de educar e instruir pelo catecismo.

O discurso que se instituiu nessa modalidade teve por função racionalizar os fatos políticos por meio de interpretações e transfigurações teológicas e teleológicas. Nessa linha, segundo Romano,

cada ato humano é transfigurado pela interpretação teológica que lhe atribui sentido dentro do plano divino para a História, concebido este em sua mais ampla extensão e englobando o homem todo e todos os homens, para utilizar a expressão eclesiástica habitual. A fim de reconhecer este plano infuso na história humana em sua generalidade, é empregada toda uma técnica de interpretação dos sinais de Deus, ao mesmo tempo que se opera com as mais variadas representações culturais e políticas da sociedade. Atentar para o modo singular como os vários discursos no interior da igreja desenvolvem para si os elementos da cultura brasileira e os recriam mediante a consideração teológica é, pois, *conditio sine qua non* para se abordar de maneira adequada a política católica contemporânea.<sup>102</sup>

Uma vez redimensionada a catequese para a formação política, alguns critérios foram considerados para a sua continuidade institucional no campo da religiosidade. O principal desses critérios e o que, satisfatoriamente, preenche as hipóteses levantadas acerca da constituição de um novo lugar para a catequese, diz respeito ao lugar do cidadão católico na sociedade, a sua relação com o Estado e o comprometimento da militância católica no processo de convencimento da opinião pública. Romano afirma o seguinte:

---

<sup>101</sup> BOURDIEU, op. cit., 2007, p. 40.

<sup>102</sup> ROMANO, op.cit., 1979, p.23.



Enquanto a Igreja se refaz como povo, lançando-se nas massas, com demonstrações públicas de piedade popular, reforçando os seus meios de divulgação de largo alcance, com a imprensa católica, os métodos modernos de catequese, as missões, os liberais jogam-se decididamente no domínio da imprensa, das escolas, da universidade, procurando estabelecer um campo laico “superior à massa”, criando uma linha política de produção das elites dirigentes.<sup>103</sup>

Na relação entre o domínio privado (manifestação da individualidade) e o domínio público (espaço da cidadania), a Igreja Católica entendia essa relação como uma forma aglutinadora que deveria evidenciar a sintonia do católico com a visibilidade da ritualização pública do culto e com a assimilação consciente dos valores hierárquicos eclesiais.<sup>104</sup>

O entendimento da igreja sobre o catecismo tradicional era o de que o Apostolado da Oração executasse as suas tarefas específicas e educasse a nova geração aplicando na instrução religiosa os progressos da pedagogia e da metodologia educacional vigentes. A formação das crianças na mais tenra idade, a entronização do Sagrado Coração de Jesus nos lares católicos e a certeza da continuidade da consagração da comunhão e da liturgia, delineavam-se como as prioridades do trabalho catequético para a diocese de Florianópolis.<sup>105</sup>

Mas havia também a necessidade de reeducar os adultos, dando-lhes instruções teórico-práticas como forma de enfrentamento aos que eram denominados como falsos apóstolos e despertando-lhes para os interesses sociais da Igreja Católica. Através do Apostolado Social, a Igreja Católica objetivava mobilizar politicamente a sociedade, adequando o seu discurso teológico às idiossincrasias políticas, conforme as regras estabelecidas para o apostolado sacerdotal.

Para Romano (1979), a Igreja Católica, na década de 1930, reorganizou as suas teses, internamente, para em situação apropriada, atuar na sociedade e diante do Estado, apropriando-se das técnicas e dos

---

<sup>103</sup> Ibidem, 1979, p.107.

<sup>104</sup> Essas iniciativas se voltavam para a ambição do clero nacional em “sublinhar o peso da soberania espiritual e a coesão das ovelhas junto aos seus pastores”. Ibidem, 1979, p.105.

<sup>105</sup> Padre Estanislau Schaette. Sermão: Métodos educativos da Igreja Católica. In: Primeiro Congresso Católico Diocesano de Florianópolis. São Paulo: Escolas profissionais do Liceu Coração de Jesus de São Paulo, 1923, pp.81-92.

valores da cultura, como também, dos dispositivos de linguagem e dos instrumentos de comunicação da época. Assim, novos significados teológicos que eram emitidos no discurso evangelizador da Igreja Católica, objetivavam como efeitos, causar desdobramentos importantes no campo político.<sup>106</sup>

D. Joaquim ao mesmo tempo em que via com bons olhos essa convergência de forças a favor do reconhecimento político das questões que compunham as suas preocupações, insistia na centralização de sua autoridade episcopal e no prevalectimento da distribuição hierárquica das atividades da Igreja Católica. Posicionando-se à frente das configurações de uma realidade estruturada em determinadas práticas e crenças, o clero, projetava nos valores religiosos o cumprimento da função de consolidar o sagrado no mundo temporal.

Todas as suas tentativas de envolver a política em um ambiente sacralizado encontraram na imprensa católica local, a relação dialética fundamental para escalonar o que se oferecia como mensagem doutrinária numa ordem significativa específica e o resultado que se queria atingir na mobilização dos adeptos. A coluna “O catecismo do cidadão católico” se destinava aos interesses da Igreja Católica em convencer o adepto a aderir a um procedimento unitário, usando a via política, cujo objetivo era o prevalectimento de sua doutrina social.

Bourdieu (2007), ao explicar a autonomia do campo religioso, elenca uma série de estratégias que se encaixam no modo como o discurso teológico se destina a estruturação dos sistemas de representações e práticas religiosas hegemônicas que obliteram, pelas aparências da unidade, as mais díspares interpretações que são dissimuladas pelos dogmas e pelos ritos comuns.<sup>107</sup>

Tomando por base a explicação de Bourdieu, a mensagem destinada à formação cidadã, segundo as aspirações do Jornal “O Apóstolo”, implicaria em primeiro lugar, imprimir todos os jogos de palavras presentes em todas as tradições letradas (a ambigüidade refinada, a metáfora sistemática), privilegiando assim, em todas as condições de existência, o *Ethos* cristão (renúncia resignação, obediência) retraduzido para um discurso teológico regenerador. Em

---

<sup>106</sup> Segundo Romano, a objetivação dessas apropriações por parte da instituição religiosa, o pronto atendimento das demandas que surgiam com o labor religioso, inscreviam-se, portanto, em uma prática política *sui generis*, na qual, retirava qualquer possibilidade de comparação que pudesse confundir o seu modo peculiar de fundamentar as suas teses políticas com a de outras instituições da sociedade. ROMANO, op.cit., 1979, pp.23-26.

<sup>107</sup> BOURDIEU, op.cit., 2007, p.38.

segundo lugar, a mensagem religiosa ao satisfazer os interesses religiosos e políticos dos leigos (intelectuais, católicos praticantes, políticos), transforma por efeito de mobilização, o que é relativo em algo absoluto e o que é arbitrário (mesmo entre os católicos) em algo legítimo. Em terceiro lugar, os intelectuais católicos, à frente do processo de mobilização da militância católica em concomitância com a disponibilidade de renovação dos instrumentos disciplinadores da igreja, atendem a um sistema de práticas e crenças religiosas universalizantes que devem ser compreendidas na estrutura completa das relações de produção, de reprodução, de circulação e de apropriação da mensagem cristã num dado momento histórico.<sup>108</sup>

Nessa perspectiva, são examinados os desdobramentos políticos e sociais da referida coluna do Jornal “O Apóstolo” entre os anos de 1931 e 1932, cujo propósito, era servir como um lugar de encaminhamento público das proposições institucionais da Igreja Católica, no sentido de aproximar o leitor católico dos debates da ANC. Busca-se entendê-la através dos dois principais motivos que a fez circular quinzenalmente. Ou seja, o primeiro seria o de atender a uma necessidade do clero, de ampliar a sua mensagem catequética, fazendo-a circular para além do púlpito e dos encontros semanais e dominicais. O segundo dizia respeito ao modo como a Igreja Católica concebia a formação política do católico, principalmente na percepção acerca dos temas e das questões públicas e na possibilidade de construção de um modelo de cidadania pautada por valores morais e éticos segundo as prerrogativas católicas.

### 1.2.1 A coluna “O catecismo do cidadão católico”<sup>109</sup>

Com o propósito de formar e informar, a coluna “O catecismo do cidadão católico” adquiriu significativo contorno político e organizacional, cuja ressonância, abrangeu os temas mais relevantes para a Igreja Católica nos anos que antecederam as discussões na ANC

<sup>108</sup> Ibidem, 2007, pp.38-52.

<sup>109</sup> O Jornal católico florianopolitano “O Apóstolo”, órgão da Congregação Mariana de Nossa Senhora do Desterro, criou uma coluna intitulada “O catecismo do cidadão católico”. A sua finalidade era funcionar como uma catequese baseada em um critério de ampla divulgação de alguns pressupostos católicos, voltando-se aos assuntos políticos, morais e éticos, por meio dos quais, os católicos seriam orientados para compor uma visão unitária de como a igreja deveria se relacionar com o Estado e como o católico deveria proceder diante de seus direitos civis e políticos (o casamento civil, a educação, a propriedade privada, as forças armadas).

em 1933. Ao focalizar tais escolhas e opções que se apresentaram à organização política da Igreja Católica, tem-se em primeiro plano o restabelecimento do ensino religioso na escola pública e diálogo entre as entidades católicas, a sociedade e o Estado.

Nesse sentido, as condições em que esses discursos católicos apareceram na imprensa católica, convergiram-se para o propósito de encaminhar as principais questões da Igreja Católica a um foro mais amplo de influência política e de redimensionamento do espaço de circulação das idéias católicas. A coluna circulou quinzenalmente e foi publicada entre 1931 e 1932. Em 1932, transformou-se em opúsculo de vinte e sete páginas, impresso pela Vozes, cuja edição, fora publicada com 54 perguntas enviadas pelos leitores do jornal “O Apóstolo” que, por sua vez, eram respondidas por autoridades da Igreja e do laicato católico.

Assinado pelo padre Francisco Xavier Zartmann, o respectivo folheto transcendeu as páginas do jornal “O Apóstolo” para informar a militância católica sobre os limites e as possibilidades das temáticas católicas na elaboração da Constituição de 1934.<sup>110</sup> Havia, do mesmo modo, outras menos expressivas colunas que tratavam de temas políticos, educacionais e que se notabilizaram por sua relevância para as pretensões das organizações católicas naquele período. Dentre elas, constavam: “A Igreja e o Estado”, a “Política católica”, e o “Ensino religioso”, que atendiam, conjuntamente, aos parâmetros de formação de um modelo de cidadania dentro do molde ético e moral pretendido pela hierarquia e pelas entidades associadas ao CDV.

Em síntese, pela observação efetuada a partir das colunas de “O Apóstolo”, torna-se possível delimitar o alcance desse veículo de informação e mesurar a importância que era dada aos assuntos relacionados à defesa da educação católica no processo de formação das novas gerações. Somado à preocupação com a opinião pública acerca da aprovação do ensino religioso nas escolas públicas de SC e, em geral com a educação católica, havia a regularidade de temas pertinentes a uma ação conjunta e unitária das organizações católicas em relação a outros assuntos cruciais que deveriam ser revistos pela militância católica. Pode-se afirmar que nos textos que compunham essas colunas, eram introduzidas as reivindicações e os pareceres institucionais da

---

<sup>110</sup> Para padre Zartmann: “o principal não é ter uma constituição, e sim ter a constituição que nos guie e que nos eleve [...] nascemos sob o signo do falso liberalismo, da separação entre Igreja e Estado e nos acostumamos a tomar como normal e justo o que de fato ofende os direitos mais sagrados da Igreja”. Jornal “O Apóstolo”, Ano III, n.41, abr. 1932, p. 2.

Igreja Católica à medida que eles eram projetados como fundamentais nas prioridades legislativas defendidas pelo conjunto de associações e de entidades representativas da Igreja.

Ao cruzar essas informações com o conjunto de cartas de D. Joaquim, avalia-se a participação do referido arcebispo nas deliberações locais das entidades católicas e, principalmente, através dos diálogos que ele estabeleceu no interior dos órgãos de informação católicos que tinham como escopo informar os leitores católicos sobre a necessidade de votar e de exercer as obrigações associadas ao exercício de uma cidadania que amparasse os católicos em seus direitos civis e religiosos. Dimensiona-se o resultado pretendido com tais manobras políticas, tendo a imprensa católica como pivô, de modo que se possa levantar algumas considerações sobre como essas ações incidiram sobre o desejo da Igreja Católica de estabelecer um estatuto próprio de cidadania para os seus congregados, qualificando-a como católica antes de qualquer outra ordem de filiação ou de pertencimento sócio-institucional no âmbito da sociedade civil.<sup>111</sup>

O argumento básico defendido nas colunas de “O Apóstolo” era o de que os católicos deveriam estar completamente cientes das atribuições legislativas que incidiam sobre a Igreja Católica. No que dizia respeito aos seus dispositivos organizacionais, a Igreja Católica considerava como direito inalienável o de desempenhar livremente a sua missão evangelizadora.

Em relação aos direitos políticos dos religiosos, a coluna “O catecismo do cidadão católico” instruía os seus catequistas questionando se seria justo privar os religiosos dos direitos políticos, justo pelo fato de responderem pela jurisprudência canônica.<sup>112</sup> Essas privações dirigidas ao exercício político dos membros efetivos do clero católico foram reconduzidas de modo a fazer com que os leitores de “O Apóstolo” iniciassem uma série de dúvidas sobre o texto constitucional de 1891.

A exploração de contradições advindas das proposições liberais levava os leitores do jornal “o Apóstolo” a diversos questionamentos sobre a Constituição Federal de 1891. Os questionamentos que eram dirigidos aos redatores do referido jornal

---

<sup>111</sup> Jornal “O Apóstolo”, Ano II, n.22, jun. 1931, p. 1.

<sup>112</sup> Nessa mesma coluna era alegado em relação aos membros do clero que “não lhes podem tirar os direitos eleitorais ativos e passivos, por estarem sujeitos a voto de obediência, regra ou estatuto que importe a renúncia da liberdade individual? É flagrante injustiça. Não se pode tirar, pois: por estarem sujeitos a voto de obediência ou a constituições de uma ordem, os religiosos nunca se obrigam à prática do que iria de encontro a sua consciência”. Jornal “O Apóstolo”, Ano III, n.36, jan. 1932, p. 2.

interrogavam acerca do conceito de igualdade perante a lei e o direito, a licitude da livre associação e sobre a liberdade institucional das entidades católicas. Quer por motivo de crença ou de função religiosa, nenhum cidadão brasileiro poderia ser privado de seus direitos civis e políticos e, muito menos, o católico. Em decorrência da defesa de um modelo específico de cidadania católica, a Igreja Católica como instituição religiosa predominante na época, de forma mais abrangente, preparou o seu ingresso no interior de diversas instituições civis e militares.<sup>113</sup>

Também fazia parte de suas prerrogativas institucionais o que a igreja chamava de direito de primeira classe: o ensino dos dogmas e da moral, a administração dos sacramentos e de outros expedientes relacionados ao ensino dos seminaristas e dos alunos matriculados em suas instituições educacionais. A composição do quadro que definia os direitos de segunda classe continha o pressuposto de que, o reconhecimento desse direito, independia do Estado, e dentre as práticas que estavam circunscritas nas ações que a igreja poderia realizar, constavam a observância de obrigar os fiéis não só a procedimentos meramente espirituais, mas também a determinações de ordem física como jejuns, esmolas, assistências a determinados atos; de praticar exterior e publicamente o culto divino, organizar procissões e peregrinações; de prover aos meios materiais necessários ao culto, ao sustento de seus ministros, a construção e conservação dos edifícios sagrados, de adquirir bens temporais e de possuí-los a título de propriedade.<sup>114</sup>

No entanto, existiam algumas matérias que se voltavam às questões legislativas exclusivamente da alçada do Estado e outras que diziam respeito apenas à hierarquia da Igreja Católica. Das atribuições do Estado aparecem as finanças, os impostos, as forças militares, as obras públicas, o comércio, mas o ensino público não é mencionado como uma atividade exclusivamente estatal. Na interpretação dos católicos, o ensino público entraria como uma “Matéria Mista”.

Entenda-se por “Matéria Mista” a interpretação da Igreja Católica sobre as suas responsabilidades sociais em comparação as do

---

<sup>113</sup> Questionavam-se acerca do seguinte problema: em que consistia a liberdade de consciência e de culto? No caso dos soldados e marinheiros, eles deviam ter a ocasião adequada de cumprir com os seus deveres religiosos, mormente em tempos de guerra. Mas isto é praticamente impossível se não houver capelães militares no exército e na armada, se não houver atos religiosos nos quartéis e navios de guerra. Por isso o Estado deve providenciar neste sentido. *Jornal “O Apóstolo”,* Ano III, n.37, jan. 1932, p. 2.

<sup>114</sup> *Jornal “O Apóstolo”,* Ano II, n.22, jun. 1931, p. 01.

Estado. Nesse caso, o Estado teria algumas atribuições relacionadas à administração pública em que não poderia interferir no Direito Privado da Igreja Católica. O que se pode chamar de um suposto instrumento jurídico denominado “Matéria Mista”, definisse pela delimitação que é feita sobre os campos de atuação de cada um dos poderes, evitando que houvesse um conflito de interesses entre eles. Funcionaria como um pacto prévio entre os dois poderes acerca de determinados assuntos de interesse de ambos. Nas edições do Jornal “O Apóstolo” que foram pesquisadas, não há uma definição tácita sobre o que seria a “Matéria Mista”, porém, permite uma interpretação das proposições emitidas, a partir do que é enunciado como prioritário para o poder religioso em relação ao poder civil. Assim, os dois poderes teriam a mesma responsabilidade sobre essa atividade pública. No caso, o ensino público integraria as atribuições mistas, sendo que a Igreja Católica (e não outra agremiação religiosa) e o Estado assumiriam a responsabilidade sobre a sua própria modalidade de formação. A educação religiosa e moral estariam a cargo da orientação eclesial, sendo que a instrução literária e os procedimentos científicos seriam regulados pelo Estado.

A norma que deveriam seguir a Igreja Católica e o Estado na aplicação das matérias mistas, converte-se em um relacionamento não conflituoso entre ambas as partes, sendo que em caso de conflito, deveria prevalecer a vontade dos católicos porque, na interpretação da redação do jornal “O Apóstolo” e da coluna “O catecismo do cidadão católico”, as atribuições destinadas à Igreja Católica alcançariam um fim mais elevado e transcendental do que as do Estado. Todavia, os dois poderes deveriam buscar a harmonia em suas ações, auxiliando-se mutuamente.<sup>115</sup>

O auxílio que a igreja dispensaria ao Estado, consistiria em ensinar ao povo a origem divina da autoridade civil e a necessidade de obediência a toda autoridade legítima. Por suas orações, por seus sacramentos e por seu culto público que dão aos súditos a força para cumprirem com as suas obrigações de cidadãos; pelas penas espirituais, para ajudar a manter os fiéis sujeitos aos seus deveres; em certos casos, sendo possível, com sacrifícios pecuniários e despossando-se de uma parte de seus bens.<sup>116</sup>

Em contrapartida, o Estado deveria assistir a Igreja Católica indireta e diretamente. De modo indireto, ao promover a justiça e a ordem pública e não contrariando os bispos e arcebispos em sua missão;

---

<sup>115</sup> Jornal “O Apóstolo”, Ano II, n.22, jun. 1931, p. 01.

<sup>116</sup> Jornal “O Apóstolo”, Ano II, n.22, jun. 1931, p. 01.

e diretamente, ao assegurar a harmonia de suas leis com as eclesiásticas. Esses pressupostos de assistência estatal à Igreja Católica fundamentavam-se na visão do Jornal “O Apóstolo” de que Deus delega aos chefes de Estados uma parte de sua autoridade não somente para eles assegurarem a seus súditos a prosperidade cá na terra, senão também, por meio dela, o fim nobilíssimo de sua existência terrestre, a felicidade eterna.<sup>117</sup>

Essas teses da Igreja Católica eram apresentadas na coluna “O catecismo do cidadão católico” seguindo uma lógica de perguntas e respostas. Assim, simulavam a participação direta dos leitores nos assuntos que seriam analisados, sendo que as respostas apresentadas não eram retomadas numa próxima edição, passando-se a outras questões que eram formuladas. As respostas publicadas deveriam prevalecer sem contra-argumentação, prevalecendo o posicionamento unilateral da instituição religiosa.

Essa forma unilateral de educar o católico para as suas obrigações sociais e políticas, condizia com a contribuição que deveria ser prestada aos serviços do Estado e com o compromisso de exercer o dever eleitoral com consciência. Todas essas descrições demarcavam uma ordem de prioridades políticas e esses acontecimentos eram repartidos de acordo com um percurso perceptivo e por uma quantidade de regras determinadas, de modo que atendessem, tomando de empréstimo a interpretação de Foucault (1997), a um “conjunto obrigatório de esquemas de dependências, de ordem, de sucessões em que se distribuem os elementos recorrentes que podem valer como conceitos”.<sup>118</sup>

Nesse sentido, a consciência eleitoral que se buscava incutir se resumia em eleger para representantes os homens mais probos, tomados por uma ética cristã sólida que possibilitasse atender o bem geral.<sup>119</sup> No intuito de conseguir uma maior abrangência para o que se denominava:

---

<sup>117</sup> Conforme a esfera de ação da Igreja Católica, pela conservação e aumento da verdadeira religião que leva os homens à eterna felicidade; a verdadeira religião, por explicar a origem da sociedade e a legitimidade do poder social, é o esteio mais firme do Estado, e contribui poderosamente para ele conseguir o seu fim. Jornal “O Apóstolo”, Ano II, n.22, jun. 1931, p. 01.

<sup>118</sup> FOUCAULT, op.cit., 1997, p.64.

<sup>119</sup> Uma vez transferidos os valores religiosos ao campo político, concebia-se um “pecado votar em homens que se sabe não terem probidade, serem ímpios ou antipatriotas? É pecado, e até pecado grave, porque quem os elege assume a responsabilidade de todo o mal que os eleitos poderão mais tarde a religião e ao país. Será faltar ao dever deixar de votar? Sim; de ordinário é faltar ao dever, porque esta abstenção pode ser causa do triunfo dos homens mais perigosos e da sua ascensão ao poder.” Jornal “O Apóstolo”, Ano III, n.39, mar. 1932, p. 2.



consciência cristã, a qual, permitiria expandir o alcance da suposta missão social da Igreja Católica no equilíbrio das forças que compunham a sociedade da época. Nesse caso, a Arquidiocese de Florianópolis reivindicava para si os cuidados educacionais com todos os cidadãos, inclusive com aqueles que se achavam retidos nos estabelecimentos públicos, como hospitais, asilos públicos, orfanatos, prisões, penitenciárias e escolas correcionais.<sup>120</sup>

Assim, as estratégias estabelecidas para a consecução de uma ordem social cristã no país perpassavam todos esses espaços de aplicação do ideário católico. Percebe-se que em todas elas havia a intenção clara de educar e conduzir o contingente católico para a realização de atividades assistenciais específicas.<sup>121</sup> Essas ações assistenciais carregavam, em sua intencionalidade, um forte vínculo político e educativo.<sup>122</sup> A condução desse contingente católico a uma convivência política com algumas forças sociais contrárias e resistentes à presença da Igreja Católica em setores cruciais da administração pública ou da sociedade civil (instituições religiosas concorrentes, ideologias ateias), fez com que o jornal levantasse a questão se seria possível falar da existência ou não de um modelo de política católica.

O corpo editorial do jornal “O Apóstolo” concordava com essa possibilidade, pois via na formação política dos católicos, a resolução das questões que implicavam os princípios relacionados à argumentação racional sobre a política. Por outro lado, perpassava a ideia de que a missão temporal do cristão deveria ser fundamentada sob

---

<sup>120</sup> A tese era a de que, a todos, deveria ser proporcionada a possibilidade de cumprir com os seus deveres religiosos, sendo que ao Estado era destinada a função principal de proteger e defender o exercício dos direitos que todo o cidadão recebe de sua própria natureza racional, e em particular, o direito de ter e praticar a religião. Jornal “O Apóstolo”, Ano III, n.37, fev. 1932, p. 2.

<sup>121</sup> Quanto às outras atribuições, havia: “fazer propaganda entre amigos, angariar novos assinantes; Lê de cabo a rabo o jornal e conta aos outros o que leu; defende o jornal católico, avisa a redação sobre fatos e pessoas, sobre erros e enganos; manda anúncios e publicações que paga de bom gosto; não rasga o jornal, mas passa-o às mãos de outros de desejam tê-lo; generosamente apóia com donativos a boa imprensa”. Jornal “O Apóstolo”, Ano III, n.22, jan. 1932, p. 2.

<sup>122</sup> Em uma pequena chamada de canto de página, no jornal “O Apóstolo”, com o título de “um católico inteligente faz assim”, são propostas algumas ações que vão desde uma simples assinatura do jornal, como uma atribuição obrigatória a qualquer católico, até o ponto em que no momento de sua morte, o católico que se comprometesse com o apostolado social, deveria deixar alguma esmola para o jornal católico de sua região para ser investida nas organizações da igreja local. Jornal “O Apóstolo”, Ano III, n.22, jan. 1932, p.2.

os preceitos da fé e ao mesmo tempo exercida como uma ação cívica católica voltada aos interesses católicos.<sup>123</sup>

Conforme as perspectivas da imprensa católica, as organizações e entidades católicas não prescindiriam de uma orientação em que a política poderia ser definida como arte de alcançar o que poderia ser alcançado em relação ao Estado.<sup>124</sup>

Não menos político é o alerta que o Dr. Antônio Bottini faz aos católicos em 1931 ao identificar como meta principal a futura constituinte, ao mesmo tempo em que aludia ao processo gradativo de implantação da República no Brasil. Recomendou Bottini a todos os católicos, que eles deveriam combater por qualquer meio, os candidatos inimigos confessos do catolicismo. Para ele, o aspecto positivo apontado foi que o sonho que os católicos nutriram entre a primeira Constituição Federal (1891) e o início do governo provisório (1930), ao menos se consubstanciara parcialmente no Decreto sobre o ensino religioso em 1931, mas que deveria ser mantida certa cautela até o advento da próxima Constituição da República.<sup>125</sup>

Essa cautela dos católicos em relação aos poderes executivos regionais deveria ser mantida. Havia, contudo, a urgente missão de

---

<sup>123</sup> Jaques Maritain insistiu, na década de 1930 (momento em que a ação católica teria que adotar um plano intermediário de atuação política, o qual, congregaria o plano temporal e espiritual), na possibilidade de a Igreja Católica desenvolver o que ele denominava como o apostolado docente da igreja. Essa missão docente da igreja a qual ele se referia, passava pelo redimensionamento da consciência dos católicos, voltando-os para o exercício de uma ação cívica genuinamente católica. Essa ação cívica, segundo a sua definição, deveria intervir “nas coisas políticas para defender os interesses religiosos e na estrita medida exigida por esta defesa, o que não é absolutamente a mesma coisa que trabalhar em uma obra propriamente política dirigida por certo ao bem comum temporal a procurar. Para convenientemente fazer política, é preciso discernir as realidades políticas, ter uma idéia concreta dos meios de assegurar o bem comum da cidade terrestre. Para defender os interesses religiosos comprometidos no temporal, basta saber discernir estes interesses religiosos”. MARITAIN, Jacques. **Humanismo Integral**: uma visão nova da ordem cristã, 4. ed. São Paulo: Dominus, 1962. p. 236.

<sup>124</sup> E diante de um Estado que tinha como finalidade e função, regular as condições de igualdade entre os indivíduos, o político afeito às causas católicas teria a obrigação de reconhecer e estender, a todos os cidadãos, os mesmos direitos civis. Jornal “O Apóstolo”, Ano III, n.22, jan. 1932, p. 2.

<sup>125</sup> “Agora, coerente com suas promessas anteriores, o governo provisório do Brasil baixa um libérrimo decreto que promete o ensino religioso nas escolas, sem, entretanto, conceder privilégios ou exclusividade a uma determinada religião, mas permitindo que todas as religiões possam ser ensinadas nas nossas escolas públicas, desde que haja adeptos [...] o governo provisório está imbuído da melhores intenções, mas a constituição não será feita e aprovada por este governo, ela será feita e aprovada por aqueles que forem eleitos por nossos votos. Não nos iludamos com cantos de sereia. Somos uma potência, só nos falta arregimentação”. BOTTINI, Antônio. Católicos alerta! In: Jornal “O Apóstolo”, Ano II, n.22, jun. 1931, p. 02.

demarcar o lugar de cada tendência política de acordo com as intenções e ações que as qualificava a favor ou contra os projetos da Igreja Católica no país.<sup>126</sup> Acima de qualquer cautela com os políticos locais não afeitos aos acordos legislativos que pudessem beneficiar a Igreja Católica, havia dentro de um ambiente de desconfiança, as entidades que se formavam no seio da sociedade civil.<sup>127</sup>

Nesse cenário sócio-político, percebe-se pela leitura realizada na coluna “O catecismo do cidadão católico”, que a intenção da Igreja Católica era escalonar o nível de participação dos leitores nas colunas do referido jornal e influenciar no modo como os católicos expressariam as suas idéias e posturas a favor do clero catarinense.

Isso se torna evidente pela ação de um leitor católico que enviou ao jornal “O Apóstolo” uma série de argumentos sobre a manutenção do ensino religioso facultativo nas escolas públicas em protesto a uma circular que o Comitê Pró Estado-leigo de Pelotas no RS enviou a diversas autoridades civis e a pessoas influentes no Sul do país.<sup>128</sup> Localizados os principais inimigos civis que poderiam

---

<sup>126</sup> Essa situação é intensificada pelo fato de que nem todos os interventores de Estado seguiam a risca as determinações do governo federal, sendo que alguns se mostravam reticentes quanto à aplicação da lei que determinava o ensino religioso facultativo nas escolas públicas. Na reclamação efetuada por D. Duarte (Arcebispo de São Paulo) a Getúlio Vargas, ele reclamava a respeito do interventor do Estado de São Paulo que não reconheceu o Decreto federal e proibira o ensino religioso no citado estado da federação no final do ano de 1931. Os católicos catarinenses tomaram conhecimento do telegrama do episcopado paulista ao Governo Federal por meio do Jornal “O Apóstolo”. D. Duarte alegava que, ao ser revogado implicitamente o decreto federal que facultava o ensino religioso nas escolas públicas, o interventor se apresentava como não conhecedor do papel fundamental da hierarquia política, sobretudo, ao estabelecer “a confusão nos espíritos e criando uma situação de graves apreensões, quando precisamos de paz e tranqüilidade para a consolidação política de nosso país”. Jornal “O Apóstolo”, Ano III, n.35, jan. 1932, p. 3.

<sup>127</sup> Dentre essas entidades políticas, existia o Congresso Pró Estado-Leigo que, por unanimidade católica, deveria ser sumariamente combatido nas páginas dos jornais católicos, porque em seu interior coabitavam todos os elementos vistos como amorfos e heterogêneos de todas as seitas inimigas do catolicismo. E advertia, também, para o fato de que os ideais opostos e divergentes das teses católicas, os credos mais diversos que permeavam os princípios do Congresso Pró Estado-leigo, uniam todos por um único laço que seria combater o catolicismo no Brasil “Ímpio e ateu, metodista dolarificado, espírito povoador de hospícios, livre pensador escravo de sua paixão, comunista demolidor, *et caterva*, num contíbio indecente, formando um colcha de retalhos de variegados matizes. Jornal “O Apóstolo”, Ano III, n.36, jan. 1932, p. 2.

<sup>128</sup> O primeiro argumento afirmava que os católicos, de modo algum, buscavam impor credo algum a qualquer um que fosse, até porque o decreto facultava a todos os credos o ensino religioso sem distinção, reconhecendo inclusive, o aspecto liberal dessa medida governamental. O segundo argumento dizia respeito ao fato de que para qualquer cidadão cumprir os mandamentos da lei cristã, seria preciso aprendê-la efetivamente e que, para tanto, seria necessário reconhecer que ela deveria ser ensinada às novas gerações de católicos. E apelando

inviabilizar os planos do clero catarinense e delimitada a concorrência religiosa a ser suplantada para o prevaecimento de hegemonia católica no Estado de SC, o passo seguinte seria dar maior visibilidade às questões que permaneciam em aberto quanto ao encaminhamento político adequado às questões sociais da Igreja Católica nos debates parlamentares.

Em um momento em que era eminente a realização de nova CF em 1934, toda a atenção da Igreja se voltou para a regulamentação legislativa sobre o funcionamento de suas instituições escolares que, até então se encontravam relativamente indefinidas, justamente por estarem submetidas às idiossincrasias governamentais dos Decretos-Lei.

Essas colunas se constituíam como partes integrantes da proposta de formação de valores unitários acerca dos assuntos políticos que envolviam a Igreja Católica e serviam como espaço de construção de um modelo de cidadania católica que seria posta à serviço da reorganização da sociedade civil sob bases cristãs, tanto quanto, auxiliar o poder temporal na recomposição da ordem social.

Como a coluna “Política Católica” (item 1.2.2) de “O Apóstolo” tinha como prerrogativa fazer com que os leitores católicos fossem instruídos para identificar o relacionamento político da Igreja Católica com o Estado. Aponta para uma nova perspectiva de ingresso dos leitores católicos nas demandas políticas encampadas pela Igreja Católica. Assim, tinha como finalidade convergir diversos interesses de diferentes grupos ou classes de leigos católicos, unindo-os pela emergência de uma consciência voltada ao momento político da Igreja Católica diante do regime republicano.

---

ao eleitorado católico, esperava que houvesse uma continuidade entre os guias políticos que se apresentavam aos católicos, cuja inspiração, deveria se voltar aos verdadeiros princípios da democracia, consultando os desejos da maioria real do povo brasileiro e dotando a constituição e as leis brasileiras de medidas eficientes para a moralização do ambiente político: É de desejar que enfim cesse a inércia dos católicos que infelizmente davam os seus votos aos mais ferrenhos adversários de sua fé. Espero que, doravante, o eleitorado católico examinará mais de perto as idéias dos candidatos às eleições e, principalmente, a dos que se destinam ao corpo legislativo, negando os seus votos a todos aqueles que fizerem profissão de fé o anticristo. Dr. José Frederico Wickert. O tiro que saiu pela culatra. In: Jornal “O Apóstolo”, Ano III, n.37, fev. 1932, p. 2.

### 1.2.2 A Coluna “Política Católica”

Ser católico e agir como católico, em todos os lugares e em todas as ocasiões. Essa era a principal recomendação da Coluna aos leitores. O que isso significava para o processo de mobilização do contingente católico um ano antes de ocorrer a escolha política para compor a ANC em 1933? Na projeção da referida coluna, essa pergunta se relacionava com a constatação de que a religião não podia ser vista pelo católico como estranha a nenhuma categoria de pensamento que lhe ocorresse, a nenhuma palavra proferida por ele e, muito menos, a nenhuma ação realizada conscientemente na comunidade católica.

Ao falar de política católica, o entendimento era o de que a política como a arte de governar os homens não poderia ser confundida com politicagem que consistia na arte de atrapalhar o governo das nações. Destarte, a religião católica se imbricava à lógica política de modo a dar sustentabilidade aos seus projetos institucionais. No Brasil, a argumentação católica era a de que a presença da Igreja no país, uma vez adaptada aos seus costumes e a sua índole, possibilitou o desenvolvimento de um modelo de civilização cristã que influenciou os regimes de governo e o corpo das leis brasileiras.<sup>129</sup>

Além dessas condições pragmáticas da política e das escolhas políticas a serem feitas, atribuía-se à Igreja Católica, instruir a militância acerca das opções legislativas que deveriam ser contempladas antes e no decorrer da constituinte, em 1933. Para a consecução dessa iniciativa, os católicos deveriam saber quais eram as funções das leis votadas, a sua natureza e a sua destinação social e institucional. A principal função da Lei, segundo a reflexão realizada pelo “O Apóstolo”, era a de que ela não podia servir a outra coisa a não ser orientar e organizar a vida em sociedade. Assim, as leis se incumbiriam em organizar as relações entre os homens, facilitando-lhes a satisfação das suas necessidades, desejos e aspirações. Nesse caso, a vontade individual não poderia ser prejudicada em razão de uma arbitrariedade estatal ou institucional, ao mesmo tempo em que o interesse individual não poderia prejudicar o atendimento às necessidades da coletividade.<sup>130</sup>

Essas considerações aparentemente democráticas, quanto à interação política entre o indivíduo e a coletividade, guardavam em si a estratégia da Igreja Católica de reverter para si o principal critério de

---

<sup>129</sup> Jornal “O Apóstolo”, Ano III, n.42, abr. 1932, p. 2.

<sup>130</sup> Jornal “O Apóstolo”, Ano III, n.42, abr. 1932, p. 2.

funcionamento da política moderna que, em outras palavras, coincidiria com o respeito pela vontade da maioria, majoritariamente católica.

De acordo com a lógica política da militância católica era reconhecido como ilícito, ao católico, votar em homens sem probidade, ímpios ou antipatriotas, e quem os elegia assumia, diante de Deus e do país, a responsabilidade de todo o mal que pudesse recair sobre a religião e a pátria.

Considerava-se como uma ação contrária, aos deveres dos católicos e ao exercício de sua cidadania, abster-se da eleição; classificava-se, também, como uma atitude ordinária votar em homens perigosos e maus, cujas doutrinas se opunham ao bem da religião. Desse modo, todo católico devia se qualificar como eleitor, estando sempre pronto a contribuir com seu voto para o bem geral, sem nunca perder de vista os direitos divinos e eclesiais, sendo que na escolha de candidatos, o eleitor católico devia ter como irrelevante qualquer consideração pessoal, optando invariavelmente por aqueles que, oferecendo as demais garantias de respeitabilidade, almejassem defender os direitos da Igreja Católica.<sup>131</sup>

Havia, nesse sentido, o Programa do Eleitorado Católico que funcionava como um guia de orientação, por meio do qual, o eleitor independente ou filiado a qualquer partido, deveria considerar como fundamental a assimilação de um código de conduta cidadã que pleiteasse as seguintes condições: o nome de Deus na constituição e um dia oficial de ação de graças, além da conservação de feriados santificados; a continuidade do ensino facultativo nas escolas públicas; a devida unidade federativa, considerando a prerrogativa de distribuição dos recursos regionais de modo equânime entre os Estados; a adequada proteção às classes agrícolas e operárias, somando-se ao fomento à produção e à exportação e repressão ao protecionismo exagerado; completa isenção de impostos para os gêneros de primeira necessidade; no aspecto religioso, destacava-se a formação de juntas paroquiais consultivas para a orientação da consciência eleitoral católica e seleção dos candidatos.<sup>132</sup>

Outro assunto recorrente nas páginas do jornal “O Apóstolo” dizia respeito ao posicionamento da Igreja Católica em relação às outras religiões, cujo principal intuito era deslocar as outras entidades religiosas para um plano inferior. O monólogo empreendido pelo clero não se definiu pelo respeito à alteridade religiosa. Ao contrário, na visão

<sup>131</sup> Jornal “O Apóstolo”, Ano IV, n.57, nov. 1932, p. 3.

<sup>132</sup> Jornal “O Apóstolo”, Ano IV, n.57, nov. 1932, p. 3.

do clero, o espiritismo era visto como genuína superstição e, os seus praticantes como essencialmente imorais e incapazes de educar as pessoas moral e eticamente. Os protestantes eram considerados como os propagadores dos ideais liberais da sociedade norte-americana e visavam apenas a dolarização da cultura brasileira.<sup>133</sup>

A Igreja Católica, voltando-se para a defesa de sua posição de destaque no cenário das instituições religiosas na década de 1930, alertava para “os princípios dissolventes do protestantismo, que se esfacela, se derroca, minado por um radicalismo inconcebível que toca as raízes do mais intenso racionalismo”.<sup>134</sup> O cruzamento de diversas considerações políticas dos católicos sobre a constituição do homem moderno, recrudescer o preconceito religioso que incidia sobre a ideologia protestante. “O Apóstolo” alertava que a difusão das idéias e princípios protestantes seria prejudicial à política nacional, justamente porque o referido grupo religioso concedia maior autonomia aos indivíduos e às suas vontades ordinárias.

Conforme o discurso católico, sobre o país pesava o risco de surgir uma divisão religiosa em milhares de seitas que se digladiariam numa luta pela hegemonia religiosa. Combater o protestantismo significava neutralizar o inimigo das tradições brasileiras, revelando os embustes religiosos que estavam postos para encobrir terríveis planos políticos e econômicos.<sup>135</sup>

Em outro campo de atuação dos católicos, o da política, a interferência das entidades católicas no processo de eleições dos representantes políticos catarinenses para a ANC, destinava-se a minimizar os possíveis riscos de se deparar, tal como foi em 1891, com algumas teses constitucionais que pudessem trazer dificuldades ou, até mesmo, que inviabilizassem a construção de uma ordem social cristã no Brasil.

Em síntese, ao defender a Igreja Católica, o católico estaria defendendo o Brasil. O catolicismo, contudo, deveria se apresentar uno e indivisível, pois assim, garantiria à pátria a integridade do seu território e, ao povo, a garantia da continuidade de sua cultura.

---

<sup>133</sup> Para os católicos, as origens do protestantismo constituíam uma nódoa para a humanidade: “A palavra de Lutero que tudo abandonara e traíra revela bem a corrupção de sua alma. Quem não sentirá asco ao ler as frases de taverneiro de histrião usadas por esse frade revoltado que se apresentava sem credenciais de uma vida pura e com os estigmas do vício para reformar uma religião que há tempo vinha sendo uma barreira indomável contra todas as paixões e desvarios humanos?” Waldemar Tavares. In: Jornal “O Apóstolo”, Ano III, n.37, Fev. 1932. p. 1.

<sup>134</sup> Jornal “O Apóstolo”, Ano III, n.37, Fev. 1932, p. 1.

<sup>135</sup> Jornal “O Apóstolo”, Ano III, n.37, Fev. 1932, p. 1.

A estratégia da Igreja Católica resumia-se em defender o seu domínio institucional na sociedade brasileira e avaliar a sua presença nas decisões políticas do Estado. Essa estratégia a habilitou para a defesa do ensino religioso nas escolas públicas, ao mesmo tempo em que afastou outras instituições religiosas que poderiam ser potenciais concorrentes no plano educacional e doutrinário.

Organizadas para compor um conjunto de orientações complementares à educação do cidadão católico, as colunas de “O Apóstolo” eram concebidas como o fio condutor intelectual que reforçava a validade das teses eclesiais e buscavam harmonizar os interesses religiosos dos leigos com as estratégias da hierarquia da igreja. Em especial, a coluna “Ensino Religioso” era parte de um conjunto de reivindicações que a igreja pretendia apresentar na constituinte em 1933, consolidando na legislação federal a pertinência do ensino religioso no sistema público de ensino.

### 1.2.3 A coluna “Ensino Religioso”

Os temas estudados, na coluna “O catecismo do cidadão católico” são compreendidos como ferramenta política na formação de cidadãos e eleitores, como também, de estratégias de mobilização da militância católica em SC. Concebida com a finalidade de atender diferentes estratégias do clero catarinense, e fazendo uso dos veículos de comunicação católicos, a divulgação da coluna “O catecismo do cidadão católico” conseguiu, tendo como apêndice as outras colunas que lhe serviram de suporte especializado em determinados assuntos relacionados à formação política e aos critérios de definição do ensino religioso, reunir o que pretendia a Igreja Católica em relação às suas principais reivindicações e exigências institucionais em relação à constituinte de 1933.

A inserção do ensino religioso como disciplina escolar na rede pública de ensino constituiu-se como um dos principais temas a ser incorporado nas disputas parlamentares na ANC. Na coluna “Ensino Religioso”, publicada a partir de janeiro de 1933, propriamente no mesmo ano em que se realizaram os debates da constituinte (1933), defendia-se o ensino religioso dentro de um programa de reivindicações católicas que deviam ser inculcadas, sistematicamente, para que não propalasse mais dúvidas sobre a legalidade do Decreto governamental 19.941, de 1931, que regulamentara o ensino religioso facultativo nas



escolas públicas em todo o país. Reelaborado para atender os propósitos da Coluna “Ensino Religioso”, a informação que ela traz diz que:

Um desses pontos, talvez o mais importante, por isso que intimamente relacionado com os demais, é sem dúvida, o ensino religioso. Muito se discutiu, ultimamente, por esse Brasil afora, sobre ensino religioso, embora no que pese a alguns, não tanto quanto faziam esperar quarenta anos de laicismo oficial. Versaram, essas discussões, quase sempre, em torno do mais imparcial decreto que imaginar se possa, o de 30 de abril de 1931, do governo provisório. Em todas essas discussões, os que atacaram o decreto, não o atacaram em sua forma (a qual, sim, foi criticada, e com toda a razão, pelas penas católicas), mas no seu conteúdo, isto é, repudiaram, em princípio, o ensino religioso, sustentando a tirania do laicismo pedagógico.<sup>136</sup>

Era de suma importância para a Igreja Católica suplantar essas indefinições de ordem legal que o tema do ensino religioso suscitava no meio pedagógico e político. Assentar a religião nas escolas sem depender das idiossincrasias do poder executivo na emissão de Decretos e, tampouco, expor-se à interpretação dos inimigos acerca da validade ou legalidade dos Decretos-Lei emitidos, era esse o propósito unânime a ser alcançado pela Igreja Católica na constituinte de 1933.

No âmbito interno, o modo como a hierarquia lidou com as informações e com os veículos difusores de produtos culturais, permitiu que fossem observados os paradigmas que estruturaram a institucionalização das subjetividades no meio católico, dando-lhe força de representação política. Em função de um discurso homogeneizador, deu-se a conhecer até que ponto a difusão de verdades (unanimidades) que permeavam os grupos sociais que se formaram em torno da religião, corroborou para consecução de uma forma típica de poder.<sup>137</sup>

Quanto aos veículos de imprensa dirigidos pelas congregações católicas, tal poder aspirava converter as verdades defendidas pelas entidades e hierarquia católicas em atos simbólicos. Segundo Bourdieu (2008), esses atos simbólicos vão se internalizando nos agentes sociais de modo que não se esperava mais desses agentes que eles se conformassem perfeitamente com o que era dito ou escrito, mas que de

<sup>136</sup> Jornal “O Apóstolo”, Ano IV, n.60, jan. 1933, p. 3.

<sup>137</sup> OTTO, Clarícia. **Catolicidades e Italianidades**: tramas e poder em Santa Catarina (1875-1930). Florianópolis. Insular, 2006, pp. 31-82.

acordo com uma lógica eufêmica aplicada à prática social, agissem em conformidade com o que era informado, consubstanciando-se na demonstração de sinais visíveis de assimilação das regras e das normas.<sup>138</sup>

Mais do que tomar conhecimento dos fatos novos sobre a discussão acerca da educação católica que deveria ser implantada nas escolas públicas através da coluna “o Ensino Religioso” e em outras colunas do jornal “O Apóstolo”, os leitores católicos, deveriam reconhecer nelas a fundamentação adequada e incontestada de dimensão social, política, pedagógica do clero catarinense sobre essa questão. Desse modo, cabia aos intelectuais católicos cumprir com algumas condições que, em geral foram delineando a pertinência e abrangência dos seus discursos.

Assim, as principais características apresentadas pelos intelectuais católicos que atuaram na década de 1930, não diferiam do modo como o intelectual ocidental foi se constituindo durante o século XX. Dessas características, destacam-se o uso do seu prestígio adquirido em uma determinada área ou especialidade que os habilitava a intervir no debate público e a defender valores universais (justiça, verdade, ética) no sentido de transformar a sua autoridade intelectual sobre determinado assunto, em autoridade política em nome de uma autoridade moral.<sup>139</sup>

Desse modo, é conferida aos intelectuais em sua representação social, a qualidade de serem, distintamente, sujeitos sociais cuja personalidade assegura para a instituição que eles defendem, os resultados de sua capacidade criativa e de sua mediação social.

E como mediadores entre os propósitos institucionais e os desejos individuais, lidam com concepções de sociedade, visões de mundo que os autoriza a formular idéias válidas para todos os homens e para toda a sociedade. Assim, para que haja o reconhecimento dos intelectuais no espaço público, requer que lhes sejam providenciados os instrumentos de comunicação e os espaços para a circulação da informação, além de um regime político sensível à opinião pública.<sup>140</sup>

Na ação mediadora empreendida pelos intelectuais católicos havia também a necessidade de lançar mão de recursos retóricos e, muitas vezes abstratos, identificando-os ora com os elementos

---

<sup>138</sup> BOURDIEU, op.cit., 2008, pp.163-165.

<sup>139</sup> WOLF, Francis. Dilemas dos intelectuais. In: NOVAES, Adauto. **O silêncio dos intelectuais**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, pp. 45-48.

<sup>140</sup> *Ibidem*, 2006, p.48.

legitimadores de sua erudição, ora reforçando-os com as regras que definiam a prevalência do argumento de autoridade, tanto deles quanto da Igreja Católica.

Não muito diferente da retórica religiosa, a presença dos intelectuais a frente do debate político facilitava a difusão de valores universais que deveriam ser inseridos na formação da cidadania por meio de artifícios, dissimulações e conotações políticas indiciais que suscitavam inversões semânticas importantes para a construção de uma linguagem favorável ao poder político, como também, ao poder eclesiástico.<sup>141</sup>

Os veículos de divulgação das entidades católicas que atuavam nos grandes centros urbanos do país abasteciam com ideias e referências os jornais católicos de Santa Catarina. Tanto o padre Leonel Franca, quanto Alceu Amoroso Lima (Tristão de Athayde), escreviam para a coluna “Ensino Religioso”. Para Tristão de Athayde, a educação da prole era dever primordial da família e seu direito natural, sendo que o auxílio dado pelo Estado à família para a formação das novas gerações decorria das dificuldades encontradas em todos os setores da sociedade quanto ao ordenamento da vida social moderna. Ao Estado competia, porém, garantir o direito e promover o bem comum cuja função legítima da interferência do Estado na escola deveria se limitar a proteger e assegurar os direitos da família e da criança.<sup>142</sup>

Incumbia-se aos pais o dever e, assistia aos mesmos, o direito de ministrar, inicialmente à criança, a educação física, intelectual, moral e religiosa. Para o padre Leonel Franca esse direito paterno era inviolável. O professor público ou particular devia, apenas, cumprir a função de delegado e representante da autoridade paterna, não lhe cabendo, de modo algum, reivindicar qualquer direito sobre a educação da criança que comprometesse ou inviabilizasse os direitos concernentes aos pais.<sup>143</sup>

Essas considerações, uma vez lidas e comentadas entre os leitores de “O Apóstolo”, passavam a embasar as teses e a compor o

---

<sup>141</sup> CARVALHO, José Murilo. **História intelectual no Brasil**: a retórica como chave de leitura. In: REVISTA TOPÓI. Rio de Janeiro, n.01, pp142-146.

<sup>142</sup> E a escola como instituição se pauta por ser em sua concepção original uma “instituição necessária que tem sua importância como grupo autônomo assegurada pelas exigências da vida em comum. A escola é um grupo natural, por acidente, podemos dizer, pois nasce não naturalmente como a família e o Estado, mas como instituição voluntária especializada, se bem que exigida pela finalidade natural da família”. Jornal “O Apóstolo”, Ano IV, n.60, jan. 1933, p. 3.

<sup>143</sup> Jornal “O Apóstolo”, Ano IV, n.61, jan. 1933, p. 3.

conjunto de proposições da Igreja Católica acerca da legalidade constitucional do ensino religioso nas escolas públicas. Assim, o principal argumento dos católicos buscava distinguir, e não apenas separar, a educação em relação à instrução. De acordo com tal argumento, a educação não poderia ser confundida com a instrução e, muito menos se encontrariam subordinadas entre si.

Ao formular a sua crítica ao processo de construção do conhecimento científico, o padre Leonel Franca afirmava que a educação, tal como pensavam os católicos, era orientada para plasmar o homem de sua existência, abraçando o homem na totalidade de sua natureza, desenvolvendo-lhe harmoniosamente todas as faculdades; enquanto uma pedagogia científica e voltada para a instrução, no máximo, formaria técnicos para especialidades que atenderiam somente aos apelos da inteligência.<sup>144</sup>

Tristão de Athayde, lançando um ataque mais contundente ao modelo pedagógico laicista que vigorara desde 1891 com a primeira Constituição da República, alegava que no regime de dissociação entre a finalidade instrutiva e a finalidade educativa, o Estado instruía através de programas escolares estanques que eram organizados com o sentido de “ministrar noções de línguas, de ciências, de letras sem que a mais remota instrução propriamente educativa viesse dar força interior a essa soma estéril de conhecimentos ministrados”.<sup>145</sup>

E quanto ao alcance social da pedagogia católica comparada à pedagogia definida por Tristão de Athayde como moderna e laicista, essa última se equivocava pelo fato de considerar a sociedade como um fim para o indivíduo. Diferindo parcialmente dessa primeira corrente laicista, havia outra corrente cujo pensamento pedagógico, mesmo considerando o indivíduo como fim (mas também sem autonomia), elegia a sociedade como meio de desenvolvimento da personalidade.

A pedagogia católica defendia uma suposta superioridade da pessoa humana sobre a sociedade. Opondo-se ao individualismo agnóstico e ao naturalismo social como principais correntes do modernismo pedagógico, os intelectuais católicos defendiam as concepções que fundamentavam a formação integral dos indivíduos que pressupunha o ensino da moral cristã e a formação religiosa católica, em oposição a uma pedagogia centrada em uma técnica específica.

O fim último dessas orientações levaria o católico a se integrar a cada etapa de sua vida (os fins parciais) com o sentido de atingir um

---

<sup>144</sup> Jornal “O Apóstolo”, Ano IV, n.61, jan. 1933, p. 3.

<sup>145</sup> Jornal “O Apóstolo”, Ano IV, n.61, jan. 1933, p. 3.

ideal moral que governaria, por sua vez, o seu ideal intelectual e a sua vida social.<sup>146</sup> Assim diz Tristão de Athaide:

O ideal moral, portanto, governa o ideal intelectual e social; a ética, por sua vez, se subordina à teologia, pois não vivemos em um estado de abstração filosófica ou moral, e sim, de realidade histórica. É pela teologia que conhecemos os dados revelados de nossa posição real no mundo. Não chegamos, portanto, a um espiritualismo abstrato, fundado apenas na razão ou no coração do próprio homem. E sim a subordinação da instrução à educação e desta à cultura, por meio também de uma hierarquia crescente da formação física, subordinada à intelectual, e essa à moral.<sup>147</sup>

Por meio da ética, condicionada aos valores teológicos, o católico era orientado para realizar uma experiência em que os excessos e os desvios deviam ser contidos para não pôr em risco a ordem social cristã. Nesse sentido, as crianças deviam ser submetidas ao refinamento de suas vontades e ao cultivo de sua inteligência. Isso revela o papel dos discursos pedagógicos católicos no conjunto das estratégias para constituir uma posição unitária no que dizia respeito à ação institucional da Igreja Católica, que segundo Baczko (1984), se legitima pelo controle e pelo direcionamento adequado dos limites e dos extravasamentos do que poderia ou não ser comunicado ou ensinado, do método a ser aplicado e dos recintos a serem utilizados.<sup>148</sup>

Segundo “O Apóstolo”, a escola deveria se tornar, para os católicos, um prolongamento do lar, pois a criança não poderia ficar dividida entre os recursos técnicos da escola que desenvolveriam somente a inteligência da criança, e tampouco, deveria estar à mercê, apenas, da formação moral e volitiva a cargo dos pais nos momentos familiares:

Esta cisão absurda tira à escola o seu caráter essencial de prolongamento do lar. A atmosfera que se respira em ambos deve ser idêntica, mas, fazendo da escola um armazém de conhecimentos, cujo único fim é fornecer certificados e diplomas, faz-se também com que ela se

<sup>146</sup> ATHAYDE, op. cit., 1931, p. XI-XII.

<sup>147</sup> Ibidem, 1931, p.XI-XII.

<sup>148</sup>BACZKO, Bronislaw. Imaginação social. In: Enciclopédia Einaudi. Vol. 1. Memória e História. Lisboa: Imprensa Nacional, 1984, pp.301-303.

negue a si mesma, renunciando a sua missão essencial de educar. Para a criança, por mais sólida que seja a educação recebida no seio da família, a escola se apresentará, então, como um lugar em que a lei moral não vigora, ou pelo menos não vigora expressamente e com a mesma força, limitando provavelmente os seus imperativos ao respeito aos superiores que o mestre se encarregará de inculcar com um ou outro castigo.<sup>149</sup>

No jornal “O Apóstolo”, a coluna “Ensino Religioso” insistia em ressaltar a colaboração que deveria haver entre a escola e a família na educação das crianças. No processo de educação da criança realizada pela escola e a família, a ideia que era passada para os leitores católicos era a de que o ensino religioso era imprescindível para a formação moral.

A orientação que era dada a esses leitores compreendia os limites gnosiológicos e morais embutidos nos procedimentos científicos, incluindo a pedagogia. A ciência analisada desta forma, apenas interferia no curso dos fenômenos através de receituários técnicos, ao avaliar e medir os resultados contidos em seus próprios limites de experimentação, mas incapaz de inculcar imperativos morais à consciência dos homens.<sup>150</sup>

Outra orientação importante, divulgada na referida coluna, levava ao conhecimento de todos que o interesse da igreja não era apenas adquirir a liberdade de ensinar o catecismo, introduzindo-o nos programas escolares. Na visão dos intelectuais católicos, não seria possível qualquer neutralidade religiosa no momento em que os conhecimentos religiosos e doutrinários adquiridos pela criança se confrontassem com o conhecimento laico e científico. Em relação a isso, “O Apóstolo” se expressava nos seguintes termos:

Imaginemos, por exemplo, uma escola onde o ensino religioso seja, já não digo facultativo, mas obrigatório. O aluno na aula de catecismo ouvirá nos lábios do mestre que o mundo foi criado por Deus e que Adão e Eva foram os primeiros homens; na aula de História Natural, entretanto, o professor, imbuído de idéias materialistas,

---

<sup>149</sup> Jornal “O Apóstolo”, Ano IV, n.61, jan. 1933, p. 3.

<sup>150</sup> Jornal “O Apóstolo”, Ano IV, n.62, fev. 1933, p. 3.

revelar-lhe-á que a matéria é eterna e que o homem é um macaco evoluído.<sup>151</sup>

A transformação da vontade da criança em compromisso de fé, seguindo a lógica católica, exigiria que a presença do ensino religioso nas escolas públicas não se limitasse a inclusão do catecismo como matéria dos programas escolares, ministrado semanalmente aos estudantes, pois não preencheria completamente os deveres da escola para a formação religiosa da criança. Somente através da introdução da escola confessional na escola pública é que a pedagogia alcançaria uma finalidade moral consistente, voltada ao espírito de sacrifício como ascese espiritual e ao domínio dos sentidos como critério de inserção na vida social.<sup>152</sup>

O modelo de escola confessional concebida pela coluna “O Ensino Religioso”, tinha como base o livro: “Ensino religioso e Ensino leigo”, escrito pelo padre Leonel Franca. Teorizava-se que na primeira etapa de escolarização, as crianças deveriam ser submetidas às orações no início e na finalização de cada período de aula.

Voltados à difusão dos sacramentos da Igreja Católica, o corpo docente (constituído de pessoas de uma mesma confissão religiosa) cultivaria a vida espiritual familiar e social. E nos estabelecimentos de ensino em que existisse o regime misto ou o de confissões religiosas distintas, os alunos deveriam ser separados de acordo com o seu respectivo credo e em locais diferentes do edifício escolar. Em relação às outras disciplinas ou matérias escolares, os alunos seriam reunidos sob a direção dos professores, escolhidos indistintamente entre as várias confissões existentes na instituição escolar:

Mas severamente obrigado a não ofender as convicções dos alunos pertencentes a confissões diversas da sua [...] À associação particular que solicitou a abertura da escola assiste o direito de escolher professores, adotar livros de texto e os métodos que lhe parecem melhores, acrescentar o ensino do catecismo e de outras disciplinas e dar a orientação espiritual em harmonia com as suas convicções filosóficas ou crenças religiosas, sem prejuízo

---

<sup>151</sup> Jornal “O Apóstolo”, Ano IV, n.63, mar. 1933, p. 3.

<sup>152</sup> Jornal “O Apóstolo”, Ano IV, n.63, mar. 1933, p. 3.

do direito de inspeção e vigilância que compete ao Estado.<sup>153</sup>

Levava-se a efeito com essa argumentação, a necessidade de os católicos se posicionarem em um campo de disputa sobre o discurso educacional, pondo em jogo os instrumentos pedagógicos, os métodos a serem aplicados na educação pública. Aos intelectuais católicos cabia redimensionar para a linguagem especializada o que a igreja queria inscrever na consciência dos católicos em formação, convertendo em motivos lógicos os principais pressupostos religiosos.

Ao dar-lhes eficiência simbólica e ao controlar o lugar de emergência de uma nova forma de necessidade ou de limitação dos parâmetros legislativos que se almeja para a educação católica no sistema público de ensino (introduzir as abstrações do discurso moral da igreja na qualidade de cânones legitimadores do discurso científico e pedagógico), a Igreja Católica interferia diretamente no funcionamento dos campos de produção cultural (campo jurídico, campo artístico, campo científico, campo filosófico).

A ação dos intelectuais católicos em defesa de um projeto de educação no Brasil parte de uma luta que não pode deixar de ser considerada como política, justamente porque vislumbra o monopólio do universal e uma luta intensa pelo prevalecimento da razão. Segundo Bourdieu:

É preciso ter o valor da razão, para aí triunfar, é preciso fazer triunfar argumentos, demonstrações, refutações [...] esses universos sociais que, sob certos aspectos, são como os outros com poderes, monopólios, interesses, egoísmos, conflitos, etc., sob outros aspectos, são muito diferentes, excepcionais, logo, um pouco milagrosos: de fato as regras, tácita ou explicitamente impostas nas lutas de competição, são tais que as pulsões mais patológicas são obrigadas a conformar-se às formas e formalismos sociais, a curvar-se a processos e procedimentos estabelecidos, especialmente quando o se trata de debate, de confrontação, a obedecer a cânones adequados ao que se entende, em cada momento histórico, por razão.<sup>154</sup>

---

<sup>153</sup> Jornal “O Apóstolo”, Ano IV, n.64, mar. 1933, p. 2.

<sup>154</sup> BOURDIEU, op.cit., 1996, p. 213.



Enfim, as cartas pastorais, os documentos pontifícios e a imprensa balizaram um conjunto de representações do mundo social, interpretado por um viés religioso e pedagógico que orientou alguns procedimentos de ordem prática e uma série de projeções de D. Joaquim sobre a forma específica de educar, condicionadas às determinações e às orientações da hierarquia da Igreja Católica.

No Capítulo 2 são abordados os discursos sobre o ensino religioso a ser implantado nas escolas públicas em SC.

## CAPÍTULO 2

### A EDUCAÇÃO CATÓLICA NAS ESCOLAS PÚBLICAS EM SANTA CATARINA

Com base em Chartier (1990), é possível perceber que a finalidade da Igreja Católica era construir uma racionalidade específica e delimitada em função de seus interesses. O sentido dado aos discursos proferidos e aos parâmetros de sua utilização remete a análise a quem os utilizava, a quem deveria ser destinado, como também, a extensão do alcance de seu conteúdo e/ou de seu programa.<sup>155</sup>

Os discursos foram articulados com o propósito de legitimar determinadas práticas sociais e promover ilações políticas favoráveis a quem os proferia publicamente. Ao clero catarinense, era importante articular o seu discurso pedagógico num campo de concorrência e de disputas de concepções sobre o ensino religioso nas escolas públicas em SC.<sup>156</sup>

Em nome da fé católica e a favor da nação e do Estado, os discursos eclesiásticos sobre a educação religiosa, constituíram-se como espaços de representação social, dentro dos quais, o Estado e a Igreja Católica evitaram o confronto direto no campo educacional, encerrando em comum acordo, representar os pretensos interesses da maioria à medida que, ambos, buscavam se validar diante da sociedade como autoridades educacionais instituídas, fazendo-se reconhecer publicamente.<sup>157</sup>

Os temas legislativos sobre a educação e a família, sob um viés católico, propiciaram a aproximação entre D. Joaquim e alguns representantes do Estado e partidos políticos catarinenses.<sup>158</sup>

---

<sup>155</sup> CHARTIER, op.cit.,1990, pp.13-26.

<sup>156</sup> Na explanação de Chartier sobre esse assunto, “As lutas de representações têm tanta importância como as lutas econômicas para compreender os mecanismos pelos quais um grupo impõe, ou tenta impor, a sua concepção do mundo social, os valores que são os seus, e o seu domínio. Ocupar-se do conflito de classificações ou de delimitações não é, portanto, afastar-se do social [...] muito pelo contrário, consiste em localizar os pontos de confronto tanto mais decisivos quanto menos imediatamente materiais”. Ibidem, 1990, p.17.

<sup>157</sup>VELLOSO, Mônica P. A Ordem: uma revista de doutrina, política e cultura católica. REVISTA DE CIÊNCIA POLÍTICA. Rio de Janeiro: FGV, v.21, n.03, 117-160, jul./set.1978, p.22.

<sup>158</sup> Na solenidade de encerramento da Assembléia Constituinte Estadual (ACE) (promulgação da Carta Constitucional do Estado de Santa Catarina), ocorrida em Agosto de 1935, registrou-se a presença da classe política, do Governador do Estado e do Arcebispo de Florianópolis. “O

Nesse sentido, para Souza (2008) a conciliação política entre o poder público e o poder eclesiástico sobre o tema da educação pública pode ser dimensionada de acordo com o projeto de civilidade que fora pensado para SC por essas duas instâncias de poder entre 1930 e 1945, que consistia em dimensionar a região e o país numa perspectiva de progresso, ao buscar no que se considerava como moderno e como patriótico, uma vinculação mais forte com a cultura cristã.<sup>159</sup> Tal esforço consistia no compromisso de formar as crianças, os jovens, os estrangeiros, ou seja, todo o conjunto da sociedade catarinense. Evitava-se assim, qualquer possibilidade de existência de elementos que viessem se apresentar como uma “alteridade anômala”.<sup>160</sup>

Em SC, as observações de Otto (2006), incidem sobre os procedimentos do ensino católico pensado em sua sistemática institucional. Em estudo realizado sobre as escolas paroquiais no Médio vale do Itajaí-Açu e no Sul do Estado de SC, há a indicação de que a Igreja Católica almejava formar sujeitos programados, conformados a comportamentos que refletissem obediência à autoridade eclesiástica e estivessem voltados à prática sacramental. O mundo, nesse universo de formação direcionada e homogênea, deveria ser compreendido da mesma forma por todos.<sup>161</sup>

A partir da conciliação do binômio Deus e Pátria, inseridos no cotidiano dos grupos escolares, e na relação entre virtude e trabalho, Dallabrida (2003) mostra que foram disseminadas as condições de disciplinamento do corpo discente e a distribuição das atividades pedagógicas e culturais na escola que serviram de base para a reprodução das classes populares em SC. Associando patriotismo e catolicismo, as autoridades educacionais da época expressaram de modo objetivado algumas práticas educacionais que dariam conta da fabricação de um modelo de cidadania em que os indivíduos deveriam

---

Apóstolo” registrou tal encontro, informando aos leitores que a nova Constituição Estadual correspondia integralmente às aspirações do povo catarinense, pois o nome de Deus era invocado, em momento tão sublime, para proteger a organização jurídica do Estado. Jornal “O Apóstolo”, Ano VII, n.125, set. 1935.

<sup>159</sup> SOUZA, Rogério Luiz. Desejos de civilidade e ser moderno: uma história sobre o nascimento da Diocese de Florianópolis. In: SOUZA, Rogério Luiz de; OTTO, Clárcia (Orgs). **Faces do Catolicismo**. Florianópolis: Insular, 2008, pp.78-80.

<sup>160</sup> *Ibidem*, 2008, p.80.

<sup>161</sup> OTTO, Clárcia. **Catolicidades e Italianidades**: tramas e poder em Santa Catarina (1875-1930). Florianópolis: Insular, 2006, pp.11-26.

se tornar sãos e úteis a sociedade, não obstante o aprofundamento das desigualdades sociais.<sup>162</sup>

Articulado com as questões relacionadas à presença da Igreja Católica nas discussões e resoluções sobre a educação em SC, D. Joaquim compreendia que a abertura e o funcionamento de escolas paroquiais, a escolha do corpo docente para atuar nelas, deveriam ser submetidos ao seu crivo administrativo, do mesmo modo que outras deliberações deveriam passar por seu aval.

Seguindo esses mesmos preceitos, válidos para a organização hierárquica da Igreja Católica, o poder público deveria, na definição de D. Joaquim, ser respeitado quanto às suas atribuições executivas e às suas competências legislativas relacionadas à administração das instituições públicas de educação. Quanto à formação dos católicos e da opinião pública sobre a necessidade de implantar o ensino religioso nas escolas públicas em SC, toda a atenção de D. Joaquim e do clero catarinense estava voltada à unidade da família, *locus* original da educação católica e de antecipação da formação das crianças em relação à formação institucional laica pelo Estado<sup>163</sup>, embora na prática, algumas posturas educacionais difundidas por D. Joaquim se aproximavam das concepções de Nereu Ramos sobre o conceito de educar e a quem educar.

Para D. Joaquim, educar significava o reconhecimento de que a ignorância era a fonte de todo o mal, sendo que para o interesse da fé e da nação, pouco se podia esperar de uma mente inculta, destituída dos conhecimentos indispensáveis para humanizar-se e fortalecer-se no espírito<sup>164</sup>. Conforme a concepção de Nereu Ramos sobre esse assunto, a ação pedagógica era imprescindível para a organização dos valores culturais e para a conservação de determinadas permanências sociais, uma vez conduzidas para a formação da cidadania brasileira e para a formação de uma identidade regional. Em síntese, para ambos, o ensino

---

<sup>162</sup> DALLABRIDA, Norberto. Colméia de virtudes: o Grupo Escolar Arquidiocesano São José e a (re)produção das classes populares. In: DALLABRIDA, Norberto (Org.). **Mosaico de Escolas**: modos de educação em Santa Catarina na Primeira República. Florianópolis: Cidade Futura, 2003, pp.281-308.

<sup>163</sup> A partir do conteúdo analisado, inicialmente, na carta pastoral “Sobre o Problema da Instrução”, de 1920, e complementado pelos textos pastorais de 1915 e o de 1917 “Os recursos da religião”, e o de 1923 que versa sobre a autoridade do arcebispo para a resolução de conflitos na comunidade e para organização da família e das instituições sociais, torna-se possível visualizar os aspectos mais contundentes que definiram a visão modelar da igreja e delinearam a concepção de D. Joaquim sobre o modo católico de educar e instruir, especialmente as mulheres e as crianças.

<sup>164</sup> Carta Pastoral “O problema da instrução”. Florianópolis: Cysne, 1920, p.4.

religioso e a presença institucional da Igreja Católica no auxílio ao ensino público, eram bem vistos no sentido da formação moral da juventude catarinense.

Essas preferências ou veleidades educacionais, de acordo com o contexto estudado, devem ser entendidas como significativas sob o ponto de vista sócio-cultural e político, já que a sua objetivação revela o modo como, ao interrogar as representações coletivas que elas engendravam, torna-se possível identificar as posições e os interesses dos atores sociais envolvidos, seja pela conciliação das imagens mentais aos esquemas interiorizados, seja pela admissão das categorias incorporadas para a divisão do mundo social.<sup>165</sup>

Este capítulo elucidava os discursos que se voltaram à defesa do modelo de educação católica no Brasil. Para tanto, é torna-se pertinente tomar a concepção de D. Joaquim sobre o ensino religioso nas instituições públicas de SC. O tema a seguir comporta um conjunto de orientações e procedimentos voltados ao ensino religioso que foram desenvolvidos pelo clero catarinense durante a década de 1920 até o advento do Estado Novo. Contudo, tais moldes educacionais, indicam determinada leitura de mundo e de homem, conformada a uma moldura ética cristã condicionada a uma moral católica.

## 2.1 Formar nos moldes da Igreja Católica

Formar de acordo com uma moldura cristã, em consonância com D. Joaquim consistia em assegurar a harmonia social pela educação, aplicada aos limites dos domínios da organização doméstica e à correção dos agentes sociais na esfera pública.

As prerrogativas que sustentavam os parâmetros do molde ético-institucional da Igreja Católica em SC confirmam o modo como D. Joaquim, gradativamente, por meio da apropriação dos textos bíblicos, dos dispositivos canônicos, das cartas pastorais coletivas, das deliberações sinodais e da literatura dos católicos leigos, construiu a base de seu discurso sobre a educação Católica, contextualizando-o ao seu aporte de autoridade religiosa em SC.

Toma-se por discurso sobre a educação católica a existência de pareceres, alocações programas e dispositivos sobre o tipo de educação adequada às novas gerações, emitidas no campo dos especialistas e conforme os parâmetros de competência legítima que

---

<sup>165</sup> CHARTIER, op.cit., 1990, pp.13-26.

atuam em dois campos distintos. No caso, os discursos sobre a educação católica, eivados de representações religiosas, cruzam-se com procedimentos educacionais práticos, à medida que se relacionam com o agente católico que os assimila como um código formalizado de conduta moral, e o defende sistematicamente na organização do campo social, como também, com as estruturas de poder que os admitem estrategicamente, conforme as conveniências políticas. Não se trata de ver esses discursos como uma separação entre dominantes e dominados, partindo da posição de quem os profere e de quem, passivamente, os escuta. Contudo, eles permitem observar o modo como a autoridade em determinado campo de atuação é formada, mostrando os processos de construção de sua aceitação nas condutas individuais; permitem também que se indique que, por uma suposta homogeneidade e unanimidade que se quer objetivar pelo conteúdo edificante desses discursos, na maioria das vezes, não fique evidenciado nas intensas lutas pelo sentido do jogo em questão.<sup>166</sup>

Ocupando uma posição de destaque, D. Joaquim se revestiu de autoridade deliberativa no aspecto religioso, o que lhe possibilitou transitar em diversos assuntos relacionados à educação pública. Significativamente, no campo educacional a sua interferência se processou no ordenamento das instituições sociais como a família e nos critérios adotados por sua gestão episcopal para a fomentação de valores sociais como o trabalho, a honra e a virtude. Esse empreendimento se concentraria no esforço de formalizar as condutas individuais, somada à previsão das sanções concernentes às possíveis transgressões e recodificadas por um consenso controlado e racionalizado da ordem simbólica, na qual, segundo Bourdieu,

a formalização é o que permite conferir às práticas, e, sobretudo, às práticas de comunicação e cooperação, essa constância que assegura a calculabilidade e a previsibilidade para além das variações individuais e das flutuações temporais [...] a codificação é uma operação de ordenação simbólica, ou de manutenção da ordem simbólica.<sup>167</sup>

---

<sup>166</sup>O “sentido do jogo” para Bourdieu é aquilo “que permite gerar uma infinidade de lances adaptados à infinidade de situações possíveis, que nenhuma regra, por mais complexa que seja, pode prever”. BOURDIEU, op.cit., 1990, p.21.

<sup>167</sup>Ibidem, 1990, p.101.

A orientação moral católica, defendida por D. Joaquim, deveria servir de instrumento de educação da sociedade e fundamento delineador das instituições políticas. Considera-se, todavia, a recomendação de Bourdieu (1990) que algumas condições, por mais que sejam racionalizadas, destoam-se das que são dadas na prática.<sup>168</sup>

Nesses discursos emitidos por D. Joaquim, a família se acendia como portadora de valores fundamentais que estruturavam a sociedade. Essa condição servia aos procedimentos litúrgicos e educacionais católicos e era, também, sumamente priorizada pelo clero catarinense em suas manifestações públicas. Vista como principal protagonista no cenário das instituições sociais, o papel dessa instituição seria o de prover os sentimentos solidários, diferentemente do espaço público, marcado pela degradação das condições de vida das camadas populares.

Na instituição da família, principalmente, a manipulação simbólica empregada pela Igreja Católica, assegurava-lhe o controle comportamental dos indivíduos e os balizava sob parâmetros possíveis de condução da vida privada.<sup>169</sup> A apropriação realizada sobre a educação dos membros familiares proporcionaria ao clero catarinense, as condições de legitimação da primazia da Igreja Católica sobre a família brasileira. Partia-se da idéia de que a diferença de definição entre uma sociedade perfeita e tutelar validaria a assistência educacional à família, ficando essa função a cargo da Igreja Católica.<sup>170</sup>

Como observa Bourdieu (1982), o exercício do trabalho pedagógico realizado pelo poder religioso sobre a família, mantendo-a ou convertendo-a à educação cristã, informa de modo duradouro as práticas que devem ser consideradas e executadas, como uma interiorização de valores específicos, de normatizações disciplinares e das censuras morais que, ao tomarem a forma de autodisciplina e da autocensura, direcionam-se aos interesses, materiais ou simbólicos, dos grupos sociais dominantes. Para Bourdieu, quanto ao trabalho pedagógico (TP), a sua produtividade específica depende do alcance da inculcação realizada nos destinatários legítimos que os faz reproduzir o arbitrário cultural a que são submetidos e se mede pelo “grau em que o

---

<sup>168</sup> Ibidem, 1990, p.23.

<sup>169</sup> Ibidem, 1990, p. 121.

<sup>170</sup> No caso, a Igreja Católica, por reunir todos os meios para a finalidade de salvação eterna dos homens, estaria à frente da educação familiar (vista como constituída por uma natureza imperfeita e dependente, que não consegue por si mesma preencher todas as possibilidades de formação de seus membros). Carta Encíclica *Divini IlliusMagistri*, 5. ed. In: **Documentos Pontíficos**. Rio de Janeiro: Vozes, 1956, pp.8-12.

habitus que ele produz é transferível, isto é, capaz de engendrar práticas conforme aos princípios do arbitrário inculcado num maior número de campos diferentes”.<sup>171</sup>

Nesse sentido, na Carta Pastoral de 1923, D. Joaquim projetara a família de modo que ela deveria se constituir como a base de qualquer estrutura social e como um suporte indispensável para a socialização inicial do indivíduo.<sup>172</sup> Baseando-se nas teorias de Le Play<sup>173</sup>, D. Joaquim fez uma leitura da organização da sociedade pelo modo como as famílias se estruturavam e se relacionavam a partir dos hábitos de consumo e do desempenho social dos seus membros. D. Joaquim, nessa ocasião, estruturou a sua concepção sobre a maneira mais apropriada de educar nos moldes católicos, extraindo dessa matriz teórica os valores relacionados à tradição que definiam o homem por meio do trabalho, da honra e da virtude. Essa tríade de procedimentos morais e éticos seria a base para que fossem ressaltados os bons costumes em detrimento das iniquidades vigentes do sistema liberal.<sup>174</sup>

Educar ganhava o sentido de que a instituição de ensino e o agente educador deveriam se voltar para a reprodução de bons exemplos, da correção e vigilância referentes aos bons costumes. Essas qualidades deveriam completar o rol de atitudes que teria por finalidade conduzir a criança a uma formação propriamente cristã e, ao mesmo tempo útil à sociedade e ao Estado.

Os sentimentos relacionados à honra eram, incisivamente, assimilados no convívio do lar. Mais do que comandar, os pais deveriam

---

<sup>171</sup> BOURDIEU, Pierre. **A reprodução:** elementos para uma teoria do sistema de ensino. 2. ed. Rio de Janeiro: F. Alves, 1982, p. 45.

<sup>172</sup> Carta Pastoral, Florianópolis: Diocese de Florianópolis, 1923, pp.05-15.

<sup>173</sup> Essa forma de pensar a família, citado na Carta Pastoral de 1923, escrita por D. Joaquim, tem como base teórica o francês Pierre Guillaume Fredric Le Play que defendia a necessidade de uma *reforma social* contra a doutrina da lei natural e do individualismo liberal-capitalista. Para que isso ocorresse, seria necessário a intervenção do grupo familiar e a reforma moral a partir desse núcleo social. O êxito disso se daria a partir de uma constituição essencial, que se forma nas relações de sangue (família), de sociabilidade (comuna) e de interesses (profissão). Le Play, via a necessidade da restauração de uma autoridade paternal, tanto na família como nas fábricas. Assim, Privilegia-se a família como a *molécula primordial das sociedades*. É a entidade intermediária entre o indivíduo e a sociedade. Nesta base, considerava que *tudo o que é contra a família é contra a pátria e tudo o que é contra a pátria é contra a família*. <http://farolpolitico.blogspot.com/2007/04/play-pierre-guillaume-frdric-le-1806.html> acesso em 30 jul.2009.

<sup>174</sup> D. Joaquim entendia que essa postura levaria ao soerguimento das tradições da igreja, algo como voltar à sociedade de ordem aristocrática em oposição ao modo de educar liberal – para combater a aura contagiante da “frivolidade que assolava as moças, seja na licenciosidade do vestir, de conversar, seja na ostentação do luxo”. Carta Pastoral, Florianópolis: Diocese de Florianópolis, 1923, p.23.



acompanhar os seus filhos sob vigilância no que tange a correção das crianças, dando-lhes um direcionamento ético quanto às maneiras de assimilação e utilização das aquisições culturais pertinentes ao espaço social, convencionando-as conforme o discernimento empregado nas escolhas realizadas, à medida que se inscreviam como significações específicas de uma determinada identidade social. Conforme argumenta Bourdieu (2008), “os grupos investem-se inteiramente, com tudo o que os opõe aos outros grupos, nas palavras comuns em que se exprime sua identidade social, ou seja, sua diferença”.<sup>175</sup>

D. Joaquim insistia sobejamente na determinação de que as crianças não tinham “querer”, já que elas não podiam decidir, até porque não tinham, por sua vez, discernimento moral e nem autonomia ética suficientes. Nesse sentido, o pai que corrige o filho, cumpria a sua função social e religiosa, justamente ao evitar o maior castigo que é a falta e a omissão de educar. Segundo tal concepção, os castigos, entretanto, serviam para corrigir as malícias e fazer as crianças refletirem sobre as suas próprias ações.

Quem dá o pão, dá o ensino! Essa frase exemplifica a forma de educar defendida por D. Joaquim e define o valor dirigido e o peso que era revertido à organização familiar na formação das crianças e dos adolescentes. Exposto de outro modo, esse pensamento pode ser associado ao sentido tomista empregado por D. Joaquim a essa instituição social, a família, o qual se aproxima de uma visão de mundo em que a sociedade humana é definida em sociedade familiar e sociedade civil e separa qualitativamente os interesses privados em relação aos coletivos, sendo que na família há uma diferenciação de funções e de poderes cuja presença da autoridade firme harmoniza todas as finalidades individuais.<sup>176</sup>

Com relação às atribuições dirigidas às finalidades individuais dos membros familiares na sociedade e, no caso das mulheres e o cultivo de sua honra, para elas, era reservado perfazer um trajeto que perpassava determinadas fases da vida que tinha o seu início, meio e fim no recato juvenil até a exemplar postura de mãe de família e boa dona de casa. Seguindo tais imperativos em sua formação, a mulher se tornaria um bem e não um mal para o esposo, sendo destinada a familiarizar-se com o manejo doméstico, para que se contabilizassem aos seus dotes

---

<sup>175</sup> BOURDIEU, Pierre. **A Distinção**: crítica social do julgamento. São Paulo: Edusp; Porto Alegre: Editora Zouk, 2008, p.184.

<sup>176</sup> AMEAL, Jean. **São Tomás de Aquino**: Iniciação ao estudo da sua figura e da sua obra. Cidade do Porto: Tavares Martins, 1956, p.450.

femininos, algumas qualidades como fonte de economia e felicidade para o bom convívio do lar.<sup>177</sup>

Quanto à educação da criança, D. Joaquim recomendava aos pais que eles deviam suscitar as vocações que se encontravam nela, mas que podiam ser custeadas, principalmente, pela cotização das famílias, que pudessem ofertar obreiros, aptos e indispensáveis, ao fértil cultivo da obras diocesanas. Outra recomendação era a de que os pais e os adultos deviam preservar nas crianças a crença católica.<sup>178</sup>

No interior da família, primordialmente, as virtudes deveriam ser cultivadas pela adesão do indivíduo, desde a infância, aos ritos e aos procedimentos litúrgicos da Igreja Católica. Essas etapas de formação cobririam o batismo, o exercício da comunhão, da confissão e do matrimônio contraído diante da autoridade eclesiástica.

Ao se pretender formar a criança e a mulher, conforme um modelo católico de educar<sup>179</sup>, as aptidões individuais seriam conduzidas a um ordenamento social específico (cristão e cidadão). Na escola, segundo a compreensão dos educadores católicos catarinenses, se cultivaria, nos pequeninos, sentimentos de utilidade à pátria e de honras aos pais à medida que crescessem, estudassem e adquirissem conhecimentos.<sup>180</sup> Os efeitos dessas apreensões no interior da família católica deviam se tornar visíveis e a sua reprodução atingiria a sociedade de modo mais generalizado e complexo. Assim, as preocupações no interior da escola não destoavam das que deveriam ser

---

<sup>177</sup> Carta Pastoral, Florianópolis: Diocese de Florianópolis, 1923, p.22.

<sup>178</sup> Carta Pastoral, Florianópolis: Diocese de Florianópolis, 1923, p.23.

<sup>179</sup> Atribuindo um lugar especial à literatura eclesiástica e as orientações intelectuais da Ação Católica, a avaliação realizada por D. Joaquim, era a de que no seio da família a criança e a donzela cristã completavam a graça e a gentileza materna, evitando cair em “um mundo de pequenos nadas, superando a fantasia pelos enlevos do coração” Carta Pastoral “Os recursos da Religião”. Florianópolis: Typographia D’o Dia, 1917.

<sup>180</sup> A Revista Pétalas (1933 a 1939) foi dirigida pela Irmã Bernwarda Michelli (então, diretora do Colégio Coração de Jesus) e, editada sempre no estágio final das atividades letivas da referida instituição de ensino, ressaltara por diversas vezes, a necessidade de as internas e as não-internas de se centrarem em um sentimento cristão-católico e cívico. “No fofó leito protegido por um fino cortinado de rendas, dorme tranquilamente a criancinha. Lá fora, tendo como leito o canteiro do jardim e como cortinado as franjas de um jasmineiro florido, um botão de rosa parece dormir também. Ante o braço da criancinha, perguntamos pensativos: qual será o seu futuro pequenino? Serás útil a pátria? Honrarás teus pais? Alegregarás as reuniões elegantes? Brilharás na sociedade ou nem chegarás a conhecê-la? Ante a rosa não aberta, para que servirá? BEIRÃO, Luiza. In: REVISTA PÉTALAS. Florianópolis: Colégio Coração de Jesus, Dez. 1933, p.10.

postas à prova em casa, dentro dos limites impostos por um modelo patriarcal de família cristã.<sup>181</sup>

No intuito de indicar os desdobramentos das concepções de D. Joaquim sobre o ensino religioso na composição do sistema público de ensino, observa-se que, o referido arcebispo, o concebia a partir da idéia de que onde quer que fossem lançadas as raízes do ensino religioso, floresceriam a inspiração, a substância e o cimento das instituições livres no mundo moderno. Nesse plano de organização social, o progresso não poderia, sob nenhuma hipótese, estar desligado da ordem, da evolução ou expansão individual, tampouco, do balizamento do dever próprio e, muito menos, dos cuidados em relação aos direitos alheios. Assim, o afrouxamento dessas observações, segundo a forma de pensar de D. Joaquim, levaria a sociedade à desordem, ao promover a confusão, e como conseqüência lógica, levaria a instabilidade social.<sup>182</sup>

Portanto, para uma maior compreensão acerca dos desdobramentos das concepções de D. Joaquim sobre a educação religiosa, é necessário que sejam estudados os principais pontos que fundamentavam a Carta Pastoral “O problema da instrução” (1920). A referida carta pastoral apresenta um primeiro parecer quanto à estrutura do ensino religioso em Santa Catarina. Nela, estão as orientações de D. Joaquim sobre o desenvolvimento da sociedade catarinense, sendo que, para a consecução do referido desenvolvimento, a sociedade civil e o Estado, não deveriam prescindir da instrução como critério para a produção de riquezas e como fator determinante na prosperidade da sociedade. A importância da instrução pública confirmaria os interesses da fé que tem como alicerce a formação de uma mente culta e atenta aos interesses católicos e cívicos.

Segundo Chartier (1990), um documento escrito é resultado de um trabalho de classificação e de delimitação de configurações múltiplas e que, a realidade se apresenta contraditória, porque é construída por diversos grupos que a querem definir. Nesse sentido, as práticas sociais do clero catarinense apontam para o significado simbólico de se fazer reconhecer como identidade social (exibir uma

---

<sup>181</sup> Há uma situação peculiar que ilustra o diálogo entre família e igreja em relação à formação das crianças. No caso, a carta de Colombo Sabino que pede providências ao bispo para que converse com o padre Lens no sentido de inibi-lo quanto ao excesso de violência com os alunos. O citado padre houvera esbofetado o filho desse senhor nas dependências da escola. Carta de Colombo Sabino à D. Joaquim Domingues de Oliveira em 16/05/1934 (AHESCs – Pasta de assuntos diversos).

<sup>182</sup> Carta Pastoral “Os recursos da Religião”. Florianópolis: Typographia D’o Dia, 1917, pp. 7-19.

maneira própria de estar no mundo, de acordo com um estatuto e uma posição na sociedade). Um terceiro aspecto, de acordo com Chartier, diz respeito às formas institucionalizadas e objetivadas que dão visibilidade e perpetuam a existência dos grupos sociais e da comunidade.<sup>183</sup>

Enfim, a adoção de uma postura baseada nessas recomendações, condicionaria o católico a enfrentar, sob a luz do conhecimento, os embates mais recalcitrantes de afirmação da cultura católica. Tomando como referência a instrução católica como necessária a qualquer programa de governo, a Igreja Católica, por sua vinculação à educação pública em todos os estágios de formação, deveria ter papel preponderante na estrutura educacional de SC.

Ao pretender orientar a formação do homem catarinense, inculcando-lhe valores de cidadania e de civilidade por meio do ensino religioso, é mister recorrer ao conceito de representação política de Bourdieu (2009), principalmente no aspecto em que a intenção política do clero catarinense se condicionou a um jogo político e se manifestou através de técnicas pragmáticas de ação e de expressão na passagem do implícito ao explícito, da impressão subjetiva à expressão objetiva. Assim, as cartas pastorais, na qualidade de documentos oficiais da Igreja Católica, podem ser reconhecidas como “atos de instituição” porque se qualificam como expressão objetiva e como manifestação pública através de discursos ou atos públicos. Elas também representam uma forma de oficialização e de legitimação institucional das formas de percepção sobre o que se quer comunicar para se fazerem válidas no campo político.<sup>184</sup>

Considera-se, também, a carta pastoral “O problema da instrução” como uma construção cultural, porque produz historicamente um sentido e, almeja de modo diferenciado, construir uma significação específica acerca do que possa ser a educação católica. Analisada a seguir, sob a perspectiva de uma construção cultural e social do clero catarinense, a referida Carta Pastoral, propõe algumas questões como a natureza da instrução religiosa, o direito sobre a instrução pública e a relação entre instrução e ensino religioso, cujo escopo principal, era difundir valores para a estruturação de sua representação cultural e social na sociedade catarinense.<sup>185</sup>

---

<sup>183</sup> CHARTIER, op.cit.,1990, p.23.

<sup>184</sup> BOURDIEU, op.cit., 2009, pp.163-169.

<sup>185</sup> O interesse maior aqui, não se dirige às práticas de leitura, identificada por épocas e direcionada para as modalidades partilhadas do ler que dão sentido e forma aos gestos individuais, até porque, o nosso interesse maior é o da análise sobre o que pretendia D.

### 2.1.1 A Carta Pastoral “O problema da instrução”

A Carta Pastoral “O problema da instrução” serviu como um primeiro parâmetro em relação à abordagem sobre o que a, então, Diocese de Florianópolis havia desenvolvido em suas escolas paroquiais, como também, fez projeções para o futuro e definiu a importância da instrução religiosa para o desenvolvimento econômico, social e cultural de SC.

Sob o ponto de vista econômico e político, na visão de D. Joaquim, a educação católica seria útil tanto à indústria quanto ao comércio catarinense. A instrução religiosa, uma vez desenvolvida sem impedimentos de nenhuma ordem (jurídicos, políticos), garantiria a participação política a todos que dela se beneficiassem, principalmente por meio do exercício do voto e da cidadania. Para além dessas garantias sociais e políticas propostas por D. Joaquim, a Igreja Católica, nesse aspecto, atuara, dispondo de um sistema finalista que associava as simplificações operadas sobre as ações humanas a uma força exterior que condicionava o resultado da formação pretendida a valores teleológicos que obtinham a devida aplicação prática. Revertiam-se, tais forças humanas, exclusivamente, para a otimização dos resultados em prol da instituição religiosa. Assim, para Montenegro (1972), os dispositivos disciplinares da Igreja Católica, que eram sempre tomados com o sentido de evangelizar, configuravam-se como um instrumento religioso, cuja imposição de seus discursos, serve para explicar a realidade por uma via sobrenatural, uma vez que abstraem “os movimentos da realidade imanente, a constelação dos eventos, a pesquisa dos fatos sociais, o contexto das estruturas humanas”.<sup>186</sup>

Como uma instituição voltada à educação pública e centrada no ordenamento dos grupos sociais, o clero catarinense se voltou para a instrução das classes produtoras, priorizando a formação dos agricultores. Segundo a perspectiva de D. Joaquim,

---

Joaquim ao publicar as suas cartas pastorais e o sentido que era dado a elas, tal como uma leitura autorizada (a busca de um sentido único e universal; os mecanismos comportamentais que estão por trás de uma compreensão correta da mensagem religiosa) CHARTIER, op.cit., 1990, pp.121-123.

<sup>186</sup> MONTENEGRO, João Alfredo de Sousa. **A evolução do catolicismo no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1972, p. 155.

a lavoura chamavam os antigos, ao labor, por excelência. Entre nós continuada e generalizada como está em nossa diocese, é a solução prática do socialismo ameaçador, por isso que constitui o sistema chamado razoável de distribuição de riqueza, sem grandes fortunas, é verdade, acumuladas em mãos de alguns, mas também sem maiores necessidades para ninguém e sempre com o suficiente para todos.<sup>187</sup>

Já no meio urbano, a instrução religiosa também seria útil para a formação dos indivíduos que ocupariam os empregos burocráticos e se dedicariam às distintas carreiras liberais. Porém, para D. Joaquim, a instrução pública deveria ter maior concentração nas atividades manuais.<sup>188</sup>

Revestida de valores doutrinários, a instrução religiosa interferiria parcialmente na diminuição das desigualdades sociais, pois, não passava pelas projeções de D. Joaquim, a possibilidade de acabar com as desigualdades sociais por meio da instrução pública, até porque, ele as considerava como legítimas, quando baseadas na natureza e ordenada por Deus.<sup>189</sup>

De acordo com essa lógica, a Igreja Católica não tinha interesse de estabelecer entraves à difusão do ensino público, pois intencionava segundo D. Joaquim, que a verdade e só a verdade dominasse as almas, uma vez que através dela é que as naturezas inteligentes achariam o seu bem, o seu fim e sua perfeição.<sup>190</sup> Versando sobre o direito de ensinar as novas gerações, e tendo como referência a Carta Encíclica *Affaris vos*, alegava que a atividade de ensinar não era atribuição do poder público, e sim direito dos particulares. Nesse sentido, o referido direito de ensinar não poderia ser violado, sendo que

---

<sup>187</sup> Carta Pastoral “O problema da instrução”. Florianópolis: Cysne, 1920, p.18.

<sup>188</sup> Simplificada e prática, a escola almejada por D. Joaquim, deveria se limitar a “transmitir a seus alunos uma série de conhecimentos mais ou menos teóricos, posto necessário. Mas, a exemplo do que tem experimentado, descerá ao terreno da prática, ao que diz respeito ao trabalho manual e meneio doméstico”. *Ibidem*, 1920, p.17.

<sup>189</sup> *Ibidem*, 1920, p.19.

<sup>190</sup> Baseando-se na Bula de aprovação do Instituto dos Irmãos das Escolas Cristãs (IIEC), escrito pelo Papa Bento XIII, D. Joaquim afirmava que a ignorância era a fonte de todos os males. No caso, a instrução seria responsável pela riqueza e pela prosperidade de uma comunidade. Quanto aos interesses da fé, a instrução tinha papel fundamental, haja vista, que não se poderia esperar muito de uma mente inculta. *Ibidem*, 1920, pp. 4-5.

o Estado deveria apenas tutelá-lo, já que os pais eram, por direito natural, os educadores de seus filhos.<sup>191</sup>

Ao tentar definir, entre as décadas de 1920 e 1930, a função do Estado na área educacional, D. Joaquim anuiu com a possibilidade de que o Estado poderia cooperar, estimular e promover a difusão da instrução pública, auxiliando os pais no cumprimento de seu dever natural, intervindo em situações específicas, para fazer respeitar os direitos da infância.

Nesse sentido, D. Joaquim estava convicto de que a principal competência do Estado seria contribuir para o aperfeiçoamento e difusão da instrução, generalizando-a no seio da sociedade civil. Assim, ao Estado era atribuída a competência de promulgar as leis e estabelecer os critérios de sua aplicação. Associada a essas competências, a adesão da Igreja Católica ao Estado em matéria de educação pública era justificada pelo fato de que, os dois poderes, por terem preocupações similares teriam que se unir para o bem estar público e para a manutenção da soberania nacional.<sup>192</sup>

D. Joaquim insistia na perspectiva de que, ao lado do Estado, tanto a família<sup>193</sup> quanto a Igreja Católica<sup>194</sup> ensinavam na mesma proporção. Nessa perspectiva, o Estado supriria ou colaboraria com as

<sup>191</sup> D. Joaquim, ao analisar essa questão, concordava com a idéia de que, os pais ou os familiares da criança, não estando em condições de fazê-lo por si mesmos, podiam recorrer ao mestre, à sua escolha, a quem confiariam este cuidado, e a quem, por este título, investiriam de uma parte de sua autoridade. Essas condições confirmam que é do poder paterno que nasce o direito que tem o pai de conservar seus filhos em seu poder, enviando-os a tal colégio ou a outro lugar que julgue mais a propósito para sua educação. *Ibidem*, 1920, pp. 5-6.

<sup>192</sup> Na relação da Igreja Católica com o Estado, D. Joaquim aludia a uma possível relação de contribuição dos dois poderes dentro dos seguintes parâmetros: “Assim sendo, bem que podemos fechar com palavras de ouro estas singelas considerações, socorrendo-nos do que em resumo, doutrina Barbalho, dizendo: concurso, auxílio, contribuição, - eis o que se deve limitar a ação oficial, sem monopólio nem privilégio”. *Ibidem*, 1920, p. 8.

<sup>193</sup> Quanto aos pais de família, o clero catarinense lembrava que: “a obrigação de concorrer para a difusão e manutenção das escolas onde tais ensinamentos se ministrem, e aqui lhes apontamos alguns meios a seu alcance, tais como: donativos, subscrições, caixas, propaganda e matrícula de alunos. Segundo o sínodo poderiam fazer por meio de: a) associações dos chefes de família; b) ligas angariadoras de contribuições; c) formação de patrimônio e caixas auxiliares”. *Ibidem*, 1920, p. 19.

<sup>194</sup> E sobre o valor da religião na educação das crianças no sentido de uma formação moral católica, D. Joaquim defendia que “apesar de tais escolas católicas, e principalmente na falta delas, ocorre ao vigário ou ao seu representante, ensinar por si a doutrina às crianças das escolas públicas, nas mesmas escolas, e sempre que isso não seja possível, auxiliados por professores, em hora que parece mais acertada, lhes ministre o ensino da doutrina cristã na capela ou no oratório do lugar. Afinal, só a religião é o verdadeiro bálsamo da instrução. Porque, indiferente para o bem ou para o mal, tem a ciência na religião o que a impede de corromper-se”. *Ibidem*, 1920, p.19.

instituições da sociedade, respeitados os devidos limites relacionados à intervenção do governo no que diz respeito ao melhoramento intelectual da população. O melhoramento intelectual aludido por D. Joaquim, fundamentalmente, não ultrapassaria os limites de uma formação voltada ao que, era reconhecido como “estritamente necessário para a existência honesta do mais humilde dos homens”.<sup>195</sup>

A despeito da reforma do ensino em SC, empreendida por Orestes Guimarães, no governo de Vidal Ramos (ocupando o posto de Presidente do Estado de SC entre 1910-1914), e das recomendações presentes no Parecer de Orestes Guimarães sobre as obras didáticas que deveriam ser aplicadas no ensino público em SC<sup>196</sup>, o clero catarinense insistia na projeção de um sistema público de ensino que garantisse e fixasse, a todos, um mínimo de conhecimento aos indivíduos, conforme interpretação de D. Joaquim sobre os direitos garantidos pela constituição de 1891 sobre a educação pública.

Esses conhecimentos mínimos, uma vez generalizados e disseminados no conjunto maior da população, deveriam ser reduzidos a um programa de ensino que possibilitasse, aos indivíduos, apreender o mínimo em leitura e escrita, como também, seriam módicos os ensinamentos em matemática, limitando-se apenas aos cálculos elementares.<sup>197</sup>

Quanto à natureza da instrução pública, para a Igreja Católica, além do apelo à educação cívica<sup>198</sup> que era vista como atribuição do

---

<sup>195</sup> Ibidem, 1920, pp. 6-7.

<sup>196</sup> Contratado pelo governo estadual para reorganizar o ensino público em Santa Catarina, Orestes Guimarães emitiu, em 1911, um parecer sobre as obras didáticas que deveriam compor a bibliografia destinada aos inspetores escolares, à biblioteca dos grupos escolares e às escolas isoladas e/ou complementares de Santa Catarina. No referido parecer, Orestes Guimarães alerta os professores da época para um método de ensinar a ler, diferentemente do que D. Joaquim concebeu na carta pastoral “O problema da instrução”, que levasse o aluno, sobretudo, a compreender as palavras de acordo com a sua respectiva significação, ainda no estágio inicial do uso da cartilha, sendo que o verdadeiro ensino de leitura começaria somente depois que a criança deixasse a cartilha e quando já tivesse definitivamente estabelecido, na criança, uma íntima e perfeita conexão entre as representações fônica e gráfica, de modo que a compreensão do texto superaria a leitura mecânica. Para Orestes Guimarães, a adoção obrigatória das obras didáticas sugeridas em seu parecer atenderia a necessidade do Estado de Santa Catarina em uniformizar e generalizar a sua metodologia do ensino de leitura e de outras disciplinas escolares. GUIMARÃES, Orestes. **Parecer sobre obras didáticas**. Florianópolis: Tipografia D’O Dia, 1911, pp. 4-27.

<sup>197</sup> Carta Pastoral “O problema da instrução”. Florianópolis: Cysne, 1920, p. 7.

<sup>198</sup> Nas formulações e pareceres de D. Joaquim ele argumentava que a educação somente “será cívica ou nacional, pela adoção de autores e métodos nacionais (sínodo 315), bem como pelo estudo proporcionado da história, da literatura, artes, ciências e grandes homens do Brasil. Será ainda nacional pelo coração, ensinando às crianças aqui nascidas, o amor e o afeto pela sua



Estado, a instrução deveria se pautar por um modelo de educação moral e religiosa.<sup>199</sup> Ao salientar alguns valores teleológicos<sup>200</sup> que fundamentavam a religião católica, a leitura pedagógica feita pela carta pastoral “O problema da instrução”, além dos cuidados com a disciplina corporal, a educação moral e religiosa aplicada sobre a formação da criança desde a mais tenra idade, cooperaria para que as tendências e inclinações naturais do indivíduo fossem, gradativamente, corrigidas e conduzidas aos parâmetros da pedagogia católica.<sup>201</sup>

Tais parâmetros preencheriam as principais finalidades da pedagogia católica, de modo que se pudesse conciliar a fé religiosa com os conhecimentos científicos distribuídos na forma de disciplinas escolares. Para D. Joaquim, a instrução puramente científica e as noções vagas e superficiais sobre a virtude acarretariam imensos danos à própria ordem social, até porque o silêncio das “verdades” religiosas, não permitiria formar o homem educado, “que tem a verdade no espírito e a virtude no coração”.<sup>202</sup>

Na relação entre instrução pública e ensino religioso, D. Joaquim discordava da possibilidade de haver diversas confissões em atividade na escola pública. O seu receio incidia sobre a avaliação de que, a instrução religiosa, poderia ser ministrada separadamente das disciplinas que compunham o currículo escolar, sendo que a sua

---

grande pátria, quaisquer que sejam as simpatias por essa ou por aquela nação, máxime a pátria dos seus antepassados”. Ibidem, 1920, p.11.

<sup>199</sup> Na perspectiva da carta pastoral “O problema da instrução”, havia a urgência em informar “o coração da criança, desde tenra idade, desde o lar e desde a escola pelos princípios da austera e verdadeira moral, ensinando-lhe o que lhe incumbe, atingindo o necessário desenvolvimento, para consigo para com seu próximo, e para com a pátria” Ibidem, 1920, p.12.

<sup>200</sup> Tais valores eram reconhecidos como fundamentais para a formação católica, porque remetia ao conceito de que o mundo sensível e a vida terrena não correspondem a toda a realidade, já que há uma forma e um caminho de preparação do indivíduo para um mundo espiritual superior. E o progresso de qualquer pedagogia, segundo o referido documento, deveria se voltar para a consideração dos prêmios e dos castigos divinos, sendo que “o princípio da sabedoria é o temor à Deus – sem a graça, sem os auxílios da fé, sem o conhecimento da religião, não podemos evitar o vício e praticar a virtude”. Ibidem, 1920, p.12.

<sup>201</sup> Os valores pedagógicos emitidos por D. Joaquim na carta pastoral “O problema da instrução” eram baseados na tese bíblica de que, sob a condição de “herdeiros do pecado de desobediência de nossos primeiros pais, todos nós fomos concebidos com propensões para o mal e para o vício [...] Não foi só como afirmou uma certa filosofia, a sociedade que corrompeu o homem. Sim: os maus exemplos podem exercer e exercem, de fato, influência funestíssima: *exempla trahunt*. E tanto mais lamentáveis são eles, quanto o homem para resistir-lhes, só lhes opõe, quando opõe, uma vontade enfraquecida, herdeiro como é, da concupiscência (lascívia, devassidão) que vem do pecado, e inclina para o pecado”. Ibidem, 1920, p.11.

<sup>202</sup> Ibidem, 1920, p.13.

intenção era a de que os argumentos religiosos perpassassem, dentro do campo da moral, os argumentos que se definiam por científicos.

A postura do referido arcebispo diante desse assunto ia ao encontro da tese de que deveria haver o equilíbrio entre a formação familiar, a formação religiosa, e o ensino público administrado pelo Estado. Quanto ao ensino religioso ministrado pelas instituições escolares católicas, seria inconcebível dispensá-lo da escola pública. E caso a escola pública o destinasse, exclusivamente aos pais ou a organização familiar, isso atentaria contra a influência moral da escola, deixando as crianças expostas a todo tipo de corrupção, ao mesmo tempo em que as excluiria dos preceitos verdadeiros da religião.<sup>203</sup>

Ainda, na relação entre a instrução pública, sob a responsabilidade do Estado, e o ensino religioso, priorizado por D. Joaquim como atribuição do clero católico, a carta pastoral “O problema da instrução” apresentava as razões pelas quais deveria ocorrer a subvenção oficial às várias escolas católicas.

Reconhecendo os sentimentos de justiça, retidão e simpatia dos homens públicos e dos legisladores em relação aos direitos da Igreja Católica na Constituição da República (1891), mas aludindo, também, a futuras revisões de algumas falhas nas legislações vindouras, aproximando-as da Constituição Canônica<sup>204</sup>, D. Joaquim defendia a possibilidade de que a subvenção oficial seria justa e incondicional. Baseando-se na fundamentação canônica sobre esse assunto, D. Joaquim definiu a subvenção oficial alegando:

Se as escolas públicas são mantidas pelo erário público, e todavia não satisfazem aos requisitos das escolas de católicos, o Estado por justiça distributiva, está obrigado a subvencionar as escolas católicas do mesmo erário público. Longe de ser um desperdício, a subvenção representa vantajosa economia para os cofres públicos, quer também concorra a igreja para a construção e conservação dos seus edifícios de ensino, quer porque em geral, mais modestas são as exigências, ou menos prementes as condições dos respectivos professores,

---

<sup>203</sup> Ibidem, 1920, p.14.

<sup>204</sup> Quanto ao modo como D. Joaquim tratava a relação entre educação, poder público e Igreja Católica, ele alegava que “Conhecidos são os patrióticos intuídos dos governos em generalizar e popularizar sempre mais a instrução. Nesta nobre faina, tanto melhor se outros obreiros têm desejo de tomar parte, ou já se encontram pelo caminho. Ora, aliados, e dos melhores, serão sempre os institutos da igreja, desde que as condições materiais são reduzidas e incalculáveis os resultados na ordem moral e intelectual”. Ibidem, 1920, pp.16-17.

porque retiraria das famílias e dos particulares o ônus pecuniário com a educação dos filhos, como também, sob preceitos constitucionais, “a ação oficial deve esmerar-se no concurso, auxílio e contribuição à iniciativa particular ou pública da igreja, sem privilégio nem monopólio.”<sup>205</sup>

Assim, o clero catarinense anuía com a possibilidade, caso fossem subvencionadas pelo Estado, que as escolas católicas fossem submetidas a todas as leis escolares oficiais. Por outro lado, D. Joaquim reconhecia que as escolas católicas deveriam ser priorizadas, caso fossem respeitados os princípios da grande comunhão religiosa e a representação que recaía no fato de seus adeptos constituírem uma maioria em relação à população catarinense.

Portanto, a partir do problema levantado por D. Joaquim sobre a instrução, o clero catarinense discutiu a posição institucional da Igreja Católica referente ao direito de erigir e organizar escolas para a instrução cristã, voltando-se para a promoção e superintendência da difusão do ensino religioso através de suas instituições escolares.

Quanto ao ensino ministrado nos estabelecimentos públicos, o Estado ao assumir a educação leiga, não deveria de modo algum restringir a liberdade dos particulares, nem os direitos e as prerrogativas da Igreja Católica no que dizia respeito à instrução religiosa da sociedade catarinense.<sup>206</sup> Segundo a análise de Dias (1996) sobre a postura da Igreja Católica em relação ao princípio de sua autoridade religiosa e em relação ao prevalecimento de sua doutrina em âmbito nacional, ela teve que combater a soberania da razão, tendo que educar a vontade dos indivíduos, além de estabelecer acordos diante da soberania do Estado.<sup>207</sup>

Desde a edição da carta pastoral “O problema da instrução”, em 1920, até o término do período de governo de Nereu Ramos (1935-1945), D. Joaquim buscou validar a presença da doutrina católica no sistema público de ensino, seja lançando mão do princípio de sua autoridade religiosa, seja por favorecimentos políticos à Igreja Católica, vivenciados no início da década de 1930, que em contrapartida auxiliara nas votações locais para a composição da bancada política que representara SC na ANC.

---

<sup>205</sup> *Ibidem*, 1920, p.15.

<sup>206</sup> *Ibidem*, 1920, p. 9.

<sup>207</sup> DIAS, op.cit., 1996, p.65.

Posteriormente, com a criação da DAER, ao colocar em prática o DCM em 1936, cujas atividades se estendiam às paróquias, às escolas e aos colégios da rede de ensino da Igreja Católica e às instituições públicas de ensino, segundo os critérios do clero catarinense e de acordo com a regulamentação do Estado, D. Joaquim buscou uma maior abrangência do modo de educar das instituições católicas na sociedade catarinense.

Na análise sobre a regulamentação do ensino do catecismo em conformidade com o Decreto da Sagrada Congregação do Concílio – SCC – (*Acta Apostolicae Sedis*, 05/04/1935), é possível observar o modo como as determinações do clero catarinense fizeram com que a arquidiocese de Florianópolis se centrasse nos limites e nas possibilidades de implantação do ensino religioso e da educação católica nos estabelecimentos de instrução pública, reconfigurando a visibilidade e a penetração institucional da catequese nas escolas públicas de SC.

A partir dessas indicações pontuais sobre a iniciativa de introduzir os valores pertinentes à doutrina da catequese na escola pública em SC, tornou-se pertinente dimensionar tanto as intenções pedagógico-institucionais de D. Joaquim ao instituir os cursos especiais de lições de religião e dirigi-los à formação dos professores para atender as exigências do DCM, quanto o diálogo mantido por D. Joaquim com os intelectuais católicos, através do qual, julgava-se necessário fazer a distinção entre o modelo pedagógico definido como pragmático<sup>208</sup> e o modelo pedagógico integral<sup>209</sup>, visando uma maior incidência dos

---

<sup>208</sup> A pedagogia pragmática de Dewey era combatida pelos intelectuais católicos que atuavam no campo educacional na década de 1930. Em especial, Alceu Amoroso Lima não a aceitava porque em sua avaliação ela não fornecia princípios objetivos e ideais fixos que pudessem derivar de uma concepção total da vida, ou seja, não atendia os requisitos de uma ciência normativa das ações humanas. Outros motivos se associavam a esse primeiro, por exemplo: a rejeição, por parte da pedagogia pragmática, acerca do sobrenatural, do transcendente, do universal e do fixo da vida, além de que errava ao atribuir à ética uma origem unicamente social, fazendo da utilidade e da satisfação individual os critérios básicos da atividade humana. ATHAYDE, op.cit., 1931, p. XIII.

<sup>209</sup> Debatendo contrariamente à concepção moral contida na pedagogia reconhecida como Pragmática e associada ao pensamento de John Dewey, Alceu Amoroso Lima discorre sobre a pedagogia integral, alegando duas dimensões imprescindíveis à formação da criança e do adolescente. A primeira dimensão da formação pedagógica integral dizia respeito ao que ele qualificou como “sentido cronológico” em que através de três momentos sucessivos do homem, operaria a educação (do nascimento à morte do indivíduo), a instrução (que vai da puberdade à morte) e a cultura (que vai da maturidade à morte); a segunda dimensão se relacionava a três planos ontológicos, distribuídos em “formação Física” (da ordem da natureza), “formação intelectual” (da ordem das idéias) e a “formação moral e religiosa” (a ordem dos deveres). Cada uma dessas modalidades apresentava finalidades imediatas distintas, sendo que a educação visava infundir hábitos, a instrução fornecia e ministrava conhecimentos

dispositivos educacionais católicos sobre a realidade social brasileira e catarinense.

De acordo com essas iniciativas e com as ilações intelectuais e políticas de D. Joaquim, a seguir, serão analisadas as principais questões que se direcionavam no sentido da demarcação do espaço de atuação da pedagogia católica por meio do DCM no ensino público em SC.

Dentre as questões analisadas constam: a) A sistematização dos procedimentos pedagógicos mais relevantes em relação à transmissão da doutrina católica aos alunos matriculados em escolas públicas do Estado. b) A formação do perfil do professor-evangelizador<sup>210</sup>, apto para antecipar, com valores morais e éticos da catequese, os conhecimentos científicos disseminados na escola pública. c) O perfil mais ampliado do professor, traçado pela intelectualidade católica, projetava-o como um agente social que não podia se limitar ao enlevo propriamente intelectual de instrutor de saberes científicos e, tampouco, devia deixar de observar os limites de sua ação ou os parâmetros de sua intervenção na sociedade.<sup>211</sup>

### 2.1.2 O Departamento Catequístico Metropolitano

Desenvolvendo funções de superintendência sobre a catequese e sobre o ensino geral da doutrina cristã, o DCM inaugurou uma nova fase de relação da Igreja Católica com o sistema público de ensino em SC na segunda metade da década de 1930. Presidido por D. Joaquim, o DCM tinha como vice-presidente o vigário geral da arquidiocese de Florianópolis, o padre Evaristo Schürmann. Compunha-se, ademais, de

---

e a cultura servia como estratégia para elevar a personalidade individual e social do indivíduo em formação. ATHAYDE, op.cit., 1931, pp. XIII-XV.

<sup>210</sup> Essas orientações remontam o início da década de 1930, momento em que Everardo Backheuser, como diretor da Associação de Professores Católicos do Distrito Federal, em 1932, envia uma carta - ofício à D. Joaquim chamando a atenção para o Boletim da referida instituição pedagógica. Nessa correspondência há a ressalva de que a arquidiocese florianopolitana deveria promover uma formação específica para professores católicos que tinham a missão de “evangelizar os mestres e os discípulos, obrigados a ensinar a estudar em escolas leigas”. Carta de Everardo Backheuser a D. Joaquim Domingues de Oliveira. Rio de Janeiro, 21/07/1932 (AHESC).

<sup>211</sup> Cabe aqui ressaltar que havia a idéia de que outras funções acompanhavam o trabalho docente, dentre as quais, a formação dos espíritos, a interferência moral no processo de formação do caráter do aluno, inculcando nele uma consistente consciência social e civil. Discurso de Nereu Ramos proferido em dezembro de 1944 na qualidade de paraninfo da turma de alunas mestradas do Colégio Coração de Jesus. O citado documento se encontra no CEOR da UFSC.

outros cargos como o de secretário e de conselheiro, sendo todos eles ocupados pelo laicato católico.<sup>212</sup>

Essa nova fase de relação entre a Igreja Católica e o sistema público de ensino em SC baseou-se, fundamentalmente, na formatação da catequese de acordo com o modelo pretendido pela Sé Romana<sup>213</sup>, uma vez que respondia ao apelo das arquidioceses brasileiras em padronizar, tanto no espaço das escolas públicas quanto em âmbito privado das escolas e das famílias católicas, os procedimentos da instrução religiosa.

No espaço privado, pretendia-se evitar que as famílias, ao seu modo, ministrassem deliberadamente a instrução religiosa às crianças em casa sem a supervisão e orientação diocesana. No espaço público, a prioridade era a escola pública. Seguindo a orientação da CF em seu artigo n. 153, o Decreto n. 64 de 09/08/1935<sup>214</sup> que regulamentava o ensino religioso nas escolas públicas em SC, estabeleceu que fosse ministrado dentro do horário escolar, sendo que não poderia ultrapassar três aulas semanais.

Embora a matrícula do ensino religioso devesse contemplar a confissão religiosa do aluno, aos estabelecimentos de ensino particulares equiparados, era facultado ministrar apenas a instrução religiosa pertinente a sua orientação doutrinária. Essas condições davam a Igreja Católica uma ampla vantagem em relação às outras confissões religiosas, pois nos registros governamentais enviados à ALESC durante os dois primeiros anos do governo de Nereu Ramos, as escolas administradas pelo clero catarinense se apresentaram com número significativo de matrículas no ensino secundário, além de terem uma participação fundamental na formação de profissionais para atuar no magistério em todos os níveis escolares.<sup>215</sup>

---

<sup>212</sup> Na sua composição, o DCM foi composto da seguinte forma: D. Joaquim como Presidente; o padre Evaristo Schürmann como vice-presidente; a Sra. Dona Maria Madalena de Moura Ferro, como 1ª secretária; Sra. Isaura Veiga de Farias, como 2ª secretária; Sra. Dona Osvaldina Medeiros, como tesoureira; Dona Beatriz de Souza Brito, como conselheira. Regulamentação do Ensino Religioso na Arquidiocese de Florianópolis (RERAF). Florianópolis: Artes Gráficas da Escola de Artífices, 1936, p. 8.

<sup>213</sup> Os resultados deveriam ser relatados de cinco em cinco anos à Sé Romana. As informações prestadas sobre a instrução catequética teriam que estar em conformidade com o cânone 340 do Código de Direito Canônico. *Ibidem*, 1936, p.36.

<sup>214</sup> Mensagem apresentada à ALC pelo governador do Estado, Dr. Nereu de Oliveira Ramos, 16/07/1936, pp.45-46 (CMALS).

<sup>215</sup> Mensagem apresentada à ALESC pelo governador do Estado, Dr. Nereu de Oliveira Ramos, 16/07/1936, p.40 (CMALSC).

O clero catarinense implementou essas novas condições de funcionamento da catequese para combater, nos planos social e religioso, o que fora denominado como “a propaganda atéia” arquitetada pelas doutrinas protestantes e por representantes do ateísmo, do laicismo e do neo-paganismo.<sup>216</sup> Outro era sensibilizar os pais que professavam a religião católica a favor da expansão da catequese, principalmente aqueles que se posicionavam indiferentes à doutrina católica. No plano político, propunha-se que a catequese fosse útil aos interesses mais vitais do Estado.<sup>217</sup>

Nos lugares onde havia a indisponibilidade de sacerdotes para a promoção da catequese seria programada as atividades concernentes ao sacerdote visitador. Todavia, eram designados para a realização da função de visitadores, os indivíduos responsáveis pelo trabalho catequético, sendo que entre os designados, a prioridade era dada aos integrantes de associações ligadas à ACB. Os indivíduos escolhidos, já familiarizados com as lições de religião que eram ministradas nos cursos de religião, promovidos pelas dioceses catarinenses, atendiam diretamente às orientações dos bispos das dioceses mais próximas da localidade. Havia também a orientação para que os padres visitadores que todos os anos inspecionassem as escolas de religião de sua diocese e informassem de modo seguro sobre o êxito da instrução religiosa, ou seja, deveria o padre visitador levantar informações sobre a incrementação ou deficiências das escolas de religião. O propósito desse investimento asseguraria à diocese a presença de catequistas idôneos que viessem ao auxílio dos párocos “ensinando a doutrina religiosa nas escolas paroquiais ou públicas, mesmo nos lugares mais distantes da paróquia”.<sup>218</sup>

Conforme essa perspectiva, os deveres individuais e os que implicavam à organização da sociedade, deveriam ser fundamentados em concepções católicas por excelência. O projeto de ampliação do raio de ação da catequese, pelo DCM, atenderia prontamente algumas

---

<sup>216</sup> Regulamentação do Ensino Religioso na Arquidiocese de Florianópolis. Florianópolis: Artes Gráficas da Escola de Artífices, 1936, p.27.

<sup>217</sup> Ao lançar os parâmetros para regulamentar o ensino religioso, D. Joaquim insistia na idéia de “que a iniciação e o ensino católico das crianças e dos jovens envolvam o bem do Estado é patente. Muito importa ao Estado, como à Religião, que os cidadãos, ao lado de conhecimentos meramente humanos e dos preceitos da educação civil, adquiram sentimentos cristãos. Estas considerações explicam porque com tanto amor e não menor sabedoria a igreja, mestra da verdade e da moral católica, assumindo a pessoa de cristo, clame com veemência: deixai que os pequeninos venham a mim e não afasteis, porque deles é o reino dos céus”. *Ibidem*, 1936, p.24.

<sup>218</sup> *Ibidem*, 1936, p.35.

exigências de D. Joaquim. Assim, nas representações que pululavam o ideário pedagógico de D. Joaquim, acudia a premissa de que os processos meramente laico não conseguiriam mais que uma chamada honestidade social, aos quais faltaria base firme, por não haver motivo religioso adequado para a sua execução.<sup>219</sup>

Sob o ponto de vista pedagógico, as suas principais finalidades foram destinadas, com o advento do DCM, ao cuidado da doutrina cristã<sup>220</sup> a ser ministrada por pessoas tidas como idôneas (pela cúpula da Igreja Católica) e que estivessem preparadas para ensinar a catequese nas paróquias, nos colégios católicos e nas escolas públicas, conforme a sistemática adotada pela Igreja Católica e respeitando a regulamentação vigente estabelecida pelo Estado.

Assim, o clero catarinense se concentrou na organização das reuniões e nos congressos catequéticos e nas assembléias de formação de professores<sup>221</sup>, uma vez que todas as orientações se voltaram plenamente ao incremento da doutrina cristã nas paróquias e nas escolas católica e pública.

Orientada anualmente para a realização ao que se denominou, de acordo com a nomenclatura católica, como “séries” ou “cursos especiais de lições de religião”<sup>222</sup>, o clero catarinense almejava, pelo uso de esquematizações do cotidiano educacional e, com professores propriamente especializados para essa finalidade, introduzir as formas de comportamento católico a cada estágio de formação dos alunos da rede pública de ensino e adequar o conteúdo científico das disciplinas escolares a determinados dispositivos metodológicos que assegurassem a antecipação da educação católica em relação à “educação profana das crianças e dos jovens”.<sup>223</sup>

Ao apresentar os esquemas<sup>224</sup>, através dos quais, o ensino da doutrina católica seria aplicado nos estabelecimentos escolares oficiais e nas escolas da arquidiocese, o primeiro modelo de ensino religioso

<sup>219</sup> Carta Pastoral “Os recursos da Religião”. Florianópolis: Typographia D’o Dia, 1917.

<sup>220</sup> Regulamentação do Ensino Religioso na Arquidiocese de Florianópolis. Florianópolis: Artes Gráficas da Escola de Artífices, 1936, p. 7.

<sup>221</sup> Ibidem, 1936, p. 7.

<sup>222</sup> Ibidem, 1936, p. 7.

<sup>223</sup> Ibidem, 1936, p.24.

<sup>224</sup> Foram apresentados três esquemas para o ensino da doutrina católica nos estabelecimentos escolares. O primeiro, destinava-se às escolas isoladas; o segundo, lidava com as orientações para os grupos escolares e ao catecismo de perseverança e seu conteúdo era dividido pelo grau de estudos da criança (1º, 2º e 3º anos); o terceiro, preenchia as necessidades do ginásio e das escolas normais. Regulamentação do Ensino Religioso na Arquidiocese de Florianópolis. Florianópolis: Artes Gráficas da Escola de Artífices, 1936, pp.11-15.



implementado no ensino público, deveria inicialmente ser aplicado nas escolas isoladas. Dos procedimentos pedagógicos adotados, ensinavam, por exemplo, como e quando o sinal da cruz deveria compor um rol de ações concernentes aos modos de se benzer e de persignar através de um tipo de crença, gradativamente inculcada nas crianças e que era traduzida em procedimentos gestuais, cuja sistemática pode ser analisada como uma tentativa de implantar na formação dos discentes uma série de hábitos, transferidos por esquemas comuns de pensamento e de comportamento social.<sup>225</sup>

Como reforço dos aspectos exteriores da persignação religiosa, as orações deveriam servir não somente como um ato de contrição eficaz, como também, como um ato repetido por todos em alta voz, cadencialmente.<sup>226</sup> A vocalização dessas orações demonstra, até que ponto as condições de produção dos consumidores de bens culturais e religiosos, correspondiam à demanda de necessidades culturais produzidas pela educação e, nesse caso específico, repletas de conotações religiosas.

No caso, o entendimento sobre as ações da Igreja Católica na década de 1930 em SC pode ser interpretado, de acordo com Bourdieu (1982), que as instituições, como a escola e a igreja, ao pretenderem produzir indivíduos modificados e identicamente programados, estabelecem algumas condições para que ocorra com êxito. Para o autor, há uma

duração necessária para que surja uma transformação sistemática da ação de transformação seja ao menos igual ao tempo indispensável para produzir em série reprodutores transformados, isto é, agentes capazes de exercer uma ação transformadora reprodutora da formação que eles próprios receberam; pelo fato sobretudo de que a instituição escolar é a única a deter completamente, em virtude de sua função própria, o poder de selecionar e de formar, por uma ação que se exerce sobre todo o período da aprendizagem, aqueles aos quais ela confia tarefa de perpetuá-la e se encontra portanto na posição por definição a mais favorável para impor as normas de sua autopropetuação, no mínimo, o

---

<sup>225</sup> BOURDIEU, Pierre. **A reprodução**: elementos para uma teoria do sistema de ensino. 2. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1982, pp. 204-218.

<sup>226</sup> Regulamentação do Ensino Religioso na Arquidiocese de Florianópolis. Florianópolis: Artes Gráficas da Escola de Artífices, 1936, p.11.

fará usando de seu poder de reinterpretar as normas externas.<sup>227</sup>

Tais condições implicam, segundo Bourdieu (2008), na possibilidade de pensar um modelo de educação, a partir do qual, as maneiras de adquirir conhecimento devem permanecer vivas na maneira de utilizá-lo e reproduzi-lo, seja pelo controle das condições sociais e pelo modo como o conhecimento é apropriado, seja pelo o que se espera daquilo que se reputa como um conhecimento legítimo.<sup>228</sup>

O conhecimento legítimo sobre os aspectos da catequese, pretendido pelo clero catarinense, entretanto, servia para refundamentar, na escola pública e católica, os mandamentos, os sacramentos que eram repetidos, sistematicamente, por todos os alunos e explicados a eles no sentido de viabilizar uma melhor postura para todos os que recebiam ensinamentos católicos de como lidar com os pecados, com os vícios, no sentido de que se buscasse o efetivo saneamento moral. Embatendo no campo simbólico contra as superstições e as irreligiosidades (falta à missa; dilação da confissão), sobre a necessidade e utilidade da virtude da castidade, sobre aspectos da vida social (direito à propriedade, perigo das idéias comunistas para os jovens, os perigos dos pecados capitais, a incidência dos jogos de azar e da embriaguez), os mandamentos bíblicos deviam ser ensinados às crianças através de aulas de doutrinação religiosa, balizando os conhecimentos das diversas áreas de conhecimento da grade curricular da escola pública.<sup>229</sup>

No redimensionamento instrumental da catequese, as principais estratégias de aprendizagem deveriam se centrar na abordagem didática do velho e do novo testamento. Em tal abordagem didática, os estudos eram priorizados a partir da disciplina de História, que tinha a função de confirmar ou amenizar os fatos históricos estudados, reinterpretando-os à luz de quem os ministrava e conforme orientação do clero catarinense. Outra atividade de suma importância para a hierarquia católica, segundo a regulamentação do ensino religioso na arquidiocese de Florianópolis, o canto coral ou o orfeônico, era imprescindível para a homogeneização das crianças, classificando-se

---

<sup>227</sup> BOURDIEU, op.cit.,1982, p.206.

<sup>228</sup> BOURDIEU, Pierre. **A Distinção**: crítica social do julgamento. São Paulo: EDUSP, 2008, p. 9.

<sup>229</sup> Regulamentação do Ensino Religioso na Arquidiocese de Florianópolis. Florianópolis: Artes Gráficas da Escola de Artífices, 1936, pp.12-13.

como essencial ao catecismo, porque fazia as crianças pensarem, amarem e, sobretudo, agirem e orarem, simultaneamente.<sup>230</sup>

O segundo modelo, uma vez direcionado aos grupos escolares e aos catecismos de perseverança, possuía uma programação específica para cada estágio de formação da criança. No primeiro ano, além de seguir o mesmo esquema que era aplicado nas escolas isoladas, acrescentava-se a iniciação do aluno nas principais festas do calendário católico e nos períodos litúrgicos da Igreja Católica (advento da quaresma, páscoa); no segundo ano, repetia-se o conteúdo do ano anterior, estendendo-o no sentido da preparação da criança para os sacramentos do batismo, da confissão e da comunhão. Nesse estágio, aprofundavam-se, também, os estudos bíblicos, aos quais, eram acrescentadas novas ilações históricas e filosóficas, principalmente com a teologia; no terceiro ano, do mesmo modo, repetiam-se os ensinamentos dos anos anteriores, mas com uma complexidade maior, passava-se aos estudos sobre a vida, a paixão e a ressurreição de Cristo, as devoções do terço e ao Sagrado Coração de Jesus, que serviam de parâmetro para o recebimento do sacramento e da comunhão; no quarto ano, reforçava-se a assimilação de todo o conteúdo dos anos anteriores, mas particularizando-o de modo a sanar todas as dúvidas pendentes que deveriam ser conferidas por meio do comportamento da criança, observando nela os pressupostos básicos da doutrina cristã e do convívio social católico.<sup>231</sup>

O terceiro modelo visava atingir o público das escolas normais e o contingente de estudantes da fase ginasial. Por meio de um alcance maior de pressupostos filosóficos, explicava-se a existência de Deus, exploravam-se os princípios propedêuticos da conduta moral e da ética, da ordem social e do movimento da vida.

Nessa fase de estudos, a principal orientação do clero catarinense aos professores, tidos como “legítimos” – essa denominação era destinada aos professores com formação católica que tinham o compromisso de desenvolver a catequese nas escolas públicas – era a de que na instrução catequética contivesse a ciência pela qual se propunha explanar esses temas de acordo com a capacidade e condição dos ouvintes. Assim, através de uma súpula de conhecimentos sobre Deus e sobre a vida de Jesus Cristo, como também, sobre a doutrina moral

---

<sup>230</sup> Regulamentação do Ensino Religioso na Arquidiocese de Florianópolis. Florianópolis: Artes Gráficas da Escola de Artífices, 1936, p.12.

<sup>231</sup> *Ibidem*, 1936, p.14.

católica, os fiéis seriam instruídos conforme o que se entendia por uma firme e segura norma de crer e agir.<sup>232</sup>

Essa preocupação do clero catarinense surge, uma década antes da publicação da RERAF em 1936, na Primeira Conferência de Ensino Primário em SC, em 1927. Na ocasião, o Franciscano Evaristo Schürmann e os Padres Gabaglia e Zartmann defenderam o parecer de que a Religião deveria, obrigatoriamente, constituir-se no primeiro elemento de educação moral do período da infância, dispondo da pedagogia mais apta para acender na alma da criança, o amor à virtude.<sup>233</sup>

Essa mesma preocupação também aparece em documentos anteriores como a “pedagogia da Vontade” sob o formato de discurso, proferido por D. João Becker aos bacharéis do Ginásio Santa Catarina. Dirigindo a educação aos contornos da vontade humana, D. João Becker afirmava que através da formação do caráter do jovem por meio de dispositivos morais e religiosos, é que seria possível regular e fortificar a vontade, harmonizando-a com o entendimento humano, responsável pela formação das faculdades afetivas e intelectuais. E no equilíbrio necessário entre as duas faculdades do homem (vontade/entendimento), o entendimento operaria a faculdade de conhecer a verdade interior – a faculdade que julga, que compara, que abstrai, que generaliza, que reflete e raciocina – ora por processos analíticos (as partes constitutivas dos seres), ora por análises sintéticas sobre os universais (das causas das coisas e os seus efeitos).<sup>234</sup>

Nesse caso, a ação de instruir a juventude, embora tivesse chegado a um nível científico que a fazia lidar com cálculos de quantidades abstratas e concretas, com a resolução de equações algébricas e com a investigação das leis físicas e fisiológicas (combinação de reagentes, composição dos metais), ela deveria ser orientada, segundo D. João Becker, para o disciplinamento da vontade

---

<sup>232</sup> Ibidem, 1936, p.23.

<sup>233</sup> Carta-relatório dos padres Evaristo Schürmann, Raja Gabaglia e Francisco. X. Zartmann a D. Joaquim, 12/08/1927 (AHESC).

<sup>234</sup> D. João Becker complementa o referido discurso, orientando os formandos para o fato de que seria importante que a educação se voltasse para a harmonização das duas potências da alma (a vontade e o entendimento) para que se estendessem às faculdades subordinadas do corpo, não permitindo que ocorresse o aperfeiçoamento de uma em detrimento da outra. Discurso “A Pedagogia da Vontade”, proferido por D. Becker aos Bacharéis do Ginásio Santa Catarina, Florianópolis, 13/12/1911, p. 9. (CEOR) da Biblioteca da UFSC.

como o sentido de formar o caráter forte e intransigente do dever, adestrando o coração para amar a virtude e repelir o erro e o vício.<sup>235</sup>

Nesse sentido, mesmo antes do advento do DCM, o Primeiro Congresso Católico Diocesano de Florianópolis (PCCDF) ocorrido em 1922, preconizara a necessidade de meios mais eficazes para educar as novas gerações por intermédio da instrução religiosa, considerando os progressos da pedagogia e das metodologias vigentes na época.

Ao fazer menção aos diversos ramos de ensino que compunham o currículo escolar, o PCCDF, via como adequado o conteúdo de disciplinas da Geografia e da História, como recursos da catequese, pois recrudesciam os temas relacionados às missões católicas, ressaltando o progresso e as dificuldades do catolicismo em diversos países acatólicos; na literatura, o aluno deveria tomar conhecimento da má imprensa, das bases da vida social e familiar, a falsidade dos princípios modernos (comunismo, laicismo, socialismo, bolchevismo); na parte de zoologia, botânica, mineralogia e astronomia, o esforço se concentrava na tentativa de redimensionar os dispositivos físicos, os aspectos pragmáticos e experimentais dessas disciplinas para uma orientação religiosa de cunho especulativo, desenvolvendo principalmente, na criança, o coração e a memória, sendo que no adolescente, seria aguçado tanto o intelecto, quanto a vontade e a consciência religiosa sobre tais assuntos educacionais.<sup>236</sup>

Sob a perspectiva da fé cristã, deveriam ser tratados os assuntos metafísicos acerca da causa primeira e da causa necessária, de matriz filosófica grega, latina e medieval, que remontavam a questão da criação, de Deus como a causa de si mesmo, da espiritualidade e imortalidade da alma humana, além dos deveres do homem em relação a Deus e os aspectos mais intrínsecos da fé humana. A caridade, o estado de graça santificante e os deveres do homem para com seus semelhantes, também eram explorados, tendo em vista a educação moral e ética do indivíduo católico.

---

<sup>235</sup> E sob o seu ponto de vista, para o bom funcionamento da sociedade, “não é possível que todos sejam doutos, mas todos devem e podem ser probos e honestos. Nem todas as classes sociais podem partilhar uma instrução desenvolvida, mas ao alcance de todas está uma boa educação moral e religiosa. Admirável é a ciência; superior, porém, é a nobreza, é a elevação da virtude, por ser mais útil e necessária à coletividade”. Discurso “A Pedagogia da Vontade”, proferido por D. Becker aos Bacharéis do Ginásio Santa Catarina, Florianópolis, 13/12/1911, pp. 9-11. (Centro de Estudos de Obras Raras (CEOR) da Biblioteca da Universidade Federal de Santa Catarina).

<sup>236</sup> Primeiro Congresso Católico Diocesano de Florianópolis. São Paulo: Escolas Profissionais do Liceu Coração de Jesus, 1923, p.82.

A orientação principal era a de que a catequese devia sumariamente explicar as provas da divindade de cristo (o modo de nascer, de falar, de agir – na ordem física, intelectual, moral e social – de morrer, de ressuscitar, de reinar – sobre as inteligências, sobre os corações, sobre as almas) e as mudanças que se processaram através do Novo Testamento em relação às leis hebraicas do Antigo Testamento; e quanto a Igreja Católica, fazia parte do programa de ensino da catequese os seguintes itens: sua organização e sua hierarquia, a idéia de que fora da igreja não haveria salvação e os pressupostos de sua infalibilidade institucional, os direitos e deveres dos católicos, a relação da igreja com os intelectuais, com as formas de governo, com a arquitetura através dos tempos e, principalmente, como o desenvolvimento cultural e religioso do Brasil.<sup>237</sup>

Na relação entre as disciplinas escolares e o ensino religioso, a orientação do DCM era para que prevalecessem os aspectos ligados a fé e à religiosidade católica na formação da criança. Assim, em outras representações aludidas pelas hostes católicas, mas principalmente pelos intelectuais católicos, a ciência contida em seus próprios paradigmas ou voltada para o conhecimento meramente antropológico e racionalista do homem, não permitiria que se operasse nenhuma ilação de ordem ética ou moral aos conteúdos escolares.<sup>238</sup>

Nesse sentido, as pretensões educacionais de D. Joaquim, através da institucionalização do DCM, assentiam outras considerações intelectuais, não se limitando exclusivamente às determinações oficiais de Roma. Tais considerações se aproximavam das discussões desenvolvidas nos cursos realizados no Instituto Católico de Estudos Superiores (ICES), que serviram de base para o debate dos intelectuais católicos sobre a pedagogia moderna.

Tais cursos eram dirigidos por Alceu Amoroso Lima. Nesses mesmos cursos, muitos estudos eram apresentados acerca das adequações e exigências, com as quais, a pedagogia católica passou a

---

<sup>237</sup> Regulamentação do Ensino Religioso na Arquidiocese de Florianópolis. Florianópolis: Artes Gráficas da Escola de Artífices, 1936, p.15.

<sup>238</sup> A questão principal de chamamento e mobilização para o Primeiro Congresso Católico de Educação em 1934, conforme noticiado no Jornal “O Apóstolo”, relacionava-se, em bases gerais, às novas posturas didáticas tomadas pelos católicos em relação à introdução do ensino religioso nas escolas públicas e a sua regulamentação constitucional em âmbito federal; do mesmo modo, o interesse da Confederação Católica Brasileira de Educação (CCBE) cobria o modo como seriam fixadas as condições de obrigatoriedade do ensino religioso nas regiões do país por intermédio das câmaras estaduais. Jornal “O Apóstolo”, Ano VI, n.102, set. 1934, p. 1.

conviver a partir da década de 1920 e que se estendeu às décadas posteriores.

No sentido de compreender as circunstâncias das estratégias e dos discursos pedagógicos dos intelectuais católicos que correspondiam com D. Joaquim e os desdobramentos das diversas palestras e dos livros dedicados à questão da presença do ensino religioso nas escolas públicas do país, Everardo Backheuser, por exemplo, defendia a possibilidade de que a formação humana, em todos os sentidos, fosse completa e integral, voltando-se para a formação do caráter e da personalidade do indivíduo e para a recontextualização do campo de conhecimento da Sociologia e da Biologia para as “verdades” da Igreja Católica. Nesse sentido, Cunha (2000) se refere aos estudos de Everardo Backheuser, afirmando que:

Cabia à igreja, antiga detentora dos fazeres educacionais, redimensionar seu papel e sua onipotência, adequando a defesa de seus territórios ao novo campo de batalha. Devia beber da fonte da ciência e ainda assim cuidar de não se contaminar em suas águas, como já se fizera tradição em sua história, repleta de incorporações, quer de festividades pagãs aos seus ritos sacros, quer de referências da filosofia ao seu repertório dogmático. Fagocitar o oponente, fazendo dele um pedaço de si mesma, buscar adequar o discurso científico às sagradas escrituras, cedendo o mínimo possível, fazer-se também científica e atender à demanda de uma escola em consonância com os avanços da modernidade.<sup>239</sup>

No livro *Manual de Pedagogia Moderna*, há por parte de Everardo Backheuser o esforço de explicar a educação como formadora de hábitos nos indivíduos dentro de um processo de formação integral da personalidade da criança. Por meio de uma espécie de mimetismo pedagógico, a criança adquiriria determinados hábitos pela educação física, intelectual e espiritual, através do exame pedagógico do corpo, das funções psíquicas e das funções anímicas. Nas ilações que Everardo Backheuser faz entre a educação intelectual e espiritual, os conhecimentos científicos deveriam ser ministrados, desde que fossem acessíveis à inteligência infantil. Por outro lado, a educação moral, não podendo ser dissociada do conceito religioso, anteciparia todas as outras

---

<sup>239</sup> CUNHA, Marcos Vinicius da; ERRERIAS, Cláudio Antônio Christante. Everardo Backheuser: engenheiro-educador. In: CUNHA, Marcos Vinicius da (org.). **Ideário e imagens da educação escolar**. Campinas: Autores Associados, 2000, p.36.

disciplinas escolares, porque a finalidade da educação não seria apenas ministrar conhecimentos às crianças, mas a de provocar a aquisição de novos hábitos.<sup>240</sup>

Segundo tal concepção, a criança adquire novos hábitos que representam um ponto de equilíbrio dentro de um circuito de ações que abarca as manifestações instintivas, a influência sugestionadora dos educadores, dos familiares, assim como, as assimilações oriundas da própria vontade da criança na formação de seu caráter. Everardo Backheuser defendia o princípio de que o interesse se define segundo a idade da criança, tornando-se estrutural na fase adulta do indivíduo.<sup>241</sup>

Alceu Amoroso Lima, ao debater com Gustavo Lessa sobre o valor do ensino da moral católica, ressaltara os aspectos essenciais da aplicação da doutrina cristã na mediação religiosa que o catecismo poderia oferecer ao ensino público nas escolas brasileiras. Acreditava-se, por parte do referido intelectual católico, na possibilidade de a pedagogia católica preparar as crianças para a realidade integral, numa tentativa de superar o que ele denominava como um pequeno mundo mutilado por uma idolatria científica ou mitológica relacionados à técnica e às apostasias oriundas de uma visão educacional racionalista que valorizava somente a prática no desenvolvimento da criança. O resultado disso se traduziria pelas funções desempenhadas pela criança em um ambiente apropriado e, exclusivamente, pela descoberta de suas potencialidades mentais.<sup>242</sup>

Tanto Alceu Amoroso Lima quanto Everardo Backheuser tinham em vista que a Pedagogia Ativa<sup>243</sup> não daria conta da formação integral dos jovens pelo fato de que em alguns modelos pedagógicos, os seus partidários acentuavam demasiadamente o valor objetivo da educação, impedindo assim o afloramento de fatores educacionais

---

<sup>240</sup> BACKHEUSER, Everardo. **Manual de pedagogia moderna: teoria e prática**. Porto Alegre: Globo, 1948, pp. 43-53.

<sup>241</sup> Tais interesses presentes na criança, ainda em formação, deveriam ser conduzidos para a estruturação de um interesse permanente, despertando-a, desde a mais tenra idade, para o chamamento vocacional e para lidar com as influências externas da convivência e das necessidades sociais. *Ibidem*, 1948, p. 53.

<sup>242</sup> ATHAYDE, op.cit., 1931, p. 132.

<sup>243</sup> O debate sobre a Pedagogia Ativa, proposto por Alceu Amoroso Lima, limita-se à opção de definir o catecismo como uma pedagogia ativa, sendo que “o ensino da doutrina cristã reduzida a essa essência cristalina do catecismo, era só por si e, muito antes que a escola ativa tivesse consciência de si mesma, uma escola de atividade muito superior a todo o mecanismo ativista que é a consequência contraproducente de uma escola ativa informada por uma filosofia passiva, como essa que pregam os mestres da pedagogia ativista leiga de nossos dias. A escola ativa sem uma filosofia ativa, isto é, religiosa da educação leva fatalmente ao materialismo pedagógico, como de fato começa a fazê-lo”. *Ibidem*, 1931, p.124.



voltados para a formação da subjetividade da criança. Por outro lado, a crítica feita sobre a pedagogia ativa defendida por Gustavo Lessa, relacionava-se a exacerbação do caráter subjetivo da educação, associada a um formalismo didático em que o conteúdo da educação se tornara secundário à atividade propriamente moral do trabalho pedagógico.<sup>244</sup>

Em síntese, para os preceitos norteadores do DCM, a utilização do catecismo católico nas escolas públicas, mesmo sendo rotineiro ou dogmático, o importante era que tal utilização fosse, baseando-se na avaliação de Alceu Amoroso Lima (1931), informada por uma filosofia cristã, consistindo a sua aplicação, diferencialmente, como um progresso real nos sistemas de ensino público e privado. Quanto ao que deve prevalecer como orientação para a atividade catequética e a metodologia que deve ser aplicada para o seu funcionamento, Alceu Amoroso Lima considerava que:

O problema dos métodos é um problema de filosofia e não de fé e, portanto, deve ser resolvido de acordo com a sua maior ou menor racionalidade. Não há, destarte, contradição alguma em afirmar que o ensino do catecismo cristão, em todos os tempos, criou a verdadeira atividade da alma humana – e ao mesmo tempo julgar que a Escola Ativa ou funcional pode ser um progresso metodológico no ensino do próprio catecismo.<sup>245</sup>

Essas definições epistemológicas e metodológicas também podiam ser consideradas como cruciais à legitimação e à estruturação das atividades da catequese, à medida que contemplassem a necessidade da Igreja Católica de verticalizar o conhecimento escolar, condicionando a racionalidade científica aos parâmetros dogmáticos e institucionais. Exposto por Legendre (1983), o discurso dogmático que faz uso a Igreja Católica, no âmbito das disputas simbólicas que empreende, destaca-se por conduzir a consciência moral de modo a designar, a partir de uma regra específica, o uso particular dos valores institucionais, ao mesmo

---

<sup>244</sup> Segundo o autor citado, o materialismo didático difundido pelas idéias de Doerpfeld cometia dois erros crassos. O primeiro, o de lidar com uma objetividade exagerada sobre o processo educacional; o segundo, o de defender a educação como essencialmente tecnológica. *Ibidem*, 1931, p. 128.

<sup>245</sup> *Ibidem*, 1931, p.125.

tempo em que tais valores são reproduzidos como um modelo a ser seguido por todos.<sup>246</sup>

O fato de a formação de uma consciência moral-religiosa difundida pela Igreja Católica procurar reconduzir o discurso científico da época ao seu discurso instituído, comprova a partir da análise de Chauí (2000) que existiam disputas pela hegemonia do discurso competente e instituído quanto aos interlocutores, o tempo, o lugar, a forma e o conteúdo no momento de sua aplicação. Ou seja, estava em jogo o prevalecimento do discurso que poderia unanimemente:

Ser proferido, ouvido e aceito como verdadeiro ou autorizado [...] o discurso competente confunde-se, pois, com a linguagem institucionalmente permitida ou autorizada, isto é, com um discurso no qual os interlocutores já foram previamente reconhecidos como tendo direito de falar e ouvir, no qual os lugares e as circunstâncias já foram predeterminados para que seja permitido falar e ouvir e, enfim, no qual o conteúdo e a forma já foram autorizados segundo os cânones da esfera de sua própria competência.<sup>247</sup>

Essas condições não fogem ao que pretendia o clero catarinense ao tentar instituir a catequese nas escolas públicas de SC. A começar pelas notícias que circulavam, a fé católica era amplamente explicada, pelo jornal “O Apóstolo”, como conciliado ao discurso científico pelo fato de que essas duas modalidades de conhecimento não

---

<sup>246</sup> O referido autor, ao observar o modo como se propaga a submissão no interior das instituições ocidentais (em especial a Igreja Católica) através do que ele intitula como “as técnicas do fazer-crer”, inventaria os valores dogmáticos para o entendimento do fenômeno institucional. Interessa-nos dois aspectos que estão presentes nas concepções que podem servir de parâmetro para compreender os valores institucionais da catequese. O primeiro diz respeito ao que ele chama “o ditado da Razão” (*dictamen rationis*) que estabelece os modelos que devem ser seguidos e reproduzidos nas ações dos indivíduos para a manutenção das instituições com o sentido de que elimine as rupturas possíveis em relação ao equilíbrio de ordem natural e social; o segundo é a “regra interior” (*regula interna*) operada de modo que a instituição regula e mede o medo, na mesma medida que absorve o desejo individual mais íntimo, encontrando um lugar específico para eles em um conjunto classificatório e normalizante das condutas humanas. LEGENDRE, Pierre. **O amor do censor**: ensaio sobre a ordem dogmática. Rio de Janeiro: Forense Universitária. 1983, p.111.

<sup>247</sup> CHAUI, Marilena. **Cultura e Democracia**: o discurso competente e outras falas. São Paulo: Cortez, 2000, p. 7.

discordavam quanto à busca da verdade e em relação à luta contra a ignorância humana.<sup>248</sup>

Não obstante, a partir da documentação pesquisada há a indicação de que D. Joaquim concentrava no projeto da catequese, reestruturada pelo DCM, a contemplação de todos os seus esforços empreendidos, desde a sua posse. A sua intenção se constituía em associar a evangelização dos católicos aos princípios doutrinários que deveriam acompanhar o trabalho do clero. Nesse sentido, as concepções educacionais de D. Joaquim apontavam para uma atuação mais abrangente da Arquidiocese de Florianópolis, em termos de relacionamento com o poder público catarinense, para que se concretizasse a reinserção do ensino religioso nas escolas públicas de SC.

Tendo o propósito de salvaguardar os interesses institucionais da Arquidiocese de Florianópolis, D. Joaquim teceu diversos acordos políticos e reconheceu os programas partidários que objetivavam redimensionar os parâmetros legislativos e os limites organizacionais estabelecidos pelo Estado republicano à educação religiosa. Tornou-se possível, também, remontar a linha de pensamento do clero catarinense e identificar, nas ações de D. Joaquim, as suas vinculações políticas com o PLC e especialmente com Nereu Ramos acerca do ensino religioso nas escolas públicas e da demarcação das disputas políticas sobre a implementação dos projetos educacionais da Igreja Católica em SC entre 1930 e 1937.

No Capítulo 3, portanto, toda a atenção se concentra no modo como o clero catarinense, usando como recurso principal os órgãos de imprensa católico e os dispositivos burocráticos, buscou deslocar e afastar qualquer interferência em relação às suas estratégias de implantação do ensino religioso. No plano político, considera-se que as alianças estabelecidas pelas hostes governamentais com a Igreja Católica buscavam reforçar, no imaginário coletivo, a percepção de que Estado e igreja prestavam mútuo auxílio, sendo que mesmo num período

---

<sup>248</sup> Em dos editoriais do Jornal “O Apóstolo”, há uma sinterização comparativa entre a fé religiosa e a ciência que são expressas nos seguintes termos: “Tenho diante dos olhos um quadro simbólico: numa alterosa torre, dois sinos, tocados por mãos invisíveis, emitem seus sons, sob a epígrafe: e os dois sinos trazem os nomes: a “ciência exata” e a “fé religiosa”. Quer o quadro dizer: a ciência sendo real e sólida, e a fé religiosa, sendo bem compreendida e fielmente explicada, nunca estão em desacordo [...] a fé religiosa vem de Deus e a ciência verdadeira vem também de Deus que é a “verdade”!. Portanto, nunca pode haver contradição, a não ser aparente; pois verdade não contradiz à verdade”. Jornal “O Apóstolo”, Ano VIII, n.148, ago. 1936, p. 1.

em que o Estado passava por processos de intensa laicização, fez-se uso dos recursos religiosos, visando sacralizar o político, em busca de sua legitimidade.<sup>249</sup>

---

<sup>249</sup> DIAS, Romualdo. *op.cit.*, 1996, pp.51-67.

### CAPÍTULO 3

#### ARTICULAÇÕES ENTRE D. JOAQUIM E LIDERANÇAS POLÍTICAS (1930-1937)

Os favorecimentos reivindicados por D. Joaquim aos parlamentares catarinenses que atuaram na ANC em 1933 e, posteriormente aos governantes (eleitos ou empossados como interventores) em SC, indicam a existência de um jogo de interesses: Quanto ao direito à existência da escola católica; b) Ao direito de se ministrar o ensino religioso nos estabelecimentos públicos; c) Ao direito à subvenção oficial à iniciativa escolar privada.<sup>250</sup>

O Estado catarinense por sua vez – dada a carência de recursos financeiros para empreender a expansão física do sistema público de ensino nas décadas de 1920 e 1930, e propenso à uma possível inoperância em relação aos requisitos básicos de funcionamento de um modelo político baseado em valores republicanos, dentro do qual, a escola teria que cobrir uma demanda mínima de escolarização equitativa – dependeu da colaboração da Igreja Católica para o desenvolvimento e promoção de uma política educacional popular.

A Igreja Católica buscando ampliar a sua interferência no cotidiano dos sujeitos sociais, na área educacional, na avaliação realizada por Souza (2003), supriria os problemas relacionados à logística deficitária do Estado (principalmente os recursos financeiros adequados e as disponibilidades imobiliárias) e, por meio da escolarização, agiria na mudança de comportamento dos escolarizados.<sup>251</sup>

Nesse sentido, diversos governantes que atuaram entre a década de 1920 e o início do Estado Novo em SC estimularam e subvencionaram as escolas particulares, principalmente as católicas, que investiam na ordem e no reforço da hierarquização social. Era habitual, por exemplo, as escolas públicas e subvencionadas terem doutrina católica todos os dias fora das horas de expediente e, algumas vezes,

---

<sup>250</sup> BESEN, José Artulino. **Dom Joaquim Domingues de Oliveira**. Florianópolis: IOESC, 1979, p.62.

<sup>251</sup> SOUZA, Rogério Luiz. As escolas paroquiais. In: DALLABRIDA, Norberto (org.). **Mosaico de Escolas: modos de educação em Santa Catarina na Primeira República**. Florianópolis: Cidade Futura, 2003, pp.155-174.

adotarem manuais de catecismo durante o horário normal das aulas. Outro exemplo, diz respeito aos livros intitulados como “Série Fontes” publicados em 1929. Eles dão conta do envolvimento do Estado com as práticas didáticas voltadas à moral religiosa católica. Esses livros eram adotados pelas escolas públicas do Estado de SC, sendo que o seu conteúdo trazia, substancialmente, ensinamentos cristãos e catequéticos reformulados através de uma linguagem pedagógica que sugeria um determinado cruzamento de informações que iam desde o disciplinamento físico das crianças, os cuidados com a higiene pessoal até a fixação de valores morais edificantes, voltados para a reprodução de atitudes patrióticas e religiosas nas crianças em formação.<sup>252</sup>

A Igreja Católica, ao seu modo, preenchia e reproduzia alguns princípios morais de sustentação da política de Estado de natureza republicana, aos moldes brasileiros, tais como: ordem, obediência, trabalho, amor à pátria, progresso. Tudo isso deveria ser algo articulado, em face de um contexto político complexo que se formou com o governo provisório em 1930. Como escreve Chauí (2000) sobre o discurso ideológico católico, importa sempre para as administrações da Igreja Católica engendrar uma lógica de identificação que unifique “pensamento, linguagem e realidade para, através dessa lógica, obter a identificação de todos os sujeitos sociais com uma imagem particular universalizada”.<sup>253</sup>

A referida autora, do mesmo modo, defende a idéia de que a Igreja Católica, ao universalizar a realidade possível como uma imagem articulada ao poder eclesiástico, político, faz com que o aspecto particular da realidade seja abrangido por valores universais que tem por função apagar as diferenças e as contradições existentes.<sup>254</sup>

Por exemplo, nos registros oficiais do Estado, meses antes do governo provisório assumir o poder, percebe-se que havia a inadiável preocupação com a subvenção de um sistema público de ensino em SC, já que os municípios continuavam desenvolvendo a instrução popular, deficitariamente, nas zonas rurais. Nesses diálogos ocorridos entre o executivo e o legislativo, o Dr. Antônio Vicente Bulcão Vianna, à frente do executivo catarinense na época, insistia que o ensino particular se propagasse pelo interior do Estado. Era amplamente inferido por ele que a distribuição das atividades educacionais para as organizações privadas

---

<sup>252</sup> FONTES, Henrique. **Série Fontes**: livro de leituras, v. 3, Florianópolis: Tipografia da Livraria Moderna, 1929, pp. 5-44.

<sup>253</sup> CHAUI, op.cit., 2000, p. 3.

<sup>254</sup> Ibidem, 2000, pp. 3-13.

contemplaria um dos mais altos desígnios do regime democrático, o de participação institucional da escola na consolidação da República, visando através dela, a divulgação do ideal nacionalista.<sup>255</sup>

Cinco anos antes, o Coronel Antônio Pereira da Silva e Oliveira, na posição de vice-governador e, na ocasião ocupando o cargo de governador interino, alegava que a implantação de mais duas dioceses em SC era benéfica para o desenvolvimento do Estado, pois não era possível para os catarinenses deixar de reconhecer o alto valor e o incontestável prestígio das organizações católicas como forças civilizatórias. Através de documento oficial, o referido vice-governador, confirmava como importante que se desse toda a atenção às palavras dos missionários católicos, pois assim, quanto mais freqüente se fizesse ouvir, a igreja e a escola, quanto mais numerosas se ergueriam, espalhariam por toda a parte, inclusive nos sertões, os princípios de sanidade, presentes na educação moral.<sup>256</sup>

O censo estatístico anual, que divulgara informações sobre o número de escolas isoladas em 1922, registrou um significativo acréscimo do número de escolas implantadas em municípios de SC que não tinham ainda nenhuma forma instituída de educação formal. Fato curioso era o de que as crianças a serem atendidas por essa citada expansão física da educação foram contabilizadas como almas a serem atendidas pelo Estado. Fato recorrente no referido documento dizia respeito à nomenclatura “alma”, usada para classificar a clientela de alunos atendidos pelo Estado.<sup>257</sup>

Ao analisar a intenção de transferir ao léxico católico, um sentido peculiar associado ao contingente de alunos, torna-se possível conceber determinadas proximidades materiais entre esses dois poderes (político e religioso). Para Chartier (1998), nesses casos, o pesquisador deve estar atento ao modo de instrumentalização das práticas sociais e

---

<sup>255</sup> Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa pelo Gal. Dr. Antônio Vicente Bulcão Vianna, Presidente da assembléia no exercício de Presidente do Estado de SC em 27/07/1930, pp.47-58.

<sup>256</sup> Nesse caso específico “o egrégio Presidente Arthur Bernardes preconizou, em uma última mensagem, como indispensável ao Brasil, por ser um elemento de felicidade, de progresso, de espírito de disciplina, de civismo e de solidariedade para qualquer povo”. Mensagem apresentada ao Congresso Representativo pelo Cel. Antônio Pereira da Silva e Oliveira, Vice-Governador em exercício de Governador do Estado de Santa Catarina, em 22/07/1925, p.33.

<sup>257</sup> O Governador Adolpho Horn afirmara que: “nestas criações tive sempre em vista o critério adotado de distribuir as escolas por vários municípios na proporção do número de habitantes e na base de uma escola para 1000 almas”. Mensagem apresentada ao Congresso Representativo pelo Cel. Raulino Julio Adolpho Horn, Presidente do Congresso Representativo no exercício do cargo de Governador do Estado de SC em 16/08/1922, p.30.

políticas de acordo com um domínio específico de criações e experiências institucionais.<sup>258</sup>

De todo modo, em SC, na década de 1930, constituíram-se parciais políticas significativas entre a Igreja Católica e o governo republicano que os levaram à convergência de alguns de seus instrumentos de luta simbólica para agir, ambos, como força organizadora e mobilizadora de uma racionalidade educacional específica. Uma vez dispondo de uma linguagem política adequada à educação e ao valor dado a ela como instrumento de ascese moral, de progresso espiritual e material da sociedade, concorria para esse intento, a necessidade, por parte dos dois poderes, de acordo com a lógica política desenvolvida por Bourdieu (1990), de impor a definição legítima sobre como, o que e a quem educar, conforme o campo de manipulação simbólica adequado.<sup>259</sup>

Mesmo não atuando com partidos políticos específicos, as entidades católicas ao buscar essas novas funções sociais, cada uma delimitada pela natureza de seu papel social e político, conseguiu interferir nos resultados dos processos eleitorais em todo o país. Especificamente, a ação da LEC respaldava essa vinculação da Igreja Católica a um projeto hegemônico no campo político referendava a possibilidade de os católicos terem encontrado um novo lugar institucional e novos instrumentos políticos que seriam disponibilizados nas disputas pela hegemonia no setor educacional.

Sobre o processo de identificação social operado pelo discurso institucional da Igreja Católica, a análise empreendida por Chauí (2000) ajuda a entender que tal processo produz, precisamente, um determinado nível de coerência em que as lacunas existentes, uma vez reorientadas de acordo com a forma de conhecimento instituído, devem ser necessariamente preenchidas pelas inversões que o discurso promove e reforça no plano das idéias, cujas conseqüências refletem também no plano das ações.<sup>260</sup>

No plano das ações, constam registros de correspondências sobre pedidos de acolhimentos políticos, exonerações de cargos, sugestão de nomeações de professores para as escolas catarinenses, informações sobre livros e publicações específicas e solicitações de

---

<sup>258</sup> CHARTIER, Roger. **A ordem dos livros: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII**. 2. ed. Brasília: UNB, 1998, pp. 9-22.

<sup>259</sup> BOURDIEU, Pierre. **Coisas ditas**. São Paulo: Brasiliense, 1990, pp.119-125.

<sup>260</sup> CHAUI, op.cit., 2000, p. 3.



encaminhamento de assuntos legislativos que recobrem os bastidores da ANC.

E no plano das idéias, formaram-se as forças contrárias à referida aproximação política entre D. Joaquim e Nereu Ramos, composta por outros partidos da região, como o PRC sob o comando de Abelardo Wenceslau da Luz, Cid Campos e Marcos Konder; a LRC representada por Henrique Rupp Júnior e Antonio Carlos Bittencourt; e a Liga Pró-Estado Leigo liderada por Altino Flores. Essas entidades políticas, cada uma, munida de estratégias peculiares, reivindicavam a imparcialidade da Igreja Católica na disputa política pelo preenchimento das vagas à Câmara Federal em 1933.<sup>261</sup> O Partido Social Evolucionista (PSE) que tinha José Müller e o militante católico Antônio Bottini não disputaram para a sua agremiação política o apoio de D. Joaquim, dado a fraca representação de seu quadro político na região e a clara preferência do referido Arcebispo pelas proposições do PLC em relação às teses que deveriam ser apresentadas na constituinte de 1933.

Ainda, sobre os acordos políticos e a representação política<sup>262</sup>, Bourdieu (2009) auxilia a pensar que as estratégias lançadas pelas diversas forças políticas da época, buscavam condicionar alguns mecanismos sociais no sentido de separar os agentes ativos e passivos na composição do campo político e para elucidar o modo como os interesses específicos sobre a legislação educacional, defendidos pelo clero catarinense, foram sendo definidos através da racionalização da competência política<sup>263</sup> associada a um determinado grupo político. O uso e a aplicação prática de certa linguagem conciliatória entre a Igreja Católica e a classe política catarinense e a retórica política utilizada por D. Joaquim e por Nereu Ramos, conjuminavam no sentido para definir os parâmetros possíveis do investimento político em “fazer ver e fazer

---

<sup>261</sup> Um exemplo disso é a Carta enviada pelos membros do Partido Republicano Catarinense, assinada por Fulvio Aducci, Carlos Napoleão Poeta, Roberto Paulo Wendhausen, Cid Campos, Acácio Moreira à D. Joaquim em 08/08/1934 (AHESC – Pasta Entidades Diversas); em relação a Altino Flores, as diatribes com D. Joaquim remontam a década de 1920 com a publicação do livreto intitulado: “Pela memória de Renan”, publicado em 1923 pela Tipografia da Livraria moderna e nos anos de 1930 com a representação do Partido Pró-Estado Leigo em SC.

<sup>262</sup> Entenda-se por “Representação Política”, em Bourdieu, o conjunto de significações que orientam as ações que compõem o campo político. Ela atua no modo como agem as forças políticas e/ou os grupos sociais dentro de um campo de forças contrárias ou convergentes e conforme um campo de lutas que, em determinados momentos, transformam as relações de força presentes no próprio campo de luta, cujo capital pessoal ou institucional se estrutura na “lógica da oferta e da procura e na desigual distribuição dos instrumentos de produção de uma representação do mundo social explicitamente formulada”. Bourdieu, 2009, op.cit., p. 164.

<sup>263</sup> Ibidem, 2009, p. 160-178.

crer, de predizer e de prescrever, de dar a conhecer e de fazer reconhecer”.<sup>264</sup>

Dando a conhecer os procedimentos de D. Joaquim em função dos interesses e favorecimentos da Igreja Católica com a política local, na mesma medida em que se fazia reconhecer os seus projetos em relação a diversas áreas sociais, os acordos políticos ocorridos no período de eleição dos representantes catarinenses para a ANC asseguraram para o clero catarinense as reservas necessárias e a condições propícias para a aprovação dos dispositivos legislativos no campo das disputas políticas na Câmara Federal.

A competência social e técnica dos representantes políticos e das agremiações envolvidas nas disputas políticas em SC nos três primeiros anos da década de 1930, foram se constituindo a partir dos interesses específicos de cada núcleo político em relação ao apoio da Igreja Católica aos seus candidatos, tendo em vista a institucionalização do capital político dos representantes catarinenses que pleiteariam uma vaga para a ANC. Nesse sentido, segundo Bourdieu (2009), o capital político se manifesta em uma autoridade específica conforme a formação do campo político. A sua força se concentra, justamente, na capacidade que dispõem para mobilizar, a título pessoal, por delegação ou na forma de mandatário de uma organização social que detém um capital político acumulado através das lutas políticas passadas e por meio da distribuição de postos (nos aparelhos políticos ou burocráticos) aos seus militantes.<sup>265</sup>

No caso, o capital político pode se originar tanto da notoriedade quanto da popularidade para formar, por reconhecimento, a reputação dos indivíduos. Ele também pode se basear em certo número de qualificações específicas para a sua aquisição e conservação, embora se desfaça com o seu portador, como também, pode originar querelas e disputas acerca de sua herança. Já o capital delegado da autoridade política, no âmbito dos partidos e das disputas pela hegemonia política, concentra-se na formação de quadros de representantes e militantes que devem considerar como capital simbólico, o reconhecimento e a fidelidade como algo permanente de acordo com a lógica institucional, através da qual, seja promovida a reciprocidade mútua de investimentos (a instituição investe naqueles que investiram na instituição).<sup>266</sup>

---

<sup>264</sup> Ibidem, 2009, p. 174.

<sup>265</sup> Ibidem, 2009, pp.190-196.

<sup>266</sup> Ibidem, 2009, p.193.

Essas duas definições servem como suporte teórico para dimensionarmos, sob os aspectos político e social, as lutas partidárias, como também, as disputas entre as instituições políticas pela hegemonia política em SC na década de 1930. Acrescenta-se de modo complementar o que Bourdieu (2009) denota como o capital de função. Especificamente, pode ser relacionado aos membros das instituições religiosas que são delegados pelo ato de investidura em que a própria instituição controla o acesso à notoriedade pessoal, controlando, sobretudo, “o acesso às posições mais em vista [...] embora o detentor de um capital delegado possa sempre obter capital pessoal por meio de uma estratégia sutil”.<sup>267</sup> Nesse sentido, as hostes políticas de SC acirraram a concorrência em relação ao monopólio do direito de falar e de agir em nome de uma parte ou da totalidade dos indivíduos, constituindo para isso um porta-voz incontestável de autoridade política ou religiosa.<sup>268</sup>

Através da reverência: “Beijo-lhe respeitosamente o anel”, presente em cartas, telegramas e bilhetes que tratavam acerca do andamento das votações na Constituinte (1933), observa-se os diversos momentos de aproximação entre Nereu Ramos e D. Joaquim. Além disso, o modo como ocorreram as retribuições de D. Joaquim ao dedicar diversas funções religiosas a Nereu Ramos e seus aliados por toda a década de 1930, estendendo-se até o fim do Estado Novo e o início dos trabalhos da CF de 1946. Nessas retribuições públicas de D. Joaquim a Nereu Ramos (e ao PLC) constam a celebração de missas, *Te-Deum*, menções positivas na imprensa católica e comemorações cívico-religiosas dedicadas aos vencedores políticos que tomaram a forma de reconhecimento dos esforços empreendidos a favor dos assuntos relacionados ao clero catarinense.

### 3.1 “Beijo-lhe respeitosamente o anel”: a troca de missivas entre D. Joaquim e Nereu Ramos

É recorrente, em grande número de cartas enviadas a D. Joaquim, a legenda: “Beijo-lhe respeitosamente o anel”. Além dos aspectos relacionados ao capital social, político e institucional, a epistolografia<sup>269</sup> relacionada a D. Joaquim, indica uma série de

---

<sup>267</sup> Ibidem, 2009, p.193.

<sup>268</sup> Ibidem, 2009, p.185.

<sup>269</sup> Dentre os trabalhos sobre metodologia epistolográfica, destacam-se: BASTOS, Maria Helena Câmara et al. **Destinos das letras: História, educação e escrita epistolar**. Passo Fundo:

estratégias que serviram como suporte direcionado ao cultivo dos valores da Igreja Católica, como também, para o prevalecimento de uma rede durável de relações sociais<sup>270</sup>.

A noção de capital social de Bourdieu (1998) permite dimensionar o universo de relações sociais de D. Joaquim ao ser analisado o conjunto de cartas que comprova uma intensa sociabilidade política e institucional no decorrer de seu apostolado. Interessa aqui, a extensão da rede de relações que o referido arcebispo, gradativamente, na década de 1930, conseguiu mobilizar. Considera-se que a rede de relações de um bispo ou de um arcebispo é, como sugere Bourdieu (1998) de modo mais generalizado nos campos social e político, fruto do “trabalho de instauração e de manutenção do que é necessário para produzir e reproduzir relações duráveis e úteis”<sup>271</sup>.

A rede de relações sociais interessa à medida que, ao se constituir, não como um dado natural e, muito menos como um dado social estanque, leve em consideração a luta dos agentes sociais, em diversos campos de disputa na sociedade, na qual as relações vistas como duráveis e úteis, são construídas a partir de lucros materiais e/ou simbólicos que estão em jogo nas estratégias de investimentos sociais que implicam, necessariamente, as relações eletivas (obrigações duráveis subjetivamente sentidas, tais como: o respeito, a amizade, o reconhecimento público) e outras tantas relações que são garantidas pela instituição (embasadas, por exemplo, no caso da Igreja Católica, na relação entre o Direito Público e o Canônico).<sup>272</sup>

O ato ou o desejo de beijar o anel do arcebispo como um sinal de sociabilidade, reforça os parâmetros de sua função mais intrínseca, ou seja, multiplicar a sua capacidade de influenciar, indefinidamente, no campo político. Ao fazer uma incursão acerca da sociabilidade religiosa recorre-se ao estudo dos procedimentos da arquidiocese de Florianópolis para que sejam apreendidos os procedimentos disciplinares aplicados nas diversas práticas institucionais agregadas na lida pastoral e

---

UPF, 2002. MIGNOT, Ana Chrystina Venancio et al. **Refúgios do Eu:** educação, história, escrita autobiográfica. Florianópolis: Mulheres, 2000. LEMOS Renato. **Bem traçadas linhas:** a História do Brasil em cartas pessoais. Rio de Janeiro: Bom Texto, 2004.

<sup>270</sup> BOURDIEU, Pierre. O capital social: notas provisórias. In: NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio (orgs.). **Escritos de educação.** Petrópolis: Vozes, 1998, p.67.

<sup>271</sup> Ibidem, 1998, p.68.

<sup>272</sup> As redes de relações podem ser entendidas de acordo com a lógica da troca que “transforma as coisas trocadas em signos de reconhecimento e, mediante o reconhecimento mútuo e o reconhecimento da inclusão no grupo que ela implica, produz o grupo e determina ao mesmo tempo os seus limites”. Ibidem, 1998, p. 68.

identificada como um propósito político de reforço da imagem pública do mandatário eclesiástico.

Nesse sentido, percebe-se que a elaboração dos dispositivos doutrinários tende a universalizar as sanções e recompensas possíveis que se tornam exclusivas a quem as distribui, de tal modo que, ao delimitar uma camada social de práticas sem discurso, na mesma medida, instaura-se um discurso sobre essas práticas. Os discursos instaurados sobre essas práticas, tal como observa Certeau (1994), compõem um conjunto de táticas que tem por finalidade gerenciar uma multiplicidade de convicções, fazendo com que a crença permaneça ligada aos seus objetos originais. Essas táticas se aplicam tanto à política quanto à religiosidade, uma vez que a finalidade maior do uso dessas táticas é evitar com que as convicções institucionais se fragmentem e se tornem convicções singulares que venham a diversificar, na forma de opinião social, os parâmetros da ortodoxia religiosa e/ou política.<sup>273</sup>

No caso específico das cartas de D. Joaquim, observa-se que são escritas com o intuito de criar uma relação representativa de sua figura pública. A reverência de beijar as mãos do arcebispo vai se constituindo como um dever irrecusável, pois cria pela ideia de respeito, o pertencimento social e religioso adequado entre os sujeitos envolvidos. Essas práticas qualificam o reverenciado e, quem o reverencia, é aceito na comunidade religiosa ou em qualquer outro tipo de comunidade em que o clero consiga a hegemonia simbólica. Essas práticas têm como função, também, reduzir todas as ações exógenas que ameaçam à estabilidade dos valores e dos ritos católicos, desqualificando-as como válidas.

O anel de D. Joaquim, no momento em que é reverenciado apresenta em torno de sua simbologia específica a mais adequada assimilação de que as ações de D. Joaquim e da Igreja Católica são válidas e incontestáveis, podendo perpassar outros campos além do religioso. Para que isso ocorresse a contento, todos os católicos deveriam ser induzidos, porém, a acreditar no caráter absoluto das doutrinas católicas, com o reforço das teses teológicas, cujo princípio superior e universal, deveria dominar todas as questões contingenciais. O dever primordial que se impunha à sociedade política, o de render a Deus e a Cristo uma homenagem pública e social, reclamava para o reforço dos estatutos eclesiásticos, que os chefes da sociedade civil reconhecessem, sob o ponto de vista do direito público, a verdadeira

---

<sup>273</sup> CERTEAU, op.cit., 1994, p.283.

religião e dessem a seu culto um lugar de honra nas instituições oficiais do Estado.

Quanto à competência religiosa da igreja e à competência política do Estado, inevitavelmente se encontravam em um vasto domínio de questões mistas, dentre as quais, constavam a legalização parlamentar das demandas da Igreja Católica que incidia sobre o patrimônio eclesiástico, o ensino, o casamento e a tutelação da família. Assim, o regime de colaboração oficial entre os dois poderes asseguraria a salvaguarda de todos os direitos civis e eclesiásticos, tornando-se uno sem prejuízos para ambas as partes.

Quer seja em virtude de uma concordata, em forma de tratado diplomático, quer em virtude de um direito consuetudinário e dos costumes públicos do país, o legislador civil deveria adstringir-se a nada editar nas questões de interesse do Estado e da Igreja Católica, senão de conformidade com os postulados da doutrina e das instituições religiosas. Tais preceitos reconduziriam para o campo da moral religiosa, a exata e autêntica forma do direito público.<sup>274</sup>

Mas havia impedimentos que concorriam para que as duas competências se ajustassem harmonicamente. As interpretações políticas e as circunstâncias históricas se constituíam como um limite para o desenvolvimento das doutrinas da igreja e um empecilho para a sua aplicação prática no Brasil.<sup>275</sup>

Em conformidade com o conteúdo de algumas cartas de D. Joaquim e com as notícias apresentadas no Jornal “O apóstolo”, entre os anos de 1932 e 1934, aponta-se para a possibilidade de que, o ato do legislador civil, deveria preencher três condições básicas: a) A primeira dizia respeito à existência de uma autoridade competente, emanada do poder supremo do país e sancionada pelos organismos que têm a missão especial de contribuir para a elaboração das leis, segundo dispositivos constitucionais próprios da nação brasileira; b) Na segunda, a matéria

---

<sup>274</sup> Yves de La Brière. A Igreja e o Estado. In: Jornal “O Apóstolo”, Ano II, n.21, jun. 1931, p. 2.

<sup>275</sup> No momento específico que atravessava o país, na década de 1930, a orientação era para que prevalecesse o que preconizava a encíclica *Diuturnum Illud* de Leão XIII, fazendo com que o corpo eclesiástico se voltasse integralmente ao pronto restabelecimento do acordo mútuo entre a igreja e o Estado; sob o ponto de vista social, havia a interpretação unânime entre os católicos de que o Brasil se encaixava integralmente na idéia de nação integradora do contingente católico, pois os brasileiros tinham muitas coisas em comum e não havia uma divisão de ordem econômica ou política significativa que pudesse comprometer a união dos estratos sociais e raciais brasileiros. O mais importante, segundo tal interpretação, seria evitar as dissensões advindas com o estabelecimento da República no País..Yves de La Brière. A Igreja e o Estado. In: Jornal “O Apóstolo”, Ano III, n.39, mar. 1932, p. 2.

legislativa deveria corresponder a sua finalidade, na qual, a lei deveria se ordenar conforme a razão e orientada para o bem coletivo temporal; c) A terceira, denominada como “Promulgação Regular”, caracterizava-se como um ato oficial que tinha por finalidade notificar a lei às pessoas, especificando o teor das ordens, as condições e os prazos de sua vigência, seguidas das sanções que deviam ser aplicadas aos eventuais infratores.<sup>276</sup>

Na relação entre o valor jurídico de uma lei de Estado e a obrigação moral de considerá-lo e obedecê-lo segundo os preceitos católicos, ensinava-se aos católicos obtemperar o legislador civil porque a obediência à ordem resultaria sempre nos parâmetros que definem a intenção divina, pois “o legislador se torna, no justo exercício da sua alta prerrogativa, o ministro do próprio Deus, para realizar o Bem e punir o Mal”.<sup>277</sup>

Nesse sentido, os católicos deveriam estar alertas às hostilizações em relação às instituições religiosas, pois ao visar o bem comum temporal, o legislador devia condicionar as leis para o interesse de todos, evitando que as determinações legislativas se tornassem um “instrumento de ridicularia e de proscricção para as paixões de uns, contra o direito e a liberdade de outros”.<sup>278</sup>

Assim, a configuração desse espaço social<sup>279</sup> idealizado pela igreja, em matéria religiosa, constituiu-se a partir de uma autoridade espiritual que tinha o eminente encargo de decidir se tal lei estava conforme ou contrária ao tipo de justiça e às exigências morais que eram aplicadas na formação da consciência de seus acólitos. Era também um

---

<sup>276</sup> Yves de La Brière. Natureza e limites da lei civil. In: Jornal “O Apóstolo”, Ano IV, n.56, nov. 1932, p. 2.

<sup>277</sup> Yves de La Brière confirma que “A obrigação moral, por exemplo, não poderá deixar de existir em favor das leis civis que não fazem mais que precisar e sancionar uma exigência da lei divina. A natureza da lei moral, obrigando a consciência, está então incluída no conceito e no objeto mesmo de semelhante lei civil”. Yves de La Brière. Natureza e limites da lei civil. In: Jornal “O Apóstolo”, Ano IV, n.56, nov. 1932, p. 2.

<sup>278</sup> Yves de La Brière. Natureza e limites da lei civil. In: Jornal “O Apóstolo”, Ano IV, n.57, nov. 1932, p. 2

<sup>279</sup> Para uma melhor definição acerca do significado de Espaço Social “o espaço social organiza-se em três dimensões fundamentais: os agentes se distribuem de acordo com o volume global de capital possuído, aí incluídos todos os tipos; de acordo com a estrutura desse capital (o peso relativo do capital econômico e cultural) no conjunto de seu patrimônio; de acordo com a evolução, no tempo, do volume e da estrutura de seu capital (dada a correspondência que se estabelece entre o espaço de posições ocupadas no espaço social e o espaço de disposições (habitus) de seus ocupantes”. BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas:** sobre a teoria da ação. 9. ed. Campinas, SP: Papirus, 2008, pp.27-30.

espaço em que as construções subjetivas foram orientadas para a simplificação das diferenças individuais.

Aos fiéis católicos, portanto, era direcionada uma série de considerações teóricas e políticas sobre o modelo de legislação que interessava à Igreja Católica. Nesse caso, todo o orbe católico deveria considerar como injusta ou abusiva a carta constitucional que não fosse reconhecida após inspeção ponderada, livre de qualquer ilusão e apoiada num juízo objetivo de um conjunto de especialistas em áreas específicas de atuação da igreja (da teologia, do direito canônico e civil, da filosofia moral, da pedagogia e da sociologia religiosa).

Nesse sentido, era importante que a lei se impusesse como norma válida no terreno jurídico para as reivindicações católicas, por outro lado, para a hierarquia da Igreja Católica, a orientação que era dada às discussões legislativas devia se pautar pela assimilação de uma consciência moral específica. Essas condições assegurariam todas as possibilidades para o estabelecimento de uma ordem constitucional conforme as prerrogativas institucionais defendidas pelo clero católico catarinense.

Os acordos políticos que tiveram como protagonistas D. Joaquim e algumas personalidades políticas de SC, tomando como referência os estudos de Miceli (1988) sobre a expansão organizacional da Igreja Católica no Brasil, ocorreram como desdobramento do processo de estadualização do poder eclesiástico, que fora implementado respeitando a importância política das regiões do país e de sua contribuição econômica para o pacto oligárquico. A perspectiva de que o representante eclesiástico designado para uma determinada região deveria expandir sua influência e prestígio em relação aos dirigentes políticos locais, coadunava-se com a necessidade de moralização<sup>280</sup> e profissionalização do quadro corporativo da Igreja Católica.

Nas missivas de D. Joaquim essas preocupações eram recorrentes. Esse suporte material, permite uma série de observações

---

<sup>280</sup> O referido autor explica que, na República Velha (1890-1930), a Igreja Católica no Brasil “tendo perdido o status oficial de ramo da administração pública, destituída dos privilégios inerentes à condição de corporação subsidiada, e sem poder contar com o respaldo de qualquer segmento de peso na coalização à testa do novo regime republicano, os detentores dos postos de decisão na alta hierarquia concentraram seus esforços e investimentos na área mais próxima de influência. A política de implantação das novas circunscrições respeitou as fronteiras territoriais dos estados. Ao brindar todos os estados brasileiros com pelo menos uma diocese, a Igreja passou a dispor de um sistema interno de governo que se pautava pelas linhas de força que presidiram à montagem do pacto oligárquico”. MICELI, op.cit.,1988, p.67.



sobre o modo como o referido arcebispo foi construindo uma identidade pessoal e institucional em meio aos seus diálogos epistolares.<sup>281</sup>

Por um lado, havia a necessidade de estabelecer relativo controle sobre o que seria votado no parlamento nacional, não permitindo que os representantes políticos catarinenses se submetessem às idiossincrasias políticas no momento de elaboração dos anteprojetos e de votação dos projetos apresentados; por outro lado, a estratégia era a de estreitar laços com o poder executivo local de modo que viabilizasse para a Igreja Católica uma significativa participação, no período de interventoria em SC, naquilo que Campos (2008) considera como a institucionalização da sociedade catarinense por via de políticas assistencialistas.<sup>282</sup>

Gomes (2004), possibilita conhecer as tramas existentes em um campo específico de atuação (no caso do referido artigo a autora trabalha com o campo intelectual, mas que pode ser transferido para análises pontuais do campo político) considerando o período específico de atuação dos protagonistas intelectuais, sociais e políticos. O mais importante nessa análise é o fato de que a escrita epistolar é vista como uma fonte/objeto que se qualifica como:

Um lugar de sociabilidade fundamental e revelador da dinâmica do campo cultural de um dado período. O conceito de lugar de sociabilidade, entendido como espaço de constituição de uma rede organizacional (que pode ser mais ou menos formal/institucional) e como um microcosmo de relações afetivas (de aproximação e/ou de rejeição).<sup>283</sup>

A troca de missivas efetuada por D. Joaquim, revela o lugar social tanto de quem as escrevia quanto de quem as recebia. Aqui é possível se referir ao significado que é dado por Gomes (2004) às correspondências como instrumentos de construção de redes, cuja importância se concentra na observância de “um conjunto de relações que evidenciam um grupo organizado”.<sup>284</sup>

---

<sup>281</sup> GOMES, Ângela de Castro. In: GOMES, Ângela de Castro (org.). **Escrita de si, escrita da história**. Rio de Janeiro: Fundação G. Vargas, 2004, p.52.

<sup>282</sup> CAMPOS, Cynthia Machado. **Santa Catarina, 1930: da degenerescência à regeneração**. Florianópolis: UFSC, 2008. p.105-178.

<sup>283</sup> GOMES, op.cit., 2004, pp.52-53.

<sup>284</sup> Ibidem, 2004, p.54.

Contemplando, portanto, os significados sociais e políticos envoltos na reverência concedida a D. Joaquim como uma autoridade religiosa, a recorrente legenda “Beijo-lhe respeitosamente o anel” confirma-se como reforço constante do respeito pelas menções emitidas nas cartas. Nessa menção está contida uma função identitária no corpo organizacional da instituição religiosa que deve ser reproduzida *ad infinitum*, como também, operam os critérios de distinção sobre a produtividade da arquidiocese que, segundo a lógica da profissionalização do clero, resume-se na capacidade da liderança religiosa local de expandir os interesses da Igreja Católica na região, estabelecendo os acordos políticos com as oligarquias regionais.<sup>285</sup>

Na seqüência, a partir da observação empreendida sobre a eleição dos representantes catarinenses para a ANC, a ênfase é dada aos temas como a composição dos partidos políticos da época e aos seus programas e estatutos, assim como, às parcialidades no pleito eleitoral relacionados aos interesses políticos da Arquidiocese quanto à definição do quadro de representantes políticos de SC e o alinhamento de suas proposições legislativas à perspectiva de que o ensino religioso fosse integralmente reintroduzido nas escolas públicas.

### 3.2 A eleição dos representantes catarinenses para a Assembléia Nacional Constituinte.

Em carta reservada<sup>286</sup>, a administração Episcopal respondera ao Sr. Antônio Carlos de Bittencourt, na ocasião ocupando o cargo de secretário da LRC, que a principal condição para que houvesse o apoio da igreja a qualquer agremiação política que se envolvesse na disputa pela representação política catarinense na ANC, seria a de que fosse integralmente respeitado o Art. 15 da LEC. O referido artigo condicionava os votos do eleitorado católico ao compromisso restrito e oficializado, por escrito, pelo candidato no sentido de defender, no decorrer de seu mandato, o programa da LEC, incondicionalmente. Nesse caso, o candidato teria que se comprometer oficialmente por meio

---

<sup>285</sup> Miceli, op.cit., 1988, p.68.

<sup>286</sup> Em diversas correspondências de D. Joaquim foi observado que havia algumas cartas que traziam em seu cabeçalho legendas que denotavam assuntos de cunho reservado. A partir do qualificativo “carta reservada”, comparamos essas cartas a outras que não traziam nenhuma recomendação no cabeçalho. Concluímos que as cartas reservadas lidavam com assuntos sigilosos ou de interesses da Cúria Metropolitana que não podiam ser revelados de modo generalizado ao clero catarinense.

de uma declaração pública acerca do apoio que seria dado à Igreja Católica.<sup>287</sup>

Em outra carta, também reservada, e com a mesma data da anterior, enviada pela Cúria florianopolitana ao Dr. Bulcão Vianna<sup>288</sup>, em resposta ao apelo feito pelo PRC, de modo similar, salientara que o apoio ao candidato, realizado pelo clero catarinense a qualquer representante político, deveria se pautar pela exigência de adesão incondicional e pública em relação às demandas e às questões católicas que seriam levadas para discussão nas sessões legislativas que visavam compor a carta constitucional de 1934.

O PRC expôs a sua argumentação, através de carta-resposta, no sentido de que a maioria dos seus membros<sup>289</sup> concordara com as exigências estabelecidas, não envidando esforços para as revisões necessárias e providenciais, tanto em seu programa quanto em seu estatuto, com o propósito de estabelecer disposições em harmonia com as idéias adotadas pela LEC, obedecendo assim, às tradições partidárias dos republicanos catarinenses e o modo de pensar da grande maioria de catarinenses e de brasileiros, reconhecidamente católico.<sup>290</sup>

As articulações da LRC com D. Joaquim tiveram pouca consistência, caracterizando-se como superficiais e marcadas mais pelas exigências de D. Joaquim do que por uma aliança política significativa. Uma semana após o recebimento da carta do clero catarinense que, exigiu o alinhamento político da referida agremiação política, chegou a resposta ao conhecimento de D. Joaquim. Nesse período<sup>291</sup>, o Frei Evaristo Schürmann, na posição de intermediário entre D. Joaquim e a LRC, enviou um cartão a D. Joaquim solicitando uma audiência no Palácio Arquiepiscopal. Os resultados dessa reunião somente tiveram

---

<sup>287</sup> Carta da Administração da Cúria Metropolitana ao Sr. Antônio Carlos Bittencourt em 07/03/1933 (AHESC – Pasta de assuntos políticos).

<sup>288</sup> Carta da Administração da Cúria Metropolitana ao Dr. Bulcão Vianna em 07/03/1933 (AHESC – Pasta de assuntos políticos).

<sup>289</sup> Assinaram a referida correspondência Cid Campos, Bulcão Vianna, Fulvio Aducci, Abelardo Luz e Accacio Moreira. Carta do Partido Republicano Catarinense a D. Joaquim em 16/03/1933 (AHESC – Pasta de assuntos políticos).

<sup>290</sup> Tais tradições partidárias aludidas pelos republicanos catarinenses diziam respeito ao fato de que os seus membros sempre estiveram aliados à Igreja Católica e nunca deixaram de acudir as solicitações de D. Joaquim. Carta do Partido Republicano Catarinense a D. Joaquim em 16/03/1933 (AHESC – Pasta de assuntos políticos).

<sup>291</sup> O citado cartão foi enviado pelo Frei Evaristo Schürmann em 29/03/1933 (AHESC – Pasta de assuntos diversos).

êxito dois dias após, ocasião em que foram unanimemente aceitas e aprovadas as teses de interesse religioso na sessão da LRC.<sup>292</sup>

A forma incondicional de apoio político exigida dos políticos e das organizações partidárias concorrentes, pelo clero catarinense, criou um ambiente de disputas em que a produção e conservação dos discursos disponíveis, de acordo com Foucault (2001), limitaram-se ao modo como os discursos circularam em um espaço delimitado por sanções direcionadas e como eles foram distribuídos conforme regras estritas atinentes às condições de seu funcionamento institucional e político.<sup>293</sup>

Conforme a perspectiva de Foucault (2001), existem três procedimentos de exclusão que incidem, necessariamente, na produção e conservação dos discursos institucionais: a) O primeiro é o da “interdição” que lida propriamente com o tabu que se impõe sobre o objeto do discurso, dos rituais de circunstância e do direito privilegiado ou exclusivo do sujeito que fala; b) O segundo é o da “separação e rejeição”, cuja estratégia recorre a alguns procedimentos de anulação da razão contrária ou anômala; c) O terceiro diz respeito à “oposição entre o falso e o verdadeiro” que são organizados em torno das contingências históricas modificáveis, as quais, estão em perpétuo deslocamento, já que são reconduzidas pelas instituições com o intuito de serem instituídas como verdades ligadas ao exercício do poder (tais exclusões operadas pelo discurso institucional podem ser resumidas ao que Foucault (2001) chama de “a palavra proibida”, “a segregação da loucura” e “a vontade de verdade”).<sup>294</sup>

A atenção dada a essas interdições para a compreensão dos acordos políticos entre D. Joaquim e as entidades de representação política em SC, principalmente em relação ao modo como foram sendo definidas as circunstâncias que davam conta do aparecimento dos discursos políticos (posicionamentos individuais, adesões, dissensões) e a exclusividade de seu credenciamento pela autoridade eclesiástica, trazem características pertinentes à abordagem que faz Bourdieu (2009) sobre a luta simbólica no campo político como um campo de poder. A conformação prática do capital simbólico da hierarquia eclesiástica, representada por D. Joaquim em SC, carregava todas as peculiaridades

---

<sup>292</sup> A finalização dessa negociação política é relatada em uma Carta - ofício da Secretaria Arquidiocesana de Florianópolis a D. Joaquim em 31/03/1933 (AHESC – Pasta de assuntos diversos).

<sup>293</sup> Foucault, op. cit., 2001, p.36.

<sup>294</sup> Ibidem, 2001, pp. 8-20.

das disputas no campo simbólico no sentido de estabelecer os critérios de funcionamento do senso comum, resultando na consolidação da unilateralidade do discurso eclesiástico. Assim, a hierarquia eclesiástica catarinense concorrera para o estabelecimento e reconhecimento do “monopólio da nomeação legítima, como imposição oficial – isto é, explícita e pública – da visão legítima do mundo social”.<sup>295</sup>

Desse modo, o poder de decisão pretendido por D. Joaquim e pela LEC de discriminar os representantes no campo político em SC às vésperas das eleições para escolha dos representantes locais na ANC vinculava-os a um possível prevaletimento político conforme a predileção do próprio arcebispo por essa ou aquela agremiação política de sua preferência ou em decorrência da adequação prévia a sua estratégia.

Essas ressalvas advindas do clero aos políticos confirmam a percepção de que era delegada à pessoa do arcebispo a cogente autoridade que o constituía como porta-voz autorizado da instituição religiosa, habilitando-o a interferir, mais detidamente, em assuntos de ordem política. No jogo entre as ofertas e os interesses de D. Joaquim em relação ao momento político em questão, o seu capital de autoridade religiosa potencializara os recursos suficientes que movimentaram as forças material e simbólica dos grupos ou classes que foram mobilizados. No jogo de interesses políticos e religiosos, segundo Bourdieu (2007), a natureza dos bens e serviços capazes de satisfazer os interesses religiosos dependem, por sua vez, “do capital de autoridade religiosa de que dispõe levando-se em conta a mediação operada pela posição da instância produtora na estrutura do campo religioso”<sup>296</sup>

No caso de D. Joaquim, percebe-se que a sua autoridade no campo religioso o qualificara ao uso corrente da palavra a outros agentes sociais e políticos com atuação em outras modalidades do campo simbólico. Acionando procedimentos delimitados por seu capital simbólico, D. Joaquim se tornara reconhecidamente autorizado a falar em nome dos católicos e a representá-los dentro de um campo de poder, justamente por ele se constituir da seguinte forma:

Como um espaço de relações de força entre os diferentes tipos de capital, ou mais precisamente, entre os agentes suficientemente providos de um dos diferentes tipos de capital para poderem dominar o campo correspondente e

---

<sup>295</sup> Bourdieu, op.cit., 2009, p.146.

<sup>296</sup> Bourdieu, op.cit., 2007, p.58.

cujas lutas se intensificam sempre que o valor relativo dos diferentes tipos de capital é posto em questão.<sup>297</sup>

No decorrer do seu apostolado, D. Joaquim cunhou para si um balizamento distintivo de sua postura de administrador eclesiástico. Revestido de erudição e detentor de um capital cultural adequado para a reprodução da doutrina romanizada, mas também, afeito aos problemas regionais de SC, dialogara intelectual e politicamente com a oligarquia florianopolitana e catarinense, de modo que, mesmo não pertencendo aos clãs familiares locais, conseguira em pouco tempo, a afeição de diversos segmentos da política.

O investimento que fez para a consolidação de seu apostolado foi o de conciliar a verticalidade hierárquica de sua imagem pública institucionalizada em conjuminância com sua tática de representar a si mesmo na qualidade de líder religioso, investindo em um esquema de representação simbólica que remontara a genealogia de grandes mártires católicos e a hagiografia corrente que compunha a tradição da Igreja Católica.

Fazendo uso dessa familiaridade construída por D. Joaquim com a elite política catarinense, a delimitação dos parâmetros das discussões políticas no campo religioso exigiu de D. Joaquim, uma minuciosa avaliação das intenções particulares em jogo e das possibilidades disponíveis ao arcebispo através de sua arquidiocese em relação a todos os postulantes aos cargos políticos no parlamento nacional. Essas exigências exigiram uma maior acuidade em relação às representações que estavam contidas nos acordos políticos que se destinavam a confirmar e levar ao reconhecimento público a identidade social e política da Igreja Católica, exibindo como afirma Chartier (1990), uma maneira própria de estar no mundo<sup>298</sup> ou, em outras palavras, de proceder com a convicção adequada à defesa, nesse caso específico, do ideário católico.

Embora as discussões realizadas nas convenções partidárias locais ou através de manifestos políticos impressos permitam observar as adesões políticas aos projetos do clero catarinense, os programas e estatutos dos partidos envolvidos merecem ser apresentados como análise documental, porque trazem concepções peculiares, princípios políticos pontuais e alguns planos de intervenção social importantes.

---

<sup>297</sup> Bourdieu, op.cit., 2008, p.52.

<sup>298</sup> CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990, pp.23-25.

Eles também revelam os meandros da organização interna dos partidos políticos em questão, servindo como ponto de avaliação sobre as suas finalidades regimentais. Do mesmo modo, emitem projeções que podem ser classificadas como estratégias para o entendimento do diálogo dos partidos políticos com a Igreja Católica.

Das intenções particulares e institucionais que estavam em jogo na definição dos acordos políticos entre D. Joaquim e as entidades políticas que lançaram candidatos, nos primeiros meses de 1933, ao pleito eleitoral catarinense, para a constituinte que se realizaria naquele mesmo ano, foi possível identificar alguns acordos assumidos antes da convenção política da LRC. Nesse acordos foram incluídas novas emendas reconhecendo, por unanimidade, alguns pontos cruciais em relação às reivindicações da Igreja Católica.<sup>299</sup>

Na convenção do PLC, realizada também na mesma época, discutiu-se os artigos e emendas que entrariam em sua Lei Orgânica (LO). A influência que D. Joaquim exerceu sobre os principais articuladores políticos dessa entidade partidária, tais como Ivens de Araújo, Aristiliano Ramos, o professor Barreiros Filho e Nereu Ramos, permitiu que alguns assuntos de interesse da Igreja Católica fossem devidamente considerados como prioridades burocráticas e estatutárias do partido.

Em relação à educação religiosa, ficara estabelecido no art. 10 da LO do PLC que o ensino primário deveria ser gratuito, pautando-se por conservar o sentimento de brasilidade; e, o mais importante, era que esse mesmo partido político se revelava a favor, não somente da liberdade do ensino religioso, como também, defendia a idéia de que deveria ser facilitada a sua aplicação e permanência nos estabelecimentos públicos de educação. Outras prioridades da Igreja Católica foram igualmente contempladas pelos liberais catarinenses. Na referida LO que foi aprovada pelos membros do PLC, o texto referente à família reforçava a tese católica de que a educação dos filhos deveria ser responsabilidade dos entes paternos, respeitando as tradições brasileiras

---

<sup>299</sup> Contando com a presença do Frei Evaristo Schürmann, na qualidade de representante de D. Joaquim na convenção da referida entidade política, dentre os princípios reivindicados pelo clero catarinense constavam também: a possibilidade de eleição indireta para o chefe da nação e direta para os demais cargos eletivos; o fortalecimento do sentimento de família, a indissolubilidade do casamento e a sanção dos efeitos civis aos casamentos religiosos; a questão da difusão e obrigatoriedade do ensino primário cumulativamente a cargo da União, dos Estados e dos Municípios sem prejuízo ao ensino particular e do religioso, facultativo nas escolas públicas; a assistência religiosa (facultativa) às forças armadas. *Jornal "A Pátria"* Ano III, n.675, abr. 1933, p. 1.

quanto à organização interna do lar, assim como, as suas opções de crença religiosa.<sup>300</sup>

Quanto a outro concorrente ao pleito eleitoral, o PSE, tinha como integrante o Dr. Antônio Bottini, colaborador da ACB e representante do CDV em Santa Catarina. Seguindo as orientações retificadas a partir do programa da União Cívica Brasileira (UCB), e posteriormente transformada em União Cívica Nacional (UCN), cujo comando estava submetido ao General Góes Monteiro, os seus integrantes almejavam levar a frente, tal como os outros partidos políticos anteriormente citados, a aprovação do ensino religioso nas escolas públicas tal como preconizara as entidades da Igreja Católica associadas à CCB.

O cenário político dessa época, em Santa Catarina, era composto também por uma única agremiação política que se revelou contrária às diretrizes aludidas pela Igreja Católica em relação ao que devia ou não ser aprovado na ANC. As divergências ideológicas anteriores entre o professor Altino Flores e D. Joaquim, tornaram-se públicas com o advento do livro “Pela memória de Renan”, escrito por Altino Flores em 1923.<sup>301</sup> Em tese, o objeto central das diatribes promovidas por Altino Flores contra a Igreja Católica foi recrudescido com o surgimento da Liga Catarinense Pró Estado Leigo (LCPEL). Instituída segundo os critérios organizacionais da Coligação Nacional Pró Estado Leigo (CNPEL), dentre as suas atribuições políticas, dizia-se defensora do ideal moderno e das conquistas do mundo civilizado, cujos benefícios para a sociedade, seriam o de conceber o Estado segundo uma orientação leiga que não privilegiasse nenhuma entidade religiosa específica.<sup>302</sup>

Outras contendas políticas anteriores ao pleito eleitoral de 1933 vinham se desenvolvendo no que dizia respeito às disputas pelo poder entre os liberais e os republicanos em SC. Um exemplo disso é que, em fragmentos de cartas e recortes de jornais encontrados no acervo de D. Joaquim, percebe-se o modo como o referido arcebispo destacava as notícias pertinentes a quem o interessava como acólito político.

---

<sup>300</sup> Jornal “A República” Ano II, n.742, abr. 1933, p. 3.

<sup>301</sup> FLORES, Altino. **Pela Memória de Renan**: ensaio polemístico. Florianópolis: Tipografia Moderna, 1923.

<sup>302</sup> Manifesto político da Liga Catarinense Pró Estado Leigo (LCPEL), distribuída em abril de 1933, conforme registro da administração da Cúria Metropolitana (AHESC – Pasta de assuntos políticos).



Nesse caso, o documento em questão tratava-se de uma recomendação feita por Henrique Rupp Junior aos Srs. Mustaphá Guarany e Silva e Edmundo de Farias, na qual, destacavam-se diversos receios quanto à honestidade de Nereu Ramos no campo das atividades políticas. Dentre os receios constavam o fato de Nereu Ramos ter se filiado ao movimento de “reação Republicana”, em repulsa a Arthur Bernardes, para se distinguir politicamente com o propósito de fundar o Partido Democrático (PD) sob a anuência do Dr. Assis Brazil em âmbito nacional, posicionando-se assim, a frente dos democratas de SC.<sup>303</sup>

Henrique Rupp Junior elenca outros episódios em que acusa como traidor Nereu Ramos, classificando-o como desprovido de senso moral para a lida política. O principal desses episódios ocorrera em 1924 que, segundo a versão descrita por ele, Nereu Ramos havia delatado todos os companheiros ao Secretário de Interior e Justiça da época, o Dr. Ulisses Costa, sobre a movimentação dos participantes da “Reação Republicana” na região de Lages e de Porto União.<sup>304</sup>

Essas diatribes políticas iniciadas na década de 1920 são importantes, sobretudo, para entender o contexto em que se processaram as filiações políticas na década de 1930 em Santa Catarina e o modo como os seus desdobramentos incidiram nos diálogos entre D. Joaquim e os representantes políticos catarinenses desse período histórico. As disputas pelo espaço político catarinense na década de 1930 adquirem, então, importância como objeto de estudo, à medida que revelam um ambiente de relacionamentos políticos em que o clero catarinense foi exposto publicamente por algumas forças políticas por haver promovido algumas parcialidades políticas e dado determinadas preferências ao PLC e, principalmente D. Joaquim, que tivera que encontrar as respostas adequadas aos questionamentos dos representantes republicanos sobre a sua afinidade pessoal com Nereu Ramos.

No item 3.2.1 serão tratadas as parcialidades políticas ocorridas no pleito eleitoral catarinense para a constituinte em 1933, associando-as aos interesses políticos da Arquidiocese. Busca-se, portanto, compreender algumas variáveis que impossibilitaram a

---

<sup>303</sup> Carta de Henrique Rupp Junior à Mustaphá Guarany e Silva em 13/10/1927 (AHESC – Pasta de assuntos diversos).

<sup>304</sup> Em resumo, para Henrique Rupp Junior, Nereu Ramos alistara na “Reação Republicana” pelo fato de ter determinados despeitos em relação à corrente política dominante em Santa Catarina na época, liderada por seu pai Vidal Ramos. Na referida carta, torna-se clara a estratégia de Nereu Ramos avançar na política local agindo de modo pragmático com as correntes políticas com atuação nacional. Carta de Henrique Rupp Junior à Mustaphá Guarany e Silva em 13/10/1927 (AHESC – Pasta de assuntos diversos).

ocorrência de um tratamento equânime a todas as agremiações políticas por parte de D. Joaquim, mesmo que, individualmente, os membros de todos os partidos políticos se considerassem integrados aos ritos e às exigências políticas, morais e éticas da Igreja Católica.

Nesse sentido, havia a necessidade mais premente do clero em conduzir os seus projetos reduzindo os riscos possíveis e aumentando as vantagens planejadas. No que concerne ao pensamento de D. Joaquim, a Igreja Católica agiu em razão da institucionalização do capital político daqueles que tinham uma maior chance de vencer as eleições para o parlamento federal e dispusessem, do mesmo modo, de canais de comunicação com a política nacional.<sup>305</sup>

A delegação do capital político como define Bourdieu (2009), permite observar a objetivação desta espécie de capital em instituições permanentes, seja atuando efetivamente na materialização dos postos e ocupações políticas e/ou partidárias, seja no provimento de instrumentos de mobilização ou na reprodução contínua e duradoura dos mecanismos estratégicos de representação política.

### 3.2.1 Parcialidades no pleito eleitoral e interesses políticos da Arquidiocese de Florianópolis

Nesta parte, são abordadas as parcialidades políticas da Igreja Católica que se formaram no início da década de 1930 e se estenderam até o pleito eleitoral catarinense que compôs o quadro de representantes políticos locais na ANC. Em seguida, através das informações colhidas nos bastidores políticos do referido pleito eleitoral, busca-se explicar o modo como os interesses políticos da Arquidiocese de Florianópolis foram assimilados pelos representantes políticos que se viram prejudicados pelo apoio tácito de D. Joaquim ao PLC e a Nereu Ramos.

As condições em que ocorreram tais parcialidades políticas e arrolaram os interesses institucionais da Igreja Católica em SC podem ser consideradas no sentido de fazer ver que o capital político desenvolvido pelo clero, sob a administração de D. Joaquim, construiu-se à medida que ele foi controlando os diversos setores da burocracia estatal, assentando como afirma Bourdieu (2009), “cada vez menos na inculcação e na cura das almas, de tal modo que o capital político se

---

<sup>305</sup> Bourdieu, op.cit., 2009, pp.194-202.

mede, sem dúvida, melhor pelo número de postos e de agentes controlados de forma mediata pela igreja do que pelo número de missalizantes”.<sup>306</sup>

O levantamento dos documentos realizados no acervo de cartas de D. Joaquim indica que entre 1933 e 1937, aumentaram significativamente os pedidos e os favores, sobretudo, feitos à administração do interventor Aristiliano Ramos (1933-1935), e em seguida, à Nereu Ramos (1935-1945). As articulações nesse período ficaram a cargo do Dr. Ivens de Araújo que desempenhara algumas atividades de secretariado em diversas áreas do serviço público em vários momentos da administração da família Ramos em SC na década de 1930.

A troca de missivas entre o Arcebispo D. Joaquim e o Dr. Ivens de Araújo registradas no acervo do AHESC se estende por quase todo o período do Estado Novo, ocasião em que Dr. Ivens de Araújo passa a ocupar o cargo federal de Delegado de Estrangeiros em 1941, depois de estar empossado, desde 1937, como Secretário de Segurança Pública do Estado de Santa Catarina.<sup>307</sup>

Contudo, as cartas informais, os ofícios e os bilhetes oficiais indicam diversas conciliações e acordos políticos e burocráticos a favor do clero catarinense sobre diversos assuntos. A possibilidade de disponibilizar agentes solícitos nas repartições públicas de SC permitiu o pronto atendimento às demandas de D. Joaquim em diversas áreas de atuação da Igreja Católica. Há, nesse sentido, por parte da Cúria Metropolitana, pedidos como o de intervenção em assuntos sob promoção ou nomeação de funcionários civis e militares sob a tutela do Estado, como também, solicitações acerca da construção de escolas, do hospital de Azambuja e sobre assuntos de menor monta para a Arquidiocese de Florianópolis.

Dentre as facilidades advindas do empenho de Dr. Ivens de Araújo em relação ao atendimento das reivindicações de D. Joaquim, os assuntos que chegavam ao interventor do Estado eram sempre

---

<sup>306</sup> *Ibidem*, 2009, p.195.

<sup>307</sup> São abundantes, no AHESC, os recortes de Jornal feitos por D. Joaquim sobre os assuntos de interesse da arquidiocese florianopolitana. Nesse caso, remontamos como fonte histórica os fragmentos de Jornal, acompanhados das cartas que lhes faziam referência. Desse modo, acompanha a informação do referido jornal, uma carta endereçada ao Dr. Ivens de Araújo, parabenizando-o pela justa promoção nos quadros administrativos que lhe ofertara o Governo Federal. Carta de D. Joaquim ao Dr. Ivens de Araújo em 10/05/1941 (AHESC – Pasta Assuntos Políticos); Jornal “O Estado” datado em 09/05/1941 (AHESC – Pasta Assuntos Políticos).

apresentados como prioritários, dado o curto prazo de tempo em que as respostas eram retornadas ao palácio episcopal.

E esses acordos consistiam em tratativas em que prevalecia a retribuição mútua. Um exemplo disso pode ser observado no acervo de cartas de D. Joaquim, no qual, há diversos bilhetes informativos oriundos do Gabinete da Presidência do Estado de SC, assinadas pelo Dr. Ivens de Araújo, que confirmam a relação de trocas de favores entre o clero catarinense e os políticos ligados ao Partido Liberal, no poder em SC na década de 1930.

Em um desses bilhetes timbrados que compõem o conjunto de correspondências oficiais da arquidiocese de Florianópolis, em resposta aos favores concedidos à D. Joaquim, O Dr. Ivens de Araújo solicita a D. Joaquim, por exemplo, que o arcebispo corrija os vigários de São Pedro de Alcântara, Santo Amaro da Imperatriz, Angelina e, principalmente o Frei de nome Ernesto, em atividade no Colégio Santo Antônio em Blumenau, por estarem divulgando e defendendo, como cabos eleitorais, os valores e idéias da facção oposicionista.<sup>308</sup>

Nesse sentido, a década de 1930, foi crucial para o estreitamento das relações entre o poder político e o poder eclesiástico em SC. O encaminhamento das questões defendidas pelo clero catarinense tiveram uma forte influência sobre a escolha de D. Joaquim em relação ao segmento político que melhor se adequaria às suas reivindicações e determinações episcopais. Até porque, mesmo antes do pleito eleitoral para as eleições à ANC, o clero catarinense mantinha relações com o jornal “A República”, órgão de imprensa articulado com as inclinações políticas de Nereu Ramos, como também, influenciava na designação de professores para determinadas regiões de interesse da Igreja Católica e em decisões da Inspetoria de Educação.

---

<sup>308</sup> Em meio às cartas que tratam da implantação do hospício de Azambuja, o Dr. Ivens de Araújo faz o seguinte pedido em carta de 29/11/1933: “permita-me o preclaro e grande amigo que lhe enderece algumas linhas, relatando-lhe um fato que merece a sua atenção, por ser estranho e inexplicável aos seus amigos do Partido Liberal e a mim, também, a mim que sou, no governo, um dos mais leais amigos e um dos entusiasmados admiradores do nosso venturoso e ínclito Arcebispo e das suas fulgurantes qualidades morais e dotes intelectuais. Trata-se do seguinte: os vigários de São Pedro, Santo Amaro e Angelina e o Frei Ernesto, no Colégio Santo Antônio, de Blumenau, declararam uma guerra violenta e tenaz contra o atual governo e o partido que o apóia, fazendo-se arautos das encrespações oposicionistas e tornando-se cabos eleitorais das facções coligadas. Faço-lhe um apelo em nome da nossa velha amizade, tão nobre, quanto duradoura para que ponha termo a essa injustiça. Pedindo-lhe a sua benção.” Carta do Gabinete da Presidência do Estado à D. Joaquim em 29/11/1933 (AHESC – Pasta Entidades Diversas).

Em uma dessas cartas enviadas a Nereu Ramos, o serviço protocolar da arquidiocese de Florianópolis oferece enviar publicações de interesses e natureza similares aos interesses do Estado, as quais, toem à linha editorial do referido jornal. Nas veiculações do conteúdo enviado pela Igreja Católica e que fora publicado nas páginas do Jornal “A República” em 1931, o clero catarinense tentava se imiscuir em assuntos de política e de justiça, uma vez que as intervenções eclesiásticas na administração pública teriam o firme propósito de “ser a mais firme e leal cooperação com o Estado, com vantagem para este, e permitindo a Igreja o desempenho de sua augusta missão”.<sup>309</sup>

Essa imiscuência chegava ao limite de interferir na nomeação para o posto de Inspetor de Ensino do Estado. A reivindicação, encampada pela arquidiocese de Florianópolis, partiu da iniciativa do Vigário de uma cidade do interior de SC (Imaruy), cujo pedido era o de fazer com que o Inspetor de Ensino, o Sr. José Duarte de Magalhães, fosse restabelecido em suas atividades habituais. O clero intercedia pela permanência do referido Inspetor de Ensino, alegando que não havia nenhum óbice ao seu desempenho e produtividade, embora o jornal “A Pátria” havia levantado o impedimento de o poder público catarinense em mantê-lo seja sob o ponto de vista administrativo ou econômico.<sup>310</sup>

Qualificado pelo clero como mais um obséquio a ser atendido por Nereu Ramos, as cartas de setembro de 1931 revelam que, em tais circunstâncias, o clero catarinense solicitava professores de sua preferência para trabalhar em diversas localidades de Santa Catarina e, do mesmo modo, argumentava sobre o regime de contratação do professor, conforme os regulamentos da Inspetoria de Ensino, embora não se incomodassem em ver atendidas as suas solicitações por favores pessoais e institucionais concedidos pela Secretaria de Interior e Justiça.

Nesse caso específico, existem cartas que indicam o relacionamento do clero e Nereu Ramos sobre a nomeação de professores para a região de Cerro Negro. Em resposta ao secretariado de D. Joaquim, Nereu Ramos informa ao clero que, embora o professor, que se beneficiaria da referida nomeação, não tivesse todas as condições

---

<sup>309</sup> Carta da Arquidiocese de Florianópolis a Nereu Ramos em 08/04/1931 (AHESC – Pasta Assuntos Políticos).

<sup>310</sup> E numa ação política contundente, a arquidiocese de Florianópolis insistiu na defesa do referido Inspetor de Ensino, alegando que o mesmo havia sido colocado pelo Partido que estava no poder, e por isso, não poderia haver hesitação quanto à decisão sobre a sua permanência, já que ele havia prestado excelentes serviços ao sistema público de ensino. Carta da arquidiocese de Florianópolis a Nereu Ramos em 02/03/1932 (AHESC – Pasta Assuntos Políticos).

legais ou documentais para ser empossado no cargo, isso não se constituiria em um problema para o mesmo, uma vez que ele teria o mesmo provento financeiro como se fora contratado pela Secretaria de Interior e Justiça.<sup>311</sup>

Existiam outros obséquios direcionados a Nereu Ramos por parte da Igreja Católica no período estudado. Em outra carta, havia o pedido a Nereu Ramos para interceder a favor do clero catarinense sobre o Decreto-lei que instituiria o Grupo Escola de Cocal, cujo patrono era o padre Schüller. Acrescentou-se como pedido, na referida correspondência, uma mensagem que continha os seguintes termos:

E, desta vez, um obséquo que venho pedir. Sendo possível, porém, que naquele documento oficial, se venham a fazer, direta ou indiretamente, referências à “Escola São José”, cujo histórico interessa a diocese, ousaria solicitar a interferência de meu prezado e sempre prestigioso amigo, proporcionando-me – se não for isso uma grave impertinência de minha parte – uma rápida vista d’olhos, sob aquele ponto de vista, antes da promulgação e publicação do aludido decreto.<sup>312</sup>

Esses obséquios podem ser entendidos como favorecimentos institucionais a uma entidade privada na prestação de serviços públicos pelo Estado, cujos efeitos práticos, embora sejam motivados por algumas inclinações de ordem pessoal (religiosa, política, filosófica), soam na interpretação de Bourdieu (1990), como necessários para a manipulação da estrutura de percepção do mundo e para a determinação dos princípios de construção da realidade social. Assim, no campo de lutas pela manipulação simbólica (da vida privada e da visão de mundo possíveis), o clero catarinense contemporizou com Nereu Ramos em relação ao que lhe era crucial como política pública para SC na década de 1930, cuja meta obviamente, era dissolver na ética política os princípios que sustentavam a ética religiosa.<sup>313</sup>

Tanto para a ética política quanto para a ética religiosa o que conta são os resultados, uma vez retraduzidos ao povo como recompensa da retidão moral almejada, à medida que se reforça a visão

---

<sup>311</sup> Carta da Arquidiocese de Florianópolis a Nereu Ramos em 23/09/1931(AHESC – Pasta Assuntos Políticos); Carta-resposta de Nereu Ramos a Arquidiocese de Florianópolis em 23/09/1931(AHESC – Pasta Assuntos Políticos).

<sup>312</sup> Carta Reservada da Arquidiocese de Florianópolis a Nereu Ramos em 22/06/1933 (AHESC – Pasta Assuntos Políticos).

<sup>313</sup> BOURDIEU, Pierre. **Coisas ditas**. São Paulo: Brasiliense, 1990, pp. 119-125.

fatalista da existência e a transfere para além do convívio social. Assim, a prática exige da política uma resposta estruturada sobre as projeções que são anunciadas, dependendo de quem as pronuncia e a quem são dirigidas. Por outro lado, as projeções religiosas recondicionam os homens para a aceitação de sua própria condição natural e social, embora a perspectiva da realização integral do homem oculte, como afirma Chauí (2000), a desigualdade pelos laços de dependência pessoal que “demarca fronteiras rígidas entre o sagrado e o profano, realizando, sob a forma da religião, a mesma separação efetuada pela política.”<sup>314</sup>

Redirecionada para o aspecto da separação política operada por D. Joaquim, configurando-se em seu apoio tácito ao PLC, dois grupos políticos catarinenses se unem para se posicionar contra a escolha político-partidária do referido arcebispo. Os membros do PRC e da LRC, na ocasião, alegaram que “todos são filhos de Deus”, indicando que todos mereciam tratamento equânime da Igreja Católica no pleito político para a ANC, já que D. Joaquim se beneficiara em anos anteriores dos favores concedidos por esses mesmos partidos quando estavam no poder.

Manifestando-se magoados com a decisão de D. Joaquim por não tê-los apoiado publicamente, como fizera com nomes como os de Nereu Ramos, Candido de Oliveira Ramos, Carlos Gomes de Oliveira, Cel. Fontoura Borges do Amaral e o Dr. Arão Rebelo, lamentaram em carta enviada ao arcebispo que:

Já em pleito anterior, realizado a 3 de maio do ano próximo findo, a parcialidade de V. Excia., por demais transparente, não escapou à nossa percepção, nem à do eleitorado em geral; e agora, mal iniciada a nova campanha eleitoral, o nosso ilustre e respeitável arcebispo, novamente revela o seu pendor pelos nossos adversários, fazendo tocar os sinos da catedral à chegada do chefe adversário, a quem dedica as honras de uma função religiosa.<sup>315</sup>

Acrescentaram que, sem pretender dar lições doutrinárias ao arcebispo, por julgar uma estultice ensinar a quem se reconhece dotado de dotes superiores de inteligência e cultura, em contrapartida, para

<sup>314</sup> CHAUI, op.cit., 2000, p. 74.

<sup>315</sup> Carta do Partido Republicano Catarinense e da Aliança Republicana a D. Joaquim em 08/08/1934 (AHESC – Pasta Assuntos Políticos).

todos os membros dos partidos citados, o arcebispo como chefe da Igreja Católica na região deveria permanecer da seguinte forma:

Paternalmente estranho às competições da política partidária, em igual distância de todos os partidos, desde que, como acontece, nenhum deles combate a religião, ao contrário, a acolhe em seus programas e postulados, à nós nos parece que é sempre perigoso ao prestígio da grande e gloriosa comunidade católica, que se dissemina por todos os recantos, absorve todas as classes sociais, e acolhe os legionários de todos os partidos; envolver-se nas lutas destes, sempre exclusivistas, sempre extremadas, sempre nocivas á paz e à concórdia que devem reinar no seio da família cristã.<sup>316</sup>

Alegando que em SC não havia motivos, como no caso de São Paulo em 1932, para parcialidades políticas por parte do clero católico, a maioria desses representantes políticos não entendiam a atitude de rejeição de apoio político, por parte de D. Joaquim, porque eles não combatiam os dogmas e as doutrinas católicas e, muito menos, se constituíam como uma minoria tão insignificante para o arcebispo, ao ponto de merecem o seu desprezo ou o seu pouco caso. Contrariamente, apresentavam-se como representantes da cultura catarinense, justamente por disporem, em sua composição política, de diversos segmentos profissionais e políticos da sociedade catarinense em que:

O próprio clero sempre nos honrou com acolhedora simpatia. Pode-se dizer, sem grande exagero (e V. Excia. não é tão estranho às nossas coisas que o não saiba), que estão conosco todos os conservadores e todos intelectuais catarinenses. Mas, cresce a nossa estranheza (e a nossa profunda mágoa) quando nos lembramos que nós, ou os companheiros nossos, já ocupamos cargos de autoridade pública, inclusive o Governo do Estado, durante mais de 40 anos, e nunca, em tempo algum, deixamos de prestar, como devíamos, homenagem, auxílio e proteção à Igreja

---

<sup>316</sup> Carta do Partido Republicano Catarinense e da Aliança Republicana a D. Joaquim em 08/08/1934 (AHESC – Pasta Assuntos Políticos).



Católica e a todos os seus representantes, e contribuímos desasombradamente para a grandeza e prestígio dela.<sup>317</sup>

Quanto à proximidade com D. Joaquim e a sua rejeição política às agremiações partidárias em questão, indignaram algumas figuras do universo político catarinense como Fúlvio Aducci, Roberto Paulo Wendhausen, Accácio Moreira e Carlos Napoleão Poeta que assinaram a referida carta, mas antes afirmaram que:

Pessoalmente, nunca, em tempo algum deixamos de cultuar com o respeito e a consideração que merece o seu mais alto representante entre nós. Nada houve no passado, e nada há no presente, que justifique a hostilidade de V. Excia. Queira V. Excia., perdoar-nos se, ao manifestar-lhe com tamanha franqueza e lealdade, por meio desta, o nosso sentimento, tenhamos, embora sem intenção nem propósito, ferido a justa suscetibilidade de V. Excia. Somos ainda, servos respeitosos e amigos.<sup>318</sup>

A resposta emitida pelo clero a essas acusações foi postada no dia seguinte. A carta enviada aos referidos partidos descontentes, mas principalmente a Fúlvio Aducci, dava a arquidiocese de Florianópolis como ciente de todas as reclamações dirigidas a D. Joaquim, embora não as considerasse como procedentes, sobretudo, porque na argumentação de D. Joaquim, a sua atitude não poderia ser considerada pelo prisma restrito da política de SC, mas sempre subordinada aos altos interesses da arquidiocese. E ademais, em termos mais austeros, baseando-se nas considerações da arquidiocese de Florianópolis, o clero catarinense asseverara que:

As eleições de 03 de maio? De documentos que deverão constar de nosso próprio arquivo, deduz-se que como elementos militantes nos partidos que são V. Excias., ilustres mentores (embora, como não temos dificuldade em acreditar, na inteira revelia de V. Excias.), usaram e abusaram do nome da Liga Católica, e indiretamente do arcebispo, exclusivamente visando os seus interesses partidários; e o arcebispo – a despeito de possíveis

---

<sup>317</sup> Carta do Partido Republicano Catarinense e da Aliança Republicana a D. Joaquim em 08/08/1934 (AHESC – Pasta Assuntos Políticos).

<sup>318</sup> Carta do Partido Republicano Catarinense e da Aliança Republicana a D. Joaquim em 08/08/1934 (AHESC – Pasta Assuntos Políticos).

melindres e das relações de amizade que o ligavam e ligam às pessoas do situacionismo, entendeu silenciar.<sup>319</sup>

Não entendidas como um ato político pela cúpula da Igreja Católica, as homenagens particulares prestadas aos representantes políticos catarinenses que defenderam os projetos da Igreja Católica nos debates parlamentares da ANC, foram devidamente justificadas, até porque para o clero, todo o esforço empreendido para o reverenciamento dos representantes políticos que lidaram com as causas católicas, não foram excessivos e tampouco alcançaram o que lhes era merecido como homenagem devida, uma vez que:

Homenagens particulares foram devidamente justificadas, e documentos que tenho a honra de colocar a disposição de V. Excias., convecarão - estou certo - que não só não foram excessivas, senão sempre aquém do invulgar merecimento. Mas é pendor pelos adversários de V. Excia.! Perdão! É pleito de justiça a quem soube e quis prestar serviços relevantes e excepcionais a causa católica. Asseveram V. Excias. que congregam em torno os homens mais representativos, o que não constitui motivo para não apresentar a V. Excias., as minhas mais sinceras congratulações; ou apelam para serviços, reais, passados, e disposições no presente, serviços que lealmente reconheço, e disposições que profundamente agradeço, pelo menos tanto, como quando falavam em nome da autoridade e do poder.<sup>320</sup>

Interessava a todos os partidos políticos aludidos, legitimarem-se como a principal força política regional. De acordo com essa perspectiva, a instituição religiosa agira de modo pragmático, em que o domínio do dar e receber definia tais ilações políticas, visto que as trocas de favores permitiam estreitar as redes de relações e reforçar os laços de reciprocidade, considerando, contudo, que esses laços estivessem devidamente submetidos a uma interpretação religiosa das

---

<sup>319</sup> Carta da Arquidiocese de Florianópolis ao Partido Republicano Catarinense e à Aliança Republicana em 09/08/1934 (AHESC – Pasta Assuntos Políticos).

<sup>320</sup> Carta da Arquidiocese de Florianópolis ao Partido Republicano Catarinense e à Aliança Republicana em 09/08/1934 (AHESC – Pasta Assuntos Políticos).

demandas sociais, como também, intrinsecamente relacionados às atividades política e econômica.<sup>321</sup>

Em síntese, parte-se da consideração de que havia a necessidade de as agremiações políticas se constituírem em um campo de disputa pelo poder simbólico. Reivindicar à Igreja Católica o reconhecimento de que todos eram filhos de Deus, no campo político, pode ser interpretado, conforme as considerações de Bourdieu (1990), como uma estratégia de universalizar a autoconsagração política, a medida que é ampliada a disposição de falar no lugar dos concorrentes, deslocando-os para um espaço político subalterno ou inferior.<sup>322</sup>

Concorria para isso outra estratégia política, a de se fazer visto e crido como católico, à medida que se exercia o poder de classificar, separar, escolher dentro da luta simbólica estabelecida. Nesse sentido, conservar ou transformar o mundo social e a visão que se tinha dele, implicava a adesão ao jogo das representações que se legitimavam com o poder de mobilização e de imposição dos interesses e das homologias no campo de disputa específico.<sup>323</sup>

No item 3.2.2. aborda-se sobre o modo como estava embutido nessas conciliações e dissensões, o princípio de que o Partido Político ou o representante, ao disputar a posição de porta-voz da região, sob o reconhecimento do clero, reunia condições de fazer manifestar a sua legitimidade e autoridade reforçando assim a delegação política que lhe era atribuída.<sup>324</sup>

### 3.2.2 Pela vitória do Partido Liberal Catarinense

Aos vencedores das disputas políticas foram dedicadas as celebrações de missas, funções religiosas, alocações e ofertas de *te-deum*. Aos pobres e ao povo, tal como foram idealizados e caracterizados no imaginário republicano<sup>325</sup> e da Igreja Católica, restou-

---

<sup>321</sup> LE GOFF, Jacques Le. **A bolsa e a vida**: economia e religião na Idade Média. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, pp. 21-38.

<sup>322</sup> BOURDIEU, op.cit., 1990, pp.188-200.

<sup>323</sup> O poder simbólico é um poder que aquele que lhe está sujeito dá àquele que o exerce, um crédito com que ele o credita, uma *fides*, uma *auctotitas*, que ele confia pondo nele a sua confiança. É um poder que existe porque aquele que lhe está sujeito crê que ele existe. BOURDIEU, op.cit., 2009, p.188.

<sup>324</sup> BOURDIEU, op.cit., 1990, pp.192-193.

<sup>325</sup> O referido autor explica que era pequeno o número de republicanos convictos e que fora quase nula a participação popular, sendo que os eventos políticos oscilavam entre o heróico e o

lhes apenas se contentarem com uma espécie de equanimidade disfarçada e de efeito imediato, consequência da debilidade de convicções políticas melhor estruturadas e do pragmatismo político que se aproxima ao que Bourdieu (1990) denota como o exercício da coação reconhecida.<sup>326</sup> Aos partidos e representantes políticos que foram vencidos, tocou-lhes a confirmação, nos anos que se sucederam, as eleições para o Parlamento Nacional (1933) e Estadual (1935), do prevalecimento do Estado Novo no país e de Nereu Ramos como Interventor Federal em SC durante todo esse período histórico.

Nos oito anos de interventoria de Nereu Ramos em SC, todas as atenções da Igreja Católica estavam sempre voltadas para a instrução dos católicos no sentido de formar uma visão coesa acerca dos temas que mereciam maior visibilidade política e legislativa. O clero catarinense levava em consideração que o católico deveria tomar conhecimento das delimitações impostas pela lei civil para que agisse conscientemente em relação às ordenações ou proibições estabelecidas para o equilíbrio da ordem social.

Para a Igreja Católica, as leis humanas podiam, tendo como parâmetro a interpretação jurídica da época, impor o dever de obediência à consciência moral, chegando ao ponto em que certas leis humanas, podiam comportar para a consciência moral, o direito e, quiçá, o dever de resistir contra determinada exigência visivelmente injusta ou democraticamente adversa.<sup>327</sup>

Prevaleceria a ordem social conforme as condições da razão política que, por sua vez, engendraria na organização da sociedade civil as obrigações moral e jurídica.<sup>328</sup> Tal ordem visaria o bem comum como um fim social, uma vez engendrada na esfera em que se exerceria a competência do poder político instituído.

trágico. CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas:** o imaginário da república no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, p.57.

<sup>326</sup> As coações e o pragmatismo político se constituem como parte integrante da delegação de poder e do fetichismo político que ocorrem quando alguém se afirma capaz de falar em nome de alguém ou de um grupo, permitindo que o porta-voz exerça uma violência simbólica (na forma de coerção) sobre cada um dos membros isolados do grupo. BOURDIEU, op.cit., 1990, p.197.

<sup>327</sup> Yves de La Brière. **Natureza e limites da lei civil.** In:Jornal “O Apóstolo”, Ano IV, n.56, nov. 1932, p. 2.

<sup>328</sup> Fazendo parte das referidas obrigações, a “Promulgação Regular”, caracterizar-se-ia “como um ato oficial que tinha por finalidade notificar a lei às pessoas, especificando o teor das ordens, as condições e os prazos de sua vigência, seguidas das sanções que deviam ser aplicadas aos eventuais infratores.” Yves de La Brière. **Natureza e limites da lei civil.** Jornal “O Apóstolo”, Ano IV, n.56, nov. 1932, p. 3.

Para que se efetivassem tais pressupostos jurídicos e políticos, o pensamento católico persistia na tese de que seria preciso que a apreciação concernente à lei humana não se apoiasse em critérios pessoal e subjetivo, facilmente propenso á ilusão, ao erro, à cegueira das paixões, mas sim, que se firmasse no juízo uniforme de um número importante de pessoas qualificadas por sua competência intelectual e política e que demonstrasse inteira probidade com as demandas públicas.<sup>329</sup>

Exemplo disso é uma carta que traz algumas anotações de D. Joaquim, durante um retiro espiritual, acompanhada da publicação do Jornal “A República”, datada em 25/01/1935, que trazia a informação de que fora realizada pelo padre Mueller uma missa encomendada pelo PLC no altar do Colégio Coração de Jesus em Florianópolis. A missa em ação de graças pela vitória do PLC nos pleitos eleitorais para Deputado Federal e para a Assembléia Estadual Constituinte (AEC), realizada em janeiro de 1935 indicou, dentre outros aspectos, que o clero catarinense adotara como discurso público que legitimara a sua escolha política, a probidade e a competência intelectual e política dos representantes políticos de SC, evidenciando que:

O grande templo estava inteiramente repleto de tudo quanto Florianópolis tem de mais representativo. Além de um grande número de políticos e pessoas de destaque, viam-se numerosas famílias. S. Excia. O Coronel Aristiliano Ramos, ilustre Interventor Federal do Estado, e o Sr. Dr. Nereu Ramos, eminente líder da bancada liberal na Câmara dos Deputados, estiveram presentes no ato. Comissões do Diretório Central e Municipal do Partido Liberal Catarinense, o Sr. Prefeito Interino da capital, diretores de repartição, outras autoridades e representantes de todas as classes sociais também assistiram à missa.<sup>330</sup>

Contudo, separar os assuntos políticos dos religiosos parecia uma boa estratégia encontrada por republicanos como Roberto Wendhausen, Henrique Rupp Junior e João Bayer Filho que, na época,

---

<sup>329</sup> Yves de La Brière. Natureza e limites da lei civil “O Apóstolo”, Ano IV, n.59, dez. 1932, p. 2.

<sup>330</sup> Trata-se de um documento oriundo de uma matéria recortada com anotações de D. Joaquim, intitulada “Pela Vitória do Partido Liberal”, publicado no Jornal “A República” em 25/01/1935 (AHESC – Pasta Entidades Diversas).

estavam à frente do Jornal “A Pátria” que fazia uma campanha sistemática para que o clero catarinense se manifestasse neutro em relação às disputas políticas em SC. Nessa mesma ocasião, tais afinidades políticas entre D. Joaquim e Nereu Ramos lhe custaram uma severa crítica, sendo que em 1934, o referido jornal alegava que:

Como vem sendo explorada pelos chefetes liberais a Fé católica dos catarinenses: o que atribui o diretório liberal de Tubarão a Sua Excia. o ilustre antístite D. Joaquim Domingues de Oliveira – Como tantas vezes já temos assinalado, no cumprimento do dever jamais fizemos ao ilustre prelado, que com tanta superioridade moral está a frente do arcebispado metropolitano, sem distinguir entre os céus diocesanos partidos políticos, desde que em ambos militam católicos dos mais fervorosos, a injustiça de atribuir-lhe preferências. E essa seria flagrante, pois seria desprezar os fatos, para aceitar a palavra de intriga veiculada por falsos católicos. Dizemos falsos católicos porque os de verdade não exploram a palavra de seus bispos, não a deturpam, não a inventam, não a enlameiam na arena das rudes e cruéis pelejas partidárias. Essas considerações vêm a pelo diante de um boletim subscrito pelo diretório do Partido Liberal em Tubarão, e distribuído, de porta em porta, pelo seu prefeito provisório, no dia 3 do corrente mês. Esse boletim está redigido e disposto tipograficamente de sorte a tornar acreditável que V. Excia., o digno arcebispo metropolitano está tomando parte ativa, direta, na competição eleitoral. Vamos tentar fazer a transcrição do mesmo, conservando a disposição tipográfica do original, para que as autoridades eclesiásticas e os bons católicos possam julgar da falta de escrúpulos do Partido Liberal.<sup>331</sup>

Por outro lado, há alguns registros documentais que comprovam determinadas disponibilidades de D. Joaquim em relação ao PLC, mas principalmente com Nereu Ramos que agira como intermediário do arcebispo nos pedidos feitos ao governo de Aristiliano Ramos e nos assuntos referentes ao tribunal de justiça de SC.<sup>332</sup>

---

<sup>331</sup> Essa informação foi retirada de recortes de jornais de D. Joaquim. Especificamente, essa informação foi retirada do Jornal “A Pátria” com data em 08/10/1934 (AHESC – Pasta Entidades Diversas).

<sup>332</sup> Na referida carta D. Joaquim salienta que as intervenções políticas de Nereu Ramos a favor da Igreja Católica prestavam-se a mais franca e leal cooperação com o Estado, com vantagens

Os acordos políticos se tornaram úteis às pretensões de D. Joaquim nos momentos decisivos da constituinte de 1933. Ressaltamos também que os referidos acordos se estenderam a períodos posteriores da administração pública em SC na década de 1930 e que, dentro desse contexto, as missivas de D. Joaquim tiveram um papel fundamental em relação ao que, Canen e Xavier (2000) consideram como uma reconstituição da pluralidade de vozes presentes nos sujeitos sociais e políticos e nas narrativas históricas não-lineares, descentradas e múltiplas. Segundo essa perspectiva, as correspondências ajudam a “iluminar períodos e espaços passados, como também levantam questões referentes a pluralidade de culturas, bem como a processos de construção identitária híbrida em sociedades multiculturais”.<sup>333</sup>

Esses pressupostos também podem auxiliar na redefinição do contexto de disputas políticas em SC, principalmente na primeira metade da década de 1930. Mais do que entender a correspondência entre D. Joaquim e os representantes políticos catarinenses como uma atividade oficial e institucional do clero catarinense em relação aos diversos aspectos das políticas públicas da época e das intervenções do Estado e da Igreja Católica no tocante à ordem social, a orientação que seguimos é a de que havia, com maior intensidade, a composição de um ambiente doméstico vinculado à vida cotidiana, aos padrões sociais, aos valores predominantes, e as opções políticas contextuais.<sup>334</sup>

Nos pormenores desse cotidiano político, os esforços de Nereu Ramos se centravam na emissão de relatos semanais e, algumas vezes diários, dos resultados das comissões que discutiam o andamento acerca da aprovação dos projetos-lei que tocavam em questões estratégicas da Igreja Católica na elaboração do texto constitucional.

Através de tais relatos foi possível observar que Nereu Ramos alertou D. Joaquim no sentido de que ele, Nereu Ramos, não tinha

---

para este, e permitindo a Igreja o desempenho da sua augusta missão, valendo-me “do meu nobre amigo junto ao referido Sr. general interventor”. Carta de D. Joaquim a Nereu Ramos em 08/04/1931 (AHESC – Pasta de Assuntos Políticos).

<sup>333</sup> CANEN, Ana; Xavier, Libânia Nacif. Multiculturalismo, memória e história da educação: reflexões a partir do olhar de uma educadora alemã no Brasil imperial. In: MIGNOT, Ana Chrystina Venâncio; BASTOS, Maria Helena Câmara; CUNHA, Maria Teresa Santos (orgs.). **Refúgios do eu: história e escrita autobiográfica**. Florianópolis: Mulheres, 2000, p. 76.

<sup>334</sup> As autoras citadas afirmam que, para além da descrição de contextos amplos e integrados, há a exploração das memórias, tendo como base a sensibilização para com os problemas situados na esfera da interseção entre o individual e o coletivo, o oficial e o cotidiano, o formal e o informal, o público e o privado, cabendo ao pesquisador reinterpretar os sentidos inscritos em certas ações e textos para que sejam priorizadas as complexidades do passado. Ibidem, 2000, p. 77.

dúvidas quanto à aprovação, por exemplo, do Projeto-Lei 171 (regulamentação do ensino religioso nas escolas públicas), porém, toda a atenção se volta para o fato de que algumas restrições impostas pelos grupos políticos contrários não prevaleceriam, caso todos os catarinenses que receberam votos dos católicos tivessem cumprido os seus deveres de lealdade à Igreja Católica, e exercido devidamente o apoio combinado que havia por parte dos líderes das bancadas em sua grande maioria.<sup>335</sup>

Outros telegramas, do mesmo modo, davam conta de que os representantes do PLC em atuação na ANC manteria as reivindicações da Igreja Católica. Em alguns telegramas Nereu Ramos congratula efusivamente os resultados alcançados pela bancada catarinense quando da votação esmagadora de 139 votos a favor e 51 contrários, referentes ao ensino religioso nas escolas públicas.<sup>336</sup>

Por parte de D. Joaquim, a resposta foi a de que seria feita uma leitura com o devido interesse sobre as ponderações feitas por Nereu Ramos e a bancada catarinense na ANC sobre os estabelecimentos particulares de ensino. Prometera D. Joaquim, na ocasião, que não deixaria de fazer presente a quem de direito merecesse o seu alcance institucional como arcebispo de Florianópolis, justamente pelo elevado intuito do PLC na condução e na colaboração, indiscutível, com os propósitos superiores da Igreja Católica.<sup>337</sup>

Em junho de 1934, Nereu Ramos comunicou a D. Joaquim os trabalhos finais da ANC e estipulara o prazo de 15 dias para a promulgação da constituição, assim como, a eleição para presidente da

---

<sup>335</sup> Nereu Ramos acrescentara na mesma carta que “Até agora a única modificação sensível operada nas emendas religiosas é a proibição de sacerdotes que não sejam brasileiros natos acompanharem as expedições militares”. Carta de Nereu Ramos a D. Joaquim em 25/05/1934 (AHESC – Pasta de Assuntos Políticos); em telegrama do mesmo período, havia a seguinte mensagem: “mais uma vez a nobre assembléia soube interpretar de maneira altamente expressiva os sentimentos cristãos tradicionais da família brasileira”. Telegrama de Nereu Ramos como constituinte a D. Joaquim em 25/05/1934 (AHESC – Pasta de Assuntos Políticos); e em outro telegrama ressaltava ao arcebispo que: “começou hoje a discussão do projeto-lei 171. Votação amanhã. Hoje foram votados diversos dispositivos que interessam ensino particular sobre os quais mandarei cartas de esclarecimentos”. Telegrama de Nereu Ramos como constituinte a D. Joaquim em 30/05/1934 (AHESC – Pasta de Assuntos Políticos).

<sup>336</sup> Telegrama de Nereu Ramos como constituinte a D. Joaquim em 30/05/1934 (AHESC – Pasta de Assuntos Políticos); em outro telegrama ao arcebispo um dia após, Nereu Ramos comenta a votação sobre o ensino religioso e diz que os representantes do Partido Liberal lograram com o seu dever por terem comparecido em sua maioria. Telegrama de Nereu Ramos como constituinte a D. Joaquim em 31/05/1934 (AHESC – Pasta de Assuntos Políticos).

<sup>337</sup> Carta de D. Joaquim a Nereu Ramos em 01/06/1934 (AHESC – Pasta de Assuntos Políticos).



República.<sup>338</sup> Na mesma semana, a resposta de D. Joaquim foi formulada nos seguintes termos:

Com o mesmo prazer e honra de sempre, acuso recebida, hoje, a sua carta de 02 do corrente. Está em verdade a assembléia ultimando a sua missão, e dentro de pouco teremos como nos assegura, eleito o presidente da república. Aquela desempenhou o papel brilhante que já tive ocasião de referir-se e que a história, não tenho dúvida, referendará; este estará à altura do momento nacional. O que não é menos certo é que entre as bancadas, melhor, entre os líderes, cabe o meu eminente amigo lugar de inconfundível projeção, dentro e fora do Estado.<sup>339</sup>

E quando da Promulgação da nova carta constitucional, Nereu Ramos congratulou-se com D. Joaquim afirmando que a reformulação do texto legislativo consagrou as mais “justas e legítimas aspirações católicas do povo brasileiro”.<sup>340</sup> E acrescentou, uma semana após, em outro telegrama, que, coube a ele,

a fortuna de ler a notável oração com que encerrou o mês do Sagrado Coração de Jesus. Digne-se a V. Excia. Revma. acolher o vivo reconhecimento do humilde constituinte que registra como o maior dia de sua carreira política em que na Catedral Metropolitana, sua terra, a palavra modelar venerada e prestigiosa do eminente e querido chefe da igreja catarinense julgou a sua atuação na assembléia nacional.<sup>341</sup>

---

<sup>338</sup> Além das informações referentes a finalização da constituinte, Nereu Ramos reforça que, ao voltar à Santa Catarina, ele resolveria as contrariedades do arcebispo havidas com o interventor vigente, prometendo resolvê-las quando retornasse do Rio de Janeiro. Carta de Nereu Ramos a D. Joaquim em 02/06/1934 (AHESC – Pasta de Assuntos Políticos).

<sup>339</sup> Carta de D. Joaquim a Nereu Ramos em 05/06/1934 (AHESC – Pasta de Assuntos Políticos).

<sup>340</sup> Telegrama de Nereu Ramos a D. Joaquim em 16/07/1934 (AHESC – Pasta de Assuntos Políticos).

<sup>341</sup> Telegrama de Nereu Ramos a D. Joaquim em 21/07/1934 (AHESC – Pasta de Assuntos Políticos); em recorte de jornal sem identificação de origem, datado em 03/08/1934, e na forma de convite generalizado para os florianopolitanos, frei Evaristo Schürmann anunciara uma função religiosa na catedral metropolitana em homenagem aos representantes catarinense que atuaram na constituinte e, particularmente, ao Sr. Dr. Nereu Ramos pelos grandes serviços de ordem espiritual, prestados por todos eles nas sessões parlamentares (AHESC – Pasta de Assuntos Políticos).

Quanto às estratégias da Igreja Católica em relação ao poder público no Brasil na década de 1930, ela se reconhecia como uma unidade que agia através do corpo místico de Cristo. Por meio desses artifícios teológicos e filosóficos a Igreja Católica conduziu o seu discurso normatizador ao encontro dos propósitos políticos do Estado, uma vez que se posicionando assim, cooperaria para a criação e difusão de valores sociais e religiosos. Para Lenharo (1996) a Igreja Católica, em relação ao Estado republicano, criou valores morais e políticos de caráter universal e harmonioso com o fito de auxiliar na organização e funcionamento do corpo social.<sup>342</sup>

Observa-se também que na propaganda política empreendida por Getúlio Vargas na década de 1930, acrescentando o modo peculiar em que os interventores e seu secretariado a absorviam e a adaptavam em SC e em outras regiões do país, sobretudo no campo da educação do povo, dos trabalhadores e da família, havia o desejo de que a implantação de uma ordem corporativa estatal viabilizasse a democracia no Brasil por vias não democráticas. Nessa perspectiva, a formação do povo assumiria dois critérios básicos: o do interesse coletivo sobre o interesse individual em que o Estado devia ser visto como o lugar onde a nação ganharia visibilidade orgânica; e a ideia de progresso como fator harmonizador das classes sociais no país e atributo inerente ao Estado, já que o mesmo era visto como um agente neutro que equilibraria todas as diatribes sociais.<sup>343</sup>

Neves (1998) afirma que os expedientes ideológicos aplicados para a assimilação da participação popular nos assuntos legislativos e governamentais, possibilitaram o desenvolvimento das grandes concentrações populares da década de 1930 (desfiles, edifícios imponentes, panteões, heróis nacionais, missas campais e de ação de graças). As diversas projeções das autoridades políticas dessa época sobre o povo deixavam claro o valor que o parlamento encerrava para a elite dirigente. Assim, o poder legislativo, tal como extensão da representação política do povo e como cultivo de uma participação interessada e permanente nas questões que envolviam o convívio nas cidades, fundamentado nos valores que sustentavam a existência

---

<sup>342</sup> LENHARO, Alcir. **Sacralização da Política**. Campinas: Papirus, 1996, pp.169-198.

<sup>343</sup> *Ibidem*, 1996, pp. 19-52.

continua da própria cidadania, foram diminuídos e reduzidos para atender a outros propósitos políticos específicos.<sup>344</sup>

E dispendo de um sistema finalista de educação social, a Igreja Católica associou as simplificações operadas sobre as ações humanas a uma força exterior, exclusivamente voltada para o controle e estruturação das formas de convivência, assim como, pela presença de dispositivos disciplinares por meio da palavra agregadora de seu discurso institucional.<sup>345</sup>

Assim, a demonstração de uma “verdade” permeada por argumentações lógicas e, cabíveis aos limites das construções retóricas da Igreja Católica, tinha por finalidade permitir, o que Chauí (1999) define como a transformação da crença em conhecimento instituído. A crença, uma vez interpretada segundo esses parâmetros, propicia um campo fértil para o consentimento da maioria, por incorporar certas sutilezas orientadas para o estabelecimento de uma dominação simbólica na qual quem consente, submete-se e se incorpora aos princípios de sua própria sujeição, ou seja, naturaliza por assim dizer, a autoridade correspondente. Como forma de ampliar tais observações, assevera-se que o sagrado comporta, especificamente, uma realidade organizada sob a forma de graus superiores e inferiores que conformam todos os seres de acordo com uma ordenação divina que cria formas e ausências, na medida em que, molda o espaço e condiciona o tempo dos fiéis.<sup>346</sup>

O fato de rezar “missa aos vencedores políticos” e distribuir, fartamente, “pães aos pobres”, como fora sugerido e realizado por uma comissão de distintas senhoras<sup>347</sup> da sociedade florianopolitana, contemplara todas as expectativas de D. Joaquim e do clero durante o período de governo em que Nereu Ramos esteve à frente do poder executivo.<sup>348</sup>

<sup>344</sup> São acrescentadas a essas informações que “Este conjunto de linhas de força indispensáveis à identidade e à vigência do Brasil enquanto Estado produziu, por exemplo, constituições em que praticamente não se contempla com uma só palavra as disparidades regionais, as diferenças culturais, os ritmos históricos peculiares, a existência de vazios.” NEVES, Luiz Felipe Baêta. **As máscaras da totalidade totalitária: memória e produção sociais**. Rio de Janeiro: Forense, 1998, p.105.

<sup>345</sup> MONTENEGRO, João Alfredo de Sousa. **A evolução do catolicismo no Brasil**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1972, pp.155-160.

<sup>346</sup> CHAUI, Marilena. **Convite à Filosofia**. São Paulo: Ática, 1999, pp.307-314.

<sup>347</sup> Essa informação faz parte do um documento resultante de uma matéria recortada com anotações de D. Joaquim, anteriormente citada, intitulada “Pela Vitória do Partido Liberal”, publicada no Jornal “A República” em 25/01/1935 (AHESC – Florianópolis, Pasta Entidades Diversas).

<sup>348</sup> Diversas cartas foram trocadas entre D. Joaquim e o Poder Executivo catarinense entre 1934 e 1945. Em uma delas, o Dr. Ivens de Araujo se expressara da seguinte maneira: “meu

Nesse sentido, tanto para a Igreja Católica quanto para a classe política e sociedade florianopolitana presentes na referida missa de ação de graças em 1935, seguia-se o preceito da Carta Pastoral de D. Joaquim (1917). Nela, a educação do povo, deveria ser conduzida no sentido de que as diferenças (diferenças de inteligência, de talento, de habilidade, de saúde e de força) entre os homens nascessem de modo espontâneo e tomassem uma direção harmônica, porque evitariam o conflito entre as classes sociais, à medida que atendessem as determinações da classe patronal e se conciliassem de modo útil com a política de Estado.<sup>349</sup>

Conforme, ainda, a lógica da referida Carta, guardadas algumas variações pontuais, pode-se perceber anos depois, em uma alocução pronunciada na Catedral Metropolitana de Florianópolis, em 1938, que a intenção original de D. Joaquim se amplia na medida que se coaduna com os interesses políticos de Nereu Ramos, contando, também, com a participação de diversas autoridades civis como Daniel Faraco (representante do proletariado florianopolitano, o Dr. José Pinheiro Dias (Inspetor Regional do Ministério do Trabalho), Ivo D'Aquino (Secretário do Interior e Justiça) e Ivens de Aquino (secretário da Segurança Pública). Nessa ocasião, direcionando o discurso para a definição dos limites e possibilidades dos trabalhadores catarinenses, a visão de D. Joaquim sobre a protagonia da Igreja

---

eminente e querido amigo D. Joaquim Domingues de Oliveira, Cordiais cumprimentos. O Nereu, antes de partir, me pediu que, indo visitar V. Excia. Revma, lhe reafirmasse a sua amizade e admiração e lhe pedisse desculpas por não ter podido ele, por absoluta falta de tempo, ir até ao seu palácio despedir-se de V. Excia. Disse-me ainda que lhe assegurasse que, no Rio, receberá com muita honra e prazer, as ordens de V. Excia. Na minha visita de ontem, passa-me o pedido que Nereu me fez, mas que, por este mesmo agora lhe transmito. Junto, também, um telegrama para que V. Excia tenha a bondade de dizer - sem alguma palavra a respeito. Carta da Presidência do Estado de Santa Catarina, do Gabinete do Dr. Ivens de Araujo em 10/01/1934; outras delas, apresentavam o seguinte grau de comprometimento político e cívico: “acabo de ler na República de hoje, que por ocasião do dia da Pátria, a tarde, na catedral, terá lugar um solene Te Deum. E mais que dentre em breves dias publicaremos a integra do programa que está sendo confeccionado com especial carinho, de forma a comemorar a grande data nacional. Não há dúvida que a Igreja estaria disposta a colaborar, e pelo melhor modo a seu alcance, como em quaisquer outras comemorações, como, aliás, já o tem demonstrado pelo passado. O meu nobre amigo há de estar lembrado de maneira gentil com que o seu modesto concurso foi solicitado ainda no ano findo, e justamente numa circunstância idêntica. Até sobre os menores detalhes deu-me a honra de consultar o eminente Sr. Presidente da Assembléa Legislativa. De S. Excia., ou de que de direito, a Mitra receberá naturalmente com grande prazer, as ordens que, com antecedência, e para seu governo, entender conferir-lhe, o devido respeito”. Carta de D. Joaquim ao Dr. Ivens de Araújo em 20/08/1936 (AHESC – Pasta de Assuntos Políticos).

<sup>349</sup> Carta Pastoral “Os recursos da Religião”. Florianópolis: Typographia D’o Dia, 1917, p. 9.

Católica e do Estado na condução povo, é a de que esse mesmo povo deveria se fazer ouvir por seus representantes legítimos e capacitados, pois eles inspiravam um novo estado de coisas inaugurado pelo Estado Novo, em conformidade com a *Carta Del Lavoro* emitida pelo governo italiano e com as prerrogativas da Carta Encíclica *Quadragesimo anno*.<sup>350</sup>

Contudo, nesse ambiente, a Carta Pastoral de 1914 exemplifica o então já estabelecimento de diálogo com os representantes políticos de SC<sup>351</sup>. Este perdura nas décadas de 1930 e 1940, à medida que vão sendo aceitas as suas teses sobre a convivência entre a autoridade civil e a eclesiástica. Essa convivência partiria do principio de que as autoridades, ao serem definidas por natureza e finalidades distintas, ambas se aliarão em função do bem-estar de todos àqueles que D. Joaquim denotava como súditos. Baseando-se numa espécie de respeito mútuo, os poderes atingiriam um grau de harmonia suficiente para prover a “tranquilidade e a segurança” na sociedade, resultando no progresso de todos.<sup>352</sup>

---

<sup>350</sup> Alocução pronunciada por S. Excia. Revma o Sr. Arcebispo Metropolitano, ao Evangelho da Missa, no adro da Catedral Metropolitana, por ocasião da comemoração de 1º de Maio. Florianópolis: Artes Gráficas da Escola de A. Artífices, 1938, p. 1.

<sup>351</sup> Através de telegrama Nereu Ramos comunica a D. Joaquim que “tendo deixado o cargo de interventor para poder servir ao meu partido como seu candidato nas eleições de 2 de dezembro, cumpro o dever de agradecer a vossa excelência a eficiente e patriótica colaboração dispensada a minha administração, com os protestos de minha grande admiração. Apresento a v. Excia., respeitosa saudações”. Carta de Nereu Ramos a D. Joaquim em 20/11/1945 (AHESC – Pasta de Assuntos Políticos); um ano depois quando do início da Assembléia Nacional Constituinte – relata ao arcebispo os assuntos relacionados à demanda dos católicos e as respectivas comissões que tratariam de cada tema: Casamento religioso, divórcio, forças armadas, ensino religioso, serviço militar. Termina o telegrama dizendo que : “digne-se v. Excia. Revma., de mandar suas ordens ao seu modesto admirador e servo em Jesus Cristo, que mais uma vez lhe agradece as palavras de estímulo e apoio”. Telegrama de Nereu Ramos a D. Joaquim em 28/08/1946 (AHESC – Pasta de Assuntos Políticos); em um outro telegrama cinco meses antes, enviado do Rio de Janeiro, Nereu Ramos congratula-o pelo fato da “expressiva inclusão na constituição da república dos postulados católicos”. Telegrama de Nereu Ramos a D. Joaquim em 02/03/1946 (AHESC – Pasta de Assuntos Políticos); quatro anos depois D. Joaquim agradece e informa Nereu Ramos que havia a contento a devida subvenção de auxílio aos colégios São José, Pde Anchieta e Arquivo Histórico eclesiástico e para o hospital arqui-diocesano de Azambuja que depende de agilização já que já foram aprovadas, sendo que “uma palavrinha de V. Excia., diretamente , ou se fosse mais aconselhável, por pessoa de confiança, poderia resolver ou ajudar muito no caso. Telegrama de D. Joaquim a Nereu Ramos em 29/10/1950 (AHESC – Pasta de Assuntos Políticos).

<sup>352</sup> Em sua redação introdutória havia os seguintes dizeres em que se fazia naquele momento um “espaço de honra, para a saudação que queremos fazer, muito de afeto e especial respeito, ao muito digno Sr. Governador do Estado, cuja autoridade veneramos por ter a mesma origem divina, cujo poder desejamos ver respeitado, e obedecido, e cuja amizade prezamos, seguindo as tradições comuns a todo o episcopado brasileiro (...) saudamos também a todos os dignos

---

Auxiliares do Governo, aos representantes da Força publica, ao Operariado, ao Comércio e á Imprensa. Evangelizando o povo, sempre com justiça; e com verdade, criteriosa e ponderada, é esta ultima a arma providencial para a cultura e levantamento dos povos”.Carta Pastoral “Saudando os seus diocesanos”, 1914, p.13.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

As estratégias políticas da Igreja Católica sobre a regulamentação do ensino religioso nas escolas públicas em SC, entre 1930 e 1937, constituíram-se como o principal foco desta pesquisa. Foram analisados os discursos conciliatórios entre Nereu Ramos e D. Joaquim de acordo com a lógica centrada nos interesses e favorecimentos acerca de tal regulamentação.

A existência de acordos entre o poder civil e o poder eclesiástico fez com que D. Joaquim atendesse a maior parte das prerrogativas dos partidos políticos catarinenses da época, dando maior ênfase ao PLC, comprometido como estava em levar à frente às reivindicações do clero catarinense.

As cartas de D. Joaquim às entidades laicas pertencentes à militância católica apontaram para o entendimento de que, para a hierarquia eclesiástica e para a intelectualidade católica, as condições para a realização da ordem social cristã no Brasil implicariam no emprego de uma série de ações, visando à defesa de algumas concepções que reconduziriam a Igreja Católica a uma posição corporativa e de destaque. A consecução dessa perspectiva incrementaria a presença institucional da Igreja Católica em diversos setores da vida social e política do país.

Nesse sentido, importava para a Igreja Católica o reconhecimento de suas proposições legislativas por parte do poder legislativo e o restabelecimento do diálogo com os governantes regionais, à medida que a sua ação evangelizadora confluiria com o poder do Estado no sentido de viabilizar a normatização da sociedade civil. A articulação de pressupostos ético-religiosos às demandas legislativas e a influência exercida por D. Joaquim, em diversas esferas do poder público, constituíram-se como fundamentais para os planos de mobilização católica em SC. A lógica que se desenvolveu nas entidades católicas e nos espaços de mobilização foi a da difusão ampliada das determinações episcopais, cujo propósito era o de atingir todos os setores da sociedade.

O acervo epistolar de D. Joaquim indicou a existência de um circuito de deliberações que se destinavam a racionalização dos quadros da militância católica em SC. Foi possível perceber, também, que a imprensa e as entidades católicas e, em especial o Jornal “O Apóstolo”, cooperaram na divulgação de informações aos seus leitores, instruindo-

os em relação às escolhas político-partidárias alinhadas a um projeto católico de sociedade.

A conseqüência desse modelo de formação política desenvolvida pelo clero catarinense sedimentou um modo de conceber os valores pertinentes à cidadania, adequando-a à moral e à ética católicas. Assim, o católico, na condição de cidadão, não podia e não devia se desinteressar pelo bem geral da nação e do Estado. Ao contrário, deveria promovê-lo.

Em relação às suas principais obrigações<sup>353</sup>, na qualidade de um homem público, o católico deveria respeitar e prestigiar a autoridade legitimamente constituída. Como participante político ativo, deveria contribuir material e moralmente para os diversos serviços da nação, esforçando-se pelo seu engrandecimento e prestígio, além de cumprir conscienciosamente e sem preconceitos pessoais ou apaixonados o dever eleitoral que consistia em eleger para representantes da nação, os candidatos mais probos e honestos – sobretudo, aqueles que se comprometessem em promover os interesses gerais da nação e se portassem na defesa dos direitos da Igreja Católica.<sup>354</sup>

O fato de a Igreja Católica ter se centrado na formação de um cidadão tipicamente católico na década de 1930, permitiu visualizar as estratégias que foram disponibilizadas por D. Joaquim, especificamente, em relação às disputas políticas regionais para a ANC, em 1933. Em decorrência desse modo de atuação, observou-se como ocorreu a atuação da LEC em SC no processo de eleição dos representantes políticos catarinenses à Câmara dos Deputados, em 1933. Coadunada com o projeto da ACB de reintroduzir “Deus” no referido contexto constitucional, nos tribunais de justiça e no âmbito do poder executivo, mas principalmente, na escola pública catarinense.

Nos domínios da Arquidiocese de Florianópolis, D. Joaquim tinha a percepção de que, a reintrodução das orientações católicas de reavivamento do nome de Deus nas práticas sociais, políticas e educacionais, em concomitância com o reconhecimento das leis constituídas pelo Estado, faria o homem reconhecer o mundo pelas esperanças projetadas pela doutrina católica.

---

<sup>353</sup> A generalização da mensagem católica privilegiava, exclusivamente, as atividades de rezar e falar. Rezar com veemência a Deus e falar com inteligência e entusiasmo aos amigos, parentes e fazê-los refletir sobre a importância da política para atingir as finalidades da comunidade católica, votando em um candidato católico ou em um candidato não-católico de idéias claras e justas, mas nunca em um anti-católico declarado. *Jornal “O Apóstolo”*, Ano III, n.43, maio. 1932, p. 3.

<sup>354</sup> *Jornal “O Apóstolo”*, Ano IV, n.59, dez. 1932, p. 2.



Entretanto, a ampliação do alcance do ensino religioso, segundo os interesses de D. Joaquim, uma vez introduzido nas instituições públicas de ensino em SC, embora visasse, exclusivamente, a reprodução dos discursos doutrinários da Igreja Católica, teve que se submeter ao diálogo com outro tipo de discurso pedagógico que evidenciava a presença de determinado nível de especialização científica, como referência aos postulados teóricos e práticos que deveriam ser aplicados como procedimentos educacionais nas escolas.<sup>355</sup>

Além dos favorecimentos políticos conseguidos pela proximidade entre D. Joaquim e Nereu Ramos, o estabelecimento do DCM em Florianópolis foi a oportunidade encontrada por D. Joaquim, a partir da segunda metade da década de 1930, de assegurar que o discurso científico aplicado nas disciplinas regulares das escolas públicas do Estado fosse antecipado, em seus aspectos didáticos e metodológicos, pela difusão ampliada dos valores morais e éticos da catequese na forma de ensino religioso.

Com base em Bourdieu, especificamente a discussão sobre os campos religioso, cultural e político, associados à noção de capital simbólico, foi possível pontuar a organização das práticas e das representações associadas às estratégias do clero. Tais estratégias foram vistas como um investimento para impor determinada visão do mundo a partir da lógica católica.

A família e a Igreja Católica foram elencadas como co-responsáveis com a escola na educação das crianças, disciplinando-as para atender as prerrogativas da divisão social do trabalho e para a regulação das demandas sociais. Isso se fez no momento em que se achava necessário implantar, na formação do indivíduo, o sentimento de honra e virtude associado aos valores de hierarquia e de autoridade.

---

<sup>355</sup> MOREIRA, João Roberto. A Escola e o abandono: conferência na noite de 13/10/1943, pelo professor João Roberto Moreira, Diretor do Instituto de Educação em Florianópolis, no salão nobre do referido educandário. Florianópolis: Editora do Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda, 1943, pp. 3-17.

## FONTES

### ARQUIVOS E BIBLIOTECAS CONSULTADOS

CMALSC	Centro de Memória da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina.
AHESC	Arquivo Histórico Eclesiástico de Santa Catarina.
CEOR	Coleção Especial de Obras Raras.
BIBLIUFSC	Biblioteca Central da Universidade Federal de Santa Catarina.

### CARTAS, OFÍCIOS, TELEGRAMAS, BILHETES

Carta da Liga Nacionalista de São Paulo a D. Joaquim Domingues de Oliveira. São Paulo, 06/09/1921 ((AHESC).

Carta-relatório dos padres Evaristo Schürmann, Raja Gabaglia e Francisco. X. Zartmann a D. Joaquim, 12/08/1927 (AHESC).

Carta de Henrique Rupp Junior à Mustaphá Guarany e Silva em 13/10/1927 (AHESC – Pasta de assuntos diversos).

Carta de Henrique Rupp Junior à Mustaphá Guarany e Silva em 13/10/1927 (AHESC – Pasta de assuntos diversos).

Carta de D. Joaquim a Nereu Ramos em 08/04/1931 (AHESC – Pasta de Assuntos Políticos).

Carta da Arquidiocese de Florianópolis a Nereu Ramos em 08/04/1931 (AHESC – Pasta Assuntos Políticos).

Carta da Arquidiocese de Florianópolis a Nereu Ramos em 23/09/1931(AHESC – Pasta Assuntos Políticos); Carta-resposta de Nereu Ramos a Arquidiocese de Florianópolis em 23/09/1931(AHESC – Pasta Assuntos Políticos).

Carta da arquidiocese de Florianópolis a Nereu Ramos em 02/03/1932 (AHESC – Pasta Assuntos Políticos).

Carta de Everardo Backheuser a D. Joaquim Domingues de Oliveira. Rio de Janeiro, 21/07/1932 (AHESC).

Carta de Alceu Amoroso Lima a D. Joaquim Domingues de Oliveira. Rio de Janeiro, 10/02/1933 (AHESC).

- Carta de Alceu Amoroso Lima a D. Joaquim Domingues de Oliveira. Rio de Janeiro, 10/02/1933 (AHESC).
- Carta de Alceu Amoroso Lima a D. Joaquim Domingues de Oliveira. Rio de Janeiro, 10/02/1933 (AHESC).
- Carta Reservada da Arquidiocese de Florianópolis a Nereu Ramos em 22/06/1933 (AHESC – Pasta Assuntos Políticos).
- Carta de Alceu Amoroso Lima a D. Joaquim Domingues de Oliveira. Rio de Janeiro, 10/02/1933 (AHESC).
- Carta de D. Joaquim Domingues de Oliveira a Alceu Amoroso Lima. Rio de Janeiro, 24/05/1933 (AHESC).
- Carta de Alceu Amoroso Lima a D. Joaquim Domingues de Oliveira. Rio de Janeiro, 10/02/1933 (AHESC).
- Carta de Alceu Amoroso Lima a D. Joaquim Domingues de Oliveira. Rio de Janeiro, 10/02/1933 (AHESC).
- Carta de Alceu Amoroso Lima a D. Joaquim Domingues de Oliveira. Rio de Janeiro, 10/02/1933 (AHESC).
- Carta de Alceu Amoroso Lima a D. Joaquim Domingues de Oliveira. Rio de Janeiro, 10/02/1933 (AHESC).
- Carta de Alceu Amoroso Lima a D. Joaquim Domingues de Oliveira. Rio de Janeiro, 18/07/1934 (AHESC).
- Carta da Arquidiocese de Florianópolis ao Partido Republicano Catarinense e à Aliança Republicana em 09/08/1934 (AHESC – Pasta Assuntos Políticos).
- Carta de Nereu Ramos a D. Joaquim em 25/05/1934 (AHESC – Pasta de Assuntos Políticos) Carta de Colombo Sabino à D. Joaquim Domingues de Oliveira em 16/05/1934 ( AHESC)
- Carta da Administração da Cúria Metropolitana ao Sr. Antônio Carlos Bittencourt em 07/03/1933 (AHESC – Pasta de assuntos políticos).
- Carta da Administração da Cúria Metropolitana ao Dr. Bulcão Vianna em 07/03/1933 (AHESC – Pasta de assuntos políticos).
- Carta do Partido Republicano Catarinense a D. Joaquim em 16/03/1933 (AHESC – Pasta de assuntos políticos).
- Carta do Partido Republicano Catarinense a D. Joaquim em 16/03/1933 (AHESC – Pasta de assuntos políticos).
- Carta - ofício da Secretaria Arquidiocesana de Florianópolis a D. Joaquim em 31/03/1933 (AHESC – Pasta de assuntos diversos).
- Carta do Gabinete da Presidência do Estado à D. Joaquim em 29/11/1933 (AHESC – Pasta Entidades Diversas).
- Carta do Partido Republicano Catarinense e da Aliança Republicana a D. Joaquim em 08/08/1934 (AHESC – Pasta Assuntos Políticos).

Carta do Partido Republicano Catarinense e da Aliança Republicana a D. Joaquim em 08/08/1934 (AHESC – Pasta Assuntos Políticos).

Carta do Partido Republicano Catarinense e da Aliança Republicana a D. Joaquim em 08/08/1934 (AHESC – Pasta Assuntos Políticos).

Carta do Partido Republicano Catarinense e da Aliança Republicana a D. Joaquim em 08/08/1934 (AHESC – Pasta Assuntos Políticos).

Carta de Fulvio Aducci a D. Joaquim Domingues de Oliveira. Florianópolis, 08/08/1934. Arquivo Histórico Eclesiástico de Santa Catarina (AHESC).

Carta da Arquidiocese de Florianópolis ao Partido Republicano Catarinense e à Aliança Republicana em 09/08/1934 (AHESC – Pasta Assuntos Políticos).

Carta de D. Joaquim ao Dr. Ivens de Araújo em 20/08/1936 (AHESC – Pasta de Assuntos Políticos).

Carta de D. Joaquim ao Dr. Ivens de Araújo em 10/05/1941 (AHESC – Pasta Assuntos Políticos).

Telegrama de Nereu Ramos como constituinte a D. Joaquim em 30/05/1934 (AHESC – Pasta de Assuntos Políticos).

Telegrama de Nereu Ramos como constituinte a D. Joaquim em 30/05/1934 (AHESC – Pasta de Assuntos Políticos);

Telegrama de Nereu Ramos como constituinte a D. Joaquim em 31/05/1934 (AHESC – Pasta de Assuntos Políticos).

Carta de Nereu Ramos a D. Joaquim em 02/06/1934 (AHESC – Pasta de Assuntos Políticos).

Carta de D. Joaquim a Nereu Ramos em 05/06/1934 (AHESC – Pasta de Assuntos Políticos).

Telegrama de Nereu Ramos a D. Joaquim em 16/07/1934 (AHESC, Pasta de Assuntos Políticos).

Telegrama de Nereu Ramos a D. Joaquim em 21/07/1934 (AHESC - Pasta de Assuntos Políticos).

## DOCUMENTOS PONTÍFICIOS E EPISCOPAIS

Carta Encíclica *quadregesimo anno*, In: **Documentos Pontifícios**. Rio de Janeiro: Vozes, 1956.

Carta Encíclica *Divini IlliusMagistri*, 5. ed. In: **Documentos Pontifícios**. Rio de Janeiro: Vozes, 1956.

Carta Encíclica *Rerum Novarum*. ed. In: **Documentos Pontifícios**. Rio de Janeiro: Vozes, 1956.

Alocução pronunciada por S. Excia. Revma o Sr. Arcebispo Metropolitano, ao Evangelho da Missa, no adro da Catedral Metropolitana, por ocasião da comemoração de 1º de Maio. Florianópolis: Artes Gráficas da Escola de A. Artífices, 1938.

Regulamentação do Ensino Religioso na Arquidiocese de Florianópolis. Florianópolis: Artes Gráficas da Escola de Artífices, 1936.

Carta Pastoral “Saudando os seus diocesanos”. Florianópolis: Typographia D’o Dia, 1914.

Terceira Carta Pastoral. Florianópolis: Typographia d’A Época, 1915.

Discurso “A Pedagogia da Vontade”, proferido por D. Becker aos Bacharéis do Ginásio Santa Catarina, Florianópolis, 13/12/1911.

Carta Pastoral “Os recursos da Religião”. Florianópolis: Typographia D’o Dia, 1917.

Carta Pastoral “O problema da instrução”. Florianópolis: Cysne, 1920.

Carta Pastoral, Florianópolis: Diocese de Florianópolis, 1923.

Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina pelo Governador do Estado, Dr. Nereu de Oliveira Ramos em 16/07/1936, CMALSC.

## **DOCUMENTOS GOVERNAMENTAIS**

Mensagem apresentada à ALC pelo governador do Estado, Dr. Nereu de Oliveira Ramos, 16/07/1936, CMALS.

<sup>1</sup>Mensagem apresentada à ALSC pelo governador do Estado, Dr. Nereu de Oliveira Ramos, 16/07/1936, CMALSC.

Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa pelo Gal. Dr. Antônio Vicente Bulcão Vianna, Presidente da assembléia no exercício de Presidente do Estado de Santa Catarina em 27/07/1930, CMALSC.

Mensagem apresentada ao Congresso Representativo pelo Cel. Antônio Pereira da Silva e Oliveira, Vice-Governador em exercício de Governador do Estado de Santa Catarina, em 22/07/1925, CMALSC.

Mensagem apresentada ao Congresso Representativo pelo Cel. Raulino Julio Adolpho Horn, Presidente do Congresso Representativo no exercício do cargo de Governador do Estado de Santa Catarina em 16/08/1922 CMALSC.

Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa do Estado pelo Governo do Estado, Dr. Nereu Ramos de Oliveira em 16/07/1936, CMALSC.

Discurso do Interventor Nereu Ramos: “Nacionalização do Ensino”. Florianópolis: Imprensa Oficial, 1938.

## REVISTA

REVISTA ECLESIASTICA BRASILEIRA (REB), vol. I, Petrópolis: Vozes, 1941.

REVISTA DE CIÊNCIA POLÍTICA. Rio de Janeiro: Fundação G. Vargas, v.21, n.03, jul./set.1978.

REVISTA PÉTALAS. Florianópolis: Colégio Coração de Jesus, Dez. 1933.

REVISTA LATINOAMERICANA DE PSICOPATOLOGIA FUNDAMENTAL. Ano IX, n.01, mar/2006.

## PUBLICAÇÕES PERIÓDICAS

Jornal “O Apóstolo”, Ano I, n.2, ago. 1929.

Jornal “O Apóstolo”, Ano I, n.1, jul. 1929.

Jornal “O Apóstolo”, Ano II, n.22, jun. 1931.

Jornal “O Apóstolo”, Ano II, n.22, jun. 1931.

Jornal “O Apóstolo”, Ano II, n.22, jun. 1931.

Jornal “O Apóstolo”, Ano II, n.22, jun. 1931.

Jornal “O Apóstolo”, Ano II, n.22, jun. 1931.

Jornal “O Apóstolo”, Ano II, n.22, jun. 1931.

Jornal “O Apóstolo”, Ano III, n.22, jan. 1932.

Jornal “O Apóstolo”, Ano III, n.22, jan. 1932.

Jornal “O Apóstolo”, Ano III, n.22, jan. 1932.

Jornal “O Apóstolo”, Ano III, n.35, jan. 1932.

Jornal “O Apóstolo”, Ano III, n.36, jan. 1932.

Jornal “O Apóstolo”, Ano III, n.36, jan. 1932.

Jornal “O Apóstolo”, Ano III, n.36, jan. 1932.

Jornal “O Apóstolo”, Ano III, n.37, fev. 1932.

Jornal “O Apóstolo”, Ano III, n.37, fev. 1932.

Jornal “O Apóstolo”, Ano III, n.37, Fev.1932.

Jornal “O Apóstolo”, Ano III, n.37, Fev.1932.

Jornal “O Apóstolo”, Ano III, n.37, Fev.1932.  
Jornal “O Apóstolo”, Ano III, n.39, mar. 1932.  
Jornal “O Apóstolo”, Ano III, n.39, mar. 1932.  
Jornal “O Apóstolo”, Ano III, n.41, abr. 1932.  
Jornal “O Apóstolo”, Ano III, n.42, abr. 1932.  
Jornal “O Apóstolo”, Ano III, n.42, abr. 1932.  
Jornal “O Apóstolo”, Ano III, n.43, maio.1932.  
Jornal “O Apóstolo”, Ano IV, n.56, nov. 1932.  
Jornal “O Apóstolo”, Ano IV, n.56, nov. 1932.  
Jornal “O Apóstolo”, Ano IV, n.56, nov. 1932.  
Jornal “O Apóstolo”, Ano IV, n.56, nov. 1932.  
Jornal “O Apóstolo”, Ano IV, n.57, nov. 1932.  
Jornal “O Apóstolo”, Ano IV, n.57, nov.1932.  
Jornal “O Apóstolo”, Ano IV, n.57, nov.1932.  
Jornal “O Apóstolo”, Ano IV, n.59, dez.1932.  
Jornal “O Apóstolo”, Ano IV, n.59, dez.1932.  
Jornal “O Apóstolo”, Ano IV, n.59, dez. 1932.  
Jornal “O Apóstolo”, Ano IV, n.60, jan. 1933.  
Jornal “O Apóstolo”, Ano IV, n.60, jan. 1933.  
Jornal “O Apóstolo”, Ano IV, n.61, jan. 1933.  
Jornal “O Apóstolo”, Ano IV, n.61, jan. 1933.  
Jornal “O Apóstolo”, Ano IV, n.61, jan. 1933.  
Jornal “O Apóstolo”, Ano IV, n.61, jan. 1933.  
Jornal “O Apóstolo”, Ano IV, n.62, fev.1933.  
Jornal “O Apóstolo”, Ano IV, n.63, mar.1933.  
Jornal “O Apóstolo”,Ano IV,n.63, mar.1933.  
Jornal “O Apóstolo”, Ano IV, n.64, mar.1933.  
Jornal “O Apóstolo”, Ano VI, n.102, set. 1934.  
Jornal “O Apóstolo”, Ano VII, n.125, set. 1935.  
Jornal “O Apóstolo”, Ano VIII, n.148, ago. 1936.  
Jornal “A República” Ano II, n.742, abr. 1933.  
Jornal “O Estado” datado em 09/05/1941.  
Jornal “A República” em 25/01/1935.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de filosofia**. 2. ed. São Paulo: M. Fontes, 1998.
- AGOSTINHO, Santo. **A cidade de Deus: contra os pagãos**, parte I. Petrópolis: Vozes, 1990.
- ALVES, Elza Daufenbach. **Nos Bastidores da Cúria: desobediências e conflitos relacionais no intra-clero catarinense (1892-1955)**. 2006. Tese (Doutorado em História). Florianópolis: UFSC.
- ALVES, Francisco das Neves; FUÃO, Juarez José Rodrigues (Orgs.). **Estatuária na cidade do Rio Grande nos primórdios da república velha (1889-1990)**. Rio Grande, RS: Fundação Universidade Federal do Rio Grande, 2005.
- AMEAL, Jean. **São Tomás de Aquino: iniciação ao estudo da sua figura e da sua obra**. Cidade do Porto: T. Martins, 1956.
- ÁRIES, Philippe. **O tempo da história**. Rio de Janeiro: F. Alves, 1989.
- ATHAYDE, Tristão de. **Debates pedagógicos**. Rio de Janeiro: G. Ypiranga, 1931.
- BACKHEUSER, Everardo. **Manual de pedagogia moderna: teoria e prática**. Porto Alegre: Globo, 1948.
- BACZKO, Bronislaw. Imaginação social. In: **Enciclopédia Einaudi**. V. 1. Memória e História. Lisboa: Imprensa Nacional, 1984.
- BASBAUM, Leôncio. **História sincera da República**. São Paulo: Alfa-Omega, 1997.
- BONAVIDES, Paulo; AMARAL, Roberto. **Textos políticos da História do Brasil**. V.4, Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 1996.
- BERGER, Peter L. **O Dossel Sagrado: elementos para uma teoria sociológica da religião**. São Paulo: Paulus, 1985.
- BESEN, José Artulino. **Dom Joaquim Domingues de Oliveira**. Florianópolis: IOESC, 1979.
- BEIRED, José Luis Bendicho. **Sob o signo da nova ordem: intelectuais autoritários no Brasil e na Argentina**. São Paulo: Loyola, 1999.
- BISSON, Mauro Polacow. Brincando nos campos do senhor: religiosidade, pós-modernismo e interpretação. IN: RAGO, Margareth; GIMENEZ, Renato Aloízio de Oliveira (orgs.). **Narrar o passado, repensar a história**. Campinas: UNICAMP, 2000.
- BOMENY, Helena Maria Bousquet. **Os intelectuais da educação**. 2. ed. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2003.



- BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2007.
- \_\_\_\_\_. **Razões práticas**: sobre a teoria da ação. 9. ed. Campinas: Papirus, 2008.
- \_\_\_\_\_. **O poder simbólico**. 12. ed. Rio de Janeiro: B. Brasil, 2009.
- \_\_\_\_\_. **A produção da crença**: contribuição para uma economia dos bens simbólicos. São Paulo: Zouk, 2004.
- \_\_\_\_\_. **A Distinção**: crítica social do julgamento. São Paulo: EDUSP, 2008.
- \_\_\_\_\_. **Coisas ditas**. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- \_\_\_\_\_. O capital social: notas provisórias. In: NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio (Orgs.). **Escritos de Educação**. Petrópolis: Vozes, 1998.
- \_\_\_\_\_. **A reprodução**: elementos para uma teoria do sistema de ensino. 2. ed. Rio de Janeiro: F. Alves, 1982.
- BURKE, Peter (Org). **A escrita da História**: novas perspectivas. São Paulo: UNESP, 1992.
- \_\_\_\_\_. **A fabricação do rei**: a construção da imagem pública de Luis XIV. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1994.
- \_\_\_\_\_. **Testemunha ocular**: história e imagem. Bauru: EDUSC, 2004.
- CANEN, Ana; XAVIER, Libânia Nacif. Multiculturalismo, memória e história da educação: reflexões a partir do olhar de uma educadora alemã no Brasil imperial. In: MIGNOT, Ana Chrystina Venâncio; BASTOS, Maria Helena Câmara; CUNHA, Maria Teresa Santos (orgs.). **Refúgios do eu**: história e escrita autobiográfica. Florianópolis: Mulheres, 2000.
- CAPELATO, Maria Helena. **Os arautos do liberalismo**: imprensa paulista (1920-1945). São Paulo: Brasiliense, 1989.
- CUNHA, Célio da. **Educação e autoritarismo no Estado Novo**. São Paulo: Cortez, 1989.
- CAMPOS, Cynthia Machado. **Santa Catarina, 1930**: da degenerescência à regeneração. Florianópolis: UFSC, 2008.
- CARNEIRO, David. **A marcha do ateísmo**. Curitiba: Imprensa Paranaense, 1935.
- CARONE, Edgard. **Revoluções do Brasil contemporâneo (1922-1938)**. 3. ed. Rio de Janeiro: Difel, 1977.
- CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas**: o imaginário da república no Brasil. São Paulo: Cia. das Letras, 1990.

\_\_\_\_\_. História intelectual no Brasil: a retórica como chave de leitura. In: REVISTA TOPÓI. Rio de Janeiro, n.01, 1998.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. **Molde nacional e fôrma cívica:** higiene, moral e trabalho no projeto da Associação Brasileira de Educação (1924-1931). Bragança Paulista: EDUSF, 1988.

\_\_\_\_\_. O território do consenso e a demarcação do perigo: política e memória do debate educacional dos anos 30. In: FREITAS, Marcos Cezar (org.) et al. **Memória intelectual da educação brasileira.** Bragança Paulista: EDUSF, 1999.

\_\_\_\_\_. CARVALHO, Marta Maria Chagas de. **A escola e a República e outros ensaios.** Bragança Paulista: EDUSF, 2003.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano:** artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 1999.

CHARTIER, Roger. **A ordem dos livros:** leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII. 2. ed. Brasília: UnB, 1998.

\_\_\_\_\_. **A história cultural:** entre práticas e representações. Rio de Janeiro: B. Brasil, 1990.

CHAUI, Marilena. **Convite à Filosofia.** São Paulo: Ática, 1999.

\_\_\_\_\_. **Cultura e Democracia:** o discurso competente e outras falas. São Paulo: Cortez, 2000.

CORREA, Carlos Humberto P. **Nereu Ramos.** Santa Catarina: FCC edições, 1988.

CURY, Carlos R. Jamil. **Ideologia e educação brasileira:** católicos e liberais. São Paulo: Cortez, 1988.

CUNHA, Marcos Vinicius da; ERRERIAS, Cláudio Antônio Christante. Everardo Backheuser: engenheiro-educador. In: CUNHA, Marcos Vinicius da (org.). **Ideário e imagens da educação escolar.** Campinas: A. Associados, 2000.

DALLABRIDA, Norberto. **A fabricação escolar das elites:** o ginásio catarinense na primeira república. Florianópolis: Cidade Futura, 2001.

\_\_\_\_\_.(org.). **Mosaico de escolas:** modos de educação em Santa Catarina na primeira república. Florianópolis: C. Futura, 2003.

DEBRAY, Régis. **O Estado Sedutor:** as revoluções midiológicas do poder. Petrópolis: Vozes, 1994.

DESTRO, Albino. **D. Joaquim Domingues de Oliveira, manuscrito dos alunos de Filosofia do Seminário de Azambuja e São Leopoldo,** 1951, (mimeo).

DIAS, Romualdo. **Imagens de Ordem:** a doutrina católica sobre autoridade no Brasil 1922-1935. São Paulo: EDUSP, 1996.

DI GIORGI, Cristiano. **Escola nova.** São Paulo: Ática, 1986.

- ECO, Umberto; MARTINI, Carlo Maria. **Em que crêem os que não crêem?** Rio de Janeiro: Record, 2009.
- ELIADE, Mircea. **O sagrado e o profano.** São Paulo: M. Fontes, 1992.
- ELIAS, Norbert. **A sociedade dos indivíduos.** Rio de Janeiro: J. Zahar, 1994.
- ENCÍCLICA *Divini IlliusMagistr.*, 5. ed. In: **Documentos Pontifícios.** Rio de Janeiro: Vozes, 1956.
- FÁVERO, Osmar (org.). **A educação nas constituintes brasileiras: 1823-1988.** Campinas: A. Associados, 1996.
- FEBVRE, Lucien. **O problema da incredulidade no século XVI: a religião de Rabelais.** São Paulo: Cia. das Letras, 2009.
- FLORES, Altino. **Pela Memória de Renan:** ensaio polemístico. Florianópolis: T. Moderna, 1923.
- FONTES, Henrique. **Série Fontes:** livro de leituras. v. 3, Florianópolis: Tipografia da Livraria Moderna, 1929.
- FOUCAULT, Michel. **Isto não é um cachimbo.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- \_\_\_\_\_. **A ordem do discurso.** 7. ed. São Paulo: Loyola, 2001.
- \_\_\_\_\_. **Arqueologia do Saber.** 5. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.
- FREITAS, Marcos Cezar de; BICCAS, Maurilane de Souza. **História Social da Educação no Brasil (1926-1996).** São Paulo: Cortez, 2009.
- GANDINI, Raquel Pereira Chainho. **Intelectuais, Estado e educação:** Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, 1944-1952. Campinas: UNICAMP, 1995.
- GAY, Peter. **A experiência burguesa da rainha Vitória à Freud: a educação dos sentidos.** São Paulo: Cia. das Letras, 1988.
- GOMES, Ângela de Castro (org). **Escrita de si, escrita da história.** Rio de Janeiro: FGV., 2004.
- GONDRA, José Gonçalves. **Educação, poder e sociedade no império brasileiro.** São Paulo: Cortez, 2008.
- GUIMARÃES, Orestes. **Parecer sobre obras didáticas.** Florianópolis: Tipografia D'O Dia, 1911.
- HORTA, José Silvério Baia. **O hino, o sermão e a ordem do dia: regime autoritário e a educação no Brasil.** Rio de Janeiro: UFRJ, 1994.
- \_\_\_\_\_. A Constituinte de 1934: comentários. In: FÁVERO, Osmar (org.). **A educação nas constituintes brasileiras: 1823-1988.** Campinas: A. Associados, 1996.

- JULIA, Dominique. A religião: história religiosa. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre (orgs.). **Historia: novas abordagens**. Rio de Janeiro: F. Alves, 1988.
- JUNIOR, Paulo Ghiraldelli. **História da educação**. São Paulo: Cortez, 1994.
- LEGENDRE, Pierre. **O amor do censor: ensaio sobre a ordem dogmática**. Rio de Janeiro: F. Universitária, 1983.
- LE GOFF, Jacques. **A bolsa e a vida: economia e religião na Idade Média**. Rio de Janeiro: C. Brasileira, 2007.
- \_\_\_\_\_. **História e memória**. 5. ed. Campinas: UNICAMP, 2003.
- LAMOUNIER, Bolívar. Formação de um pensamento político autoritário na Primeira República: uma interpretação. IN: FAUSTO, Bóris (org). **O Brasil republicano: sociedade e instituições (1891-1930)**. Rio de Janeiro: B. Brasil, 1997.
- LENHARO, Alcir. **Sacralização da Política**. Campinas: Papyrus, 1996.
- LIMA, Alceu Amoroso. **Indicações Políticas: da Revolução à Constituição**. Rio de Janeiro: C. Brasileira, 1936.
- MAGALDI, Ana Maria Bandeira de Mello et al. **Valores Católicos e Profissão Docente: um estudo sobre representações em torno do magistério e do “ser professora” (1930/1950)**. [www.sbhe.org.br](http://www.sbhe.org.br), acesso em 01/09/2009.
- MAINWARING, Scott. **A igreja Católica e a política no Brasil (1916-1985)**. São Paulo: Brasiliense, 2004.
- MANUEL, Ivan Aparecido. **Igreja e educação feminina (1859-1919): uma face do conservadorismo**. São Paulo: EDUSP, 1996.
- MARIA, Julio. **A igreja e a República**. Brasília: UnB, 1981.
- MARITAIN, Jacques. **Humanismo Integral: uma visão nova da ordem cristã**. 4. ed. São Paulo: Dominus, 1962.
- MARTINS, Wilson. **A história da inteligência brasileira**. São Paulo: Cultrix, 1977.
- MELO, Carlos Wellington Marins de. **A nação é católica: educação e cidadania nas primeiras décadas republicanas (1890-1930)**. 2006. Dissertação (Mestrado em História). Franca: UNESP.
- MICELI, Sérgio. **A elite eclesiástica brasileira**. Rio de Janeiro: B. Brasil, 1988.
- MONARCHA, Carlos (org.) **Laurenço Filho: outros aspectos, mesma obra**. Campinas: M. das Letras, 1997.
- MONTENEGRO, João Alfredo de Sousa. **A evolução do catolicismo no Brasil**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1972.

- MOREIRA, João Roberto. **A Escola e o abandono:** conferência na noite de 13/10/1943, pelo professor João Roberto Moreira, Diretor do Instituto de Educação em Florianópolis, no salão nobre do referido educandário. Florianópolis: DEIP, 1943.
- MOURA, Sergio Lobo de; ALMEIDA, José Maria Gouvêa de. A Igreja na Primeira República. IN: FAUSTO, Boris (org.). **O Brasil republicano:** sociedade e instituições (1889-1930). Rio de Janeiro: B. Brasil, 1997.
- NEDER, Gizlene. Autoridade e responsabilidade parental do Estado no Brasil: história e ideologia. REVISTA LATINOAMERICANA DE PSICOPATOLOGIA FUNDAMENTAL. Ano IX, n.01, mar/2006.
- NEVES, Luiz Felipe Baêta. **As mascaras da totalidade totalitária:** memória e produção sociais. Rio de Janeiro: Forense, 1998.
- NORA, Pierre; LE GOFF, Jacques. **História:** novas abordagens. 3. ed. Rio de Janeiro: F. Alves, 1988.
- \_\_\_\_\_. **História:** novos problemas. 3. ed. Rio de Janeiro: F. Alves, 1988.
- NUNES, Clarice; CARVALHO, Marta Maria Chagas de. IN: GONDRA, José Gonçalves (org.). **Pesquisa em História da educação no Brasil.** Rio de Janeiro: DP&A, 2005.
- OLIVEIRA, Lúcia Lippi. **A questão nacional na Primeira República.** São Paulo: Brasiliense, 1990.
- OLIVEIRA, Pedro A. Ribeiro de. **Religião e dominação de classe:** gênese, estrutura e função do catolicismo romanizado no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1985.
- OCTÁVIO, José. **A revolução estatizada:** um estudo sobre a formação do centralismo em 1930. Mossoró: União Cia Editora, 1983.
- OTTO, Clarícia. **Catolicidades e Italianidades:** tramas e poder em Santa Catarina (1875-1930). Florianópolis: Insular, 2006.
- OTTO, Clarícia; SOUZA, Rogério Luiz (orgs). **Faces do Catolicismo.** Florianópolis: Insular, 2008.
- PÉCORA, Alcir. Velhos textos, crítica velha. In: TIN, Emerson (org). **A Arte de escrever cartas:** anônimo de Bolonha, Erasmo de Rotterdam, Justo Lúpsio. Campinas: UNICAMP, 2005.
- RENGEL, Simone Aparecida. **Proletários de todos os países, uni-vos em Cristo: trabalhadores católicos e o Círculo Operário em Florianópolis (1937-1945).** Florianópolis, UFSC, 2009 (Dissertação).
- RIBAS, Ana Cláudia. **A “Boa Imprensa” e a “Sagrada Família”:** sexualidade, casamento e moral nos discursos da imprensa católica

- em Florianópolis** – 1929/1959. Florianópolis, UFSC, 2009, p.13. (Dissertação)
- ROCHA, Marlos Bessa Mendes da. Tradição e Modernidade na educação: o processo constituinte de 1933-34. In: FÁVERO, Osmar (org.). **A educação nas constituintes brasileiras: 1823-1988**. Campinas: Autores Associados, 1996.
- RODRIGUES, Anna Maria Moog. **A igreja na República**. Brasília. UnB, 1981.
- RODRIGUES, Cândido Moreira. **A Ordem: uma revista de intelectuais católicos (1934-1945)**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.
- ROMANO, Roberto. **Brasil: Igreja contra Estado**. São Paulo: Kairós, 1979.
- ROUANET, Sérgio Paulo. **As razões do iluminismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- SANTOS, Frei Pedro Sinzig. O Apóstolo da Boa Imprensa. In: I SEMINÁRIO BRASILEIRO SOBRE LIVRO E HISTÓRIA EDITORIAL, Rio de Janeiro, 2004.
- SAVIANI. Dermeval. **História da idéias pedagógicas no Brasil**. Campinas: A. Associados, 2007.
- SOUZA, Laura de Mello e. **O diabo e a terra de Santa Cruz: feitiçaria e religiosidade popular no Brasil colonial**. São Paulo: Cia. das Letras, 1989.
- SOUZA, Rogério Luiz. **A construção de uma nova ordem: catolicismo e ideal nacional em Santa Catarina (1939-1945)**. 1996. Dissertação. (Mestrado em História). Florianópolis: UFSC.
- \_\_\_\_\_, As escolas paroquiais. In: DALLABRIDA, Norberto (org.). **Mosaico de Escolas: modos de educação em Santa Catarina na Primeira República**. Florianópolis: C. Futura, 2003.
- VELLOSO, Mônica P. A Ordem: uma revista de doutrina, política e cultura católica. REVISTA DE CIÊNCIA POLÍTICA. Rio de Janeiro: FGV, v.21, n.03, jul./set.1978.
- WAHRLICH, Beatriz M. de Souza. **Reforma administrativa na era Vargas**. Rio de Janeiro: FGV, 1983.
- WOLF, Francis. Dilemas dos intelectuais. In: NOVAES, Adauto. **O silêncio dos intelectuais**. São Paulo: Cia. das Letras, 2006.